



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**PSOL - Relação da Origem no desenvolvimento de sua Organização, Participação
Eleitoral e Atuação Parlamentar**

Heythor Santana de Oliveira

Orientação: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro S. Braga

São Carlos

2017

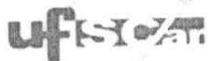
HEYTHOR SANTANA DE OLIVEIRA

PSOL - Relação de sua Origem no desenvolvimento de sua Organização, Participação
Eleitoral e Atuação Parlamentar

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da Universidade Federal de São
Carlos, para obtenção do título de Mestre em
Ciência Política.

Linha de pesquisa: Partidos políticos, eleições
e mídia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro S.
Braga.

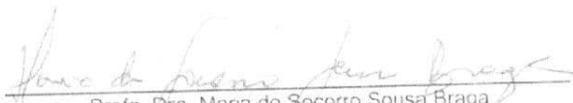


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Heythor Santana de Oliveira, realizada em 29/03/2017.



Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
UFSCar



Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
UNESP



Profa. Dra. Marta Mendes da Rocha
UFJF

AGRADECIMENTOS

Gosto de imaginar as etapas da vida como histórias e toda história apresenta seus personagens. Por mais que existam atores principais, cada personagem tem certa responsabilidade na história. Seria muito injusto dar os créditos a apenas uma pessoa. Dessa forma, começo agradecendo dois protagonistas dessa história. Senhor Christian e Senhora Cristina, meus pais. Nomes semelhantes talvez já indicassem a maestria do destino em unir esse casal. Agradeço por todo amor sempre presente. Sem a segurança, o apoio financeiro e a hospitalidade ao me receber quando foi preciso, nada disso seria possível. Tudo que faço e farei sempre será acompanhado dos seus ensinamentos. A vida de vocês é minha inspiração.

Gostaria de agradecer também a todos meus professores da graduação e do PPGPol – UFScar. Um agradecimento especial para minha orientadora Maria do Socorro, referência acadêmica para todos seus alunos e, além disso, exemplo de dedicação, carisma e comprometimento. Agradeço muito por acreditar em meus projetos, mais uma vez professora. Obrigado!

Gostaria de agradecer aos colegas do Neppla pelas sugestões na criação do projeto e desenvolvimento da dissertação. Principalmente para os colegas de mestrado Gustavo e Elisa presentes durante toda jornada. Agradeço também a Laila pelo auxílio e parceria que vem de longa data.

Aos amigos, três grupos são importantes nessa jornada. Do interior, todo carinho aos companheiros de república e agregados (João, Lucas, Pietro, Caio, Felipe, Guilherme, Haron, Rodrigo, Husani, Leandro, Raul entre outros). Agradeço também a Ana e Leticia amigas para todas as horas e a Fabiana que recentemente tornou-se parte dessa história. De Fortaleza, agradeço principalmente a Melissa e Jorge, amigos de longa data pelo apoio e companheirismo. De São Paulo, são inúmeros os amigos que de alguma forma contribuíram pra execução desse trabalho, por favor, sintam-se todos contemplados. Muito Obrigado a todos!

Agradeço também todos meus familiares: tias, tios e primos. Felizmente, faço parte de uma família na qual tenho muito apreço. Quero fazer um agradecimento especial a minha irmã Haluane e a minha avó Madalena. Sempre guardarei com carinho o período em que dividimos moradia e agradeço por formarem meu núcleo familiar necessário no primeiro ano de meu mestrado.

Dedico essa dissertação a todos vocês que de certa forma contribuíram pra minha formação. Muito Obrigado!

“Enquanto eles não se conscientizarem, não serão rebeldes autênticos e, enquanto não se rebelarem, não tem como se conscientizar”.

George Orwell

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a relação entre a estrutura organizacional do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) e suas características originárias. Parte-se da premissa de que a origem do partido incide diretamente sobre o formato organizativo que esse assumirá. Busca-se identificar a influência dos elementos genéticos do PSOL, que nasce a partir de uma ruptura interna de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), no desenvolvimento de sua trajetória e diretriz política. Devido à formação do PSOL, trabalha-se com a hipótese específica de que há uma concentração de poder entre a arena pública (parlamentar) e organizativa do partido, no qual parlamentares com cargos eletivos vigentes também integrariam cargos dirigentes na legenda. Complementa-se a análise organizativa, o exame do desempenho eleitoral do PSOL e a identificação de elementos ideológicos em sua atuação parlamentar com objetivo de explorar aspectos originários do partido em seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Partido Político; PSOL; Origem Partidária; Organização partidária.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the relationship between the organizational structure of the Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) and its characteristics. It starts from the premise that the origin of the party focuses directly on the format and organizational aspects that will build it. It seeks to identify the influence of genetic elements of the PSOL, which is born of a kind of internal rupture of Partido dos Trabalhadores (PT) parliamentarians, both in its development and in its political orientation. The specific hypothesis that there is a concentration of power in the party (parliamentary) and organizational arena of the party, in which the elective parliamentarians decide by the capture. Complements the organizational analysis complements the examination of the performance levels of the PSOL and the identification of ideological elements in its parliamentary action with the objective of exploring aspects originating from the party in its development.

Keywords: Political Party; PSOL; Party Source; Party organization

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.2 Votação para Deputado Federal do PSOL nas eleições de 2006 por estado.....	57
Tabela 2.2 Votação para Deputado Estadual do PSOL nas eleições de 2006 por estado.....	58
Tabela 3.2 Votação para governador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006.....	59
Tabela 4.2 Votação para Senador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006.....	60
Tabela 5.2 Número de candidatos lançados pelos partidos mais a esquerda do espectro ideológico em 2006.....	61
Tabela 6.2 Soma dos votos dos candidatos por cargo dos partidos mais a esquerda do espectro ideológico em 2006.....	62
Tabela 7.2 Distribuição geográfica dos candidatos do PSOL a Deputado na Eleição de 2006.....	63
Tabela 1.3 Taxa de renovação da EN do PSOL.....	107
Tabela 1.4 Quantidade de candidaturas e votação absoluta do PSOL na eleição de 2010.....	114
Tabela 2.4 Variação de Eleitos e do Percentual de votação por cargo no PSOL entre as eleições de 2006 e 2010.....	119
Tabela 3.4 Votação comparativa para governador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 e 2010 e 2014.....	123
Tabela 4.4 Votação para Senador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 , 2010 e 2014.	124
Tabela 5.4 Votação para Deputado Federal dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 , 2010 e 2014.	125
Tabela 6.4 Votação para Deputado Estadual dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 e 2010.	126
Tabela 7.4 Variação de Eleitos e do Percentual de votação por cargo no PSOL entre as eleições de 2010 e 2014.....	130
Tabela 8.4 Porcentagem de diretórios em relação a comissões provisórias do PSOL por região em 2016.....	136
Tabela 9.4 Número de filiados do PSOL por estado em Julho de 2016.....	138
Tabela 10.4 Número de filiados do PSOL por ano (Dezembro).....	139
Tabela 1.5 Número de PLs por partido no Congresso no primeiro biênio da 53ª legislatura.....	151
Tabela 2.5 Número de PLs por partido no Congresso no primeiro biênio da 55ª legislatura.....	154

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.3	Escala de Deliberação dos Órgãos partidários do PSOL.....	73
Figura 2.3	Principais Tendências do PSOL em sua composição inicial.....	92
Figura 3.3	União das correntes para disputas internas no PSOL.....	94
Figura 4.3	Formação histórica das principais correntes do PSOL na atualidade.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.2	Eleições Presidenciais de 2006.....	56
Gráfico 2.2	Padrão das coligações do PSOL em 2006.....	65
Gráfico 1.3	Distribuição de recursos do Fundo Partidário.....	78
Gráfico 2.3	Distribuição de recursos oriundos da contribuição dos filiados.....	78
Gráfico 3.3	Divisão da EN 5ºCongresso (2015).....	97
Gráfico 4.3	Divisão do DN 5ºCongresso (2015).....	97
Gráfico 1.4	Eleições Presidenciais de 2010.....	113
Gráfico 2.4	Eleições Presidenciais de 2014.....	122
Gráfico 3.4	Padrão das coligações do PSOL nas eleições para Governador em 2014.....	128
Gráfico 4.4	Padrão das coligações do PSOL nas eleições para Senador em 2014.....	128
Gráfico 5.4	Padrão das coligações do PSOL nas eleições para Deputado (Estadual e Federal) em 2014.....	129
Gráfico 6.4	variação da votação do PSOL por cargo (2006, 2010 e 2014).....	131
Gráfico 7.4	Conjuntos de estados na relação Filiados x Votação x Órgãos partidários do PSOL.....	142
Gráfico 1.5	Categorias da escala ideológica presentes nas PLs propostas pelo PSOL em 2007-2008.....	153
Gráfico 2.5	Categorias da escala ideológica presentes nas PLs propostas pelo PSOL em 2015-2016.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.2 “Rebeldes”: Parlamentares Expulsos do PT (2003) fundadores do PSOL (2004).....	34
Quadro 2.2 Crescimento do PSOL: Parlamentares e Políticos históricos Ingressantes no Partido em 2005.....	38
Quadro 3.2 Formação da Executiva Nacional do PSOL 2004-2007.....	41
Quadro 4.2 Parlamentares do PSOL em 2005 e Resultado de suas candidaturas em 2006.....	55
Quadro 1.3 - Dilemas Organizativos do PSOL segundo aspectos estatutários.....	88
Quadro 2.3 Executiva nacional do PSOL 2007-2009.....	97
Quadro 3.3 Executiva nacional do PSOL 2009-2011.....	99
Quadro 4.3 Executiva nacional do PSOL 2011-2013.....	101
Quadro 5.3 Executiva nacional do PSOL 2013-2015.....	102
Quadro 6.3 Executiva nacional do PSOL 2015-2017.....	104
Quadro 1.4 Quantidade de candidatos e eleitos pelo PSOL na eleição Municipal de 2008.....	111
Quadro 2.4 Quantidade de candidatos e eleitos pelo PSOL na eleição Municipal de 2012.....	120
Quadro 3.4 Estrutura organizacional do PSOL por UF (2016)	134
Quadro 4.4 Órgãos do PSOL nas capitais estaduais em 2016.....	136
Quadro 5.4 Órgãos do PSOL em cidades com mais de 500 mil habitantes em 2016.....	137
Quadro 1.5 Categorias do índice MRG adaptadas para o cenário político brasileiro.....	148
Quadro 2.5 Dimensões de análise da escala Ideológica.....	149
Quadro 3.5 Categorias da escala ideológica identificadas nos PL no biênio 2007-2008.....	152
Quadro 4.5 - Categorias da escala ideológica identificadas nos PL do biênio 2015-2016.....	156

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Partidos Políticos Brasileiros

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PT: Partido dos Trabalhadores

PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PCB: Partido Comunista do Brasil

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PCO: Partido da Causa Operária

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PSB: Partido Socialista Brasileiro

PMN: Partido da Mobilização Nacional

PMDB: Partido do Movimento Democrático brasileiro

PSDC: Partido Social Democrata Cristão

PP: Partido Progressista

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSD: Partido Social Democrático

PFL: Partido da Frente Liberal

DEM: Democratas

PRTB: partido Renovador Trabalhista Brasileiro

Tendências internas do PSOL

MES: Movimento de Esquerda Socialista

CSOL: Corrente Socialismo e Liberdade

APS: Ação Popular Socialista

APS-cc : Ação Popular Socialista Corrente Comunista

APS-ne: Ação Popular Socialista Nova Era

CST: Corrente Socialista dos Trabalhadores

LSR: Liberdade Socialismo e Revolução

AS: Alternativa Socialista

MTL: Movimento Terra, Trabalho e Liberdade

Outras Siglas e Abreviaturas

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

PL: Projeto de Lei

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2 A ORIGEM DO PSOL: DEMARCANDO SEUS ELEMENTOS EMBRIONÁRIOS.....	20
2.1 Introdução e debate teórico.....	20
2.2 Origem do PSOL: antecedentes e atores da nova legenda socialista.....	29
2.3 Demarcando os aspectos ideológicos do PSOL	46
2.4 Estreia do PSOL na arena eleitoral: eleições estruturantes	52
2.5 Conclusão.....	65
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PSOL.....	67
3.1 Introdução.....	67
3.2 Modelo organizativo do PSOL e dilemas da organização.....	67
3.3 Formação e distribuição de poder interno: composição da Executiva Nacional e a divisão das tendências.....	88
3.4 Conclusão.....	108
4. DESEMPENHO ELEITORAL E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO PSOL.....	110
4.1 Introdução.....	110
4.2 Antecedentes políticos e desempenho eleitoral do partido nas eleições de 2010.....	111
4.3 Antecedentes políticos e desempenho eleitoral do partido nas eleições de 2014.....	119
4.4 Mapeamento da estrutura organizativa: diretórios, comissões provisórias e eleitores filiados do PSOL.....	132
4.5 Conclusão.....	141
5. ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PSOL: ANÁLISE IDEOLÓGICA DOS PROJETOS DE LEI DE SEUS DEPUTADOS FEDERAIS.....	144
5.1 Introdução.....	144
5.2 Definições metodológicas.....	145
5.3 Projetos de Lei do PSOL nos biênios 2007-2008 e 2015-2016.....	150
5.4 Conclusão.....	157

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
ANEXOS.....	169

1. INTRODUÇÃO

Após desavenças internas e a posterior expulsão de políticos (além de saída de militantes) do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003, o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) é fundado no ano de 2004, tendo seu registro definitivo concedido pela Justiça Eleitoral em 2005. O partido surge e se autodenomina, segundo seu programa, como uma opção de “*Socialismo e Democracia, como princípio estratégico na superação da ordem Capitalista*” (Programa do PSOL, 2004, p. 1) ¹.

Por possuir origem ligada a ex-integrantes do PT, partido conhecido pela gênese em movimentos sociais, e pelo discurso inicial que propõe o estabelecimento de um socialismo democrático, o partido demonstra forte identidade ideológica desde sua origem. Conforme cita seu programa, uma *alternativa eleitoral e democrática de um partido com ideologia de esquerda* (Programa do PSOL, 2004)².

Passados dez anos do registro eleitoral do Partido do Socialismo e Liberdade (2005), o presente trabalho se propõe a analisar sua formação originária e sua trajetória política, com o objetivo de investigar quais são os elementos que relacionam seu nascimento a sua estrutura organizacional, atuação parlamentar e desempenho eleitoral. Para isso, pretende-se investigar tanto suas diretrizes políticas e estratégias de organização, registradas em seus documentos oficiais, quanto participação nas competições eleitorais (formação de coligações e desempenho) e atuação na política legislativa utilizando os dados do TSE. Assim, o recorte de análise compreenderá desde sua criação, em 2004, até o ano de 2016, somando doze anos de existência do partido.

Diferentes autores dos estudos partidários apontam para a importância da dimensão da origem da legenda para análise do formato organizacional e desenvolvimento da estrutura partidária. Duverger (1970) é um destes exemplos e observa que as particularidades e características do nascimento do partido político influenciam em seu desenvolvimento. Nesse ponto Epstein (1982) defende que conhecer a origem dos partidos auxilia na compreensão da construção do campo de decisões estratégicas tomadas por ele em seu percurso histórico. Assim, se estabelece o marco do nascimento de um partido como um importante indicativo analítico tanto de seu funcionamento interno quanto de sua evolução futura.

¹ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/>> Acesso em: 30 out. 2016.

² Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/>> Acesso em: 30 out. 2016.

A pergunta que buscaremos responder na presente dissertação é: Quais variáveis do modelo originário (variável independente), explicam a formação e o desenvolvimento da organização partidária do PSOL (variável dependente)?

Argumentamos que a organização partidária do PSOL apresenta perfil influenciado pela sua origem, ao concentrar o processo decisório em determinadas facções, cujos dirigentes principais têm experiência parlamentar em um outro partido. As peculiaridades da origem do PSOL, ou seja, a ruptura com o PT, a integração de diferentes grupos intrapartidários e o aspecto ideológico influenciam a atuação política do partido.

Trabalha-se com a hipótese geral de que o perfil organizacional e ideológico do PSOL é resultado de preferências das lideranças partidárias oriundas do PT que ao controlarem o processo decisório desde a sua fundação, conseguiram orientar o partido ideologicamente e em suas práticas nas arenas eleitoral e governativa, trazendo reflexos da origem no posterior desenvolvimento do partido. Dessa forma, se estabelece uma hipótese específica de que o núcleo duro (dirigente), composto por lideranças partidárias, consegue acumular cargos públicos e participar em funções internas na organização, de forma simultânea, resultando na concentração decisória.

Destacamos que se trata de um estudo exploratório, considerando a baixa quantidade de pesquisas sobre o presente objeto. Considera-se assim a amplitude da observação e a flexibilidade de suas considerações que podem desenvolver outras perguntas para pesquisas futuras.

A metodologia empregada combinará elementos de pesquisa Qualitativa e Quantitativa. A abordagem Qualitativa será utilizada como análise de trajetória de sua origem, ideologia e das composições organizativas do partido (Tendências, Executiva e Diretório Nacional) quando serão examinados o estatuto e programa do partido, informações de seu endereço eletrônico³, informações da imprensa sobre seu nascimento, além de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre sua composição organizativa. Também serão utilizados os dados da Câmara dos Deputados⁴ para análise de conteúdo verificando a atuação parlamentar do PSOL por meio dos Projetos de Lei.

A Análise Quantitativa privilegiará a investigação dos resultados eleitorais, o lançamento de candidaturas do partido e o cruzamento dos resultados eleitorais com a distribuição da estrutura organizativa do partido. As principais fontes quantitativas serão os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

³Disponível em: <www.psol50.org.br> Acesso em: 30 out. 2016.

⁴Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>> Acesso em: 30 out. 2016.

Para cumprir os objetivos propostos neste trabalho, o estruturaremos da seguinte maneira: a primeira seção denominada “A origem do PSOL: demarcando seus elementos embrionários”, identificará o modelo originário desse partido a partir de dimensões teóricas desenvolvidas por estudiosos do fenômeno partidário. Para isso, além de delimitarmos essas dimensões teóricas, será elaborado uma análise histórica e descritiva da origem do PSOL e seu desenvolvimento nos primeiros anos de atuação. Em seguida, relacionaremos às teorias que podem ajudar a explicar seu processo de criação para posterior relação com sua organização.

Os indicadores de origem partidária tanto de Duverger (1970), sobre a *Origem Interna e Externa*, quanto de Panebianco (2005) sobre *Penetração e Difusão Territorial, Caráter Carismático e Participação de Instituição Externa*, serão analisados para compreensão da conjuntura teórica do nascimento do partido. De Duverger (1970) retira-se a dimensão sobre se a origem da legenda está ligada a atores já integrados na lógica institucional partidária ou não, e as possíveis características organizativas dessa dimensão. De Panebianco (2005) retiram-se as dimensões que indicam sua dissipação originária, a influência de organizações internas na sua criação e se seu nascimento liga-se a personificação de uma liderança. A composição da primeira coalizão dominante do partido será explanada como primeira composição dirigente da organização.

Nesse sentido, o objetivo da seção será investigar os elementos que marcaram a formação deste partido, identificando os aspectos fundamentais que estruturaram sua organização e delimitação do perfil ideológico. Além do estudo de reconstituição histórica de sua origem, serão avaliadas nos documentos oficiais as “marcas” que definem esse partido pela ideologia de esquerda. Entre outros aspectos serão examinados seus primeiros resultados eleitorais (eleições de 2006), onde será feita breve comparação entre os resultados eleitorais do PSOL em comparação a outros partidos com elemento ideológico semelhante, citados no interior da seção.

A segunda Seção: “Organização Interna do PSOL” teremos como foco a averiguação da estrutura de poder “intrapartidário”, quando serão identificados os aspectos relacionados à distribuição de poder interno e objetivos organizativos. Os dilemas de organização de Panebianco (2005) serão destrinchados a partir da observação do PSOL para investigação do desenvolvimento do partido posterior a sua origem. Serão verificados aspectos como a distribuição de poder em dois órgãos do partido: a Executiva Nacional e o Diretório Nacional; os tipos de engajamento e os incentivos a participação para dirigentes e militantes, bem como as normas reguladoras (previstas em estatuto) do poder intrapartidário

desenvolvido pelas Executivas e pelo Diretório Nacional. Buscar-se-á identificar as divisões internas partidárias na formação de grupos intrapartidários. Isso permitirá explorar o mapa do processo decisório. A distribuição de poder desses grupos também será examinada.

A terceira seção, nomeada “Resultados Eleitorais e Distribuição territorial do PSOL”, será dividida em duas partes: a primeira trará a reflexão dos meios estratégicos com os quais o partido se organiza para disputar os pleitos e seus tipos de coligações. Serão analisados os resultados eleitorais do partido no período de 2010 a 2014, para o executivo-federal (majoritária) e legislativo-federal e estadual (proporcional)⁵. Outros importantes resultados eleitorais podem ser destacados, porém, o recorte privilegiará as eleições legislativas, principalmente pela averiguação da atuação parlamentar. A exposição dos resultados das eleições do executivo federal também será aprofundada pelo destaque político⁶.

Na segunda parte será priorizada a verificação da distribuição territorial do PSOL, levantando sua rede de diretórios e comissões provisórias. Essa análise permitirá a comparação estatística com os dados eleitorais destacados. Essa análise se faz importante pela relação entre as estruturas organizacionais e o desempenho eleitoral no Brasil, como destacam Braga e Pimentel Jr. (2013).

A quarta seção denominada “Atuação Parlamentar do PSOL: Análise ideológica dos Projetos de Lei propostos pelo partido” examinará os conteúdos dos Projetos de Lei (PL) do Legislativo Federal propostos pelos parlamentares do partido, tendo como recorte os biênios iniciais da 53ª Legislatura (2007-2008), e 55ª legislatura (2015-2016), do Congresso Nacional com a finalidade de estudar a atuação política partidária do partido pelo fator ideológico. Os anos selecionados se justificam por estabelecer o recorte que marca a estreia da atuação parlamentar de políticos eleitos diretamente pelo PSOL após a participação em sua primeira eleição (em 2006), e os 10 anos seguintes ao seu registro eleitoral.

Os Projetos de Lei serão observados segundo seu conteúdo para identificar seus posicionamentos ideológicos de esquerda na ação parlamentar. A definição de partidos políticos de esquerda será associada à descrição de Coppedge (1997). Essa ação legislativa foi escolhida pelo caráter de sua função política. A proposta dos Projetos de Lei – independente do tamanho das bancadas da legenda – permitirão aferir o posicionamento político de seus parlamentares em diversos pontos de ação. Serão indicados os elementos dos conteúdos das

⁵ Serão expostos alguns resultados das eleições municipais (2008 e 2012), mas sem seções específicas sobre essas.

⁶ As eleições de 2006 serão investigadas ainda na primeira seção, pois se entende que seus reflexos ajudam a compreender o modelo originário do partido

PLs que se aproximem ideologicamente das definições das categorias do *Manifesto Research Group*⁷ (MRG)⁸, base de dados acadêmica internacional sobre manifestos de partidos políticos. Buscar-se-á relação entre pressupostos ideológicos de seus PLs, com posicionamentos partidários destacados na análise de seu programa.

Na seção final, far-se-á uma compilação das informações organizativas, eleitorais e de atuação no governo para identificar a atuação do partido e a influência de seu elemento ideológico. Será possível identificar elementos originários influenciadores das arenas eleitoral, governamental e organizativa do PSOL.

⁷ Disponível em: <<https://manifestoproject.wzb.eu/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

⁸ Madeira e Tarouco (2013) utilizam o banco de dados na análise comparativa para definição das posições ideológicas dos partidos no Brasil, através do seu estatuto. Iremos fazer o comparativo dos Projetos de Lei com as categorias expostas dos partidos de esquerda e direita.

2. A ORIGEM DO PSOL: DEMARCANDO SEUS ELEMENTOS EMBRIONÁRIOS

2.1 Introdução e debate teórico

A presente seção tem por objetivo analisar o processo de nascimento do PSOL, identificando os elementos que influenciaram sua posterior organização interna. Para isso, inicialmente será feito um debate teórico sobre o estudo partidário na ciência política e serão apontados os autores que teorizaram sobre a relação entre origem e organização das legendas. Posteriormente serão explicadas suas dimensões de análise e as aplicações desse enfoque no objeto do presente texto.

Um importante segmento do estudo da Ciência Política tem por objeto de análise os partidos e os efeitos de sua atuação no sistema político de uma democracia representativa. Os partidos, nessa concepção, cumprem funções de estruturação da competição eleitoral, agrupamento dos interesses políticos e a atuação em questões legislativas (AMARAL, 2013).

Autores renomados da Ciência Política deram importantes contribuições para o estudo dos partidos políticos enquanto organizadores dos interesses sociais na dinâmica política institucional. Lipset e Rokkan (1967) debatem sobre a formação dos partidos através dos reflexos das clivagens sociais existentes no recorte europeu no século XX. Duverger (1970) examina a formação dos partidos modernos tendo como perspectiva as propriedades de seu modelo originário. O autor traz detalhada descrição sobre o desenvolvimento dos partidos relacionando-os à evolução da democracia. Michels (1982) estuda a formação dos partidos e define a participação de elites dirigentes em seus processos decisórios. Sartori (1982) descreve o surgimento dos partidos contemporâneos e também explica a inclusão desses nos sistemas partidários como canais de representação, além de trazer contribuições na definição de tipologias sobre sistemas partidários pelo número de partidos e distribuição ideológica.

Outras contribuições são apresentadas por Katz e Mair (1994), que defendem a criação de uma nova denominação do modelo de um partido em democracias contemporâneas, sobre a relação do partido com o Estado. Já Coppedge (1997) cria uma tipologia para os partidos da América Latina baseados na origem e ideologia através de pesquisas executadas por outros autores. Panebianco (2005) realiza valiosa atualização dos estudos partidários pelo enfoque organizacional, acentuando a relevância da origem na análise dos partidos e criando conceitos que avaliam sua efetiva configuração. Kirchheimer (2012) traz contribuições incluindo novas tipologias contemporâneas ao fenômeno partidário que incluem estratégias políticas que influenciam na ideologia dos partidos.

Os partidos cumprem papel de ligação entre a política institucional e a sociedade civil. Em uma democracia representativa, os partidos integram um quadro de “[...] instituições mediadoras entre os cidadãos e o estado, sendo condição fundamental para uma democracia estável” (LIPSET, 1993, p. 47). Para Schattschneider (1960), os partidos são instituições com função de organização e liderança, sendo essenciais para o funcionamento da democracia.

Ademais, a classe política que constitui os dirigentes dos partidos participa regularmente da competição eleitoral, candidatando-se a cargos eletivos. Sartori (1982, p. 48) cita os partidos como “[...] canais de expressão, instrumentos da representação do povo”. Também, podem ser caracterizados como “[...] canais de expressão e representação de interesses” (KINZO, 2004, p. 25).

Em nosso modelo democrático os partidos possuem papéis determinados nas “duas arenas do sistema político: a Eleitoral e a Decisória. Nesta última, a atividade está associada à formulação, ao planejamento e a implementação de políticas públicas, participando como atores legítimos no jogo de poder e no processo de negociação política” (KINZO, 2004, p.24). Os partidos políticos, no modelo democrático, são assim caracterizados pelas funções múltiplas de representação e organização.

Em resumo, a importância dos partidos é destacada pela função articuladora que conduz não só o processo eleitoral, como também a arena governativa. De acordo com Paiva, Braga e Pimentel (2007):

Sua importância para o funcionamento da democracia pode ser explicada pelas funções que desempenham: estruturam a competição política na arena eleitoral, fornecem aos cidadãos ofertas na agenda pública e opções em termos de políticas públicas, dão inteligibilidade ao sistema político, são atores fundamentais na formação e sustentação de maiorias governantes. (Paiva, Braga e Pimentel 2007 p. 389)

Para Panebianco (2005), o estudo partidário se estabelece sobre três faces principais de análise: a Eleitoral, a de Governo e a Organizacional. É necessário, portanto, enxergar os partidos como uma organização, capazes de manter o equilíbrio de poder interno ao mesmo tempo em que disputa nas arenas externas.

Observa Sartori (1982, p.378) que “[...] os movimentos externos de um partido – a competição interpartidária – também são uma função de seus movimentos internos, isto é, da competição intrapartidária.” A maneira como a legenda está organizada afeta a sua identidade perante o eleitorado e influência na criação de laços partidários (KINZO, 2005). Logo, há uma conexão lógica entre as três faces do estudo partidário, pois as consequências

de ação interna (Organização) e externa (Governamental e Eleitoral) se afetam simultaneamente. Destaca-se, conseqüentemente, a importância da investigação conjunta das diferentes faces da análise partidária no desenvolvimento dos partidos.

Para estudo do presente objeto de pesquisa, o PSOL, entende-se que a investigação das características organizacionais relacionadas à identificação de seus processos decisórios, somada ao estudo de sua arena eleitoral e governamental (parlamentar), forneça análises complementares sobre sua atuação política.

A importância de se investigar a organização de um partido se dá pela compreensão do funcionamento interno da legenda:

Diante da inegável relevância dos partidos políticos para o funcionamento dos regimes democráticos contemporâneos, é fundamental compreender como essas organizações se estruturam e como se desenvolveram ao longo do tempo. Como as decisões são tomadas no interior dos partidos? Como agem as lideranças partidárias? Quais são as relações entre os partidos e seus membros? Quais são os elementos que provocam transformações no desenho organizacional dos partidos políticos? (AMARAL, 2013, p. 12).

Panebianco (2005) cria conceitos para o estudo organizativo que auxiliam a compreender o desenvolvimento e atuação da legenda como organização. Assim, segundo o autor, os partidos não seriam apenas reflexos sociais como também sistemas autônomos que possuem conflitos internos:

Uma das teses desse livro é de que a principal causa dos conflitos intrapartidários devem ser buscadas no sistema de desigualdades internas do partido que tem sim, ligações com as desigualdades sociais, mas que não é absolutamente seu simples reflexo. Como organização, o partido político é, ao menos em parte, um sistema autônomo de desigualdades, e muitas vezes as tensões que percorrem são essencialmente o produto de tal sistema (p. 6).

O funcionamento do conflito interno das organizações associa-se ao processo decisório dos partidos. Sobre esse ponto, Panebianco (2005) define a coalizão dominante como grupo dirigente desse processo. O conceito é definido como: “Agentes formalmente internos e/ou a organização que controlam as zonas de incerteza mais vitais”⁹ (Id., 2005, p. 65), ou seja, a elite dirigente do partido, o grupo de controle da distribuição de poder (lideranças). No descrito conceito, destaca-se a concepção de *Zonas de Incerteza*, que se entende por os “[...] seis fatores em torno das quais se desenvolvem atividades vitais para a organização: a Competência, gestão das relações com o ambiente, comunicações internas,

regras formais, o financiamento da organização e o recrutamento” (PANEBIANCO, 2005, p. 66), como outra definição importante em sua explanação organizativa.

Para o autor, os partidos enquanto organizações convivem sobre quatro *Dilemas* no qual se opõem os objetivos do partido como causa e suas ações pragmáticas visando ganhos políticos. O primeiro se relaciona a dicotomia entre Modelo Racional e Sistema Natural, que indica a presença de objetivos dispersos ou comuns (respectivamente) dentro dos componentes do partido. O segundo refere-se ao modelo de associação e participação dos atores no interior da legenda. Para Panebianco (2005), as organizações são ao mesmo tempo burocracias (demandam a continuidade da organização e a estabilidade das hierarquias internas) e associações voluntárias (pressupõem algum grau de participação não obrigatória e oferecem incentivos para obtê-la). Assim, há divisão de dois tipos de *Incentivos* que apontam para a distribuição em comum, feita para garantir a participação necessária (*Coletivos*) e a distribuição desigual como forma de estimular participação de elites políticas (*Seletivos*).

O terceiro dilema reporta-se à adaptação da organização partidária ao ambiente externo, em contraposto ao predomínio ambiental. Portanto, o dilema consiste na forma de influência do ambiente no plano intrapartidário e as estratégias de adaptação as múltiplas arenas em que os partidos estão inseridos. O quarto relaciona-se a liberdade de ação em contraponto às coerções organizativas. A divergência desse dilema indica a autonomia dos líderes da organização frente aos fatores coercitivos. Tem-se no equilíbrio dos dilemas organizativos a chave para o objetivo unânime da legenda que é a sobrevivência.

Panebianco (2005) define a *institucionalização* como a modalidade pelas quais as organizações se solidificam. Tal conceito é definido pelas variáveis de *autonomia* ao ambiente externo e *sistematicidade* dos órgãos internos. A análise do ambiente externo necessitaria de uma amplitude de pesquisas que envolvesse outros atores do sistema político brasileiro. Sobre a *sistematicidade* dos órgãos internos está diretamente relacionada a dependência ao ambiente externo. Dessa forma, mesmo sendo de extrema relevância, o conceito de *institucionalização* não será aprofundado na presente análise, constituindo a análise organizacional baseada nos conceitos de *modelo originário*, *dilemas organizativos* e *coalizão dominante*.

Além das três faces do estudo partidário (Eleitoral, Organizacional e Governamental), aponta-se a essencialidade da investigação sobre a gênese do partido ou seu *modelo originário* no desenvolvimento de sua evolução. Afirma Panebianco (2005) que não

há uma “lei férrea” para o desenvolvimento de uma organização, assim, não se sabe exatamente como o partido irá se desenvolver optando por caminhos próprios de evolução. Porém, sua origem fornece informações valiosas para observação das posteriores estratégias organizativas.

Sobre a investigação do *modelo originário*, utiliza-se neste trabalho a definição de Panebianco (2005) caracterizando a importância da origem do partido em seu processo de consolidação:

Os caracteres organizativos de um partido dependem, dentre outros fatores, da sua história, de como a organização nasceu e se consolidou. As modalidades de formação de um partido, os traços que sustentam sua gênese, podem de fato exercer uma influência sobre suas características organizativas, mesmo depois de décadas. Toda organização traz consigo a marca das suas mobilidades de formação e das principais decisões político-administrativas de seus fundadores, as decisões que modelam a organização. (PANEBIANCO, 2005, pag. 92).

Sobre a origem dos partidos, Duverger (1970) postula que o nascimento dos partidos encontra-se, portanto, ligado ao dos grupos parlamentares e comitês eleitor. Não obstante, alguns manifestam uma natureza mais ou menos aberrante em relação ao esquema geral: sua gênese situa-se fora do ciclo eleitoral. A teoria de Duverger (1970) sobre o modelo originário dos partidos defende que as legendas apresentam dois tipos de nascimento: a *origem eleitoral e parlamentar* (interna a quadros eleitorais), em que: “Os grupos parlamentares geralmente vêm a luz antes dos comitês eleitorais: com efeito, houveram assembleias políticas antes que se realizassem eleições” (DUVERGER, 1970, p. 20). E a *origem exterior dos partidos* (externa a quadros eleitorais) em que: “O conjunto de um partido é estabelecido por uma instituição preexistente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento” (Idem, p. 26).

As tipologias construídas por Duverger (1970) sobre origem partidária trazem como consequência o surgimento de dois tipos ideais de partidos, os *Partidos de Quadros* (Origem Interna) e os *Partidos de Massa* (origem Externa). Esses dois tipos ideais são consequências da contextualização política e social dos momentos de surgimento dos partidos, primeiros derivados do século XIX e segundo da primeira metade do Século XX; e trazem consigo elementos característicos desse recorte como influência ideológica e vínculos sociais. Dessa forma, essas tipologias se desenvolvem em contextos específicos, e dificilmente podem se reproduzir no cenário nacional, por isso, dar-se-á nesta pesquisa

prioridade a característica das origens (Externa e Interna) em relação às categorias dos tipos ideais que essas tipologias derivam¹⁰.

A variável origem é fundamental segundo a definição partidária do autor, pois ela estabelece consequências nas características desse partido em seu desenvolvimento. Dessa forma, as tipologias partidárias possuem características opostas. Enquanto os partidos de *origem parlamentar* possuem tendência a serem formados por comitês locais preexistentes que criam um organismo central, sendo assim, mais *descentralizados* do que os de origem externa, eles também tendem a ser menos coerentes e disciplinados em relação a seu oposto e possuem os quadros parlamentares como influenciadores diretos nas decisões coletivas. Já os partidos de *origem externa* possuem características opostas (comissões locais por impulso de um centro, centralizados, mais coerentes e disciplinados, e com parlamentares menos independentes).

Segundo Panebianco (2005), a definição de modelo originário se relaciona às modalidades – de formação de um partido – que sustentam sua gênese e influenciam suas características. São os “[...] fatores de maior incidência na ordem organizativa dos partidos, que explicam sua fisionomia e seu funcionamento, são sua história organizativa (seu passado) e as relações que se estabelece com seus inconstantes ambientes externos” (Id., 2005, p. 91), Porém, suas dimensões para análise das variáveis do modelo originário que influenciam a organização partidária, se distingue de Duverger (1970).

Para Panebianco (2005), os elementos da gênese partidária que influenciam em um posterior desenvolvimento não podem ser simplificados à origem parlamentar e externa. Assim, apenas o nascimento proveniente de uma cúpula eleitoral ou de um órgão exterior ao parlamento não é o suficiente para indicar as influências originárias na evolução dele, pois características das duas tipologias de Duverger (1970) podem aparecer em uma única legenda. “Também pode ocorrer, às vezes, que partidos de criação parlamentar apresentem mais semelhanças organizativas com partidos de criação externa do que os com sua mesma origem” (PANEBIANCO, 2005, p. 93)¹¹.

O autor analisa assim o modelo originário sobre três dimensões: a primeira diz respeito ao modo pelo qual se iniciou ou se desenvolveu a construção territorial da organização. Assim o autor diferencia a construção da organização partidária em três sentidos

¹⁰ Partidos de Massas com ideologia de esquerda, seguindo as características de criação partidária, exterior ao parlamento do século XX. Como Cita Duverger: “Até 1990, na maioria dos partidos eram criados pelo primeiro método (Intraparlamentar) [...] pouquíssimas intervenções externas antes do nascimento dos partidos socialistas, no dealbar do século. A partir desse momento, ao contrário, a criação externa torna-se regra, a criação parlamentar assume assim caráter de exceção” (DUVERGER, 1970. p. 33).

¹¹ Circunstância que pode estar relacionada à formação do PSOL.

diversos: por *Penetração Territorial*, *Difusão Territorial* ou por combinação de ambas as modalidades. A primeira se manifesta quando um centro controla, estimula e dirige o desenvolvimento amplo da organização, a “periferia”. A segunda ocorre quando há o que o autor chama de “germinação espontânea”, em que elites locais num primeiro momento montam associações partidárias e depois são integradas em uma organização nacional. Na construção mista, que combina as duas modalidades, geralmente o desenvolvimento inicial se dá por *Difusão*, e quando o partido é organizado como organização nacional, desenvolve-se a *Penetração Territorial* em associações ainda ausentes.

A segunda dimensão da origem descrita por Panebianco (2005), diz respeito a existência ou não de uma instituição externa que “patrocine” a criação da legenda. Entre essas instituições se incluem igrejas, sindicatos, associações, dentre outros. Sobre a existência dessa instituição interna na criação dos partidos, duas consequências apresentam-se como influenciadores das características partidárias, a primeira liga-se às lealdades organizativas a essa instituição exterior, e a segunda a legitimidade das lideranças internas que a instituição exterior promove na legenda.

O terceiro quesito originário que interfere no desenvolvimento da organização, para Panebianco (2005), relaciona-se ao caráter carismático ou não das lideranças que formaram o partido. Aqui se espera saber se a criação do partido é ou não o veículo de afirmação de uma liderança carismática. Nesse sentido o líder se manifesta como idealizador e intérprete de um conjunto de símbolos políticos ligados à legenda originária. Há possibilidade também de que se o *carisma* não se manifestar por componentes “messiânicos”, como descreve o autor, pode aparecer em determinada situação para condução social, o que seria denominado de *Carisma Situacional*¹².

Sobre divisões “intrapartidárias”, é importante destacar que o PSOL apresenta diversas correntes ligadas a grupos heterogêneos dentro da legenda. Semelhante à divisão de seu partido originário, o PT, o PSOL também possui um conjunto de “tendências” como o *Coletivo PSOL do Povo*, *Movimento de Esquerda Socialista*, *Ação Popular Socialista*, entre outras. Muitas dessas tendências estão relacionadas a grupos formados a partir dos Movimentos Sociais ou coletivos culturais que possuem relevante força interna no partido como órgãos auxiliares que se estabelecem como divisões intrapartidárias. Os grupos também abrigam a grande maioria dos parlamentares do partido (embora alguns se declarem

¹² Como diferença principal, enquanto no *Carisma Puro* o partido não tem existência autônoma em relação à liderança, no *Carisma situacional*, o partido nasce de uma pluralidade de estímulos e impulsos.

independentes). Entre esses grupos, alguns são oriundos de antigas tendências internas do PT, como é o caso da *Ação Popular Socialista* e da *Convergência Socialista dos Trabalhadores*.

Essas tendências se unem em blocos para disputas internas de cargos partidários e apoio a candidaturas eleitorais. Hoje, dois blocos são hegemônicos dentro do partido: O Bloco de Esquerda (BE), que reúne tendências como a Insurgência, MES, CST, dentre outras, e a Unidade Socialista (US), que reúne tendências como a APS-CC, o Fortalecer PSOL e outras.

Em relação aos grupos de poder internos em partidos, Panebianco (2005) os separa em dois tipos: As *tendências* (Grupos com organização mais fraca) e *Facções* (Grupos com organização mais forte)¹³. A coesão dos grupos dirigentes (coalizões dominantes)¹⁴ muda de acordo com a força dessas organizações internas. Assim, a divisão de poder intrapartidária varia de acordo com a força de influência das tendências, o que desperta o interesse em um aprofundamento teórico nestes estudos para compreender a organização da legenda. Essas características reforçam o prestígio dos grupos internos na divisão do poder¹⁵.

Relaciona-se a isso, a investigação acerca do equilíbrio do poder interno no Partido. Biezen (1998) enfatiza que embora os detentores de cargos públicos ocupem espaços de extrema relevância nos partidos das chamadas democracias recentes, é a direção nacional, muitas vezes, que emerge como agente institucional. Apesar da relação se mostrar complexa, uma investigação sobre o equilíbrio de força entre as categorias, que pode apresentar definições no próprio documento estatutário, mostra-se interessante instrumento de análise sobre os estratos partidários, a independência de atuação das correntes e a própria relação com as lideranças ocupantes de cargos públicos.

¹³ Sobre a divisão de poder interno, Eldersveld (1982) define a estrutura de poder em uma legenda como sendo difusa e expressa por várias esferas de direção no interior de um único partido. A divisão das lideranças nesses grupos é denominada *estratarquia*. Essas esferas seriam a expressão direta de alguma coalizão que representa certo grupo no interior do partido. Por haver diferentes tendências representadas por lideranças políticas, muitas vezes com cargos parlamentares, o poder intrapartidário no PSOL, possivelmente se configure por estratos que atuam com certo nível de independência, e até disputando poder no interior da organização.

¹⁴ A contribuição de Panebianco (2005, p. 327) sobre as divisões da coalizão dominante, pode também oferecer instrumentos mais valiosos ao considerar a complexibilidade das organizações. Segundo o autor a coesão e estabilidade das coalizões são as variáveis determinantes para as possibilidades de divisão decisória no partido.

¹⁵ Michels (1982) argumenta que em uma instituição partidária, o grupo detentor do poder decisório utiliza-se de todos os mecanismos possíveis para se manter no poder, numa tentativa de manutenção desse. Esse processo é denominado “Lei de Ferro da Oligarquia”. A análise do autor é feita a partir de contexto partidário específico observando os partidos europeus ainda nas primeiras décadas do século XX. Acredita-se na importância da vertente teórica para explicar o comportamento político de dirigentes nas instituições partidárias, mas, em partidos que possuem divisões de tendências internas, como é o caso do PSOL, aparentemente a difusão de poder interno, destacada por Eldersveld (1982), tenha maior relevância. A conceituação de Michels (1982) poderia ajudar a explicar o processo de expulsão dos “Rebeldes” do PT mais seria necessário outro estudo, tendo o Partido dos Trabalhadores como objeto, para conclusões mais valiosas.

Katz e Mair (1995) propõem a análise da organização partidária a partir de três subestruturas, a direção do partido (party central office), as bases do partido (party on the ground) e sua face em cargos públicos (party in public office). O acúmulo de cargos que relacionem a direção nacional com sua face em cargos públicos poderia dificultar o equilíbrio de forças decisórias internas do partido através da concentração dessas estruturas. Tal ocorrência se relaciona a hipótese do presente trabalho que será verificada através do detalhamento da composição dirigente do PSOL¹⁶.

Em nossa discussão caracterizamos a origem partidária como condição necessária de análise para se entender o desenvolvimento da legenda. Dessa forma, a investigação originária do PSOL será o ponto de partida para se estudar a estruturação organizativa do partido, contribuindo para o esclarecimento de suas estratégias eleitorais e sua atuação parlamentar.

Justifica-se a escolha de Duverger (1970) e Panebianco (2005) como teóricos referenciais no presente estudo devido as suas relevantes contribuições na análise organizacional dos partidos. Os autores também fazem importante relação entre a origem e o desenvolvimento futuro das legendas, análise que corresponde a expectativa do presente trabalho que visa estabelecer as dimensões de influência da gênese do PSOL em sua posterior trajetória.

Não se deseja enquadrar precisamente as características do PSOL aos modelos teóricos dos autores. Entende-se que o contexto político brasileiro, que relaciona a conjuntura do sistema partidário com as regras institucionais dos poderes legislativo e executivo, possui dinâmica própria que se difere do contexto político europeu do século XX, dificultando tal enquadramento, mas acredita-se que a utilização de algumas dimensões teóricas detalhadas pelos autores possam fornecer importante fonte teórica para explanação das variáveis originárias do PSOL.

Sobre Duverger (1970), serão utilizadas suas variáveis de dimensão Originária (interna e externa) debatendo os pressupostos dessa variável e das características que se associam a elas sem inserir o PSOL em suas categorias, por acreditar que essas são fruto de um recorte contextual específico. Já em Panebianco, (2005) serão utilizadas suas variáveis genéticas do PSOL para desenvolvimento da organização. Posteriormente será debatido os elementos dos Dilemas organizativos, retificando que se trata de tipologias ideais teóricas, não se estabelecendo como a realidade prática do partido. Essa análise será justamente

¹⁶ Katz e Mair (2009), revisando sua classificação sobre a construção do partido cartel, cita possível tendência dos partidos contemporâneos possuir direção dominada por parlamentares e membros do governo.

relacionada ao estatuto partidário, caracterizando o debate sobre os pressupostos teóricos do modelo organizativo. O conceito de Coalizão Dominante será definido pelo aspecto organizativo formal do partido, traduzido em sua Comissão Executiva como uma forma de adaptar o pressuposto teórico à realidade partidária nacional.

Entende-se as limitações dos estudos de Duverger (1970) e de Panebianco (2005) justamente por criarem tipologias condizentes com suas realidades de observação. Wolinetz (2002) critica os autores por acreditarem que a teoria dos dois manifesta a existência de uma tendência homogeneizante na evolução dos partidos políticos. Sobre Duverger (1970), a crítica se concentra no fato da teoria do autor acabar se reduzindo a inserção em duas grandes categorias, estabelecendo a segunda como o modelo evolutivo a ser alcançado. Sua teoria assim, além de não reconhecer as múltiplas especificidades partidárias e contextuais, determina um modelo como evoluído. Já em Panebianco (2005), a crítica se estabelece pelo fato do autor, no final do livro, não considerar a possibilidade dos partidos produzirem diferentes modelos distintos ao *partido eleitoral-profissional*¹⁷, sua organização exemplar de desenvolvimento.

Já Samuels e Shugart (2010) defendem que as abordagens teóricas tendem a privilegiar os desenhos institucionais europeus, o que poderia prejudicar a abordagem teórica em países com desenhos distintos. Pode-se exemplificar a quantidade de partidos no cenário nacional, distinta mesmo nos sistemas multipartidários europeus, ou ainda os modelos parlamentaristas presentes em grande parte dos países do velho continente (sistema político não adotado no Brasil) como variantes a serem analisadas na aplicação teórica à realidade local.

Ainda assim, acreditamos que a exposição dos modelos teóricos de Duverger (1970) e Panebianco (2005) podem fornecer auxílio precioso na análise organizativa dos partidos nacionais, se forem destacadas as imprecisões derivadas dos diferentes contextos. Seus conceitos são fundamentais na verificação da presente pergunta de pesquisa que relaciona a origem do PSOL com seu desenvolvimento organizativo. Retifica-se que se consideram apenas as dimensões de análise sobre as variáveis de organização de Duverger (1970) e Panebianco (2005), não adaptando seus resultantes tipológicos (Partidos de Quadro e Massas, e Partido Profissional Eleitoral respectivamente).

¹⁷ Partido eleitoralmente orientado. Partidos acabam se organizando segundo esse modelo devido ao grau de autonomia do eleitorado. Ver mais em Panebianco (2005) – Capítulo XIV Partidos e Democracia: transformações e crises.

2.2 Origem do PSOL: antecedentes e atores da nova legenda socialista

Na presente seção será examinada a construção histórica do PSOL, através de sua gênese a partir do conflito interno no PT e a composição de sua primeira *coalizão dominante*, simbolizada pela formação da primeira Executiva Nacional do partido. Posteriormente, dar-se-á análise das variáveis originárias de Duverge (1970) sobre os tipos de origem e Panebianco (2005) sobre as dimensões que compõem a construção organizativa inicial da legenda, visando identificar um possível modelo genético da nova legenda socialista.

O Partido do Socialismo e Liberdade foi fundado em 4 de junho de 2004 (seu registro eleitoral só foi adquirido no dia 15 de setembro de 2005), a partir de uma Convenção, articulada por quatro parlamentares, deputados federais: Luciana Genro (RS), Babá (PA) e João Fontes (SE) e da Senadora Heloisa Helena (AL), expulsos do Partido dos Trabalhadores em 2003, com o apoio de antigos militantes deste mesmo partido.

Anterior à fundação do PSOL e do estopim que culminou com a expulsão dos quatro parlamentares do Partido dos Trabalhadores, por ocasião à votação legislativa da Reforma da Previdência Social de 2003, insatisfações internas na legenda já mostravam indícios de uma possível ruptura partidária relacionada a divergências entre o posicionamento do governo federal petista, ocupado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva (desde 2003) e correntes intrapartidárias.

Um grupo de parlamentares petistas (conhecidos internamente como “Radicais”) – ainda no primeiro ano de governo do Presidente Lula – se posiciona de forma contrária à proposta de Reforma da Previdência por acreditarem que essa iria contra o interesse dos trabalhadores. Entre medidas incluídas na reforma, incluía-se uma taxaçoão a servidores públicos inativos e o aumento da idade mínima para aposentadoria.

Anterior à própria votação, os parlamentares já tinham sido ameaçados de desligamento do partido, caso permanecessem nesse posicionamento contrário à Reforma da Previdência¹⁸ e ao posicionamento do partido frente ao executivo federal.

Como argumenta Singer (2010), o Partido dos Trabalhadores no decorrer da sua história, mas principalmente entre o final dos anos 90 e o começo dos anos 2000, sofre modificações em suas diretrizes de ação política, vinculadas a maiores perspectivas eleitorais que resultam em ambivalência no partido, abrigando elementos de sua origem radical de

¹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u50644.shtml>> Acesso em: 20 jan. 2017.

esquerda (Colégio de Sion) com ações pragmáticas eleitorais (Espírito de Anhembi)¹⁹. Esse elemento de maior pragmatismo político²⁰ é um dos fatores apontados pelo autor para a insatisfação interna de alguns de seus membros:

A transformação do Partido dos Trabalhadores (PT) salta à vista de quem, por diferentes motivos, acompanha o percurso da agremiação fundada em fevereiro de 1980 no Colégio Sion, em São Paulo. Militantes percebem, dia a dia, que antigas práticas já não vigoram, cedendo lugar a condutas inusitadas pelos critérios de antes. (SINGER, 2010, pág. 89).

Dois pontos centrais são citados por Singer (2010) como elementos que simbolizam a aproximação de práticas mais pragmáticas no Partido dos Trabalhadores, causando conflitos internos. O primeiro se relaciona a uma mudança pragmática na articulação das alianças partidárias. O autor afirma que o PT modifica seus princípios de aliança tendo em vista maiores ganhos eleitorais.

Enquanto a alma do Sion primava pela ênfase ideológica, não aceitando juntar-se sequer a partidos de centro, a do Anhembi aprovou uma chapa formada por Lula e um empresário filiado ao Partido Liberal (PL), agremiação que levava no próprio nome a adesão ao credo oposto ao do PT. (SINGER, 2010, p. 106)

O segundo se relaciona a divulgação da “Carta ao Povo Brasileiro”²¹ na campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, em junho de 2002, reiterando a garantia pela busca de estabilidade econômica contrariando qualquer expectativa de maior ruptura da ordem econômica estabelecida no governo anterior de centro-direita. Como descreve o autor: a “[...] alma do Anhembi, expressa no programa Lula 2002, assume um compromisso com a estabilidade, o qual conforme indicamos, em outro lugar, condiz com o sentimento do subproletariado, que começava a se aproximar do partido, e acalmava a burguesia.” (SINGER, 2010, p. 105).

Outras ações políticas do governo petista agravaram o processo de divergência interna na legenda, como o apoio do partido à candidatura à Presidência do Senado Federal do

¹⁹ Colégio de Sion faz referência ao local de fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, representando a gênese do partido simbolizado pela ideologia radical de esquerda. Espírito do Anhembi faz referência ao centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, local em que foram feitas reuniões do Diretório Nacional Petista, no período Pré-Eleitoral de 2002, no qual foi divulgado o futuro programa de Governo do Presidente Lula. Nos encontros, foram apresentadas as propostas de continuidade de processos econômicos de governos anteriores, visando estabilidade financeira, simbolizando a nova característica de pragmatismo político do Partido (SINGER, 2010).

²⁰ Processo influenciador do realinhamento eleitoral existente nas eleições de 2002 e 2006, com vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva, como afirma o autor no decorrer da seção: O realinhamento de 2002 a 2006 e suas consequências (SINGER, 2010, p. 90-100)

²¹ Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaapovobrasileiro.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2017.

ex-presidente José Sarney (AP)²², do PMDB, e o lançamento de Henrique Meirelles (até então filiado ao PSDB) à Presidência do Banco Central no primeiro ano do Governo Lula²³.

As modificações que geraram mais pragmatismo na ação política do Partido dos Trabalhadores não foram bem recebidas, de forma unânime, pela totalidade do partido. Samuels (2004) cita que o processo de “Moderação” petista é ocasionado pela experiência de poder que alguns políticos do partido tiveram em âmbitos municipal e estadual. O tema não será aprofundado neste espaço por fugir ao objetivo proposto neste trabalho, mas fica evidente que o processo de moderação é um dos aspectos do conflito interno do partido.

No contexto político nacional durante o período, verifica-se um momento de contraste entre os defensores da esquerda ideológica nacional. O PT ascende ao poder do Executivo Federal com desconfiança de setores da esquerda (recebe críticas do PSTU, por exemplo, diante da postura no período eleitoral²⁴). Após os primeiros meses de governo de Lula, as críticas se intensificam, gerando divergências internas no PT, que ocasionaram a expulsão dos Parlamentares criadores do PSOL.

Seguindo o mesmo padrão de política econômica do governo anterior, sem intervenções estruturais bruscas na economia ou sinalização de regulamentação de mercado, o governo Petista é acusado de manter um governo de diretrizes neoliberais²⁵. No cenário econômico, o país passava por uma crise em 2003 com dólar em alta e dívida pública consumindo quase 75% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional²⁶. Mesmo assim, a popularidade do Presidente Lula permanecia alta, considerando a manutenção dos acordos financeiros para tentar reverter a situação econômica²⁷.

Concomitantemente, Lula inicia uma série de programas sociais voltados à unificação de políticas assistencialistas já existentes (como é o caso da unificação de programas de transferência de renda no denominado Bolsa Família, em janeiro de 2004), ou criando outros programas sociais como o Fome Zero (criado ainda em 2003).

²² Figura histórica da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista durante o Regime Militar Brasileiro.

²³ Como citam Edilson Silva e Albanise Pires, membros da executiva nacional do PSOL, “O governo Lula já tinha colocado Henrique Meirelles na Presidência do Banco Central, José Sarney na Presidência do Senado e já tinha aprovado uma contrarreforma da Previdência, a mesma que os movimentos sociais e a esquerda brasileira tinham estancado nos governos de FHC. Era contra isso que se juntaram tantas tradições da esquerda brasileira” (SILVA; PIRES, 2016, p. 105).

²⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu-chama-o-voto-em-lula/>> Acesso em: 23 jan. 2017.

²⁵ Ver mais em: “A opção Neoliberal do primeiro mandato do governo Lula” Tristão, E. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011.

²⁶ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/em-2003-cenario-economico-brasileiro-era-pior-que- agora-15596979>> Acesso em: 23 jan. 2017.

²⁷ Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u49760.shtml> Acesso em: 23 jan. 2017.

Cria-se um dilema na esquerda brasileira em que boa parte dos integrantes petistas defende a manutenção das ações econômicas de Lula como necessárias aos benefícios sociais por ele propostos, enquanto outra parte, composta por militantes dos outros partidos de esquerda e um segmento do próprio PT, manifesta que ausência de ações voltadas a ruptura da política econômica vigente, não trariam ganhos reais à classe trabalhadora. O grupo crítico lança inclusive um manifesto propondo criação de um novo partido, tendo em vista que a ala hegemônica petista mantém apoio ao governo Lula²⁸.

Assim, após as divergências internas do PT durante a proposta da reforma da Previdência em 2003, culminando na expulsão dos quatro parlamentares anteriormente mencionados, o movimento para a criação de um novo partido se intensifica visando se estabelecer como uma oposição ideológica de esquerda ao governo de Lula.

Os quatro “Rebeldes” (congressistas expulsos) petistas participavam de tendências distintas internas no PT. Essas tendências são ligadas a heterogeneidade de correntes ideológicas de esquerda que formou o Partido dos Trabalhadores. Entre os congressistas petistas dissidentes, como pode ser observado no quadro 1.2, o deputado federal Babá-PA (João Batista Oliveira de Araújo) participava da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)²⁹, de influência *trotskista*³⁰, que integrava o Partido dos Trabalhadores. Depois da expulsão de Babá, um dos dirigentes da CST, a corrente se desliga do PT e inicia o movimento para a formação do novo partido, da qual faria parte.

Já a deputada federal Luciana Genro-RS, possuía ligação com o Movimento Esquerda Socialista (MES) relacionado à Liga Operária do Brasil³¹. Com a expulsão da deputada – representante do movimento na Câmara dos Deputados – a corrente também se desliga do PT e auxilia na fundação do PSOL. A ex-Senadora por Alagoas Heloísa Helena foi ligada ao grupo político denominado Liberdade e Revolução, que posteriormente compõe a tendência Enlace, oriundo também de militantes dissidentes do PT (no Partido dos

²⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3010200319.htm>> Acesso em: 23 jan. 2017.

²⁹ Anteriormente compunha a Convergência Socialista, corrente que sofre cisão e tem militantes expulsos do Partido dos trabalhadores no ano de 1992, por divergências internas, fundando posteriormente o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7796>> Acesso em: 23 jan. 2017.

³⁰ Doutrina Marxista baseada nos escritos de Leon Trotsky cujo defendia uma versão considerada ortodoxa do Marxismo. Ideia principal baseava-se na teoria da revolução permanente que argumentava que: “As contradições entre um governo dos trabalhadores e uma esmagadora maioria de camponeses num país atrasado só poderiam ser resolvidas em escala internacional, nos limites de uma revolução mundial” (TROTSKI, 1922). Disponível em: <<http://cstpsol.com/home/dl/Leon%20Trotsky/A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20de%201905.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2017.

³¹ Ver mais em: “Um Pouco da História da Esquerda” Cardoso, H (1984). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451984000300012> Acesso em: 23 jan. 2017.

Trabalhadores compunha a Democracia Socialista), que integra o Partido do Socialismo e Liberdade. Já o deputado federal por Sergipe, João Fontes, participou do movimento inicial para criação do PSOL, sem ligações com correntes internas (independente), mas se desliga pouco tempo depois em 2004, ainda antes do registro eleitoral do partido em 2005³².

Mesmo sendo grupos diferentes, há de se destacar que os grupos dissidentes do PT possuem semelhanças ideológicas. Um exemplo disso é que o próprio Movimento Esquerda Socialista surge a partir de uma dissociação da Convergência Socialista de Trabalhadores, quando esses ainda compunham o Partido dos Trabalhadores.

A diversidade de Correntes oriundas do PT, que integram a formação inicial do PSOL, amplia a compreensão das disputas políticas internas do partido originário. Os conflitos, resultantes da ruptura e posterior formação do PSOL, não se relacionaram a divergências de apenas um grupo intrapartidário contrário a hegemonia dirigente petista. Divergências internas partem de tendências heterogêneas, que não estavam de acordo com a atuação política do PT no Governo Federal. Entende-se que os grupos dissidentes ao conciliar a crítica ao governo Petista, representam uma unidade à discordância das ações políticas do partido originário, mas retifica-se que a composição inicial do PSOL não parte de apenas um grupo interno discordante, e sim da união de correntes distintas.

Quadro 1.2 - “Rebeldes”: Parlamentares Expulsos do PT (2003) fundadores do PSOL (2004)

Nome	UF	Cargo	Corrente interna no PSOL
Heloisa Helena	AL	Senadora	Enlace
Luciana Genro	RS	Deputada Federal	Movimento Esquerda Socialista (MES)
Babá	PA	Deputado Federal	Convergência Socialista dos Trabalhadores (CST)
João Fontes	SE	Deputado Federal	*Independente

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site www.Psol50.org.br

**João Fontes se desliga do PSOL pouco tempo depois de sua criação, visando maiores perspectivas eleitorais em seu Estado³³.*

³² Expulsão de João Fontes do PT também ligada ao fato do deputado ter divulgado um vídeo, gravado em 1987, do Ex-presidente Lula, criticando o Ex-presidente José Sarney e suas propostas de mudança da Previdência Social. A Comissão de ética petista Analisa a ação de divulgação do vídeo e o Deputado Federal João Fontes é o primeiro a ser expulso por contrariar a Proposta de Reforma da previdência. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI114951-EI306,00>> Punicao+de+Joao+Fontes+sera+votada+pelo+Diretorio.html> Acesso em: 25 jan. 2017.

³³ PSOL divulga, juntamente com o PSTU, nota desvinculando a imagem regional do Parlamentar ao partido. Segundo a nota, a política de João Alfredo não estava de acordo com a política da legenda do Socialismo e Liberdade. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/11842>> Acesso em: 25 jan. 2017.

Como explica Schattschneider (1960), a dinâmica da política tem origem no conflito. Nesse sentido, quem tem o controle da escala do conflito possui o instrumento necessário para definição das estratégias políticas como modo de manter a estabilidade no poder. A ação dos “Rebeldes” que contrariava a orientação da direção do PT é uma ação que vai contra os detentores da escala do conflito. A elite dirigente hegemônica do PT, ao abrigar políticos que foram contra a orientação partidária do campo majoritário, poderiam encontrar dificuldades na dinâmica decisória interna. A dinâmica da origem do PSOL nasce sobre esse conflito resultante da ruptura dos congressistas que posteriormente se uniram na formação do novo partido.

Os elementos que culminaram com a expulsão dos parlamentares resultaram desse processo de divergência interna, que incluiu conflitos ideológicos e disputas de poder. Portanto, a expulsão dos parlamentares “rebeldes” liga-se aos dois fatores. Um deles, de caráter ideológico, na medida em que os parlamentares foram expulsos por não compactuarem com proposta política do Partido (são inclusive avisados sobre a possibilidade de punição se mantivessem a postura contrária à orientação do partido)³⁴. Acrescenta-se a isso a questão disciplinar majoritária dentro do partido. Quando votaram contra a orientação dos líderes partidários, estabeleceram-se como opositores à autoridade que comandava a legenda.

Em discurso feito no diretório nacional, já no período final do processo de expulsão dos parlamentares, a deputada Luciana Genro ressalta a perspectiva de expulsão relacionada à ação de contestação política que revela um processo de caráter disciplinar, mas também como consequência do conflito ideológico³⁵.

Em primeiro lugar é preciso dizer que não estamos diante de um processo disciplinar. A maior demonstração disto é que o processo da comissão de ética não versou sobre nosso voto na reforma da previdência. Apesar das inúmeras declarações do Presidente Genoíno, de que o problema era como votaríamos na reforma, não foi sobre isto que nós falamos na comissão de ética. Nós fomos questionados sobre as nossas declarações, e as nossas ações políticas decorrentes dessas declarações, nós fomos questionados a respeito de cada palavra dita e publicada pela imprensa e pela nossa presença nas mobilizações da greve dos servidores. Portanto, nós estamos aqui perante um processo de contestação de posições políticas que nós assumimos ao longo deste ano. (Pronunciamento de Luciana Genro na reunião do Diretório Nacional, 14/12/2003)³⁶.

³⁴ Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u48967.shtml> > Acesso em: 23 jan. 2017.

³⁵ Em julho de 2003 é divulgado um manifesto pela *Socialist Review*, encabeçado pelo linguista Noam Chomsky e pelo cineasta Ken Loach, apoiado por outros políticos e intelectuais reconhecidos pelo posicionamento político de esquerda, reivindicando que o PT revogasse o processo de expulsão dos “Rebeldes” do Partido. Disponível em: <<http://www.thepetitionsite.com/takeaction/834/777/053/>> Acesso em: 23 jan. 2017.

³⁶ Discurso citado no dia 18/12/2003 na Câmara dos Deputados pela Deputada Luciana Genro (RS) retificando o posicionamento contrário a expulsão dos parlamentares pelo Partido dos trabalhadores (PT). Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/plenario/notas/extraord/2003/12/EM181203.pdf>> Acesso em: 23 jan. 2017.

Após a expulsão dos congressistas³⁷, inicia-se um movimento para consolidação de um novo partido que abrigasse as correntes políticas dissidentes do PT e os demais militantes que simpatizassem com os ideais desse novo movimento. Em Janeiro de 2004 é realizado um encontro em que se cria a *Esquerda Socialista Democrática* (ESD), movimento originário que define as bases de um programa provisório para a formação do novo partido³⁸.

Pompêo (2007) também cita participação de militantes do PSTU na construção do recente debate acerca da Esquerda Socialista Democrática, mas posteriormente há um certo afastamento por discordâncias internas acerca da possibilidade de divisões (tendências) políticas permanentes³⁹ no partido que estava para nascer. Assim, nota-se que a subdivisão em tendências intrapartidárias aparece como uma das essências do movimento para a origem da nova legenda Socialista.

Algumas correntes internas petistas participam desse novo movimento, que futuramente resultaria no processo de criação do PSOL, como cita João Batista Oliveira Araújo (BABÀ):

São signatários do documento da Esquerda Socialista e Democrática (antecessora do PSOL) a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), o Movimento Esquerda Socialista (MES), representantes do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), do Coletivo Socialismo e Liberdade (C-SOL) e de organizações como Socialismo Revolucionário (SR). (BABÀ, 2016, p. 46)

Posteriormente, dá-se a fundação do novo partido, o PSOL, com a criação do primeiro estatuto datado do dia 6 de junho de 2004, e assinado pela primeira presidente do partido, a Senadora Heloisa Helena⁴⁰. Entretanto, o registro eleitoral não é obtido imediatamente. Somente em 15 de setembro de 2005 o partido consegue juntar as assinaturas legais necessárias para o registro partidário oficial frente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), possibilitando a participação nas eleições do ano seguinte, em 2006⁴¹.

³⁷ Chico de Oliveira (Francisco Oliveira), renomado sociólogo e um dos fundadores do PT, se desliga do partido após a expulsão dos congressistas e divulga artigo criticando as ações políticas do governo Lula e as orientações partidárias Petistas. Posteriormente, o intelectual também se filia ao PSOL. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1412200304.htm>> Acesso em: 23 jan. 2017.

³⁸ Disponível em: <<http://www.lsr-cit.org/psol/50-psol/187-um-historico-do-psol--a-luta-por-um-novo-partido-de-esquerda-no-brasil>> Acesso em: 24 jan. 2017.

³⁹ Concepção do Centralismo democrático, citado por Pompêo (2007) característica do PSTU cujas tendências internas são apenas temporárias, e a posição majoritária seguida é decidida pelas orientações políticas vitoriosas nas instâncias decisórias (Congresso). Disponível em: <<http://www.lsr-cit.org/teoria/55-teoria/141-o-que-e-centralismo-democratico>> Acesso em: 24 jan. 2017.

⁴⁰ Destaca-se que a Senadora Heloisa Helena era a maior referência política na fundação do novo partido, como afirma Silva e Pires (2016).

⁴¹ Para criar um partido político no Brasil, é necessária a assinatura de 101 fundadores divididos em pelo menos 1/3 (nove) estados da federação. A partir desse registro provisório, concretiza-se o registro definitivo após o

Outros intelectuais e ex-militantes históricos do PT como o ex-deputado Milton Temer (RJ) e Roberto Robaina (RS), ex-integrante da Executiva nacional do PT, os filósofos Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Paulo Arantes e o sociólogo Ricardo Antunes também participaram da fundação do novo partido. A primeira reunião do novo movimento ocorre no dia 19 de janeiro de 2004 (um mês após a saída dos “rebeldes”), organizada pelos parlamentares expulsos.

Concomitantemente ao processo de criação e registro da nova legenda socialista (PSOL), em 2005, o Partido dos Trabalhadores (PT), que ainda governava o Executivo Federal, é envolvido em um escândalo de corrupção conhecido como “Mensalão”⁴². O escândalo envolveu diversos políticos do Partido dos Trabalhadores incluindo o ex-ministro Chefe da Casa Civil José Dirceu – figura fundamental no processo de moderação do PT como descreve Singer (2010) – o ex-presidente do Partido José Genuíno e o ex-tesoureiro, Delúbio Soares. O escândalo, conseqüentemente, expôs o partido à contestações, inclusive internas, sobre a participação de políticos no caso de corrupção, potencializando ainda mais os conflitos entre os seus membros.

Ainda em 2005, logo após o registro eleitoral da nova legenda, outro grupo de políticos descontentes com a atuação política do PT se desliga do partido, e alguns se filiam ao recém-criado PSOL (conhecidos como grupo dos trinta), conforme observado no quadro 2.1. Entre eles destacam-se os Deputados Federais Ivan Valente (SP), Orlando Fantazzini (SP), com breve passagem pela legenda, Chico Alencar (RJ), Maninha (DF), João Alfredo (CE), além dos deputados estaduais Afrânio Boppré (SC), Randolfe Rodrigues (AP), Carlos Gianazzi (SP) e Brice Bragato (ES).

Outros políticos não ligados ao PT se filiam ao partido como é o caso de Martiniano Cavalcante ex-PSTU e PV, um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores e de Geraldo Mesquita⁴³, ex-Senador do Acre pelo PSB. Define-se a ampla hegemonia de políticos oriundos do PT na origem do PSOL.

recolhimento de 0,5% dos votos validos (que excluem brancos e nulos) da ultima eleição para a câmara dos deputados, correspondentes ao apoio dos eleitores. As assinaturas tem que ser recolhidas em no mínimo 1/3 dos estados da federação (nove) e devem corresponder no mínimo a 10% do eleitorado de cada um deles. Ver mais em: lei dos partidos. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/sumario-lei-dos-partidos-politicos>> Acesso em: 25 jan. 2017.

⁴² Escândalo de corrupção relacionado a desvio de dinheiro público para compra de votos de parlamentares no congresso nacional, que tem sua deflagração no ano de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 25 jan. 2017.

⁴³ Passagem breve e tumultuada do ex- Senador tendo em vista que Geraldo se desliga do partido após acusações de nepotismo. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/apos-mensalinho-geraldo-mesquita-deixa-psol/>> Acesso em: 25 jan. 2017.

Quadro 2.2 - Crescimento do PSOL: Parlamentares e Políticos históricos Ingressantes no Partido em 2005

Nome	Cargo /Atuação Política	UF	Tendências Iniciais no PSOL*	Origem Partidária
Orlando Fantazzini	Depurado Federal	SP	Enlace	PT
Chico Alencar	Deputado Federal	RJ	Independente	PT
Maninha	Deputado Federal	DF	Ação Popular Socialista (APS)	PT
Ivan Valente	Deputado Federal	SP	Ação Popular Socialista (APS)	PT
João Alfredo	Deputado Federal	CE	Enlace	PT
Afrânio Boppré	Deputado Estadual	SC	Ação Popular Socialista (APS)	PT
Randolfe Rodrigues	Deputado Estadual	AP	Ação Popular Socialista (APS)	PT
Carlos Gianazzmaioi	Deputado Estadual	SP	Independente	PT
Brice Bragato	Deputado Estadual	ES	Ação Popular Socialista (APS)	PT
Geraldo Mesquita	Senador	AC	**	PSB
Edmilson Rodrigues	Ex-prefeito de Belém	PA	Ação Popular Socialista (APS)	PT
Plinio de Arruda	Fundador e Militante histórico do PT	SP	Coletivo Socialismo e Liberdade	PT
Marcelo Freixo	Militante Histórico do PT	RJ	Independente	PT
Gilberto Maringoni	Militante histórico do PT	SP	Fortalecer o PSOL	PT

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

*Tendências Iniciais dos Parlamentares no partido. Posteriormente, essas tendências sofrem modificações e alguns desses parlamentares trocam de corrente interna

** Geraldo Mesquita teve breve passagem pelo PSOL (saindo ainda em 2005) não participando ativamente das tendências internas.

Sobre as saídas e o possível afastamento petista de políticas ideológicas de esquerda, Ivan Valente e Plinio de Arruda Sampaio afirmam em nota os motivos de seus desligamentos: o PT “esgotou seu papel como instrumento de transformação da realidade brasileira”⁴⁴, e criticam ainda a predominância do campo majoritário petista na defesa do Governo de Lula.

O Deputado Ivan Valente descreve que os parlamentares do PT que discordavam das políticas do governo Lula tinham três opções: manter-se no partido e tentar modificações internas, sair do partido para desenvolver a fundação de uma nova legenda ou apoiar-se nos movimentos sociais, fora da lógica partidária. Inicialmente, a primeira alternativa foi a escolhida pelo grupo político de Ivan Valente. Porém, o PT parecia se

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.ivanvalente.com.br/plinio-de-arruda-sampaio-e-ivan-valente-trocam-pt-por-psol-2/>> Acesso em: 26 jan. 2017.

integrar cada vez mais a uma lógica de atuação política cujo tal ala não compactuava (alianças com partidos sem proximidade ideológica e grandes doações empresariais para campanhas eleitorais). Dessa forma, a escolha foi seguir a segunda alternativa, pois se acreditava que “[...] o vínculo institucional a um partido como o PSOL não enfraqueceria a luta em movimentos sociais.” (VALENTE, 2016, p. 123).

Muitos dos políticos que ingressam no PSOL em 2005, posteriormente ao seu processo inicial de criação, haviam declarado posição contrária à proposta da Reforma da Presidência, mas diferentemente dos “Rebeldes” expulsos no primeiro momento, esses parlamentares optaram por se abster da votação (posição que, efetivamente, se estabelece de forma contrária a aprovação da proposta na Câmara dos Deputados), e foram assim suspensos pelo Partido dos Trabalhadores, mas não expulsos⁴⁵. Logo em seguida, esses parlamentares preferiram o desligamento por conta própria (para posterior filiação ao PSOL) como foram os casos de Orlando Fantazzini (SP), Ivan Valente (SP), Maninha (DF), João Alfredo (CE) e Chico Alencar (RJ)⁴⁶.

Destaca-se também o abandono coletivo da antiga Tendência Petista Ação Popular Socialista (APS)⁴⁷, que se filiou ao PSOL (ver parlamentares em destaque na tabela 2), na qual parlamentares como Ivan Valente, Edmilson Rodrigues e Clécio Luís possuíam papel de liderança. A APS rapidamente se tornou uma das correntes hegemônicas no novo partido, principalmente pela força política de seus integrantes (maioria dos cargos políticos do Partido). A observação dos políticos em relação às tendências que participavam é válida, pois elas integravam blocos de correntes que inclusive participavam de disputas de poder interno para cargos dentro do partido e eletivos. As diferentes tendências relacionadas a diversas lideranças políticas, algumas com cargos parlamentares, ajudaram a evidenciar o elemento de unidades organizacionais, com certa autonomia no partido já em seu nascimento.

Como assevera Pompêo (2007), o partido se formava através da expectativa de se tornar um abrigo à esquerda socialista, se estabelecendo pelo reagrupamento de diversos grupos de orientação política socialista.

Outro aspecto relevante no surgimento da legenda do Socialismo e Liberdade (PSOL), no contexto político, é o fato de ele já nascer com alguns integrantes com representação parlamentar no Congresso Nacional (também em Assembleias Legislativas

⁴⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52939.shtml>> Acesso em: 27 jan. 2017.

⁴⁶ Tal posicionamento reforça a argumentação de motivação dupla sobre a expulsão dos “Rebeldes”. Além da diferenciação ideológica, os parlamentares retificam a posição contrária a reforma na votação, chocando-se com a orientação das lideranças partidárias petistas. Os que parlamentares que optaram por se abster da votação não sofreram penalidade tão severa, optando por sair do partido por conta própria posteriormente.

⁴⁷ Disponível em: <<http://acaopopularsocialista.org.br/>> Acesso em: 27 jan. 2017.

Estaduais). Algumas lideranças como Plínio de Arruda Sampaio e Marcelo Freixo não possuíam cargos parlamentares, mas possuíam bagagem eleitoral pela participação em outras eleições ou são conhecidos pela participação em outras ações políticas⁴⁸.

A análise dos dados dos quadros 1.1 e 2.1, mostra que o partido possui número relevante de políticos com cargos eletivos em sua fundação, antes mesmo de participarem das eleições. O fato se relaciona à expulsão dos congressistas “Rebeldes” na votação da Reforma da Previdência e a posterior migração partidária na segunda onda de filiação ao PSOL⁴⁹. Esse fator influencia as estratégias eleitorais, pois os candidatos já possuíam bagagem política e mandatos vigentes. A partir da análise dos primeiros resultados eleitorais do PSOL, essa influência poderá ser reafirmada numericamente, ao se observar que os principais candidatos eleitos pela nova legenda são remanescentes de mandatos anteriores.

O PSOL nasce pelas circunstâncias apresentadas como um partido de oposição ao Governo Federal. Para Panebianco (2005)⁵⁰, os partidos opositoristas tendem a desenvolver a organização de forma mais independente do Estado. No contexto brasileiro, as variáveis de independência se diferem, pois, mesmo não compondo o governo, todos os partidos possuem participação no Fundo Partidário e acesso aos meios de comunicação pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)⁵¹. Mesmo assim, destaca-se que em seus dez anos de existência, o PSOL se mantém como oposição, não se beneficiando do suporte burocrático institucional que os partidos das coligações governistas possuem⁵².

A composição da primeira *coalizão dominante* do PSOL – representada pela formação da Executiva Nacional do partido – foi consolidada no Encontro de consolidação do partido (2004), diferentemente dos processos posteriores na qual a Executiva Nacional foi definida nos Congressos Nacionais do partido. A composição da Executiva foi definida por acordo entre as tendências internas do partido, respeitando o tamanho de cada grupo

⁴⁸ Nos exemplos específicos, Plínio de Arruda Sampaio já havia sido deputado Federal por São Paulo pelo Antigo partido Democrata Cristão nos anos 60 e pelo PT nos anos 80/90 (1963-1964;1985-1986;1987-1991) além de possuir outras candidaturas como ao governo do Estado de São Paulo em 1990. Já Marcelo Freixo, havia sido coordenador da comissão de direitos humanos da assembleia legislativa do Rio de Janeiro de 1999 a 2002, além de atuações significativas em outros movimentos como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST).

⁴⁹ Legislação partidária anterior a 2007 não dificultava a migração partidária mantendo os mandatos eletivos as figuras políticas individuais. Hoje, após consultas do TSE em 2007, se estabeleceu que migrações de deputados federais, estaduais e vereadores podem ser passíveis de perda de mandato. Disponível em: <www.tre-sc.jus.br/site/resenha-eleitoral/edicoes-impressas/integra/2012/06/fidelidade-partidaria-e-mandato-eletivo/index165b.html?no_cache=1&cHash=dc633558182236c7cf93f34c62bf4819> Acesso em: 26 jan. 2017.

⁵⁰ ⁵⁰ “Devemos esperar, portanto, que os partidos que nascem e se consolidam na oposição tendem mais facilmente a se tornarem instituições fortes” (PANEBIANCO, 2005, p. 128).

⁵¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-dos-partidos-politicos/sumario-lei-dos-partidos-politicos>> Acesso em: 27 jan. 2017.

⁵² Cita-se como exemplo a construção de agendas do executivo federal ou a participação em cargos de nomeação como são os casos dos ministérios.

interpartidário, e se manteve na direção do partido até a realização de seu primeiro Congresso Nacional realizado no ano de 2007. Em 2005 foi incorporada a Executiva militantes da tendência APS, integrada ao partido no mesmo ano.

Quadro 3.2 - Formação da Executiva Nacional do PSOL 2004-2007

Nome	Corrente Interna no PSOL
Heloisa Helena (Presidente)	Liberdade Vermelha (LV) ⁵³
Babá	CST
Edilson Silva	MÊS
Roberto Robaina	MES
Luciana Genro	MES
Martiliano Cavalcante	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)
João Machado	Liberdade Vermelha (LV)
Milton Temer	Independente
André Ferrari	Socialismo Revolucionário (SR) ⁵⁴
Silvia Santos	CST
Mario Angra	MES
Tostão	CSOL
Júnia Golveia	CSOL
Marcelo Badaró	Independente
Gilberto Cunha	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL)
Luiz Araújo	APS (2005)
Toninho	APS (2005)
Gesa Linhares Corrêa	APS (2005)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Silva (2011, p. 99).

Na formação de sua primeira Executiva Nacional nota-se a presença dos fundadores do partido, Heloisa Helena, Babá e Luciana Genro, “Rebeldes” expulsos do PT, com a ausência de João Fontes (que saiu do PSOL pouco tempo depois de sua fundação). Evidencia-se também a distribuição de poder entre as tendências do partido em seu momento originário. Tendências como MES e a APS já se estabelecem com poder político possuindo 4 e 3 representantes na Executiva Nacional, respectivamente.

Mesmo verificando alguns nomes parlamentares integrantes da primeira Executiva Nacional, como o caso dos “Rebeldes” anteriormente citados, ainda não é possível

⁵³ Mais tarde troca de nome para Liberdade e Revolução (LR). Posteriormente, em dezembro de 2005 há um reagrupamento de tendências internas incluindo a Liberdade e Revolução (LR) que resultam na formação do Enlace., como descreve Pompêo (2007).

⁵⁴ Depois se torna Liberdade, Socialismo e Revolução.

fazer entre a formação da Executiva Nacional do partido com a concentração de cargos parlamentares, pois nessa formação inicial os políticos ainda não teriam concorrido a nenhuma eleição pela legenda recém-criada. Dessa forma, a análise da concentração poderia resultar em dados equivocados tendo em vista a ausência de políticos eleitos pela legenda partidária do PSOL.

A partir do Congresso Nacional de 2007, a formação da Executiva Nacional já atravessou um processo eleitoral, sendo possível a verificação da hipótese específica do presente trabalho. Será importante verificar a reprodução dos nomes da primeira Executiva Nacional na formação da segunda, e verificar se já registrado eleitoralmente, o partido manifesta concentração de cargos públicos com cargos internos.

Sobre o embasamento teórico do *modelo originário*, aplicado nos partidos de acordo com a teoria de Duverger (1970), o nascimento do PSOL estaria ligado a uma origem Interna ao Parlamento (Intraparlamentar). A relação com a criação intrapartidária se reforça ao observar a iniciativa de fundação do partido decorrente dos Congressistas expulsos do PT. Os dados do quadro 2.1 indicam a incorporação de parlamentares no momento do registro eleitoral⁵⁵.

Particularmente, os partidos de origem interna ao parlamento possuem propensão a ser *descentralizados*, resultante da importância dos parlamentares na evolução da organização. Desse modo, as lideranças políticas possuem poder de agir com maior autonomia. Para Duverger (1970), o poder dos parlamentares nos Partidos de Quadros, tipologia que se desenvolve a partir da origem no parlamento, é dominante, enquanto o poder dos parlamentares nos Partidos de Massa é subordinado aos órgãos internos do partido.

Inicialmente, essa característica não se estabelece no PSOL, tendo em vista que segundo o estatuto, as decisões do Congresso Nacional e deliberações do diretório são predominantes no processo decisório:

Art. 25 - Os órgãos do Partido devem respeito, em primeiro lugar, às resoluções do Congresso Nacional e às decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional, nessa ordem. § 1º Os órgãos do Partido terão autonomia para deliberar sobre as questões de política e tática do seu âmbito de intervenção, procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos da não contraposição ao Programa, ao Estatuto e das deliberações dos

⁵⁵ Ademais, as tipologias segundo a origem dos partidos para Duverger (1970) tendem a desenvolver características próprias. No caso do PSOL, alguns fatores poderiam se relacionar melhor aos elementos da origem Externa ao parlamento (Extraparlamentar) o que pode sinalizar consequências em seu desenvolvimento futuro.

Congressos, das Convenções Partidárias e do Diretório Nacional. (ESTATUTO PSOL, 2005, p. 4)⁵⁶.

A divisão do PSOL em diferentes tendências não pode ser considerada necessariamente um aspecto de *descentralização*⁵⁷, pois mesmo com certa autonomia em suas ações políticas, as tendências aparentemente são subordinadas aos órgãos decisórios citados, a divisão em correntes internas é recorrente em alguns partidos de esquerda com ideologias socialistas e comunistas⁵⁸, como o caso do PT.

Outra característica do centralismo dos partidos de origem exterior ao parlamento é a alta disciplina partidária. Inicialmente, a característica pode ser encontrada no PSOL, tendo em vista os Art.27 e Art.28 de seu estatuto que preveem punições aos parlamentares que não cumprirem as determinações do programa partidário, retificando que o PSOL concebe mandatos partidários aos parlamentares, devendo esses, total subordinação ao partido. Mas tal atribuição se refere a uma regra formal, não necessariamente sendo cumprida na ação política. Por não ser objeto de análise do presente trabalho, a característica não será melhor explorada.

O partido teria aparentemente, analisando apenas regras estatutárias, como característica decisória em elemento de *centralização*. Um maior debate sobre as variáveis de centralização e descentralização será realizado na seguinte seção no qual serão identificadas as tendências e sua distribuição hegemônica no interior do partido, além do detalhamento da composição da Executiva e do Diretório Nacional⁵⁹. Assim, a perspectiva originária só apresenta definições aparentes sobre centralidade, descritas no estatuto.

De acordo com o modelo originário na teoria de Panebianco (2005), a primeira variável importante a ser observada está relacionada ao modo pelo qual se iniciou e se desenvolveu a construção da Organização. Nesse sentido, se expõe duas maneiras distintas (além de uma terceira que seria *Mista*), a *Difusão territorial*, na qual elites locais constroem associações partidárias para posteriormente serem integradas em uma organização nacional, e a *Penetração territorial*, na qual um centro estimula o desenvolvimento das associações integradas na organização.

A origem do PSOL se liga a expulsão dos parlamentares “rebeldes” do PT, que se organizam para fundação de uma nova legenda. Depois disso, a legenda recebe e

⁵⁶Regimento Retirado do primeiro Estatuto de 2005, outro estatuto partidário foi elaborado no ano de 2010 com alguns tópicos complementares.

⁵⁷ Aqui se refere descentralização divisão do poder interno no partido, não o conjunto de poder territorial

⁵⁸ Contrasta com aspectos do *Centralismo Democrático* anteriormente citado.

⁵⁹ Retifica-se a hipótese de possível concentração de cargos públicos e funções intrapartidárias, que se alinham a composição da Executiva e do Diretório Nacional, debate que será aprofundado na próxima seção.

incorpora outros parlamentares e militantes, muitos também provenientes do PT, formando a base do novo partido. A criação do PSOL não se estabelece através da integração de associações partidárias locais. Conseqüentemente, é interessante observar o contexto da criação do partido. Logo após a expulsão dos parlamentares, já se começa um movimento para a criação de uma nova legenda nacional que abrigasse os pressupostos ideológicos defendidos por esses⁶⁰.

A criação do PSOL liga-se a um aspecto comum a essas lideranças expulsas na formação do novo partido, diferentemente de uma formação que teria como origem a união de associações políticas distintas locais. Entende-se que em um grupo inicial dirigente, alguns controlam e estimulam o desenvolvimento da organização até sua posterior evolução (entrada de novos membros). A organização do Partido do Socialismo e Liberdade se insere na noção de *Penetração Territorial*⁶¹, em que um escopo central (Parlamentares Expulsos do PT e seus respectivos grupos políticos) estimula a integração de novas associações à organização. Panebianco (2005) argumenta que a fusão de organizações nacionais pré-existent poderia ser considerada pela origem de *Dispersão Territorial*. Porém, mesmo reconhecendo que o PSOL é formado por grupos distintos, tais organizações se relacionavam, em sua maioria, a um partido institucional, dessa forma, defende-se que seu desenvolvimento liga-se mais ao estímulo inicial de rebeldes expulsos, do que a movimentação de fusão de grupos autônomos.

Nota-se que a origem do PSOL parece não se vincular à nenhuma organização no sentido de “patrocínio”. A nova legenda não recebe amparo direto de nenhuma organização sindical ou igreja, como exemplifica o autor. A existência de movimentos sociais não se constitui como patrocínio de instituições externas, pois o partido não tem a origem baseada na atuação simplificada dessas correntes. Destaca-se a multiplicidade dessas correntes, impedindo lealdade a uma única unidade externa ao partido. O próprio fator de competição interno das correntes coloca uma barreira para que a legenda se configure como uma manifestação partidária de um desses movimentos.

A criação do PSOL também não se relaciona com um caso clássico de *Carisma Puro*, descrito por Panebianco (2005), definindo o partido como o veículo de afirmação de

⁶⁰ Vide em: 1.3 Aspectos ideológicos na comparação com o Sistema partidário Brasileiro

⁶¹ Panebianco (2005) afirma também que o desenvolvimento organizativo por Penetração Territorial implica necessariamente a existência de um centro suficientemente coeso que forma a primeira “*Coalizão Dominante*” no partido. A participação de lideranças fundadoras do PSOL (possíveis componentes da coalizão dominante inicial) é clara quando se destaca que a primeira presidente do partido foi a Senadora “ex-petista” Heloisa Helena, e outros dois congressistas dos “Rebeldes” tem papéis centrais em correntes do partido são eles Luciana Genro (MES) e Babá (CST). O conceito de coalizão dominante será melhor observado na seção posterior.

uma liderança. O partido não se manifesta como a representação política de uma figura individual isolada ou veículo de expressão deles.

O contexto inicial de criação do PSOL relaciona-se à expulsão de congressistas do PT, que possuíam bagagem eleitoral (principalmente com a Senadora Heloisa Helena), e vínculo com correntes militantes (Luciana Genro com o MES e Babá com a CST). Essa especificidade poderia expor certo aspecto de *Carisma Situacional* na criação do Partido do Socialismo e Liberdade. No *Carisma Situacional*, a liderança se torna um intérprete autorizado da política do partido, mas esse não detém organização total do partido através de seu arbítrio. A imagem da primeira presidente do partido, Heloisa Helena, que se candidata nas eleições presidenciais nacionais de 2006, é um símbolo do PSOL, mas que não se constitui como liderança isoladamente. O ex-presidente do PSOL Afrânio Boppré⁶² retifica a importância política e eleitoral de Heloisa Helena, citando o PSOL como a representação de um “PHH” (Partido de Heloisa Helena), em seus anos iniciais de fundação, principalmente no período da campanha presidencial de 2006 (BOPPRÉ, 2016).

Contudo, mesmo reconhecendo a importância de Heloisa Helena e dos outros “rebeldes” no processo que envolve a expulsão do PT e criação da nova legenda, entendemos que para o PSOL ser caracterizado como um partido de origem “carismática”, mesmo que pelo parâmetro contextual descrito pelo *Carisma Situacional*, haveria necessidade de maior centralidade na figura de uma única liderança, na qual pleiteasse a eletividade contínua em algum cargo público específico (candidaturas consequentes centralizadas na figura de um indivíduo). Mesmo com o destaque inicial da candidatura à presidência de Heloisa Helena em 2006, outras figuras parlamentares aparecem como lideranças no partido (inclusive com destaques eleitorais), incluindo outros dois “rebeldes” expulsos do partido originário (Babá e Luciana Genro) e políticos que ingressaram na legenda posteriormente, como é o caso de Ivan Valente, Chico Alencar e Plínio de Arruda. Adianta-se também, tema que será melhor discutido na seção que debate arena eleitoral do presente trabalho, em que verifica-se que diferentes políticos se candidatam aos principais cargos do executivo (principalmente federal), se distanciando da perspectiva de que sua criação demanda da simples pretensão eleitoral de alguma liderança.

Como síntese das características originárias do PSOL, verificamos o contexto histórico partidário e as prováveis mudanças pragmáticas na atuação política do PT (que resultam em reações de divergências internas no partido como anteriormente mencionado).

⁶² Ex-Deputado estadual de Santa Catarina e atualmente vereador de Florianópolis.

Por fase embrionária da nova legenda, destaca-se a ruptura de congressistas ao partido de origem (PT) e posterior agregação desses políticos na nova legenda (PSOL), seguido de um período de crescimento com outro grupo de integrantes que se filiam após a efetivação de seu registro eleitoral.

Entre os fatores teóricos do modelo originário que podem ter influenciado o desenvolvimento da organização da legenda, destaca-se o PSOL como um partido que se aproxima de uma *Origem Interna*, observando-se a tipologia de Duverger, isso porque a maioria de seus fundadores, saem de um partido já consolidado, representando a tipologia de *Origem Interna ao Parlamento*. Mesmo assim, expõe-se algumas características típicas da tipologia de *Origem Externa*, como a centralidade decisória na cúpula dirigente e mecanismos de disciplina partidária descritos anteriormente, destacando o desenvolvimento do partido com características das duas tipologias de origem de Duverger.

Nos conceitos de Panebianco (2005), encontram-se características de um modelo de origem baseada na *Penetração Territorial* (origem em um grupo coeso) e ausência do auxílio de *instituições externas financiadoras*. A *origem carismática* também não se manifesta como uma característica central de seu nascimento.

Como enfatiza Panebianco (2005), na fase embrionária as lideranças partidárias têm papel fundamental, pois elaboram as metas e estratégias do partido tendo como objetivo a formação de base social da organização. Essa base é denominada de *Território de caça*⁶³ do partido. Para definir essas estratégias, as lideranças têm o papel de escolher os valores-chave que incorporam a organização do partido, valores esses denominados de *Identidade coletiva* do partido, de análise dos aspectos ideológicos inseridos, transformando a legenda em um instrumento de realização de objetivos. Destaca-se, assim, a importância da construção da legenda para entender o funcionamento de sua identidade coletiva na construção da organização.

2.3 Demarcando os aspectos ideológicos do PSOL

A presente subseção discutirá os elementos que caracterizam o PSOL como um partido de ideologia de esquerda. Para isso será feita discussão da bibliográfica que posiciona os partidos brasileiros segundo o espectro ideológico, comparando as dimensões nesse sentido usadas, bem como a operacionalização de seus conceitos. Igualmente serão verificados

⁶³ Panebianco (2005) ainda cita que as metas sobre a base social moldam a organização em construção, mais essas estratégias sofrem desvios inevitáveis devido a disponibilidade dos recursos partidários.

aspectos do Programa do PSOL, relacionando seu conteúdo à classificação de Coppedge (1997) sobre os partidos políticos de esquerda na América latina.

O contexto político brasileiro definido pelo processo de redemocratização (1985) é marcado pela multiplicidade partidária, o que constitui em considerável fragmentação do sistema, como é descrito por Nicolau (1995). Dessa forma, os partidos se distribuem por um campo de posicionamento linear seguindo seus princípios ideológicos. Sartori (1982) demonstra que a disputa ideológica caracterizada por esse tipo de sistema (multipartidário) costuma evidenciar que: “[...] quanto mais partidos, mais sua competição tende a difundir-se ao longo de um tipo de espaço linear; que esse caso ocorre tanto mais certamente quanto mais um sistema partidário evidenciar uma padronização ideológica” (p. 373).

Entretanto, o sistema partidário brasileiro possui baixa polarização ideológica⁶⁴, pois os partidos não se consolidam como canais de expressão social direta, apresentando programas políticos semelhantes, o que supõe proximidade ideológica. Assim, o sistema político brasileiro poderia ser classificado como um *Pluralismo Moderado*⁶⁵, segundo a classificação de Sartori (1982). Como indicam Mainwaring e Torcal (2005), os partidos e o eleitorado, de modo geral, nas “novas democracias”, inclusive a brasileira, possuem vínculos menos ideológicos e programáticos, devido também a seu contexto temporal⁶⁶.

Inserido nesse contexto do sistema partidário nacional, o Partido do Socialismo e Liberdade se localiza em um extremo do posicionamento ideológico, pois é considerado um dos partidos com ideologia mais a esquerda entre as legendas. Para Zucco Jr. (2009), o PSOL é definido como o partido mais à esquerda do espectro ideológico brasileiro, (considerando os partidos com representação parlamentar na Câmara dos Deputados)⁶⁷.

Sua pesquisa considera como variáveis a autoclassificação dos próprios partidos e classificação dos parlamentares de outras legendas, somado a posições em votações nominais da 53ª legislatura (2007-2011). Considerando possíveis problemas nos resultados da

⁶⁴ Ver mais em Nicolau (1996, p. 102-103), segundo o autor, apesar de ser fragmentado, o sistema partidário brasileiro não pode ser considerado polarizado ideologicamente.

⁶⁵ Classificação atribuída pelo fato da fragmentação partidária ser alta mais a polarização ideológica nem tanto.

⁶⁶ Isso não necessariamente significaria que os partidos nessas novas democracias sejam menos importantes. Nesse sentido, descreve Manin (1995) e (2013), que os partidos políticos no geral absorvem as mudanças políticas decorrentes do Século XX e XXI se adaptando ao novo contexto e assumindo modificações que alteram suas estratégias. Assim, possíveis cenários de crise partidária, podem na verdade ser reflexos dessas modificações. Ao mesmo tempo em que os partidos diminuem seus estáveis vínculos sociais (ou pelo menos modificam em relação aos vínculos do século passado), criam plataformas eleitorais mais profissionais, exemplificando alterações que não necessariamente simbolizam “fraqueza”.

⁶⁷ Ver mais em: “Esquerda, Direita e governo a Ideologia dos partidos políticos brasileiros” Zucco Jr. (2009). Disponível em: <<http://fas-polisci.rutgers.edu/zucco/papers/paperesquerdadireitagoverno.br.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2017.

pesquisa, assumindo que os legisladores respondentes pudessem utilizar marco temporal e escala de posicionamento de forma diferente, a pesquisa ancora as escalas em anos específicos para análise. Além disso, os mesmos legisladores respondem nos distintos pontos fixos formando escalas padronizadas.

O resultado indica o PSOL como uma das exceções no sistema partidário brasileiro pelo forte apelo ideológico. A partir de 2009, primeiro ano que o partido aparece na avaliação, o partido é definido como o mais à esquerda do espectro ideológico, superando o PC do B, partido que ocupara o posicionamento em todas as escalas temporais da pesquisa anteriores (1990, 1993, 1997, 2001 e 2005). Aparecer com tal posicionamento ideológico, segundo pesquisa entre os próprios legisladores, demonstra a forte expressão ideológica do PSOL ainda em seus primeiros anos de vida.

Em um projeto que inclui toda América Latina, Wiesehomeier e Benoit (2007) aplicaram um *Survey* pela internet, para especialistas da área de Ciência Política, em que classificam os partidos nacionais em várias esferas⁶⁸. Uma das variáveis utilizadas foi a escala ideológica entre Direita e Esquerda que vai de 1 a 20 (onde 20 corresponde ao primeiro e 1 o último). Novamente, o PSOL aparece como o partido mais à esquerda do espectro ideológico, com média de 2,25⁶⁹. Apesar do pequeno número de respostas, conforme reconhecem os autores, é interessante estabelecer paralelo com a pesquisa de Zucco (2009) ao perceber que dois grupos distintos estabelecem o PSOL como partido mais à esquerda do espectro ideológico, tanto os legisladores quanto especialistas acadêmicos da área.

Em encontro realizado pela Associação Brasileira de Ciência Política em 2010⁷⁰, os participantes ligados às áreas temáticas de “Eleições e Representação Políticas” e de “Instituições”, foram convidados a responder um questionário sobre os partidos políticos e mensurar, em uma escala de sete pontos, o posicionamento ideológico das legendas (sendo 1 representando a extrema esquerda e 7 a extrema direita)⁷¹. Dentre os 87 trabalhos inseridos nas áreas temáticas, 47 responderam os questionários, contabilizando mais da metade do número possível. A distribuição dos questionários e sua metodologia seguiram padrões de autoaplicação, onde o entrevistador não tem contato com as respostas dos entrevistados.

⁶⁸ Entende-se as limitações que uma pesquisa pela internet pode possuir, que vão desde a interferência nos dados até a falta de legitimidade das respostas, mais destaca-se as informações obtidas apenas como um marco complementar do posicionamento ideológico do partido.

⁶⁹ Wiesehomeier mantém um site com a exposição de informações da pesquisa e publicações decorrentes dessa. Disponível em: <<http://ninaw.webfactional.com/ppla>> Acesso em: 27 jan. 2017.

⁷⁰ Organização referência no debate e pesquisa para ciência política brasileira, agregando estudiosos de várias temáticas da área. Disponível em: <<http://www.cienciapolitica.org.br/institucional/>> Acesso em: 27 jan. 2017.

⁷¹ Dos 87 trabalhos programados para apresentação e participantes (que incluíam coordenadores, debatedores e etc.), 47 responderam o questionário.

Como resultado, dentre os demais partidos à esquerda, o PSOL situa-se como o terceiro. Com média de 1,4 na escala de mensuração, a legenda é precedida apenas pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), com média de 1,2 e pelo Partido da Causa Operária (PCO) com índice de 1,1. Nesse sentido, o PSOL se estabelece como único desses partidos que possui representação parlamentar relevante na escala estadual e nacional⁷².

Destaca-se que após citarem PCO, PSTU e PSOL, os especialistas do encontro da ABCP citam o PCB com índice de 1,5 e mantém uma distância considerável do posicionamento ideológico perante as outras legendas, mesmo que consideradas de esquerda⁷³. Tal consideração ganha maior relevância ao observar o padrão inicial de coligações do PSOL, que será exposto posteriormente, mantendo alianças apenas com PCB e PSTU em todos os cargos concorridos em 2006.

Uma peculiaridade do PSOL na pesquisa, como cita Tarouco e Madeira (2015), é que apenas 6 partidos foram classificados por todos os entrevistados. O PSOL é um desses partidos e considerando os três mais à esquerda do espectro ideológico, o único a fazer parte desse grupo. Tanto PSTU quanto PCO receberam resposta inconclusiva de algum dos entrevistados. Esse elemento mostra que mesmo o PSOL não sendo considerado o partido mais ao extremo na respectiva pesquisa, todos os respondentes definiram seu posicionamento pela ideologia de esquerda.

A partir das classificações citadas em pesquisas, evidencia-se o posicionamento ideológico do PSOL, despontando como um dos partidos mais à esquerda do espectro ideológico, principalmente se considerados apenas os partidos com representação parlamentar (federal e estadual). Mas, se para políticos e estudiosos o PSOL assume esse espaço no espectro político brasileiro, o que diz o conteúdo do seu programa de fundação e do estatuto?

Sobre a classificação ideológica dos partidos no cenário Latino Americano, Coppedge (1997, p. 8) defende que os partidos de esquerda possuem características a seguir: “Ideologia marxista ou retórica que enfatiza a prioridade de distribuição sobre acumulação de renda [...] defendendo assim um papel forte do estado para corrigir as injustiças sociais e econômicas”⁷⁴. Relacionam-se pressupostos que enfatizam a distribuição de renda, atuação

⁷² Dados da pesquisa da ABCP retirados do Estudo De Tarouco e Madeira (2015), em que há inclusive compilação da opinião de analistas sobre a posição ideológica partidária do Brasil com conclusões finais que indicam o PSOL como um dos partidos mais a esquerda do eixo ideológico.

⁷³ Tirando esses partidos, o PC do B se estabelece como o mais a esquerda com média de 2,3.

⁷⁴ Citação original: “Parties that employ Marxist ideology or rhetoric and stress the priority of distribution over accumulation and/or the exploitation of the working class by capitalists and imperialists and advocate a strong role for the state to correct social and economic injustices” (COPPEDGE, 1997, p. 8).

estatal em políticas econômicas e busca pelo ideário de justiça social com a ideologia dos partidos de esquerda.

Por isso, relaciona-se a classificação do autor com aspectos do estatuto do PSOL, mais precisamente o Art.5⁷⁵:

Art. 5º – O Partido Socialismo E Liberdade desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expresso no programa partidário” (Estatuto aprovado no II Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade, realizado em 22 de agosto de 2009, na cidade de São Paulo-SP.)

Observa-se também o pressuposto ideológico de Justiça social, no artigo subsequente do estatuto:

Art. 6º – Coerente com o seu Programa, o Partido socialismo e liberdade é solidário a todas as lutas dos trabalhadores do mundo que visem à construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária, incluindo as lutas das minorias, nações e povos oprimidos. (Estatuto aprovado no II Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade, realizado em 22 de agosto de 2009, na cidade de São Paulo-SP.)

As formulações formais e burocráticas do estatuto do PSOL se estabelecem no Encontro Nacional de Fundação, realizado nos dias 5 e 6 de junho de 2004, em Brasília, com o objetivo de: “começamos a construir nosso partido e inauguramos uma nova etapa na elaboração programática do partido que culminará no primeiro Congresso do PSOL” (Programa do PSOL, 2004)⁷⁶, programa esse que se define como projeto estratégico para os balizadores iniciais de seu posicionamento. Apesar de descrever o programa apenas como um ponto de partida da discussão sobre a formação do partido, seus tópicos principais permanecem como descrição de seus pressupostos ideológicos futuros.

Sobre os elementos programáticos que se relacionam à ideologia de esquerda, destaca-se a primeira parte do Programa do PSOL, denominado: Bases do Programa Estratégico. Essa seção é definida por cinco tópicos que designam seus pressupostos ideológicos. São eles: “1) Socialismo com democracia, como princípio estratégico na superação da ordem capitalista, 2) Não há soberania, nem uma verdadeira independência nacional, sem romper com a dominação imperialista, 3) Rechaçar a conciliação de classes e

⁷⁵ primeiro artigo a descrever características do partido fora definições burocráticas. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/estatuto/>> Acesso em: 27 jan. 2017.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/Primeiro>> CNPSOL (Congresso nacional do PSOL) realizado em maio de 2007. Acesso em: 27 jan. 2017.

apoiar as lutas dos trabalhadores 4) Reivindicações para a luta imediata e bandeiras históricas para além da ordem, e 5) A defesa de um internacionalismo ativo.” (Programa do PSOL, Parte I, 2004).

Em uma compilação dessa primeira parte do programa, encontram-se elementos de crítica à ordem capitalista: “Sistema capitalista imperialista mundial está conduzindo a humanidade a uma crise global. A destruição da natureza, as guerras, a especulação financeira, o aumento da superexploração do trabalho e da miséria são suas consequências” (Programa do PSOL, 2004, p. 2).

Encontram-se também princípios de luta de classe, elementos típicos dos partidos de esquerda (COPPEDGE, 1997): “Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos [...] Não estamos formando um novo partido para estimular a conciliação de classes” (Programa do PSOL, 2004, p. 3). Além de reivindicações históricas de bandeiras partidárias de esquerda: “A defesa de melhores salários, o combate contra o desemprego e contra a corrupção, a luta pela reforma agrária, a luta por uma reforma tributária que taxe o grande capital, a luta pela reforma urbana são alguns exemplos de reformas verdadeiramente prementes” (Programa do PSOL, 2004, p. 4).

Outros pontos desse programa podem ser relacionados à política partidária característica de partidos com ideologia de esquerda, como Críticas ao Imperialismo (Centralizado na atuação política dos Estados Unidos), Repulsa a reformas econômicas de caráter Neoliberal e Defesa de “minorias” nacionais⁷⁷. (Id., Parte I, 2004)

Nota-se assim, a semelhança dos elementos do programa e do estatuto do PSOL com pressupostos da esquerda partidária, como a influência da teoria socialista e a ênfase na estrutura social baseada na luta de classes. Apresenta-se forte presença do fator ideológico na fundação do partido, pela origem a partir da ruptura com o Partido dos Trabalhadores e pelos tópicos de seus documentos oficiais.

Em simplificada análise de conteúdo do programa partidário do PSOL, observa-se frequência retórica da utilização de termos que se relacionem a definição de um partido de esquerda de Coppedge (1997). O termo *Classe*, referente a metodologia dialética utilizada na teoria marxista, aparece 16 vezes no programa do PSOL⁷⁸. A palavra *Socialista* é repetida 8 vezes e *Socialismo*, outras 7. Outras temáticas associadas à perspectiva da

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/>> Acesso em: 27 jan. 2017.

⁷⁸ Programa contém 15 páginas . Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/programa/>> Acesso em: 27 jan. 2017.

ideologia de esquerda aparecem com frequência, como é o caso de declarações contrárias a exploração (6), imperialista (10) e imperialismo (5), e favoráveis aos movimentos sociais (7) e a igualdade (3)⁷⁹.

Bobbio (1995) destrinchando aspectos atuais da divisão ideológica de direita-esquerda, descreve que a pluralidade atual da dicotomia pode assumir valores distintos na análise dos diferentes contextos de observação. Mesmo assim, em observações ramificadas das ideologias, há aproximação de conceitos às duas dimensões. Nesse sentido, uma das aproximações da direita é que seus seguidores preocupam-se com o resguardo da tradição, enquanto a esquerda se intenciona em libertar seus semelhantes de amarras impostas por privilégios sociais. Nesse sentido, a “Tradição” estaria ligada à direita, enquanto “emancipação” se associa à esquerda. No programa do PSOL, a palavra tradição não aparece nenhuma vez, enquanto emancipação é repetida 5 vezes.

Panbianco (2005) argumenta que é na fase genética que se começa a escolher os valores e criar a estrutura social incorporada pelo partido. Assim, nos anos iniciais da legenda se inicia a formação de uma identidade coletiva, relacionando a organização ao instrumento de realização de uma causa. Esses elementos são fundamentais na formulação de estratégias partidárias, buscando a conquista de grupos eleitorais (território de caça), que se identifiquem com o ideário do partido. Sartori (1982) defende que a característica ideológica de uma legenda pode ser tão importante quanto a própria distribuição de poder, pois caracteriza a imagem do partido, elemento de expressão da legenda perante o eleitorado. Pelos aspectos citados do programa partidário, evidencia-se a identidade coletiva relacionada à ideologia de esquerda.

Ademais, ao examinar os documentos oficiais e a exposição de estudos que mensuram o posicionamento ideológico do partido, acreditamos que a compilação dos elementos ideológicos do partido necessite da explanação dos reflexos eleitorais e atuação na arena parlamentar da legenda, elementos que estarão presentes na terceira seção do atual trabalho.

2.4 Estreia do PSOL na arena eleitoral: eleições estruturantes

A estreia do PSOL nos pleitos eleitorais ocorre no ano de 2006, um ano após a obtenção de seu registro eleitoral e dois anos após sua fundação. A disputa manifesta fundamental papel no impulso para a estruturação nacional do partido recém-criado, com

⁷⁹ Em outras 4 vezes há referência do prefixo “Igual” com a ideia relacionada a igualdade.

função de dar visibilidade a legenda, além da conquista de cargos efetivos. A eleição primária da legenda revela aspectos importantes de seu posicionamento, como a oposição ao governo federal Petista, a primeira política de alianças e a organização estadual do lançamento de candidaturas.

Nesse sentido, espera-se um grande número de candidaturas do partido nas diversas regiões do país, permitindo o início de sua e difusão nacional. Algo que é confirmado com lançamento de candidaturas aos executivos estaduais de quase todas as unidades federativas.

Outro aspecto importante da primeira eleição para a organização nacional do partido é a candidatura de Heloisa Helena, presidente nacional da legenda à presidência da República, candidatura essa, que conforme exposto posteriormente, alcança resultados expressivos ajudando a difundir o partido pelo território nacional e se estabelecendo como uma alternativa eleitoral.

A eleição induz à mobilização de uma organização estrutural em diversos níveis, difundindo a presença de órgãos partidários pelo território nacional. A explanação dos primeiros resultados eleitorais PSOL permitirá a verificação da atuação política do partido, incluindo relação com outros partidos de esquerda, ainda em seu período originário. Observam-se assim os reflexos dessa disputa inicial nas primeiras estratégias eleitorais do partido.

Por seu modelo de gênese baseado na ruptura com outro partido, presume-se que os candidatos do PSOL (e seus consequentes eleitos), em uma eleição tão próxima do momento de fundação da legenda (2004), fossem ex-parlamentares do PT. A expectativa é confirmada. Nota-se a afirmação de algumas lideranças do partido a partir de seus resultados nas urnas, diagnóstico que aparece como questões para análise dos pleitos posteriores, como será melhor observado em seções seguintes.

Nas eleições de 2006 estavam em disputa os cargos de Presidente da República, Senadores, Governadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. No conjunto, o Partido do Socialismo e Liberdade não consegue eleger muitos candidatos. De quinhentos e trinta e nove⁸⁰ candidatos (incluindo todos os cargos elegíveis), o partido elege apenas seis, sendo eles, três Deputados Federais: Chico Alencar (RJ), Luciana Genro (RS) e

⁸⁰ Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sendo 20 candidatos a deputados Distritais (DF), 287 candidatos a Deputados Estaduais, 190 candidatos a deputados federais, 24 candidatos a governador, 17 candidatos a senador, e um candidato à presidência da República.

Ivan Valente (SP); e três deputados estaduais: Carlos Gianazzi; Raul Marcelo (SP) e Marcelo Freixo (RJ).

Na prática, o número de eleitos foi ainda menor do que a quantidade de cargos políticos que o partido possuía em sua origem (Registo eleitoral em 2005), momento em que chegou a ter sete deputados federais e quatro estaduais (e um senador por um curto período temporal) ligados à legenda. Mesmo assim, considera-se um resultado previsível, pois os políticos que se candidataram abandonaram a órbita governista de um partido considerado grande (que era o PT), para tentar se eleger em uma legenda nova.

Igualmente, a candidatura do PSOL é feita através de uma coligação “fraca” em relação a apelos eleitorais. Nas eleições de 2006, o PSOL entra em uma coligação denominada “Frente de Esquerda” com PSTU e PCB, coligação essa que perdura na maioria dos estados brasileiros e nas eleições presidenciais. A coligação é formada exclusivamente por partidos considerados de esquerda⁸¹, unindo através da compatibilidade ideológica⁸². O modelo dificulta maiores expectativas devido às regras eleitoras para cargos de sistema de representação proporcional, resultante na composição do quociente eleitoral⁸³.

O Quadro 4.1 explana sobre os políticos do PSOL que possuíam já cargos públicos anteriormente ao pleito eleitoral de 2006 (primeiro da legenda), e os resultados de suas candidaturas após a eleição, já filiados à nova legenda.

⁸¹ A proximidade ideológica é exposta na Pesquisa da ABCP, exposta na Subseção anterior.

⁸² Ver manifesto Sobre a criação da coligação e lançamento da candidatura de Heloisa Helena a presidência da república. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/2006/07/manifesto-da-frente-de-esquerda-2/>> Acesso em: 28 jan. 2017.

⁸³ Disponível em: <<http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/calculo-do-quotiente-eleitoral>> Acesso em: 28 jan. 2017.

Quadro 4.2 - Parlamentares do PSOL em 2005 e Resultado de suas candidaturas em 2006

Político	Cargo 2005	UF	Candidatura	Resultado	
				Nominais	Eleitoral em 2006
Luciana Genro	Dep. Federal	RS	Dep. Federal	185.071	Eleito
Babá	Dep. Federal		Dep. Federal	27.367	Não Eleito
Maria José Maninha	Dep. Federal	DF	Dep. Federal	46.090	Não eleito
Ivan Valente	Dep. Federal	SP	Dep. Federal	83.719	Eleito
Chico Alencar	Dep. Federal	RJ	Dep. Federal	119.069	Eleito
João Alfredo	Dep. Federal	CE	Dep. Federal	59.961	Não Eleito
Orlando Fantazzini	Dep. Federal	SP	Dep. Federal	24.843	Não eleito
Araceli Lemos	Dep. Estadual	PA	Dep. Federal	31.986	Não eleito
Randolfe Rodrigues	Dep. Estadual	AP	Dep. Estadual	4.283	Não Eleito
Brice Bragato	Dep. Estadual	ES	Dep. Estadual	12.255	Não eleito
Afrânio Boppré	Dep. Estadual	SC	Dep. Estadual	9.957	Não Eleito
Raul Marcelo**	Vereador (Sorocaba)	SP	Dep. Estadual	35.670	Eleito
Carlos Giannazi***	Vereador (São Paulo)	SP	Dep. Estadual	50.269	Eleito
Heloisa Helena	Senador	AL	Presidente	6.575.693	Não eleito

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

* Transfere seu domicílio eleitoral do Pará para o Rio de Janeiro, estado pelo qual se candidata nas eleições de 2006

** e *** Os vereadores foram adicionados a tabela, mesmo não possuindo cargos de expressão estadual ou nacional anterior, pelo fato de terem sido eleitos em 2006.

Reforça-se que apenas políticos que já possuíam cargos públicos eram eleitos pelo PSOL na Eleição de 2006. A única exceção foi a eleição de Marcelo Freixo⁸⁴, que nunca havia conquistado cargos eletivos, mas conseguiu se eleger à Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, com 13.457 votos⁸⁵.

Outros políticos integrantes do PSOL também possuíam cargos públicos em 2005, mas não foram adicionados na tabela ou por possuírem cargos no legislativo municipal (vereadores), ou por possuírem breves passagens pelo partido. Exemplo disso João Fontes, um dos fundadores da legenda, Deputado Federal pelo SE, que saiu da legenda antes de seu registro eleitoral, e do Senador Geraldo Mesquita do AC, que saiu do partido ainda antes do Pleito de 2006⁸⁶.

Sobre a votação dos candidatos do PSOL eleitos em 2006 para as Câmaras Legislativas, a votação nominal que chama maior atenção é a da Deputada Federal Luciana Genro, que com 185.071 votos fica em quarto lugar entre os deputados federais mais votados de seu estado, o RS. Os outros candidatos eleitos ficaram em posições intermediárias ou entre

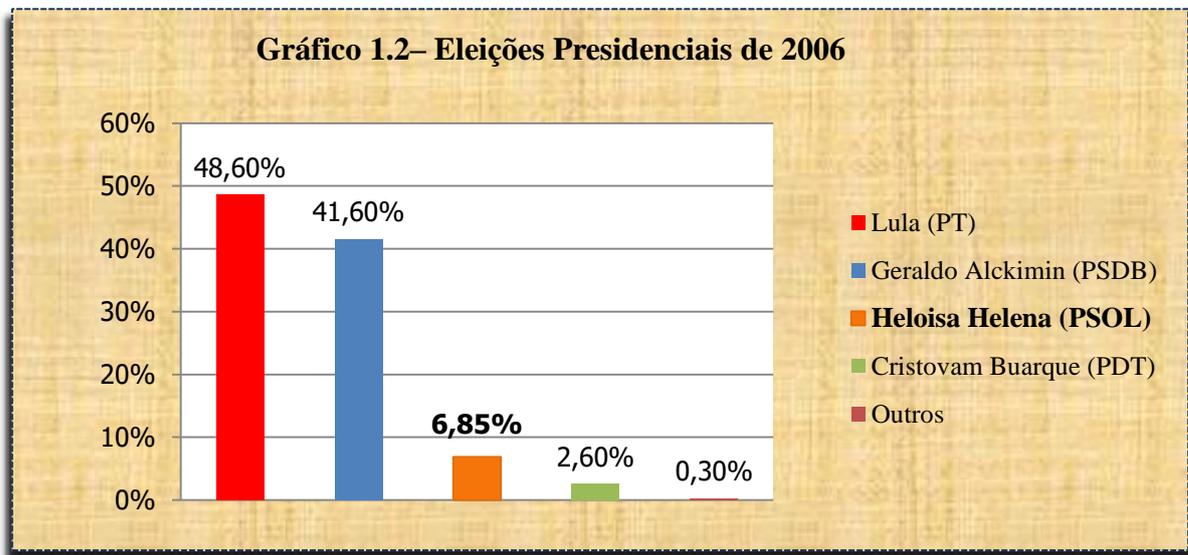
⁸⁴ Professor, ex-sindicalista com participação na Comissão de direitos Humanos na Assembleia Legislativa do RJ durante o mandato do Deputado Chico Alencar.

⁸⁵ Deputado Estadual do RJ eleito com a menor quantidade de votos no pleito de 2006.

⁸⁶ Outro caso particular é de José Nery, suplente ao senado, que assume ao cargo em andamento pelo Pará em 2006, quando Ana Júlia Carepa é eleita governadora pelo PT.

os eleitos menos votados entre seus Cargos/Estados. Dos seis representantes legislativos eleitos, todos foram, anteriormente, filiados ao PT.

Considera-se ainda que o partido consegue resultados positivos, principalmente em termos de visibilidade, com candidaturas como a da Senadora Heloísa Helena à Presidência da República. A coligação Frente de Esquerda (PSOL, PCB e PSTU), encabeçada pela candidata e tendo como vice-candidato o jornalista Cesar Benjamin (PSOL), alcançou a terceira colocação nas eleições para o Executivo Federal, com um percentual de votação de 6,85% do eleitorado, contabilizando 6 milhões 575 mil e 393 votos, como pode ser observado na figura 1. Vale destacar que o partido fica a frente de outros partidos tradicionais, como é o caso do Partido Democrático Trabalhista (PDT), cujo concorrente foi o ex-ministro e ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Dentre os resultados regionais destacáveis da campanha presidencial do PSOL em 2006, ressalta-se a porcentagem eleitoral alcançada no estado do RJ com 17,13% dos votos⁸⁷; no estado de AL, estado de origem política de Heloisa Helena em que a candidata alcança 13,32% dos votos e no DF, com 12,27% dos votos (superando o ex-governador Cristovam Buarque do PDT), além de RR com 11,65% dos votos do estado. Em número absoluto de votos, também se destacam os estados de MG (579.920), SP (1.558.639) e RS (439.959), únicos em que a votação de Heloisa Helena ultrapassa os 400 mil votos.

No resultado eleitoral na disputa para o Congresso Nacional, verificada a partir de cada estado da federação, destacam-se as votações mais expressivas do PSOL, no RJ, RS e

⁸⁷ Na última seção presente texto, ao tratarmos dos resultados eleitorais do partido de forma mais ampla, poderá ser observado que o estado do Rio De Janeiro é uma das maiores bases eleitorais do PSOL até os dias de Hoje.

SP, justamente os estados que conseguem eleger candidatos – também são os únicos estados em que o partido consegue mais de uma centena de milhar no total de votos e a razão entre votos totais e votos válidos superam 1,5. Em porcentagem, ressaltam-se também os estados do CE (2,182%) e DF (4,057%), onde a legenda consegue atingir mais de 2% das preferências dos votos, mas não elege nenhum deputado.

Tabela 1.2 - Votação para Deputado Federal do PSOL nas eleições de 2006 por estado

UF	Total de Eleitos	Votos de Legenda	Votos Nominais	(VT)Total de Votos	(VC) Votos Válidos por UF	% (VT/VC)
AC	0	609	1.296	1.905	319.297	0,597
AL	0	6.184	5.983	12.167	1.388.854	0,876
AM	0	867	863	1.730	1.392.738	0,124
AP	0	542	1.055	1.597	285.576	0,559
BA	0	8.979	10.338	19.317	6.570.872	0,294
CE	0	6.074	83.914	89.988	4.124.307	2,182
DF	0	5.379	48.051	53.430	1.316.991	4,057
ES	0	3.178	14.780	17.958	1.740.511	1,032
GO	0	5.065	25.154	30.219	2.841.165	1,064
MA	0	1.850	4.498	6.348	2.900.385	0,219
MG	0	25.299	23.142	48.441	9.791.604	0,495
MS	0	3.493	2.887	6.380	1.198.710	0,532
MT	0	1.595	2.123	3.718	1.435.295	0,259
PA	0	7.043	35.081	42.124	3.118.452	1,351
PB	0	2.941	3.958	6.899	1.936.742	0,356
PE	0	5.734	8.472	14.206	4.189.273	0,339
PI	0	1.671	3.146	4.817	1.615.087	0,298
PR	0	9.886	4.660	14.546	5.364.529	0,271
RJ	1	52.326	165.525	217.851	8.059.997	2,703
RN	0	2.338	4.751	7.089	1.623.887	0,437
RO	0	1.329	1.322	2.651	731.164	0,363
RR	0	252	1.837	2.089	190.932	1,094
RS	1	16.739	209.416	226.155	5.956.821	3,797
SC	0	6.355	8.887	15.242	3.219.746	0,473
SE	0	1.349	1.163	2.512	1.007.931	0,249
SP	1	141.224	154.709	295.933	20.789.076	1,424
TO	0	483	3.824	4.307	689.967	0,624
Total	3	318784	830.835	1.149.619	93.799.909	Média 0,97

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Na votação para as Câmaras Legislativas estaduais, destacam-se votações em SP e no RJ, os dois estados em que o PSOL elege deputados estaduais e os únicos em que o partido ultrapassa os 100 mil votos no determinado pleito. Em porcentagem, o resultado mais

expressivo ocorre no AP, em que o partido consegue 1,866% do eleitorado, mas não elege nenhum deputado⁸⁸.

Tabela 2.2 - Votação para Deputado Estadual do PSOL nas eleições de 2006 por estado

UF	Total de Eleitos	Votos de Legenda	Votos Nominais	(VT) Total de Votos	(VC) Total de Votos Válidos dos UF	% (VT/VC)
AC	0	311	4.404	4.715	322.435	1,462
AL	0	4.987	7.364	12.351	1.371.074	0,901
AM	0	473	369	842	1.387.021	0,061
AP	0	295	5.316	5.611	300.644	1,866
BA	0	8.001	13.082	21.083	6.501.482	0,324
CE	0	7.389	19.034	26.423	4.106.898	0,643
ES	0	2.273	17.978	20.251	1.772.087	1,143
GO	0	4.625	21.101	25.726	2.816.433	0,913
MA	0	2.130	2.610	4.740	2.841.187	0,167
MG	0	23.966	16.123	40.089	9.808.977	0,409
MS	0	2.461	960	3.421	1.219.235	0,281
MT	0	1.408	329	1.737	1.437.573	0,121
PA	0	6.615	22.990	29.605	3.119.906	0,949
PB	0	2.432	5.445	7.877	1.958.785	0,402
PE	0	4.823	7.780	12.603	4.231.002	0,298
PI	0	996	2.816	3.812	1.620.854	0,235
PR	0	7.396	3.660	11.056	5.418.120	0,204
RJ	1	53.540	61.405	114.945	8.175.963	1,406
RN	0	1.778	1.985	3.763	1.647.992	0,228
RO	0	1.144	2.726	3.870	737.262	0,525
RR	0	159	562	721	188.077	0,383
RS	0	22.129	52.957	75.086	5.982.879	1,255
SC	0	4.349	17.060	21.409	3.287.067	0,651
SE	0	1.048	790	1.838	1.016.697	0,181
SP	2	153.249	210.436	363.685	20.576.010	1,768
TO	0	363	1.856	2.219	687.193	0,323
Total	3	318.340	501.138	819.478	92.532.853	Média 0,658

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Outro ponto importante das primeiras eleições do PSOL, é que o partido lança candidatos a governador em quase todos os estados da federação (24). Os únicos em que o partido não concorre às vagas no Executivo Estadual são AM, MG e SE, sendo que nos dois primeiros o partido apoia o candidato do PSTU, partido com o qual fez coligações em determinados estados (além da coligação para a candidatura ao Executivo Federal).

⁸⁸ Destaca-se que um dos motivos pode estar relacionado ao pequeno número de deputados estaduais do estado, apenas 24 (Número mínimo de deputados por UF no Brasil), mas necessitaria de um estudo eleitoral com detalhes sobre eleições no Amapá para investigação aprofundada dos motivos.

Tabela 3.2 - Votação para governador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006*

Nome do Candidato	Estado	Votos Nominais	Proporção (V/VT)
José Leão	AC	1.068	0,341
Ricardo de Oliveira	AL	51.680	3,936
Clécio Luiz	AP	9.008	3,020
Hilton Coelho	BA	38.870	0,634
Renato Roseno	CE	106.184	2,747
Antônio de Andrade	DF	55.898	4,245
Daniel Nascimento	ES	11.878	0,692
Elias de Andrade	GO	13.318	0,488
Carlos Saturnino Filho	MA	6.159	0,227
Mauro de Barros	MT	31.336	2,221
Carlos Dutra	MS	6.282	0,530
Edmilson Rodrigues	PA	131.088	4,193
Carlos Lobão	PB	22.949	1,208
Luís Bergmann	PR	14.914	0,275
Edilson Silva	PE	26.786	0,667
Edna do Nascimento	PI	6.920	0,447
Jorge Milton Temer	RJ	118.936	1,440
Sandro Pimentel	RN	14.172	0,920
Carlos Roberto Robaina	RS	68.676	1,109
Adilson de Andrade	RO	7.984	1,116
Almira de Araújo	RR	2.755	1,475
João Fachini	SC	17.637	0,539
Plínio de Arruda Sampaio	SP	532.470	2,491
Elísio Gonçalves	TO	1.622	0,245
Soma total de votos válidos		1.298.590	Média 1,46

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

As porcentagens mais expressivas – que superam os 3% de votos dos estados – correspondem às candidaturas de Edmilson Rodrigues no PA (4,193%), Antônio de Andrade no DF (4,245%), Clécio Luiz no AP (3,020%) e Ricardo de Oliveira em AL (3,936%), mas nenhum candidato chega perto de ser eleito ou passa para o segundo turno.

Tabela 4.2 - Votação para Senador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006

Nome do Candidato	UF	Votos Nominais	Proporção (V/VT)
Núcia Ferreira	AC	2.420	1,146
Otávio Cabral Filho	AL	8.679	0,694
Celisa Capelari	AP	3.608	1,275
André Fonseca	BA	10.204	0,180
Rodrigo Pinto	DF	10.974	0,865
Afonso Coradine	ES	20.675	1,250

Francisco Matos	MA	3.314	0,128
Cleusa Leite	MT	3.963	0,310
Anita Borba	MS	7.265	0,636
Maria Rocha	MG	132.271	1,593
Neide Solimões	PA	21.698	0,773
Vital Farias	PB	99.966	6,002
Zilton Junior	PI	2.465	0,174
Marcos Sussuarana	RO	16.155	2,389
João Rosa	RR	1.497	0,837
Heitor Alves Filho	SE	4.736	0,506
Claudio Dallabrida	TO	7.637	0,257
Soma total de votos válidos		357.527	Média 1,18

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Na soma do número de votos nominais dos candidatos a governador lançados pelo PSOL nos 24 estados, conforme observado na tabela 4.1, obtém-se aproximadamente 1 milhão e 300 mil, valor bem distante dos mais 6 milhões e 500 mil, conseguidos na outra disputa em cargo executivo⁸⁹, disputado por Heloisa Helena (eleição presidencial), o que retifica sua bagagem política⁹⁰.

No caso do das eleições para o Senado, a lógica é mantida, e o partido concorre a candidaturas em 17 estados (exceções a AM, CE, GO, PR, PE, RJ, RN, RS, SC, SP). Em alguns estados em que não houve candidatura para senador, o partido apoiou candidatos de coligações locais (AM, PE e GO – candidatos do PCB e RN, RS, SC e SP, candidatos do PSTU). A porcentagem mais expressiva ocorre no estado da PB com o candidato Vital Farias (6,002%)⁹¹, mas nenhum candidato do partido consegue se eleger.

Observa-se que na eleição de 2006, o partido é o segundo que mais lança candidatos a governador (24) e a senador (17), ficando apenas atrás do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), com 27 e 19 candidaturas respectivamente. Tal estratégia será observada sobre sua continuidade na relação a grande quantidade de candidaturas a cargos executivos e ao Senado Federal, nas eleições posteriores⁹².

Ao comparar o lançamento de candidaturas do PSOL com os outros partidos da Coligação (PSTU e PCB) e com os outros partidos citados na seção anterior, pelo forte apelo

⁸⁹ Entendemos que as eleições pra governador e para presidente possuem peculiaridades distintas. A exposição da votação nominal serve apenas um indicador bruto que manifesta o sucesso da candidatura a presidência frente a outras candidaturas do partido (mesmo não tendo nenhum candidato eleito para cargos do Executivo)

⁹⁰ Na soma dos votos entre os candidatos do Senado, a diferença é ainda maior, apenas 357.527 contabilizados.

⁹¹ Cantor e compositor conhecido no cenário local, fato que pode ter auxiliado na votação.

⁹² Guarnieri (2011) cita que há os partidos de esquerda (PT, PCO, PSTU e PSOL) estão entre os partidos que mais lançam candidatos, observando uma relação entre ideologia e numero de candidaturas. Já nos dados de Braga e Amaral (2013), com o recorte sobre as eleições de São Paulo em 2006 e 2010, o PSOL não aparece entre os partidos que mais lançam candidatos. Seria necessária uma observação comparativa para saber se há relação entre a ideologia e o lançamento de candidaturas, algo que não faz parte dos objetivos do presente trabalho.

ideológico de esquerda (PCO), observa-se o PSOL com a maior quantidade de candidatos lançados. No total o partido lança 525 candidatos na eleição geral de 2006.

Tabela 5.2 - Número de candidatos lançados pelos partidos mais a esquerda do espectro ideológico em 2006

Partido	Dep. Estadual*	Dep. Federal	Governador	Senador
PSOL	296	187	24	17
PCO	44	30	14	9
PSTU	60	28	4	13
PCB	60	15	3	2

*Inclui-se o número de deputados distritais do DF

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Com maior número de candidatos concorrendo aos cargos destacados, era de se esperar que o PSOL conseguisse número de votos bem maior entre os partidos comparáveis. A expectativa é corroborada, a legenda consegue maior número de votos nos quatro cargos eletivos cujo quatro partidos concorrem em 2006, com distancia considerável.

Sobre o alto número de candidaturas do PSOL, principalmente para cargos executivos, cabem três aspectos relevantes. Primeiramente, como era de se esperar, nas eleições de 2006 há intenção do partido em se estabelecer como legenda no cenário eleitoral, então o alto número de candidatos se relaciona à visibilidade da legenda que ainda estava em seu período inicial. Em segundo lugar, o partido mantém estratégia organizativa de estabelecer órgãos partidários em todos os estados da federação, construindo a difusão nacional da legenda. Tal característica pode ser observada na distribuição dos órgãos partidários, presentes em todos os estados (melhor explanado na seguinte seção). Por esse aspecto entende-se que a melhor maneira de se estruturar enquanto partido em certa região é participando dos pleitos locais.

Em terceiro, na constituição do partido, há integração de grupos políticos (que constituem as tendências internas), e de algumas lideranças relevantes no cenário local específico. Esses grupos estimulam a participação eleitoral de seus participantes como forma de posicionamento político. Muitas vezes, as próprias lideranças desses grupos se candidatam aos cargos, principalmente do executivo (estadual e municipal). Isso garante a grande quantidade de candidaturas a esses cargos, inclusive em estados no qual o PSOL não possui tanta força eleitoral.

Tabela 6.2 – Soma dos votos dos candidatos por cargo dos partidos mais a esquerda do espectro ideológico em 2006

Partido	Dep. Estadual*	Dep. Federal	Governador	Senador
PSOL	834.660	1.149.619	1.298.590	351.527
PCO	25.915	29.169	38.614	27.476
PSTU	98.924	101.307	85.963	196.636
PCB	90.094	64.766	6.730	62.756

*Considerou-se a soma dos votos entre os Deputados estaduais e os Disputados Distritais do DF

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

A diferença do número de votos fica mais nítida na comparação entre os cargos conquistados entre esses partidos. Além dos cargos conquistados pelo PSOL (3 Deputados federais e 3 estaduais), apenas o PCB consegue eleger um candidato em 2006, um deputado estadual.

Sobre a distribuição geográfica do lançamento de candidatos, destaca-se que nos estados em que o PSOL lança maior número de candidatos, casos de SP e RJ, são os estados de maior sucesso eleitoral do partido (dois deputados estaduais e um federal, e um deputado estadual e um federal, respectivamente). Relaciona-se a esses resultados eleitorais a presença de grande parte das lideranças internas que compõem o PSOL, a maioria com bagagem política anterior, nos estados específicos. É o caso de figuras como Ivan Valente e Carlos Gianazzi em SP, e Chico Alencar e Marcelo Freixo no RJ. Outro estado que também possui número considerável de candidaturas é o RS, cujo também consegue eleger a Deputada Luciana Genro.

Outras lideranças do partido que também possuem força política em outros estados não conseguem se eleger nessa eleição, mas posteriormente conseguem cargos eletivos⁹³. A relação entre estados e o desempenho eleitoral do PSOL poderá ser melhor observada na análise comparativa dos três pleitos do presente recorte (2006, 2010 e 2014).

Tabela 7.2 - Distribuição geográfica dos candidatos do PSOL a Deputado na Eleição de 2006*

UF	COMPOSIÇÃO DA COLIGAÇÃO	ESTADUAL		FEDERAL	
		LANÇADO	ELEITO	LANÇADO	ELEITO
AC	Sem Coligação	13	0	1	0
AL	PSOL-PCB-PSTU	12	0	6	0
AP	PSOL-PCB-PSTU	7	0	2	0
AM	PSOL-PCB-PSTU	2	0	1	0

⁹³ Como por exemplo Edmilson Rodrigues no PA e Edilson Silva do PE.

BA	PSOL-PCB-PSTU	14	0	9	0
CE	PSOL-PCB-PSTU	12	0	9	0
DF	PSOL-PCB-PSTU	19	0	7	0
ES	PSOL-PSTU	9	0	5	0
GO	PSOL-PCB-PSTU	16	0	6	0
MA	Sem Coligação	2	0	6	0
MT	PSOL-PSTU	1	0	2	0
MS	PSOL-PSTU	4	0	2	0
MG	PSOL-PSTU	19	0	19	0
PA	PSOL-PCB	12	0	3	0
PB	PSOL-PSTU	4	0	4	0
PR	PSOL-PCB-PSTU	4	0	4	0
PE	PSOL-PCB	6	0	8	0
PI	PSOL-PSTU	11	0	6	0
RJ	PSOL-PCB-PSTU	26	1	19	1
RN	PSOL-PCB-PSTU	4	0	5	0
RS	PSOL-PCB	14	0	20	1
RO	Sem Coligação	11	0	2	0
RR	Sem Coligação	5	0	4	0
SC	PSOL-PCB-PSTU	11	0	5	0
SP	PSOL-PCB-PSTU	51	2	28	1
SE	PSOL-PSTU	2	0	1	0
TO	Sem Coligação	5	0	3	0
Total		296	3	187	3

*Candidatos lançados apenas pelo PSOL. Número dos candidatos dos outros partidos, que compunham a coligação, não foram adicionados.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Retifica-se que o padrão de coligação do PSOL é semelhante ao parâmetro petista nos anos iniciais do partido, em que as alianças privilegiavam partidos considerados de “Esquerda”⁹⁴. Relembra-se a classificação ideológica citada pelo estudo da ABCP, em que especialistas colocavam PSTU, PCB e PSOL entre os quatro partidos mais à esquerda do espectro ideológico. Os outros partidos, mesmo que ainda com ideologias consideradas de esquerda, se distanciavam do índice de classificação desses quatro. Nota-se a correlação ideológica entre os partidos da coligação *Frente de Esquerda* e o padrão inicial de coligação do PSOL partindo desse pressuposto ideológico.

Nesse sentido, há interessante movimento do PCB, aliado histórico do PT, compondo inclusive a coligação petista nas eleições presidenciais de 2002⁹⁵, que rompe com o partido no ano de 2005 e integra a coligação do PSOL nas eleições presidenciais seguintes. Sobre esse rompimento, observa-se o que foi destacado anteriormente sobre a insatisfação de outros partidos de esquerda sobre a atuação política petista no governo federal, gerando

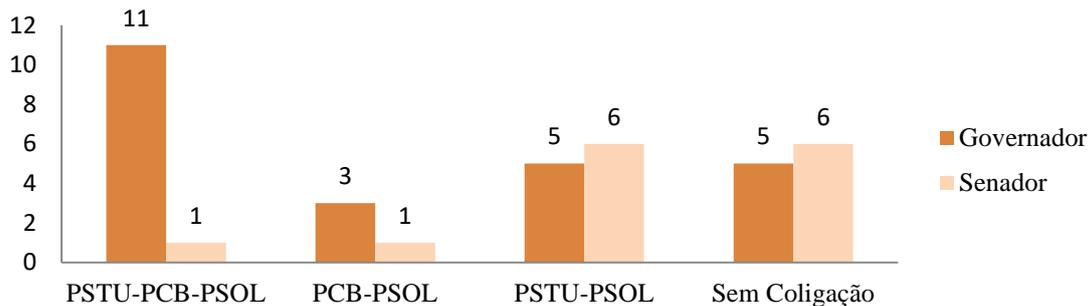
⁹⁴ Como exemplo, observa-se a coligação do PT na eleição presidência de 1989, em que a chapa encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva é composta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

⁹⁵ Coligação Lula Presidente, composta no primeiro turno por PT / PL / PCdoB / PMN / PCB

inclusive comparações com modelos econômicos neoliberais. Tal insatisfação é ampliada com o envolvimento do PT no escândalo do Mensalão resultando na ruptura do PCB com o governo vigente⁹⁶. Há clara insatisfação dos partidos de esquerda com o governo petista, fazendo com que três deles componham chapa própria à candidatura do governo presidencial de 2006 (PSOL recém-formado, PSTU, formado anteriormente por outra ruptura interna ao PT e PCB, partido de esquerda histórico do país).

Apesar de haver esse padrão ideológico na composição das alianças dentro de alguns estados, essas são alteradas em determinados cargos, devido a articulações locais (às vezes composta por dois partidos, outras com o PSOL seguindo candidaturas independentes)⁹⁷. Nesses casos específicos, o partido opta por concorrer a determinados cargos de forma separada⁹⁸.

Gráfico 2.2 - Padrão das coligações do PSOL em 2006



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Como descrito na seção 1.2, esperava-se que em sua primeira eleição, candidatos do PSOL que já possuíssem cargos políticos representativos e histórico eleitoral, fossem melhor sucedidos⁹⁹, algo que de fato ocorreu. Luciana Genro (RS), Ivan Valente (SP) e Chico Alencar (RJ) já eram deputados federais na legislatura anterior (52^a). Carlos Gianazzi (SP) era vereador na capital paulista e Raul Marcelo (SP) vereador mais votado na cidade de Sorocaba, nas eleições anteriores, e ambos conseguiram se eleger para a Câmara dos

⁹⁶ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1604200503.htm>> Acesso em: 01 fev. 2017.

⁹⁷ Candidaturas para Governador encabeçadas pelo PSOL, Coligação PSTU-PCB-PSOL: AL, AP, BA, CE, DF, GO, PR, RJ, RN, SC, SP; Coligação PSTU-PSOL: ES, MT, MS, PB, PI; Coligação PCB-PSOL: PA, PE, RS; Sem coligação: AC, MA, RO, RR, TO. Candidaturas para senador encabeçadas pelo PSOL, Coligação PSTU-PCB-PSOL: AC; Coligação PSTU-PSOL: ES, MT, MG, PB, PI, SE; Coligação PCB-PSOL: PA; Sem Coligação: AC, AP, BA, DF, MA, MS, RO, RR, TO.

⁹⁸ Nos estados em que não há coligação para candidatura do PSOL no Senado Federal, candidatos de partidos que mantém coligações com a legenda no âmbito local também concorrem separadamente. Exemplifica-se no caso de MT e da BA, em que há candidatura do PSTU para o Senado Federal, e do DF em que há candidaturas do PSTU e PCB, além da candidatura do PSOL de forma independente.

⁹⁹ Reflexão reforçada pela tabela 3, que mostra a reeleição de alguns políticos com cacife político do partido.

Deputados do estado de São Paulo. Reafirma-se que a única exceção de candidato eleito do PSOL que não possuía cargos eletivos em 2006 foi Marcelo Freixo do Rio de Janeiro.

Na Seção a seguir, será detalhado o aspecto organizacional do PSOL, incluindo dados de sua estrutura interna e divisões em correntes e formação da coalizão dominante, indicando os elementos originários que influenciaram essa organização, bem como a relação com as estratégias de atuação política do partido e o foco da ocupação dos cargos decisórios (Formação da Executiva e do Diretório Nacional).

2.5 Conclusão

Reestabelecendo o marco entre a problemática da seção, que questiona sobre a origem no PSOL e elementos que influenciaram em sua organização posterior, observou-se peculiaridades originárias na legenda. Inicialmente, notou-se influência (quase predominante) e participação de figuras políticas petistas na consolidação do novo partido. Entre as razões para ruptura destacou-se dois elementos principais, a disputa pelo poder interno no PT e a justificativa de que o partido originário modificou sua ideologia não atendendo mais aos anseios de uma parcela política nele inserido. As consequências dessa dissidência são estabelecidas em dois momentos distintos: primeiramente, pela expulsão de políticos que se posicionaram contrariamente a orientação do partido em uma votação parlamentar, o que dá início a consolidação da nova legenda, e posteriormente a saída de uma segunda leva de políticos feita de forma espontânea (sem expulsões), que integram a nova legenda, o PSOL.

A participação dessas figuras, muitas vezes parlamentares, ligadas ao PT, incide na origem do PSOL e em sua organização inicial. A análise das composições dirigentes da organização, feitas na seção posterior, poderão demonstrar se essa influência é mantida ou não.

Sobre a teorização originária de Duverger (1970) e Panebiando (2005), o nascimento do PSOL não se manifesta pelo patrocínio de uma instituição externa nem como veículo de afirmação de uma liderança carismática específica. Após sua formação, derivada de origem parlamentar, articulada por um grupo coeso, se dá o aumento do partido principalmente a partir da segunda leva de dissidentes do PT (2005) como um modelo de *Penetração Territorial*.

Verifica-se a presença ideológica na formação do partido, uma das razões citadas para a dissidência com a organização originária, consolidada nas bases de seus principais documentos oficiais iniciais (programa e o estatuto) e retificada por estudos sobre seu posicionamento ideológico. Por outro lado, encontra-se um aspecto de pragmatismo

eleitoral, no primeiro pleito do partido, na medida em que os candidatos que obtêm os melhores resultados (maioria dos eleitos) já possuem cargos públicos e cacife eleitoral desde quando compunham o PT.

Além da influência de seu fator originário na composição de sua organização e estrutura distributiva de poder, será interessante analisar os reflexos de sua gênese em seus resultados eleitorais, questionando se o partido consegue eleger políticos que não possuíram ligação com o PT, nos pleitos futuros (2008-2014).

3. ORGANIZAÇÃO INTERNA DO PSOL

3.1 Introdução

Após análise do processo inicial sobre a criação do PSOL apresentando os elementos de sua proposta originária, sua composição ideológica e seus primeiros resultados eleitorais, a presente seção tem por objetivo destrinchar a composição organizativa do PSOL, destacando aspectos de sua divisão de poder, processos decisórios, estruturas organizativas, tendências internas, dentre outros.

O foco da análise baseia-se na investigação das características apontadas em sua origem que podem ter influenciado na organização. A análise das composições dirigentes do PSOL, a partir da verificação de sua coalizão dominante (Executiva Nacional) permitirá a verificação da hipótese específica que relaciona a manifestação de lideranças parlamentares como integrantes de cargos intrapartidários na legenda socialista, o que implicaria em um aspecto de concentração decisória pela união de duas subestruturas partidárias (KATZ; MAIR, 1995) e de modificação no equilíbrio de poder (BRIEZEN, 1998).

A seguinte subseção fará revisão bibliográfica sobre a literatura da organização partidária no Brasil, que trata como objeto de estudo o PSOL. Após revisão inicial, será feita explanação dos processos decisórios e funcionamento interno da legenda socialista, tendo como principal fonte as resoluções de seu estatuto. Juntamente com análise do estatuto, será feito debate sobre os dilemas organizativos descritos por Panebianco (2005), relacionando os pressupostos que compõem a organização do PSOL com os elementos teóricos do autor.

3.2 Modelo organizativo do PSOL e dilemas da organização

Sobre o PSOL, há poucos trabalhos acadêmicos que o coloquem como um dos objetos de análise, e ainda menos que tratam de sua estrutura organizacional particular. O artigo de Pompêo (2007) faz uma compilação de aspectos originários do PSOL, ainda em seus anos iniciais. O texto possui características descritivas sobre as movimentações do PT que deram origem a nova legenda. Há investigação prospectiva que insere o PSOL em um novo ciclo da esquerda partidária brasileira, mas com os elementos da origem do partido ainda muito recentes. Dessa forma, o trabalho limita-se a análise temporal descritiva da

criação do PSOL em seus dois primeiros anos de registro eleitoral.

A dissertação de Silva (2011) é o trabalho atual mais completo sobre a formação organizativa do PSOL com o recorte de 2004-2010. Sua análise relaciona a formação do partido a construções históricas da esquerda e aponta aspectos organizativos dos primeiros anos da legenda. Há descrição detalhada dos primeiros conflitos internos da legenda na sua composição em tendências. O autor também antecipa dilemas presentes do partido que envolvem formação de alianças para estratégias eleitorais e fidelidade ao modelo ideológico. O trabalho privilegia a análise sobre a estrutura organizacional do partido a partir dos conflitos internos de seus agentes, e faz breve explanação sobre a participação eleitoral do PSOL, limitada a seu recorte (eleições de 2008 e 2010). O trabalho também não aborda detalhes da legenda na arena governamental (partido nos cargos conquistados).

O artigo de Silva (2013) investiga o perfil social dos participantes da elite partidária do PSOL, inseridos nos cargos parlamentares ou na direção interna do partido. Seu objetivo consiste em buscar os indícios de representatividade social nas instâncias organizativas do partido. Como conclusão, observa-se a presença de muitos professores integrantes do PSOL. Embora também seja um trabalho com análise na estrutura organizacional, o foco se limita a investigação do perfil social dos integrantes da legenda, sem mais informações sobre os conflitos partidários internos.

Já a dissertação de Moura (2011) compara objetivos políticos e elementos organizacionais de PSTU, PCO e PSOL. O autor investiga sobre as motivações que envolvem os partidos mais radicais no aspecto ideológico brasileiro para disputarem pleitos eleitorais. Uma de suas considerações interessantes incide sobre as estratégias dos partidos de criarem contrapontos com o PT, partido protagonista no campo ideológico de esquerda após a redemocratização, na expectativa de centralizar o campo ideológico em torno de sua legenda. O trabalho incide sobre uma análise comparativa das diretrizes e estratégias políticas dos partidos, mas sem entrar em maior detalhamento sobre origens, estrutura interna e desempenho eleitoral das legendas.

O próprio PSOL, em 2016, através da sua fundação Lauro Campos, lança um livro comemorando seus 10 anos de existência, organizado por Israel Dutra e Juliano Medeiros¹⁰⁰, reunindo um compilado de artigos escritos por figuras históricas do partido, como Afrânio Boppé, Milton Temer, Ivan Valente, Luciana Genro, dentre outros. O livro tem como temática central a perspectiva de criação do partido e projeções do futuro do

¹⁰⁰ Atual presidente da fundação Lauro Campos.

partido.

O livro não se constitui objetivamente como um documento que expressa as diretrizes políticas oficiais do partido, mas fornece informações sobre suas principais defesas políticas e o balanço sobre sua atuação, passado o período inicial de formação. O próprio nome segue uma definição que é permanentemente retomada no decorrer do livro, “Um partido necessário: 10 anos do PSOL”, em que seus participantes citam a necessidade da existência da legenda como uma alternativa real, eleitoral, de esquerda no sistema partidário nacional. Nas palavras de Juliano Medeiros, um dos organizadores do livro: “PSOL se consolidou como partido necessário à democracia brasileira, e hoje é alternativa real para aqueles que apostam na reorganização das forças progressistas em torno de um projeto que supere os limites da experiência que comandou o País nas últimas duas décadas” (MEDEIROS, 2016, p. 22).

Outro aspecto que se repete ao longo do livro discorre sobre a negação do PSOL como continuidade do PT. Apesar do reconhecimento histórico do partido originário, há constante afirmação sobre a necessidade de diferenciação da legenda do Socialismo e Liberdade. Nas palavras de Araújo: “O PSOL não é (e não pode ser) uma repetição da experiência petista. São momentos históricos distintos para o surgimento de cada um, seja a conjuntura estritamente política, seja o estágio da luta das classes trabalhadoras” (ARAÚJO, 2016, p. 159). Importante destacar que a negação da continuidade parece estar relacionada à postura política, pois em relação as figuras partidárias, quase todos os autores com publicação no vigente livro em comemoração aos 10 anos do PSOL possuem história anterior ligada ao PT.

Mesmo não sendo um trabalho acadêmico, que não priorize análise científica crítica, o livro se estabelece como importante ferramenta descritiva ao movimento originário do partido narrado por seus participantes.

Tais trabalhos resultam em conclusões interessantes acerca de cada objetivo específico inseridos em seu recorte temporal. Acredita-se que o presente trabalho fornecerá avanços complementares em três aspectos específicos. Primeiramente na temporalidade, considerando que o recorte analisa os dez anos do registro eleitoral do partido, avançando em relação aos outros trabalhos acadêmicos citados. O segundo relaciona-se à hipótese específica inédita que busca verificar a acumulação de cargos dirigentes com posições na face pública do partido, dimensão que incide sobre a concentração de poder da legenda. Em terceiro lugar, a presente análise prioriza integração entre a descrição originária do PSOL com suas três arenas políticas (Organizacional, Eleitoral e Governamental). Tal integração se

constitui como principal originalidade do trabalho fornecendo análises complementares sobre os estudos citados.

Para explanação sobre o modelo organizativo do PSOL, serão utilizadas como base as informações de seus documentos oficiais (Estatuto, Programa e Resoluções).

Panebianco (2005, p. 69) considera que os regulamentos formais são “pálidos esboços” servindo apenas como ponto de partida para análise organizacional. Sobre o contexto brasileiro, acredita-se que a análise dos estatutos pode fornecer valiosa contribuição dos elementos internos partidários por se tratar de um documento público que rege sua estrutura interna.

Retifica-se sua importância pela obrigatoriedade do registro estatutário dos partidos nacionais inseridos na Lei 9.096 (Lei orgânica dos partidos), que segundo seu título I, § 1º , permite a inserção no sistema partidário: “Só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, nos termos fixados nesta Lei.” (BRASIL, 1995).

Nesse aspecto, concorda-se com Ribeiro (2008) ao defender que os estatutos:

Regulam toda a dinâmica intrapartidária, em termos da competição pelos postos dirigentes, das relações entre as instâncias [...] que permite o cotejamento entre o funcionamento formalmente previsto e a dinâmica real do partido. Como a faceta mais pública das legendas, os regulamentos são fundamentais em pesquisas que procuram se alicerçar sobre bases empíricas sólidas – pelo simples fato de que estão sempre disponíveis ao pesquisador. Esse fácil acesso permite comparações não só entre agremiações, mas também entre diferentes momentos de um mesmo partido (o que fazemos aqui). Por fim, como as evidências desse campo de estudos indicam, as normas formais são importantes o suficiente para gerar, em todos os partidos, conflitos internos agudos em torno de sua definição (p. 26).

Além de ser o documento mais acessível à pesquisa sobre a organização interna da legenda, a importância do estatuto como principal documento do PSOL é confirmada através da primeira Resolução dos seus objetivos: “CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS: Art. 4º – O Partido SOCIALISMO E LIBERDADE atuará em âmbito nacional, com estrita observância deste Estatuto, do seu Programa Partidário e da Legislação em vigor. (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 1). Simbolizando o protagonismo de suas resoluções para o processo decisório interno.

O PSOL se organiza com bases nos estados e municípios. As instâncias deliberativas do partido, por ordem de autoridade, são os Congressos Nacionais, as Convenções Nacionais e o Diretório Nacional, como definido em estatuto: “Art. 26 – Os órgãos do Partido

devem respeito, em primeiro lugar, às resoluções do Congresso Nacional e às decisões das Convenções Nacionais e deliberações do Diretório Nacional, nessa ordem”. (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 6). Destaca-se que dentro das instâncias organizativas há necessidade de seguir, além das escalas deliberativas, os elementos do Programa partidário:

Art. 26 § 1º Os órgãos do Partido terão autonomia para deliberar sobre as questões de política e tática do seu âmbito de intervenção procurando o mais amplo debate prévio e a maior unidade na ação, sempre nos marcos da não contraposição ao Programa sempre nos marcos da não contraposição ao Programa, ao Estatuto e das deliberações dos Congressos, das Convenções Partidárias e do Diretório Nacional. (Id.).

Como citado anteriormente, além do estatuto, o PSOL segue diretrizes políticas de um programa partidário que não tem resoluções deliberativas sobre sua organização interna, mas contém orientações acerca de posicionamentos ideológicos do partido frente a temas diversos. Dessa forma, o programa é dividido em três partes: a primeira denominada “Bases do Programa Estratégico”, em que há explanação principal do perfil ideológico do partido, a segunda, “Bases de análise e caracterizações”, que expõe pontos atuais críticos do partido e uma terceira que incide sobre medidas específicas para realizações políticas do partido denominado “Programa de Ação”.

Sobre as temáticas da primeira parte do programa encontram-se os itens relacionados a: Socialismo com democracia, Independência nacional, Negação da conciliação de classes, Reivindicações à luta imediata com bandeiras ideológicas históricas e Defesa do internacionalismo ativo. Essa primeira parte demonstra perfil ideológico da esquerda socialista do partido. Além das reivindicações acerca do movimento de luta de classes, observa-se manifestações históricas da esquerda brasileira sobre necessidade de independência frente ao imperialismo.

A segunda parte faz críticas pontuais ao que intitulam aumento da exploração das classes trabalhadoras na América Latina, a classe dominante brasileira e ao governo Lula, como aliado aos interesses dessa classe.

Na parte “Programa de ação”, há maior descrição de bandeiras específicas defendidas pelo PSOL relacionadas aos itens dos dois primeiros segmentos do programa, possibilitando traçar aspectos do perfil ideológico do partido, são eles: Redução da jornada de trabalho; Fim do arrocho salarial; Reforma Agrária; Reforma Urbana; Aumento do gasto em saúde; Educação e infraestrutura; Ruptura com o Fundo Monetário internacional (FMI); Contrarreformas neoliberais; Confisco de bens e prisão a corruptores; Contra burocracias sindicais; Democratização dos meios de comunicação; Contra insegurança e pelo direito a

vida; Pela preservação do meio ambiente; Combate ao racismo; Defesa dos direitos das mulheres; Luta pela juventude; Defesa das minorias nacionais; Em defesa dos aposentados; Pela livre expressão sexual; Em defesa das liberdades democráticas; Por uma luta internacional da classe trabalhadora.

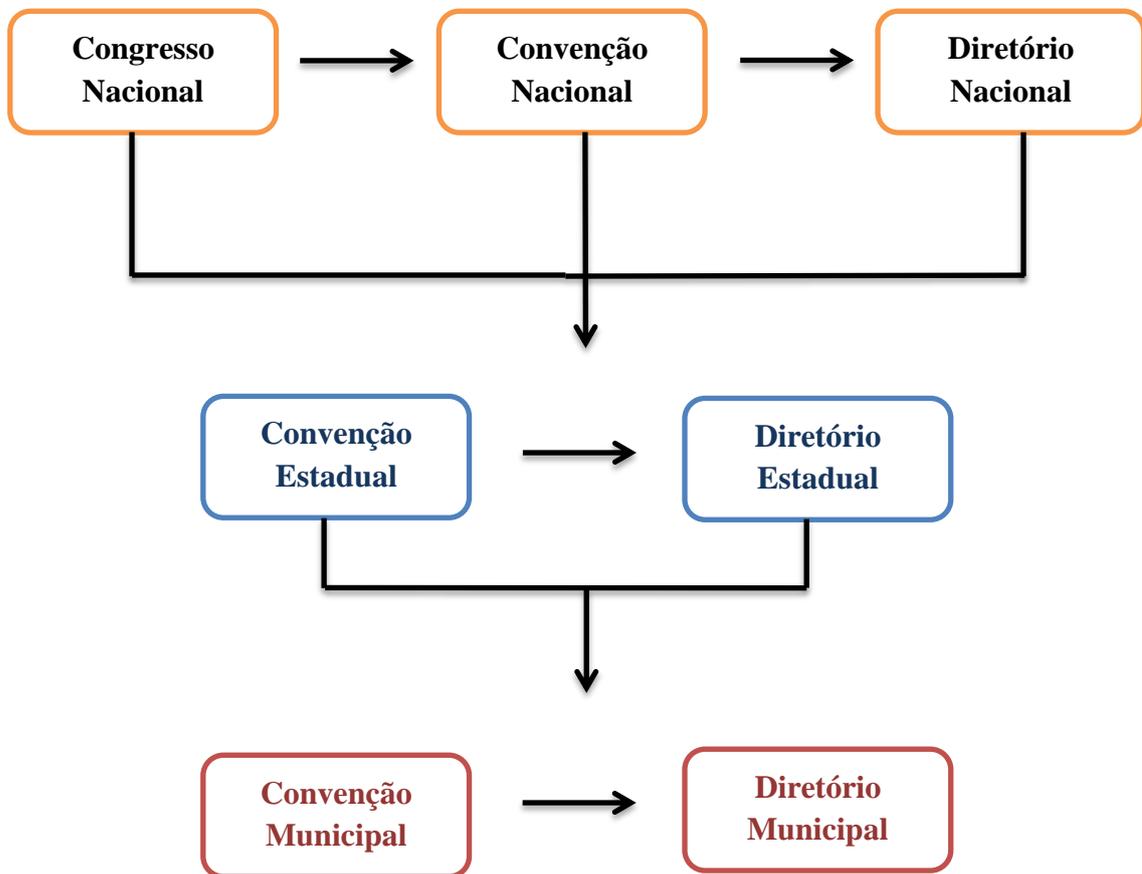
Mesmo apresentando algumas temáticas gerais, é possível perceber um perfil político do partido através do conteúdo de seu programa. Nesse sentido, percebe-se a valorização de políticas voltadas para defesa das minorias nacionais e da classe trabalhadora.

Seu estatuto estabelece a garantia de ação política alinhada com as linhas do programa que tem caráter ideológico, e dessa forma há forte presença desses valores no direcionamento do partido. Sartori (1982) denomina a transmissão de valores partidários através da concepção de *Imagem do Partido*. Os rótulos de seu programa definem de forma condensada a imagem que esse partido pretende passar para o eleitorado. A partir disso, há formação de *Identificação Partidária* por parte dos eleitores através das diferentes representações que essas imagens são interpretadas pelo eleitorado.

Alguns desses valores ideológicos são expostos no programa. O estatuto delibera que as práticas políticas não entrem em contraposto nem com suas resoluções nem com as definições dos órgãos decisórios (convenções, diretórios e congressos), tampouco com os posicionamentos do programa.

Além dos órgãos nacionais, o PSOL se organiza nos estados e nos municípios, seguindo a ordem divisória das unidades federativas através de convenções e diretórios, seguindo a mesma escala de deliberação das instâncias nacionais (Convenções superiores a Diretório).

Figura 1.3 - Escala de Deliberação dos Órgãos partidários do PSOL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estatuto do PSOL

Há também outros dois órgãos que não possuem função deliberativa, os Núcleos de Base e as Setoriais. Os Núcleos de Base podem ser organizados em cidades, empresas, bairros, locais de estudo, trabalho, movimentos sociais, dentre outros, possuindo ligação e reconhecimento como movimentos integrados ao Partido. Todo Compete aos Núcleos de Base: “Art. 60 §1º a) organizar a militância para debater temas de atualidade política; b) realizar cursos de formação; c) impulsionar as atividades decorrentes das diretrizes do Congresso e/ou Convenção Nacional, dos Diretórios regionais, municipais e do Diretório Nacional.” (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 21). Sua função fica estabelecida pela organização em um cenário local do debate e construção de demandas posteriormente levadas a outras instâncias partidárias. Constitui-se como um dever dos filiados participarem das reuniões dos órgãos partidários ao qual pertencem, incluindo núcleo de base, se for membro de algum. Os núcleos de base também fazem parte da organização do PT, partido

originário, através do Art. 61 do Estatuto do PT, tendo funções de aproximação social a níveis locais do partido¹⁰¹.

Já as setoriais, são instâncias partidárias organizadas pelos filiados pela atuação em determinadas áreas específicas, interferindo através da organização institucional partidária nos movimentos sociais. As setoriais se organizam nos âmbitos federal, estadual e municipal e reportam a direção correspondente aos diretórios. A organização e planejamento de atuação desses órgãos são definidos em encontros setoriais no qual são inclusive eleitos representantes públicos. Posteriormente às deliberações desses encontros, são encaminhadas aos encontros/congressos do mesmo nível (Estadual ou Nacional) para serem apreciadas. São exemplos de setoriais do PSOL: Setorial das Mulheres, Setorial da Saúde, Setorial da Juventude, entre outros. As setoriais também estavam presentes na organização do partido originário, PT, determinados pelo Art.128 de seu estatuto¹⁰².

Importante notar que o órgão supremo decisório do PSOL é seu Congresso Nacional. Tal órgão deve se reunir, no mínimo, de dois em dois anos, segundo resolução do Estatuto, ou em condições extraordinárias como deliberação por maioria simples do Diretório Nacional ou exigência de um terço dos filiados. Suas decisões só podem ser revogadas por outro congresso, ordinárias ou extraordinárias.

Competem aos Congressos Nacionais atribuições como o debate sobre propostas de alteração do programa e estatuto do partido, deliberações sobre as diretrizes políticas e eleição do diretório nacional:

- a) discutir e deliberar acerca dos informes do Diretório Nacional do Partido; b) discutir e deliberar acerca das teses propostas ao Congresso; c) alterar o Programa e Estatuto do Partido; d) determinar, através de resoluções, as diretrizes políticas gerais do Partido sobre as questões fundamentais da realidade; e) alterar o número de membros do Diretório Nacional do Partido e da sua respectiva Comissão Executiva; f) eleger os membros do Diretório Nacional; g) julgar os recursos que se encontram pendentes, podendo avocá-los de quaisquer órgãos partidários; h) deliberar sobre fusão e incorporação com outro Partido. (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 9)

¹⁰¹ Art. 61. São considerados Núcleos quaisquer agrupamentos de pelo menos 9 (nove) filiados ou filiadas ao Partido, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria profissional, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo, coletivos nas redes sociais da internet e outros. (ESTATUTO DO PT, 2015, p. 17)

¹⁰² Art. 128. Os Setoriais são instâncias partidárias que organizam os filiados e as filiadas junto aos diferentes movimentos sociais, com três finalidades básicas: a) motivar a organização partidária de filiados e de filiadas petistas conforme os movimentos sociais dos quais participam; b) participar, obrigatoriamente, da elaboração de políticas públicas no âmbito partidário como forma de subsidiar programaticamente a ação institucional do Partido; c) em cada setor, subsidiar a representação institucional do PT nas suas relações com os movimentos sociais, com as bancadas parlamentares e com os governos onde há quadros do Partido. (ESTATUTO DO PT, 2015, p. 31)

Constituem o Congresso Nacional, os membros do Diretório Nacional, no qual os delegados eleitos pela proporcionalidade do regimento interno possuem voz e voto, enquanto os demais membros possuem apenas voz. E os delegados eleitos nas plenárias dos núcleos de Base.

O Congresso elege os membros do Diretório Nacional, sendo composto por 61 titulares e 13 suplentes e membros da Executiva Nacional, composta por 17 titulares e 6 suplentes, além de membros do Conselho Fiscal (5 titulares e 3 suplentes) e da Comissão de ética (7 titulares). A eleição da Executiva Nacional (ligada ao diretório) é feita através da composição de chapas na qual a chapa vencedora terá direito a escolha primária na distribuição dos cargos.

A eleição para o Diretório Nacional é estabelecida por plenárias regionais (primeiro municipais depois estaduais) na qual são eleitos delegados com poder de voto seguindo a proporcionalidade do partido em cada localidade. Os delegados votam nas diferentes chapas e a composição da Executiva Nacional e do Diretório ocorre de acordo com a proporcionalidade dos votos nessas chapas. Esse mecanismo garante que os órgãos diretórios do partido não sejam dirigidos por apenas um grupo político (composição plural)¹⁰³.

O Diretório Nacional do PSOL é o órgão dirigente máximo entre os Congressos nacionais (as convenções possuem funções avaliativas ou pré-eleitorais). A Executiva Nacional é formada pelos cargos dirigentes do Diretório Nacional. Sua principal atribuição é exercer o trabalho de direção permanente e cotidiano do Partido. Administra o Patrimônio e contabilidade, controla a comunicação da legenda, delega poderes aos órgãos regionais quando necessário e julga recursos a ele designados.

A comissão Executiva Nacional é composta por:

Art. 43 - A Comissão Executiva do Diretório Nacional é composta de Presidente, Secretário Geral, Segundo Secretário, Tesoureiro Geral, Segundo Tesoureiro, Segundo Secretário de Formação Política, Segundo Secretário de Formação Política, Segundo Secretário de Comunicação, Segunda Secretaria de Comunicação, Secretário de Relações Internacionais, 2º Secretário de Relações Internacionais, 1º Secretaria de Organização, 2º Secretaria de Organização, 1º Secretaria de Movimentos Sociais, 2º Secretaria de Movimentos Sociais, 1º Secretaria Ação institucional e Políticas Públicas e 2º Secretaria Ação institucional e Políticas Públicas. (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 13)

Entre os principais cargos, compostos pelo Presidente, Secretário Geral e

¹⁰³ Os diretórios em nível Estadual e Municipal são eleitos de forma semelhante seguindo decisões de plenárias locais e definição de delegados para votação da escala geográfica maior (núcleos de base elegem participantes para o municipal e plenárias municipais representantes da estadual).

Tesoureiro Geral, compete ao Presidente a representação do partido, a direção de acordo com as deliberações dos outros órgãos e a convocação dos congressos e convenções. O Secretário Geral coordena as atividades administrativas organizando os documentos do partido. O tesoureiro propõe e organiza a política financeira do Partido.

Pelo papel dirigente da Comissão Executiva, inserida no órgão de deliberação administrativo que é o Diretório Nacional, considera-se essa como a principal elite dirigente do partido. Assim, podemos definir a constituição básica da *coalizão dominante* pela formação da Executiva Nacional do partido.

Segundo o Estatuto, as Convenções Nacionais do PSOL são convocadas a cada dois anos (entre os congressos). Sua escala deliberativa se encontra logo abaixo dos Congressos Nacionais, mas sua função é avaliativa de acordo com análise das diretrizes políticas da legenda, e pré-eleitoral, precedendo as escolhas de candidatos. Por esse motivo, trata-se o diretório como órgão máximo de deliberação, pois as funções das convenções se relacionam a outros processos decisórios:

Art. 45 - Congresso e responder aos acontecimentos da atualidade, bem como deverá ser convocada quando a legislação eleitoral exigir, para efeitos de escolhas das candidaturas no âmbito nacional, definição de política de alianças, no marco das deliberações e critérios fixados no Congresso. (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 16)

Os órgãos de deliberação regional seguem a mesma composição deliberativa dos órgãos nacionais, mas esses só possuem convenções e diretórios. Os diretórios também possuem organismos dirigentes que são as Comissões Executivas Estaduais Os órgãos municipais seguem a mesma lógica dos regionais, possuindo convenções, diretório e executiva (municipal). Competem aos órgãos municipais e estaduais as mesmas atribuições dos nacionais, mas sobre âmbito local. Tal modelo organizativo é comum a grande parte das legendas do sistema partidário nacional¹⁰⁴.

Sobre as finanças e contabilidade do PSOL, definem-se três origens possíveis a recursos financeiros no partido: “Art. 71 I – contribuições de seus filiados e simpatizantes; II – dotações do fundo Partidário, nos termos deste Estatuto e do Regimento; III – Rendas eventuais e receitas de atividades financeiras e partidárias, observadas as disposições legais.”(Idem, p. 23).

Uma peculiaridade estatutária do PSOL na questão da contabilidade é a

¹⁰⁴ A instancia organizativa decisória de outros partidos pode ser observada em Ribeiro (2013), que trabalha com PT, PMDB, DEM e PSDB.

definição da proibição de doações de empresas multinacionais, empreiteiras ou instituições financeiras:

Parágrafo Único - Não serão aceitas contribuições e doações financeiras provindas, direta ou indiretamente, de empresas multinacionais, de empreiteiras e de bancos ou instituições financeiras nacionais e/ou estrangeiros, sempre no marco das vedações contempladas pelo art. 31 da Lei 9096/95. (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 24).

A resolução do Estatuto não proíbe doações provenientes de empresas privadas ao partido, mas limita essas contribuições excluindo os tipos de empresas citados. A peculiaridade de limitação do financiamento não é explanada no Estatuto do PT¹⁰⁵. Embora haja tentativa de manter sua contabilidade através de recursos próprios, o PT não limita tipos de contribuintes e auxiliares em campanha¹⁰⁶ em seu estatuto. Tal particularidade do PSOL pode se manifestar como uma tentativa de modificar esse procedimento financeiro do partido originário.

Mesmo assim, tal definição não é consensual dentro do PSOL, nem aplicada exatamente segundo resolução do estatuto, existindo casos específicos de doações de empresas multinacionais. Um desses casos foi a doação da multinacional Gerdau (indústria de transformação de aço)¹⁰⁷ na campanha da prefeitura de Porto Alegre – RS, a candidata Luciana Genro em 2008, ação que gerou contestações internas¹⁰⁸.

Após a Lei nº 13.165/2015 que promoveu uma pequena Reforma Eleitoral nas regras políticas do País, estabelece que apenas pessoas físicas podem fazer doações de campanha eleitoral para os partidos, limitando assim esse tipo de contribuição privada para todos os partidos¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Art. 176. Os recursos financeiros do Partido dos Trabalhadores serão originários de: I – contribuições obrigatórias de seus filiados e filiadas na forma deste Estatuto; II – contribuições obrigatórias dos filiados e filiadas ocupantes de cargos eletivos, de confiança e dirigentes na forma deste Estatuto; III – contribuições espontâneas de filiados ou filiadas e simpatizantes; IV – doações na forma da lei; V – dotações do Fundo Partidário, nos termos da lei e deste Estatuto; VI – rendas e receitas de serviços decorrentes de atividades partidárias; VII – rendas provenientes de convênios comerciais, na forma da lei, aprovados pela Comissão Executiva Nacional; VIII – outros auxílios financeiros não vedados em lei (ESTATUTO DO PT, 2015, p. 41).

¹⁰⁶ Art. 168 - Em todas as campanhas eleitorais será constituído um Fundo Nacional de Apoio às Eleições (Funae) destinado a: a) custear as atividades e materiais produzidos, coordenados ou distribuídos pela direção nacional; b) assegurar um mínimo de recursos a todas as candidaturas majoritárias; c) reorientar recursos conforme prioridades. Art. 169. Enquanto não for aprovado em lei o financiamento público de campanhas eleitorais, o Funae será constituído com recursos oriundos de contribuições de apoiadores e cotas de contribuição estabelecidas para todas as candidaturas (ESTATUTO DO PT, 2015, p. 39).

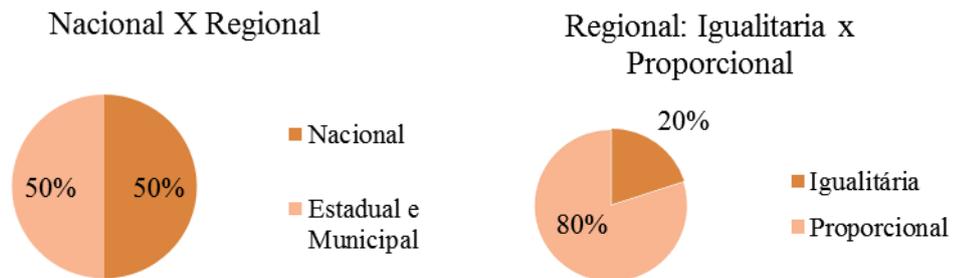
¹⁰⁷ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3146373-EI11868,00-Doacao+da+Gerdau+ao+Psol+abre+debate+ideologico+na+esquerda.html>> Acesso em: 27 jan. 2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2008/11/06/posicionamento-da-maioria-da-executiva-nacional-do-psol-sobre-a-aceitacao-de-recursos-da-gerdau-pelo-diretorio-municipal-de-porto-alegre/>> Acesso em: 27 jan. 2017.

¹⁰⁹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Janeiro/conheca-as-novas-regras-das-eleicoes-municipais-de-2016>> Acesso em: 27 jan. 2017.

Entre a distribuição de recursos do Fundo Partidário, excluindo 20% contemplados para a manutenção da Fundação Lauro Campos (fundação gerida pelo partido), 50% dos recursos são destinados à instância nacional de direção e outros 50% destinados às instâncias estaduais e municipais.

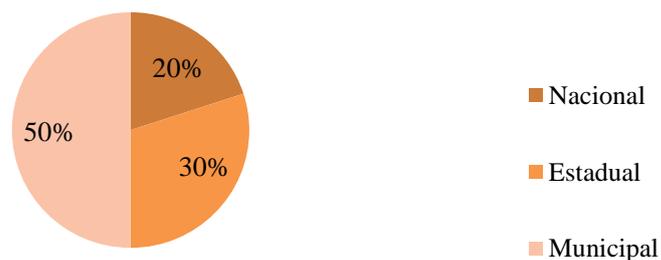
Gráfico 1.3 - Distribuição de recursos do Fundo Partidário



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estatuto do PSOL

Nas instâncias locais, 20% são distribuídos de forma igualitária para os Diretórios estaduais, e os outros 80% divididos proporcionalmente de acordo com o número de filiados do partido nos estados. Dos recursos oriundos das contribuições dos filiados, 20% serão distribuídos a direção nacional do partido, 30% para direção estadual e 50% para direção municipal.

Gráfico 2.3 - Distribuição de recursos oriundos das contribuições dos filiados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estatuto do PSOL

Os ocupantes de cargos de confiança, assessores dos detentores de mandatos eletivos e outros participantes indiretos de instâncias do governo deverão efetuar contribuição financeira mensal de acordo com a proporcionalidade de sua renda¹¹⁰. Já os

¹¹⁰ Até três salários mínimos valor correspondente ao estipulado pela secretaria de finanças, de três a seis salários mínimos, 1% do salário líquida, e acima dos seis salários mínimos, contribuição de 2% do salário.

ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar contribuição mensal de 20% do salário ao partido, e suas contribuições serão destinadas aos órgãos dirigentes de acordo com sua esfera política correspondente (municipal, estadual e federal).

A Fundação partidária criada e mantida pelo PSOL, conforme a legislação partidária¹¹¹ é denominada Lauro Campos e a ela compete:

Art. 100 - A Fundação Lauro Campos é entidade de direito privado instituída pelo PSOL com o objetivo de aprofundar a discussão dos fundamentos doutrinários do Partido, bem como estimular e promover a investigação e o debate ideológico, político e cultural, sobre as grandes questões da atualidade brasileira e mundial (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 30).

A Fundação é subordinada ao Diretório Nacional, possuindo três órgãos internos: o Conselho Curador, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, sendo que os dois primeiros órgãos são eleitos pelo Diretório Nacional. Porém, as atribuições de cada órgão são definidas por estatuto vigente da própria fundação.

Pela ótica do processo decisório, segundo o estatuto do PSOL, há um aspecto de centralização nas decisões partidárias que concentram grande poder nos dirigentes do cenário nacional. Existem as instâncias decisórias regionais que até possuem poder de organização e deliberação em nível local. As tendências internas também podem agir de forma distinta possuindo certa autonomia. Mesmo assim, o estatuto partidário vincula as decisões mais importantes à escala da direção nacional, como a direção administrativa, a escolha do Conselho fiscal e ético, controlando as finanças e as responsabilidades dos filiados do partido. As instâncias de poder local e as tendências necessitam integrar o poder dirigente nacional para participarem do processo decisório da unidade da legenda (participar das plenárias locais para alcançar a nacional).

A principal tese de Panebianco (2005) sobre a dinâmica das organizações é de que os partidos possuem desigualdades próprias, acarretando em tensões internas, produtos de seu próprio sistema interno de desigualdades que não necessariamente corresponderiam às desigualdades sociais. Nesse sentido, surgem dilemas internos à organização que define as estratégias de sobrevivência da mesma. Assim, os dilemas organizacionais se baseiam nas exigências contraditórias que os partidos, como organizações complexas, precisam equilibrar para se manter.

Torna-se importante a verificação dos dilemas organizativos do PSOL para explanação das estratégias do partido visando ganhos políticos e a sobrevivência como

¹¹¹ Conforme a Lei Nº 9.096, de 1995, conhecida como a lei dos partidos, descrito em seu Art.44, inciso IV é obrigatório a criação e manutenção de uma instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.

organização. Destaca-se que para Panebianco (2005) os dilemas baseiam-se em tipos ideais, não sendo correspondidos por atuações práticas dos partidos. Consideram-se também as dificuldades de imposição de uma teoria vinculada ao contexto europeu em uma análise para uma legenda nacional. Assim, não se pretende encaixar o PSOL nas classificações indicadas pelo autor, mas debater os elementos indicados na teoria a partir do processo de desenvolvimento da legenda socialista como forma de investigação das possíveis estratégias do partido perante o movimento de complexidade da organização (desenvolvimento da legenda).

Entende-se também, que para Panebianco (2005), o processo de desenvolvimento organizativo não é estável, sendo definido pela dinâmica interna da legenda. Dentro do recorte estabelecido no presente trabalho (2005-2016), modificações na estrutura organizativa são prováveis. Como marco de referência será utilizado o estatuto do partido, no qual possíveis modificações em versões atualizadas serão contextualizadas¹¹².

Como descrito na seção introdutória, o primeiro dilema organizacional refere-se à oposição entre os objetivos sistemáticos da organização. No primeiro momento da organização, chamado de *Modelo Racional* pelo autor, as organizações servem principalmente como instrumentos para a realização de objetivos específicos. Assim, suas atividades, organização e fisionomia são seguidas aspirando o comprimento desses objetivos. A associação voluntária também costuma se manifestar através da identificação dos participantes a existência de uma “causa” comum.

Panebianco (2005) define que a literatura tradicional sobre organização partidária se baseou no desenvolvimento dos partidos através desse modelo, mas o autor aponta algumas críticas. Primeiramente destaca que os objetivos reais do partido não são determinados a priori do seu nascimento. Em segundo lugar enfatiza a pluralidade de objetivos possivelmente existentes no interior da legenda. Em terceiro, citando Michels (1982) e sua teoria oligárquica, ressalta que muitas vezes o verdadeiro objetivo dos dirigentes da organização é manter-se no poder.

A partir das objeções abre-se a alternativa ao *Modelo Racional* denominado *Sistema Natural*, em que a organização se manifesta como uma estrutura que responde e se adapta a uma multiplicidade de demandas, equilibrando as diferentes necessidades. Os objetivos organizacionais em tal alternativa derivam em três consequências: primeiramente

¹¹² Estatuto de 1 de Abril de 2010, assinado pelo secretário geral Afrânio Boppré. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/partido/estatuto/>> Acesso em: 29 jan. 2017.

os objetivos descritos como oficiais tendem a ser fachadas para objetivos efetivos. Em segundo lugar, esses objetivos efetivos só podem ser conhecidos mediante ao resultante dos equilíbrios internos da organização, e, por fim, o único objetivo que dispõe a ser comum é a sobrevivência da organização¹¹³.

A relação entre os objetivos organizativos e organização se inverte, pois segundo o *Modelo Racional* a variável independente seriam os objetivos e a variável dependente a organização. Já no *Sistema Natural*, os objetivos são tratados como variáveis dependentes (logo a organização seria a variável independente), não podendo ser concebidos como causa da organização.

Os dois modelos descritos pelo dilema primário organizativo não necessariamente correspondem a modelos excludentes. Os modelos podem ser descritos como um processo sequencial: primeiro as organizações nascem para realizar certos objetivos, e, posteriormente, se desenvolvem tendências internas que buscam a diversificação dos objetivos organizativos. Panebianco (2005) descreve que a alternativa do Sistema Natural oferece uma imagem mais realista de seu argumento sobre a complexidade das organizações. Mesmo assim, o autor não concorda com todos seus pressupostos, descrevendo que os objetivos oficiais “Não podem ser reduzidos a uma mera fachada nem ao produto contingente dos objetivos organizativos” (PANEBIANCO, 2005, p. 16), pois eles indicam expressões de identidade destacados em outros dilemas.

A análise dos dois modelos de objetivos das organizações partidárias pode indicar interessante relação com o desenvolvimento organizativo do PSOL. Inicialmente, destaca-se o surgimento do PSOL baseado na causa da criação de uma “alternativa de esquerda consequente, socialista e democrática, com capacidade de atrair e influenciar setores de massas, e oferecer um canal positivo para os que acreditam em um outro Brasil.” (PROGRAMA DO PSOL, 2004). Relaciona-se também a causa comum, descrita de sua proposta originária dos rebeldes expulsos do partido criarem uma nova legenda. Assim, o objetivo oficial descrito no estatuto foi:

Art. 5º - O Partido Socialismo e Liberdade desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbano. A clareza a cerca da necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 1).

¹¹³ Objetivo impede a deflagração da organização, fato que pode ocorrer mediante as disputas competitivas internas.

Observa-se a descrição da criação do PSOL baseada em um objetivo comum entre os membros fundadores como já descrito nas premissas originárias. Embora o objetivo oficial se vincule a uma perspectiva ideal vinculada à construção do socialismo, seu argumento não pode ser descrito como mera fachada de um objetivo real, pois se trata da demarcação ideológica do partido, responsável pela expressão de sua identidade.

Igualmente, identifica-se no PSOL a presença de correntes diversas que possuem em comum o espectro ideológico de esquerda, mas representam distintas divisões em questão de origem, localização geográfica e composição de suas lideranças¹¹⁴. Desse modo, a divisão em tendências incluem objetivos específicos que necessitam ser compilados e equilibrados pelos órgãos organizativos do partido. Os próprios grupos se unem em blocos maiores para concorrer a cargos internos.

Evidencia-se a necessidade de equilibrar as diferentes demandas mantendo o objetivo comum de sobrevivência da organização. O dilema pode ser descrito no interior da legenda expondo a indicação de um objetivo oficial, aspecto de unidade do partido somado às distintas necessidades internas, incluindo as demandas dos diferentes grupos que compõem o partido.

O segundo dilema organizativo trata da distribuição de incentivos a todos os participantes da organização. Esses incentivos se dividem em dois tipos: os Coletivos, que são distribuídos igualmente a todos os membros da organização, e os Seletivos, no qual se distribui apenas a alguns membros da organização de forma desigual. Os dois incentivos correspondem a diferentes versões de estímulo à participação que são oferecidos aos membros da legenda. Os incentivos Coletivos distinguem-se ainda em três tipos: os de identidade (identificação com a organização) solidariedade (ação solidária aos demais integrantes) ou ideológicos (objetivo de causa da organização). Já os Seletivos são relacionados a poder, status ou materiais (autoexplicativos). Por serem burocracias complexas e, também ao mesmo tempo, associações voluntárias, Panebianco (2005) sinaliza que os partidos devem, simultaneamente, distribuir os dois tipos de incentivos.

Assim, a organização necessita equilibrar a distribuição desses incentivos, pois a distribuição dos seletivos de forma demasiada diminui a credibilidade do partido com o objetivo de realizar uma causa (diminuindo os coletivos), e a ênfase na distribuição dos coletivos implica em dificuldades de continuidade organizativa da legenda (diminuindo os seletivos). É necessário

¹¹⁴ Como exemplos destaca-se o MES, com origem nas ligas operárias (como já descrito) com sede no RS. E a APS ligado a fusão de movimentos esquerdistas dos anos 60, incluindo o PCB, com sede em SP.

satisfazer os interesses individuais e alimentar as lealdades organizativas.

Há correspondência da distribuição dos incentivos com os pressupostos do primeiro dilema, no qual os incentivos Coletivos, ligados aos objetivos de “causa da organização”, se vinculam ao Modelo Racional, enquanto os Seletivos, vinculados à sobrevivência organizativa, vinculam-se ao Sistema Natural. Identifica-se a correspondência na distribuição organizativa do PSOL, na qual foram descritos os aspectos dos dois modelos do primeiro dilema. Sobre a defesa do pressuposto ideológico, ressalta um dos deveres do filiado: “Art.11 Constituem-se deveres do filiado: B) divulgar, defender e encaminhar o Programa e o Estatuto do Partido.” (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 2).

Através da distribuição de incentivos atribui-se função organizativa a ideologia partidária. Além de ser responsável por manter a identidade da organização, e a imagem do partido perante o eleitorado como anteriormente citado em Sartori (1982), influenciando as estratégias eleitorais¹¹⁵, a ideologia auxilia a função interna de ocultar a distribuição de incentivos seletivos na organização, segundo Panebianco (2005).

Importante destacar que tal argumento inserido no PSOL, partido de forte aspecto ideológico vinculado aos pressupostos descritos na seção anterior, apresenta-se de acordo com a hipótese proposta de concentração de cargos internos no partido, por lideranças políticas com cargos públicos. Os cargos internos manifestam-se como incentivos seletivos de status e poder, e de certa forma, o fator ideológico pode contribuir para que a manifestação dessa concentração não seja facilmente percebida. Nesse sentido, segundo a hipótese específica a ser testada, há uma concentração de incentivos coletivos de status e poder representados pelos cargos da EN nas mãos de figuras parlamentares do partido.

O terceiro dilema organizativo opõe a tentativa de predomínio ou adaptação ao ambiente externo em termos territoriais. Sobre o referente dilema, far-se-á a ressalva da existência de ambientes múltiplos e fatores distintos que podem levar a influências diversas no interior da legenda. Como cita Panebianco (2005), são “[...] arenas nas quais cada organização age quase sempre simultaneamente; arenas que geralmente são interdependentes e comunicantes entre si, mas também distintas”. (PANEBIANCO, 2005, p. 23). Para as análises de fatores externos com maior profundidade seria necessário estudo conjuntural da política para depois inserção específica da legenda, o que não faz parte dos objetivos do presente trabalho.

No aspecto puramente territorial, poderá ser observado posteriormente a

¹¹⁵ Atributo que será melhor identificado na quarta seção do presente trabalho, ao verificar os resultados eleitorais do PSOL e identificar elementos ideológicos nas ementas dos Projetos de Lei lançados por seus deputados.

distribuição espacial da estrutura organizativa do PSOL (órgãos partidários) e dos resultados eleitorais do partido no recorte espacial do território nacional. Adianta-se, com os dados preliminares das eleições de 2006, que o PSOL atinge penetração de votação em nível nacional, mas mantém destaque em localidades específicas, o que posteriormente será relacionado com seus órgãos partidários.

O conceito de *Território de Caça* aparece como fator fundamental para análise da adaptação ao ambiente externo. A função interna e externa da ideologia que representa elementos de identidade e expressão da legenda perante seus participantes e os demais atores distantes da organização, estabelecem as relações de conflito e cooperação da legenda com as outras organizações, respeitando seus interesses de autoconservação. O território de caça corresponde a base social a ser visada pelo partido.

Conforme descrito na análise do programa partidário, o PSOL mantém perfil de base social relacionada a grupos ideológicos de esquerda socialista, assim, ademais ao perfil ideológico geral, há defesa de várias bandeiras específicas, como o combate a reformas econômicas associadas ao neoliberalismo, a defesa de minorias nacionais, a democratização dos meios de comunicação e a preservação do meio ambiente. O Território de Caça do partido relaciona-se a indivíduos ou grupos que se alinham com o perfil descrito por suas bandeiras ideológicas.

Porém, segundo a ideologia socialista do PSOL, há um aspecto de adaptação ao ambiente institucional. O próprio ato de ser um partido que se autodenomina socialista, mas participa da disputa institucional partidária da democracia, se revela como ação de adaptação ao mesmo tempo de uma tentativa de transformação do ambiente externo¹¹⁶. Panebianco (2005) faz referência ao Partido Social Democrata Alemão (SPD), ao citar ações de adaptação ao modelo institucional ao mesmo tempo em que expõe ideais transformadores entre os eleitores (arena eleitoral).

Sobre as relações de conflito e cooperação com outras legendas, aspecto importante pode ser encontrado no Estatuto do PSOL. Segundo o documento, o responsável pela política de alianças do partido é o Congresso Nacional: “Art. 32 – Compete ao Congresso Nacional: q) deliberar sobre critérios para política de alianças, e definir alianças para participar de disputas eleitorais.” (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 7). Como foi observado na primeira seção do presente trabalho, o partido segue sua primeira eleição em uma política de aliança com

¹¹⁶ Sobre a decisão de partidos socialistas em participar da política na arena institucional eleitoral, ver mais em Przeworski (1989), que discorre sobre os processos de transformação de partidos de ideologia revolucionária (Socialista) em reformistas (Social-democrata) no contexto de adaptação a política capitalista europeu.

partidos de ideologia semelhante, voltada aos partidos alinhados com princípios ideológicos do PSOL.

Posteriormente, essa política torna-se, de certa forma, menos rígida, aumentando os partidos possíveis para alianças (além da Frente de Esquerda), mas há uma tentativa para que o padrão permaneça ligado ao fator ideológico em concordância ao programa do partido, como se pode observar em um dos tópicos da resolução do III Congresso Nacional do PSOL¹¹⁷:

Art. 13. Neste sentido, o III Congresso Nacional do PSOL delibera que: C) Diretório Nacional avaliará caso a caso as alianças políticas e sociais que avançarem para além do acúmulo da Frente de Esquerda (PSTU e PCB), cabendo somente a essa instância a decisão final sobre a possível concretização de ampliações, tendo como parâmetros básicos a indicação da candidatura a prefeito (a) pelo PSOL e a firme defesa de nosso programa de profundas mudanças sociais e políticas. (Resoluções III Congresso do PSOL, 2011)

A política de aliança poderá ser melhor observada com as análises eleitorais do partido (seção 3), mas a expressão ideológica nas coligações como fator de cooperação no ambiente externo reforça a tentativa no primeiro pleito de manter seu Território de Caça marcado pelo perfil ideológico de esquerda, defendendo bandeiras políticas anteriormente expostas.

O quarto e último dilema acerca da organização partidária, debatido por Panebianco (2005), diz respeito à liberdade de ação em oposição as possíveis coerções organizativas da legenda. Nesse sentido, o dilema relaciona-se ao grau de autonomia dos dirigentes partidários, se essa é ampla, significando a independência de seus dirigentes em relação aos demais filiados ou organização. Por meio de seus documentos impõe sanções e condutas de ação predeterminadas. Assim como os outros dilemas, a dubiedade coercitiva das organizações envolve elementos de negociação interna entre os agentes políticos. O autor descreve que a “[...] organização é a sede de uma pluralidade de jogos estratégicos – porque muitos são os objetivos específicos nela perseguidos – entre agentes, cada qual com estratégias e interesses próprios, a liberdade de escolha dos líderes [...] nunca é totalmente inexistente.” (PANEBIANCO, 2005, p. 28).

O impasse do dilema consiste na presença simultânea de mecanismos que limitam a liberdade de manobra das lideranças (que podem ser tanto relacionado a documentos, como estatuto, quanto imposto pelos outros atores, como a militância) e os esforços por parte

¹¹⁷ Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/psolcambui/resolucao-do-30-congresso-psol>> Acesso em: 29 jan. 2017.

dessas para manter e até aumentar seu poder, ação que se relaciona à teorização de Michels (1982)¹¹⁸.

O quarto dilema de Panebianco (2005) também relaciona-se aos anteriores na medida em que é necessária certa liberdade de manobra por parte dos dirigentes para definição de melhores estratégias sobre adaptação ambiental, e distribuição entre os incentivos organizativos. O autor não desenvolve especificamente o malefício da ampla liberdade vinculada a perda de identidade partidária, mas pode-se perceber que se a organização não manter certo grau de coerção sobre as atitudes individuais, pode ficar a mercê de ações personalistas perdendo elementos de sua expressão ideológica. Tal ocorrência pode até estar vinculada à tipologia do autor sobre origem Carismática, assunto debatido na primeira seção do presente trabalho.

Um partido com total autonomia das lideranças permite que essas tomem as decisões mais importantes da organização sem que haja mecanismos institucionais partidários que limitem essas perante a regras de documentos oficiais (como estatuto). No PSOL é possível encontrar um modelo de coerção relacionado as obrigações do estatuto e a possibilidade de sanções caso a ação não esteja alinhada a ele. Fora as regras institucionais do estatuto, há também necessidade de ação vinculada ao programa do partido, impedindo ações independentes a esses dois documentos oficiais do partido por parte de seus integrantes:

CAPÍTULO III - DA DISCIPLINA E DA FIDELIDADE PARTIDÁRIAS

Art. 12 - A disciplina partidária constitui uma das formas pela qual o Partido, enquanto assegura internamente a mais ampla democracia e direito à dissensão, preserva sua atuação com o máximo de unidade, respeitando as deliberações dos filiados, realizadas através dos Congressos e Convenções Nacionais, e dos órgãos do Partido, tais como o Diretório Nacional, Regional, Municipal e os Núcleos do Partido, sempre nos termos de seu programa e após a realização de amplos debates que garantam a expressão das diversas opiniões. Art. 13 - Qualquer membro do Partido, independentemente do cargo que ocupe ou órgão ao qual pertença, que venha, por ação ou omissão, a descumprir o programa e Estatutos partidários, em seu todo ou separadamente, sofrerá as seguintes sanções: I – advertência; II – destituição de cargos políticos; III - afastamento por tempo determinado do Partido; d) expulsão do Partido. Parágrafo Único: As sanções acima previstas serão aplicadas conforme cada caso concreto pelo órgão ao qual o filiado estiver imediatamente subordinado, devendo ser aprovadas pela maioria dos membros efetivos do órgão, com exceção das sanções de expulsão, que somente poderão ser deliberadas e aplicadas pelo Congresso Nacional do Partido, ou pelo Diretório Nacional, por deliberação de 2/3 de seus membros.

Os integrantes são passíveis de punição por ações contrárias às condutas

¹¹⁸ Panebianco (2005) difere-se da teorização sobre concentração organizativa de Michels (1982) ao afirmar que todos os agentes participantes da organização possuem algum tipo de poder, então, o processo de concentração envolve negociação e colisão de forças que possam controlar as zonas de incerteza. Mesmo assim, o elemento sobre os agentes tentarem conservar e aumentar seu poder dentro da organização relaciona-se as duas teorias.

determinadas pelos documentos oficiais, podendo sofrer advertências, suspensões e em última instância, o desligamento do partido. Esses mecanismos funcionam como elementos coercivos sobre as lideranças partidárias.

Define-se o desvio de conduta dos membros do partido pela expressão “Infidelidade”, que no caso não se liga apenas a ação parlamentar, mas a toda ação que não corresponda às atribuições estatutárias da legenda. Descreve-se, inclusive, que as regras sobre direitos e deveres dos filiados são iguais para militantes comuns e políticos com cargos efetivos, como retrata o Artigo 27: “Os parlamentares do Partido, [...] assim como os membros eleitos para mandato no poder executivo [...] são considerados filiados que cumprem uma tarefa partidária, não possuindo nenhum direito a mais e nenhum dever a menos.” (ESTATUTO DO PSOL, 2010, p. 5).

Mesmo havendo esses mecanismos de coerção, destaca-se que o julgamento da penalidade aplicada às ações contrárias aos documentos oficiais é feita por membros diretores da instância partidária correspondente (Diretório Municipal, Estadual ou Nacional). Se a presente hipótese de pesquisa for confirmada, defendendo uma concentração de cargos nas arenas organizativas e parlamentares do partido, esses mecanismos coercitivos perdem força, pois concentra-se o poder decisório interno à participação parlamentar. Se a hipótese for negada, se estabelece maior coerção para as lideranças parlamentares do partido segundo indicações do estatuto.

A presença dos dilemas organizativos expõe importante referencial para análise do desenvolvimento interno do PSOL durante o período de fundação e posterior desenvolvimento da legenda. Evidencia-se um partido com forte fator ideológico em seu momento originário e posteriores concessões de adaptações ambientais ao sistema político partidário na tentativa de conciliação com esse caráter ideológico. Há tentativa de equilíbrio interno de um partido que mantém múltiplas tendências em seu interior, mas ao mesmo tempo tenta se consolidar como uma unidade alternativa de esquerda para a política partidária nacional. O quadro 1.3 apresenta o resumo das características presentes no PSOL de cada um dos dilemas organizativos descritos na teoria de Panebianco (2005).

Quadro 1.3 - Dilemas organizativos do PSOL segundo aspectos estatutários

<p>1ª Modelo Racional X Sistema Natural</p> <p>-Existência de objetivo comum dos integrantes ligado a ideologia do PSOL (vínculo ao partido)</p> <p>-Ao mesmo tempo multiplicidade de demandas internas dos diversos atores (tendências)</p>	<p>3ª Adaptação x Predominância ao ambiente</p> <p>- Distribuição espacial nacional</p> <p>-Território de caça: vinculado ao perfil ideológico</p> <p>-Mesmo se declarando socialista (revolucionário), há adaptação a política institucional partidária nacional.</p>
<p>2ª Distribuição dos Incentivos Coletivos x Seletivos</p> <p>- Equilíbrio entre os incentivos (Seletivos as lideranças e coletivos a totalidade dos integrantes)</p> <p>-Se a hipótese específica for confirmada, há concentração na distribuição dos incentivos, os protagonistas na arena parlamentar do partido, também controlariam a organização.</p>	<p>4ª Autonomia dos dirigentes X Mecanismos de coerção</p> <p>- Mecanismos de sanção caso ação política não seja alinhada aos pressupostos do Estatuto e do Programa do Partido</p> <p>-Caso a hipótese específica seja confirmada, mecanismos perdem força por lideranças parlamentares concentrariam cargos organizativos.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Estatuto do PSOL

Como resultante dos dilemas partidários organizacionais do partido, observa-se a tentativa de convergência entre as lideranças do partido, ligadas quase sempre a tendências políticas internas, e a ideologia comum que as une, buscando equilíbrio nas esferas organizacionais. Observa-se uma legenda com estatuto e programa bem consolidados com regras específicas e coercitivas e posicionamentos bem definidas acerca de seu perfil ideológico. Mesmo assim, há indicação de adaptações visando conciliações internas e ajustes na inserção em disputas internas e eleitorais.

A seguir serão analisadas as composições das coalizões dominantes do PSOL. Será também investigada a formação e o histórico das tendências do partido visando explanação da composição das disputas internas do partido.

3.3 Formação e distribuição de poder interno: composição da Executiva Nacional e a divisão das tendências

A presente subseção terá como objetivo explanar sobre a formação e distribuição das tendências do PSOL, que se estabelecem como grupos intrapartidários, e também analisar a composição das Executivas Nacionais do partido, dentro do recorte selecionado de 2007 a 2015 (tendo em vista que a formação da primeira EN foi explanada na seção primária do trabalho). Através da análise da composição das EN será feita a observação

da coalizão dominante do partido, observando sua formação nos Congressos de 2007, 2009, 2011 e 2013. Será possível igualmente analisar a hipótese específica do presente trabalho quando será verificado se os componentes dessa coalizão dominante mantinham cargos públicos eletivos concomitantemente ao cargo de dirigente na organização.

Na análise sobre as tendências internas, destaca-se o PSOL como um partido formado por diferentes correntes com origens e composições distintas, criando um cenário múltiplo intrapartidário¹¹⁹. Entender sua distribuição permite acompanhar a formação do bloco majoritário do partido contribuindo para investigação do seu processo decisório. Nesse sentido, retomasse Schattschneider (1960) avaliando a necessidade do controle da escala do conflito como instrumento decisório de manutenção da estabilidade no poder.

O ano base para análise das correntes do PSOL será definido pelo ano de 2015, que se associa ao V Congresso Nacional do Partido¹²⁰. Mesmo assim, serão identificadas outras correntes que não integram mais o partido, mas foram historicamente importantes nas composições atuais. Salienta-se que serão destacados grupos internos principais do PSOL e a composição dos participantes em cada tendência¹²¹.

A divisão de tendências internas do PSOL é um elemento previsto em Estatuto e essas podem se organizar livremente sem interferência direta das instâncias dirigentes do partido, permitindo autonomia dos grupos intrapartidários, desde que obedeçam as prerrogativas políticas do Estatuto e do Programa do PSOL:

Art. 116 – A prerrogativa de constituição das tendências partidárias é fruto da concepção de Partido e sociedade acumulados na formação deste Partido, estando, assim, garantido aos militantes que coletivamente decidam organizar-se para defender posições e teses nos Congressos e fóruns partidários contribuir na elaboração teórica do Partido Socialismo e Liberdade, atuar a partir de posições comuns no cotidiano da militância, organizarem-se em tendências.

A prerrogativa das tendências também se apresenta como continuidade do PT, no qual também se estabelece regulamentação própria, em estatuto, para a livre organização e filiação em grupos internos, seguindo as resoluções do partido¹²².

¹¹⁹ Tendências permanentes, diferentemente da divisão do PSTU, por exemplo, como foi anteriormente citado.

¹²⁰ Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/quinto-congresso-do-psol/convocatoria-do-v-congresso-nacional-do-psol/>> Acesso em: 29 jan. 2017.

¹²¹ Por encontrar grande distribuição espacial do partido, e grande dinamismo interno no movimento das correntes do PSOL, é possível constatar alguma dificuldade na disposição de algum dado sobre a identificação dos membros da elite dirigente com as correntes internas. De qualquer forma, em caso de dúvida, será privilegiada a informação que deriva da assinatura do membro a determinada Tese do congresso vigente.

¹²² Art. 251. O direito de filiados e de filiadas organizarem-se em tendências vigora permanentemente no Partido, observadas as normas previstas neste Estatuto. (ESTATUTO DO PT, 2015, p. 58).

De fato, a divisão de tendências sem regulamentação específica não é unanimidade no partido. Milton Temer, figura histórica do PSOL, descreve uma possível atuação externa das legendas como partidos autônomos, o que poderia atrapalhar a unidade partidária:

Considero que uma das cláusulas pétreas da formação do PSOL – a legalidade das tendências – merece regulamentação nunca efetivada. Garantidas pelo Estatuto, as tendências sempre priorizaram sua organização interna à necessidade de uma unidade permanente da ação partidária. [...] não se pode agir com tendências podendo operar, externa e internacionalmente, como se fossem partidos autônomos. Creio ser algo fundamental, carente de urgente reflexão de um próximo Congresso, em que opino que a tendência temática, extrapolando as orgânicas, a elas se sobreponha. (TEMER, 2016, p. 83)

Porém, a consolidação das tendências se organiza desde o nascimento do partido por razões históricas que derivam da junção dos grupos dissidentes do PT com outros grupos de esquerda na formação do PSOL. Nesse sentido, anteriormente a explanação sobre a atual divisão de tendências do partido, é interessante compreender o movimento inicial dessas correntes na origem da legenda.

Pompêo (2007) cita que na organização da “Esquerda Socialista e Democrática” (ESD), associação que da origem ao novo partido, são signatários os movimentos: Convergência Socialista de Trabalhadores (CST), cujo uma das lideranças foi Babá, um dos “rebeldes” expulsos do PT; O Movimento de Esquerda Socialista (MES), cujo uma das lideranças foi outra parlamentar expulsa do PT, a deputada Luciana Genro; o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), movimento popular que possuiu lideranças como Martiliano Cavalcante na origem da nova legenda; o Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), inicialmente uma corrente provisória do partido, que desliga-se da legenda por discordâncias acerca do centralismo democrático que impedia a permanência de tendências internas no partido (POMPÊO, 2007, p. 7).

No perfil histórico ideológico, o CST é uma organização marxista trotskista originária de uma cisão da Corrente Socialista (CS), antiga corrente do PT. A corrente compõe a seção brasileira da Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UTI-QI)¹²³. Já o MES se define como uma corrente marxista anti-imperialista e anticapitalista oriunda da CST quando essa ainda não compunha o PSOL (1998). O MTL é oriundo da unificação de outros movimentos sociais como Movimento de Luta Socialista

¹²³ Disponível em: <<http://www.uit-ci.org/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

(MLS) e Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta (MLST de Luta)¹²⁴, e tem como bandeira principal a luta por um projeto de Reforma Agrária. O CSOL, oriundo do PSTU, se define como uma corrente revolucionária anticapitalista e antirreformista, que busca um movimento unitário para a construção do socialismo¹²⁵.

Após a movimentação inicial de criação do PSOL, destaca-se também a filiação da tendência Ação Popular Socialista (APS) que se desvincula do PT e ingressa na nova legenda, possuindo lideranças como Ivan Valente e Luiz Araújo. Outra tendência que compõe o partido ainda em seu período originário, é a Enlace, composta cuja figura principal foi a senadora Heloisa Helena.

A APS, precedente de outras organizações de esquerda que se organizaram como corrente do PT, antes de integrar o PSOL, se define como um movimento de esquerda marxista, democrático e popular que luta por uma sociedade sem distinções de classe (Comunismo) através da etapa intermediária do socialismo¹²⁶. Destaca-se a na APS, peculiaridade em seu movimento de saída do PT e inserção no PSOL. A corrente entra na nova legenda com essa já consolidada, e faz um movimento migratório de abandonar a órbita do governo, para ingressar em um partido de oposição. É bem verdade que a CST e o MES também tiveram movimento similar, mas seu momento histórico se constituiu ainda durante o processo originário do PSOL.

O Enlace, composta pelo reagrupamento de diversos outros movimentos oriundos do PT e de outras tendências anteriores no PSOL¹²⁷. O agrupamento se define como “ecosocialista”¹²⁸, relacionando ideais ecológicos e socialistas.

Dessa forma, essas seis correntes aparecem como as principais tendências nos anos iniciais de atuação do PSOL. A figura 2.2 representa a formação da composição inicial das principais tendências do PSOL entre o período de sua fundação e sua primeira participação eleitoral.

¹²⁴ Ver mais em: Santos, Sergio da Silva, “Movimentos Sociais de luta por terra e moradia em Alagoas/Brasil: luta por Reforma Agrária e Reforma Urbana” in revista café com sociologia v. 3, n. 3. set./dez. de 2014, p. 93.

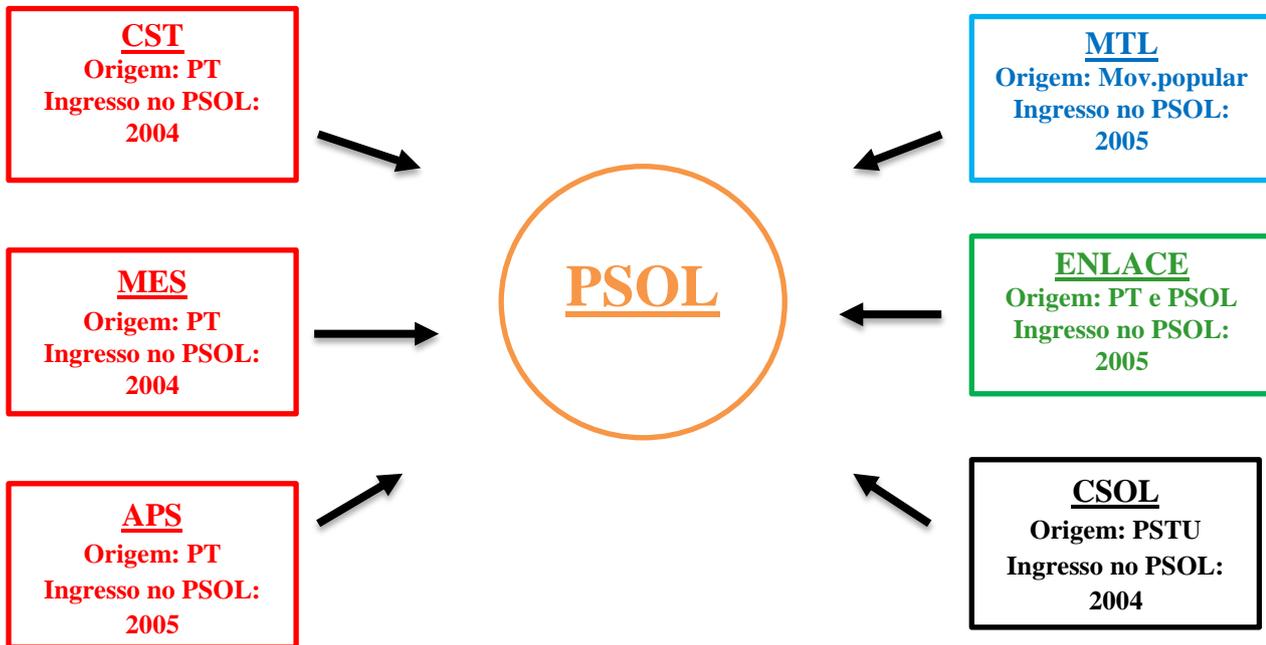
¹²⁵ Disponível em: <<http://www.insurgencia.org/documento-fundacional-novas-tarefas-para-um-novo-momento-historico/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹²⁶ Disponível em: <<https://acaopopularsocialista.com/quem-somos-nos/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹²⁷ Tendência originária no PSOL denominava-se Liberdade e Revolução. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/cplp/brasil/12-12-2004/6744-0/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹²⁸ Disponível em: <<https://enlacepsol.wordpress.com/2011/07/21/tarefas-organizacao-e-concepcao-politica-reflexoes-e-tarefas-para-uma-nova-corrente/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

Figura 2.3 - Principais Tendências do PSOL em sua composição inicial



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do <http://psolouvidor.blogspot.com.br/>

O dinamismo da composição das tendências internas do PSOL é marcado por rupturas, fusões e criações de novas divisões internas. As próprias tendências iniciais na composição do partido sofrem alterações a partir dessa dinâmica. Esse processo é decorrente de variados conflitos que às vezes se ligam à instância partidária e outras vezes ocorrem por próprios movimentos interiores às tendências. Características geográficas, políticas de aproximação e afastamento de grupos em cenários locais se estabelecem como motivos para esse processo de conflito interno e posteriores movimentações.

Outro fator fundamental na dinâmica do processo de movimentação interno das correntes do PSOL é a ausência de alguma liderança específica aglutinadora no interior da legenda. Recorda-se que o movimento inicial para a criação da legenda parte de quatro parlamentares vinculados a grupos políticos distintos. Embora a origem seja a mesma, o PT, os parlamentares integravam grupos diferentes que são incorporados ao PSOL em sua fundação. Assim, não há uma liderança unitária que recebe apoio consensual de todas os grupos internos. As movimentações internas demandam também do movimento de aproximação e distanciamento de lideranças grupais a outras correntes.

A própria figura de Heloisa Helena, liderança com maior peso político na origem do partido, não possui essa característica aglutinadora, tendo em vista suas próprias aproximações e distanciamentos com grupos internos no desenvolvimento histórico do PSOL.

Sobre as movimentações das correntes internas e suas justificativas observa-se o exemplo da CSOL, que funde-se com a tendência Enlace em 2013 formando um novo grupo interno denominado Insurgência. A fusão ocorre com o objetivo de reorganizar uma tendência com características do Marxismo-revolucionário no interior do PSOL¹²⁹. O MTL sofre com dissidências internas e posteriormente dissolve-se como corrente interna no partido, ainda atuando como movimento social. Silva (2013) cita ainda que alguns dos seus ex-integrantes saem do PSOL para participarem da criação da Rede de Sustentabilidade, legenda nova em processo de formação.

A própria APS, após o processo eleitoral de 2012, sofre um racha interno se dividindo em três novas correntes, duas reivindicam o nome de “Ação Popular Socialista”, a APS-Corrente Comunista, que segue sendo a corrente majoritária do partido, a APS-Nova Era (ligado a setores sindicais)¹³⁰, e o Coletivo Rosa Zumbi. A divisão interna ocorre devido a discordâncias no processo de escolha de candidatos para disputa eleitoral, formando três grupos que se posicionam em lados distintos na divisão dos blocos das disputas internas recentes do partido¹³¹.

Outras dissidências do MES e do CST se formam ainda no PT, uma tendência denominada “Movimento de Unidade Socialista” (MUS), com origens no movimento sindical denominado Intersindical¹³². Após rompimento com o partido originário, a tendência liga-se ao PSOL e se aproxima da tendência interna Enlace. Após dissolução do Enlace, surge uma nova tendência denominada Fortalecer PSOL¹³³, que mantém aliança com o bloco majoritário recente do PSOL (Unidade Socialista).

Os exemplos são citados para exposição da complexidade dos agrupamentos internos do PSOL e compreensão do dinamismo dessas tendências. Seria necessário estudo particular para explanação mais detalhada sobre as lógicas de conflito de cada uma, mas retifica-se a conclusão do grande dinamismo e diversidade da história e composição das correntes.

¹²⁹ Disponível em: <<http://www.insurgencia.org/pagina-exemplo/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹³⁰ Ver tese da criação da nova tendência. Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/files/2013/07/Tese-da-APS-Congresso-Estadual-Psol.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2017.

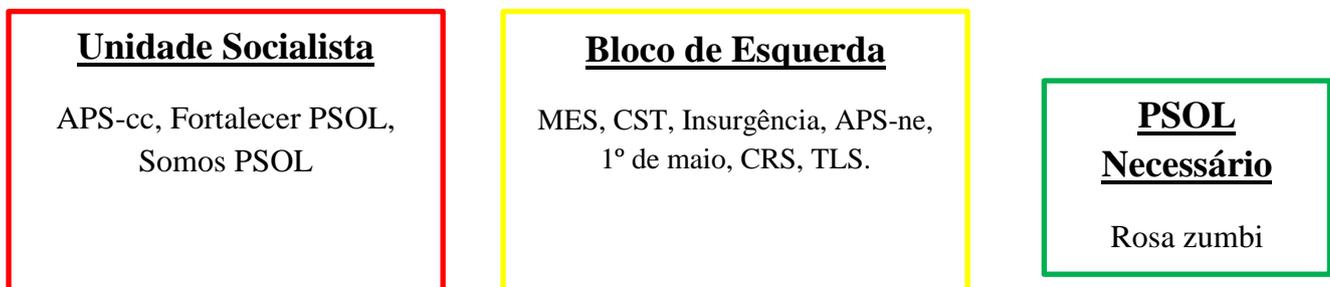
¹³¹ Alguns bastidores anteriores ao processo de divisão são descritos no blog. Disponível em: <<http://professoraedilzafontes.blogspot.com.br/2012/05/racha-interno-em-tendencia-do-psol.html>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹³² Disponível em: <<http://www.intersindical.org.br/intersindical/quem-somos>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹³³ Disponível em: <<http://www.fortaleceropsol.com.br/artigo/nossa-historia>> Acesso em: 30 jan. 2017.

Atualmente, o PSOL possui Blocos distintos de união de tendências internas do partido predominante. Esses blocos são compostos pelas tendências internas do partido e disputam as eleições intrapartidárias pleiteando a prioridade na distribuição de cargos da Executiva Nacional e no Diretório. No presente momento esses blocos são: A Unidade Socialista (US)¹³⁴, composto principalmente por correntes: APS-cc, Fortalecer PSOL e a Somos PSOL; O Bloco de Esquerda (BE) composto principalmente pelas tendências: Insurgência, MÊS, CST, APS-ne, LSR e Coletivo 1º de Maio entre outras correntes menores. O PSOL Necessário (PN)¹³⁵, um terceiro bloco minoritário.

Figura 3.3 União das correntes para disputas internas no PSOL



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do <http://www.psol50.org.br/>

Como já citado, na composição da Unidade Socialista a APS-cc é a corrente majoritária resultante da divisão interna da APS¹³⁶. A corrente segue como sendo a principal corrente partidária elegendo o presidente do partido nos dois últimos congressos e recebe apoio da tendência Fortalecer PSOL, originária do antigo Movimento de Unidade Socialista (MUS). A tendência Somos PSOL é originária de um coletivo com maior força no cenário local e recebe alguns militantes dissidentes do MES¹³⁷. O bloco também recebe apoio de outros coletivos menores e militantes independentes, mas com maior variabilidade entre os Congressos.

O Bloco de Esquerda tem em sua composição o MES e a CST, correntes presentes no momento de fundação do PSOL. A Insurgência, como já citado, surge da fusão de correntes como o CSOL e a Enlace, enquanto a APS-ne tem origem na ruptura da APS

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.unidadesocialista.org.br/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹³⁵ Formado por apenas uma tendência regular: o Coletivo Rosa Zumbi, que também recebe apoio de alguns membros do partido independentes.

¹³⁶ Disponível em: <<http://acaopopularsocialista.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>> Acesso em: 30 jan. 2017.

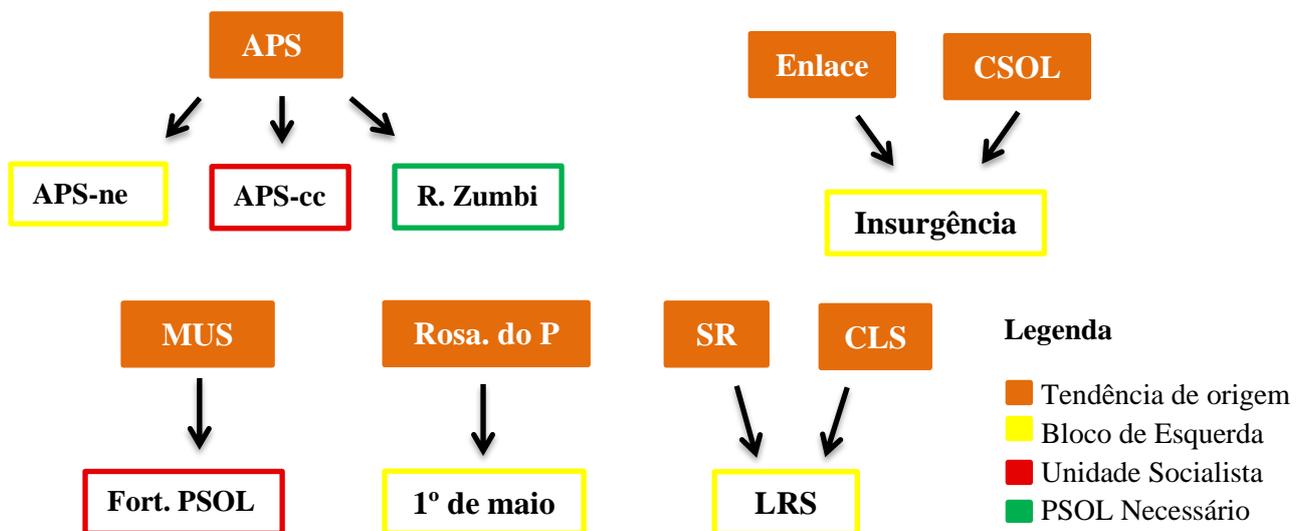
¹³⁷ Coletivo Somos PSOL, com atuação no diretório estadual de Pernambuco. Disponível em: <<https://congressopsolpe.wordpress.com/2015/08/07/acesse-a-primeira-contribuicao-do-somos-psol/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

original. A corrente “Liberdade, Socialismo e Revolução (LSR) segue vertente de um agrupamento internacional “Trotskista”¹³⁸. Sua origem se relaciona à fusão de outras duas correntes, o Socialismo Revolucionário (SR) e o Coletivo Liberdade Socialista (CLS)¹³⁹. Já o Coletivo 1º de Maio¹⁴⁰ tem origem em outra corrente interna do PSOL, o Coletivo Socialista Rosa do Povo, e sua nova nomenclatura faz referência ao dia internacional do trabalho.

O Coletivo Rosa Zumbi¹⁴¹, que tem posicionamento independente aos dois blocos nos últimos congressos formando uma terceira alternativa, tem como origem a ruptura da APS. Seu posicionamento divergente aos dos blocos também atrai militantes independentes e outros apoios de coletivos de forma pontual.

Além dessas frações, outras correntes internas menores atuam no partido¹⁴² a exemplo do Coletivo Resistencia Socialista (CRS)¹⁴³, derivado de uma dissidência do CSOL, e a tendência Trabalhadores na Luta Socialista (TLS)¹⁴⁴, com maior concentração geográfica no Estado de São Paulo, ambas componentes do Bloco de Esquerda no último congresso.

Figura 4.3 - Formação histórica das principais correntes do PSOL na atualidade



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Eliel (2014)

¹³⁸ O Comitê Internacional dos trabalhadores (CIT). Disponível em: <<http://www.socialistworld.net/portugese/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹³⁹ Disponível em: <<http://coletivoliberdadesocialista.blogspot.com.br/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://primeirode Maio.org/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴¹ Disponível em: <<https://coletivorosazumbi.wordpress.com/2013/12/14/nota-da-tese-para-o-psol-continuar-necessario-sobre-o-4o-congresso-nacional-do-psol/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴² Outros exemplos de tendência são a Ecossol, a Reggae Socialista e a Luta Socialista, próximas ao Bloco de esquerda no último congresso.

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.resistenciapsol.xpg.com.br/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://trabalhadoresnalutasocialista.blogspot.com.br/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

Ademais as tendências internas, o PSOL apresenta filiação com outros movimentos sociais, mas que não se constituem como tendências internas do partido, e assim, não participam institucionalmente dos congressos do Partido (podem lançar candidatos pelo partido, porém, não compõem chapas nas eleições internas). Entre esses grupos encontra-se o movimento Raiz¹⁴⁵, a Esquerda Marxista¹⁴⁶ e o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP)¹⁴⁷.

Importante pontuar que as tendências constituem-se como grupos políticos internos ao partido, mas sem vinculação institucional específica. Algumas derivam de movimentos sociais em que a participação é medida apenas pela presença nos eventos da organização. Dessa forma, não há órgão oficial que quantifique quantidade de filiados ou participantes. Inclusive há militantes dos movimentos que até se aproximam do partido em ocasiões específicas, mas não são filiados a ele.

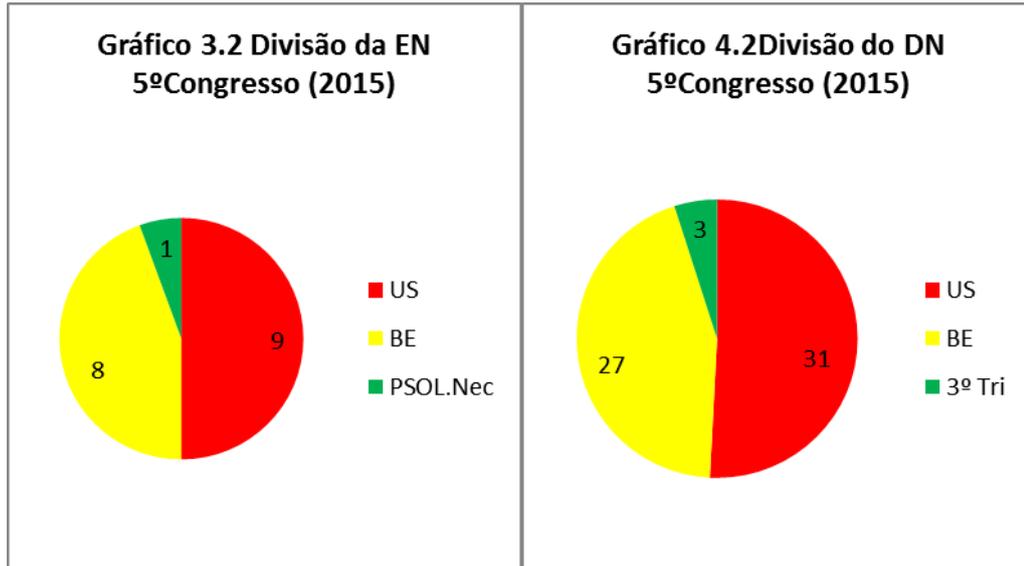
No 5º Congresso Nacional do PSOL, em 2015, a Unidade Socialista sai vitoriosa na disputa interna, mantendo a hegemonia através da Chapa “PSOL sem medo”, que consegue o voto de 168 delegados e reelege Luiz Araújo como Presidente da legenda. Em segundo lugar, o Bloco de esquerda sintetizado na chapa Piracema obtém 149 votos. Em terceiro lugar fica a chapa Terceira Margem resultante do terceiro bloco minoritário. Pela distribuição proporcional interna, prevista em estatuto e explicitada na subseção anterior, o grupo vencedor conquista 9 vagas na EN e 31 no DN (incluindo a indicação do Presidente), em seguida, a chapa que alcança o segundo lugar conquistou 8 cargos na EN e 27 no DN, e a terceira chapa 1 cargo na EN e 3 no DN¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.raiz.org.br/quem-somos>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.marxismo.org.br/aboutus>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.cclcp.org/>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://psolsaopaulo.org/2015/12/luiz-araujo-e-reeleito-presidente-nacional-do-psol-pela-chapa-psol-sem-medo/>> Acesso em: 30 jan. 2017.



Fonte: Elaborada pelo Autor a partir de <<http://www.psol50.org.br/>>.

A respeito da composição das Executivas Nacionais do partido, representando sua coalizão dominante, após a primeira Executiva provisória, citada na primeira seção, o PSOL organiza seu primeiro Congresso Nacional em junho de 2007, e elege através de eleições internas uma nova Executiva Nacional com vigência de mandato até o ano de 2009.

Quadro 2.3 - Executiva nacional do PSOL 2007-2009

Nome	Cargo na EN ¹⁴⁹	Tendência interna	Cargo eletivo em 2007
Heloisa Helena	Presidente	Independente ¹⁵⁰	Sem cargo
Edson Miagusko	Membro	APS	Sem cargo
Érico Corrêa	Membro	Alternativa Socialista (AS)	Sem cargo
Fernando da Silva (Tostão)	Membro	CSOL	Sem cargo
Israel Dutra	Membro	MÊS	Sem cargo
Jeferson Moura	Membro	MTL	Sem cargo
João Araújo (Baba)	Membro	CST	Sem cargo
Mário Azeredo	Membro	Enlace	Sem cargo
Martiniano Cavalcante	Membro	MTL	Sem cargo
Roseleia Messias	Membro	CST	Sem cargo
Luiz Araújo	Secretário Geral	APS	Sem cargo
Mário Agra Junior	Tesoureiro Geral	MÊS	Sem cargo
Afrânio Boppré	Membro	APS	Sem cargo
Alcebiades Teixeira	Membro	Enlace	Sem cargo

¹⁴⁹ Segundo consulta ao TSE, ainda não se tinha o cadastro dos cargos individuais tirando Presidente, Tesoureiro e Secretário Geral, algo que a partir da próxima Executiva já é feito.

¹⁵⁰ A Ex-Senadora rompe com Enlace deixando de ter uma tendência fixa interna.

Antônio de Andrade (Toninho)	Membro	APS	Sem cargo
Roberto Robaina	Membro	MÊS	Sem cargo
Edilson Silva	Membro	MÊS	Sem cargo
Milton Temer	Presidente da fundação Lauro Campos	Independente	Sem cargo

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Sobre a força das tendências internas, observa-se equilíbrio entre o MES e a APS na composição da coalizão dominante do partido em sua segunda formação de EN. Cada uma das duas tendências possui 22,2% de membros na EN. O fato da presidente do partido, Heloisa Helena, não ser vinculada a nenhuma das duas correntes, aumenta esse equilíbrio. Os outros cargos aparecem distribuídos entre tendências minoritárias, como CST e MTL, que possuem 11,1% de membros. Em relação às modificações da composição da EN anterior, 8 novos membros compõem a coalizão dominante do período de 2007-2009, totalizando taxa de renovação de 44,4%, em relação à anterior.

Diferentemente do que era esperado segundo a hipótese deste trabalho, que defendia a concentração de políticos com cargos eletivos na coalizão dominante do PSOL, na formação da primeira Executiva Nacional eleita internamente em Congresso partidário, nenhum dos membros possuía cargos públicos eletivos em vigência no recorte estabelecido (primeiro ano de vigência da EN). Dessa forma, não houve concentração de membros na direção do partido com cargos públicos, duas das estruturas organizativas descritas por Katz e Mair (1995).

Ainda na composição da segunda EN encontra-se grande presença de políticos com histórico ligado ao Partido dos Trabalhadores. Além de dois dos parlamentares expulsos em 2003 (Heloisa Helena e Babá), destaca-se as presenças de Luiz Araújo, Afrânio Boppé, Tostão, Milton Temer, Roberto Robaina, Jeferson Moura como figuras que também possuíam vínculos políticos notáveis anteriores ao PT¹⁵¹.

O partido que só havia participado de um pleito eleitoral consegue poucos cargos públicos. O baixo número de políticos com cargos vigentes seria um indicativo a ser considerado para um baixo número de membros na EN com tais cargos. Na própria formação da primeira EM (2004-2007), alguns políticos possuíam cargos públicos, como exemplo a senadora e os dois deputados expulsos do PT, Heloisa Helena, Luciana Genro e Babá. Desses três, apenas Luciana Genro consegue cargo eletivo em 2006, mas ela não participa da EN de

¹⁵¹ Edilson Silva por exemplo, também teve vinculação com o PT, mas havia deixado o partido ainda em 1992 para integrar o PSTU.

mandato vigente entre 2007-2009. No primeiro momento a expectativa de hipótese não é corroborada, necessitando do exame dos próximos mandados para verificar se a tendência permanece.

Quadro 3.3 - Executiva nacional do PSOL 2009-2011¹⁵²

Nome	Cargo na EM	Tendência Interna	Cargo eletivo em 2009
Helois Helena	Presidente	Independente ¹⁵³	Vereadora Maceió
Edson Miagusko	1º - Secretário - de comunicação	APS	Sem cargo
Érico Corrêa	2º - Secretário - de relações institucionais	Alternativa Socialista (AS)	Sem cargo
Fernando da Silva (Tostão)	1º - Secretário - movimentos sociais	CSOL	Sem cargo
Israel Dutra	1º - Secretário - de relações internacionais	MÊS	Sem cargo
Jeferson Moura	1º - Secretário - de formação política	MTL	Sem cargo
João Araújo (Baba)	1º - Secretário - de relações institucionais	CST	Sem cargo
Mário Agra Junior	1º - Secretário - de organização	MÊS	Sem cargo
Afrânio Boppré	1º - Secretário Geral/ Presidente ¹⁵⁴	APS	Sem cargo
Roberto Robaina	2º - Secretário - de formação política	MÊS	Sem cargo
Edilson Silva	2º - Secretário-geral	MÊS	Sem cargo
Fabiano Garrido	2º - Secretário - de comunicação	Enlace	Sem cargo
Leandro Costa (Recife)	2º - Secretário - de movimentos sociais	Trabalhadores na Luta Socialista (TLS)	Sem cargo
Elias Vaz	2º - Secretário - de organização	Poder Popular	Vereador Goiânia
Randolfe Rodrigues	2º - Secretário - de relações internacionais	APS	Sem cargo
Francisvaldo Souza	1º - Tesoureiro	Enlace	Sem cargo
Rodrigo Pereira	2º - Tesoureiro	APS	Sem cargo

Fonte: TSE adaptada pelo autor

A EN eleita no 2º Congresso Nacional do PSOL, para mandato vigente de 2009-2011, apresentou alguns aspectos de modificação e outros de continuidade em relação a composição de seus membros. Em relação à composição anterior, houve renovação de 7

¹⁵² A representação do presidente da Fundação Lauro Campos não aparece na composição da EN nos dados do TSE entre 2009-2011, sendo retomada apenas a partir do mandato de 2011-2013. Por isso, há um integrante a menos nessa EN em relação a passada. Martiniano Cavalcante Presidiu a Fundação no mandato específico. Silva (2013) descreve que apenas no III Congresso Nacional do partido aparece resolução oficial que considera o Presidente da Fundação na EN, embora, segundo o dados do TSE, a composição de 2007- 2009 já o incluísse.

¹⁵³ A ex-Senadora rompe com Enlace deixando de ter uma tendência fixa interna.

¹⁵⁴ Assume a presidência do partido em 2010, após desistência de Helois Helena a cargos do Diretório Nacional.

integrantes da EN, resultando em taxa aproximada de 41% de renovação. Entre os novos integrantes que possuíam histórico político ligado ao PT, destaque maior par Randolfe Rodrigues, anteriormente Deputado estadual pelo partido (1998-2006).

Sobre a composição das tendências, mantém-se o domínio majoritário do MES e da APS com 23,5% de membros (proporção maior que a anterior devido ao número de membros da EN que cai de 18 para 17 integrantes). As outras tendências minoritárias não superam a faixa dos 11,7% de integrantes.

Em relação à composição de cargos públicos, a tendência permanece semelhante à composição anterior da EN. Embora o número de dirigentes com cargos eletivos tenha aumentado (de zero para dois), ainda se configura um número baixo dos participantes da coalizão dominante em relação à face de cargos públicos no PSOL.

Contudo, o mandato vigente da EN de 2009-2011 sofre alterações internas anteriores à eleição do próximo Congresso. Em 2010, a presidente Heloisa Helena se afasta do DN devido a discordâncias sobre apoio político do partido nas eleições do mesmo ano, com outros membros do partido¹⁵⁵. A própria ex-Senadora desiste de tentar uma nova candidatura à presidência da república em 2010, pelo compromisso pessoal de apoio a uma companheira política de outro partido (Marina Silva do Partido Verde), fato esse que inicia divergências internas no partido resultando no seu afastamento da presidência (BOPPRÉ, 2016, p. 71). Inicialmente, o Partido fica sem presidente oficial (do dia 19 de outubro de 2010 até o dia 6 de dezembro do mesmo ano, segundo registro do TSE), sendo dirigido por um colegiado. Após uma regulamentação interna do Supremo Tribunal Federal (STF) exigir assinatura do presidente do partido para dar continuidade em um pedido jurídico, o partido define o 1º Secretário Geral, Afrânio Boppré como novo presidente do PSOL¹⁵⁶.

Outras modificações internas na EN do PSOL são apontadas por Silva (2013) durante o período do mandato de 2009-2011. O autor aponta que a vaga de Heloisa Helena é assumida por José Luís Fevereiro (Independente), Aldo Josias substituído por Edmilson Rodrigues (APS) e Edson Miagusko é substituído por Antônio Almeida (APS).

Os nomes não foram adicionados à tabela, pois tais modificações não foram atualizadas pelo TSE. Ressalta-se que nenhum dos substitutos possui cargo público eletivo no

¹⁵⁵ Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/heloisa-helena-deixa-presidencia-do-psol-e-fica-como-militante/n1237807297352.html>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=9688:afrafranio-boppre-substitui-heloisa-helena-como-presidente-nacional-do-psol&catid=59:institucional&Itemid=73.html> Acesso em: 30 já. 2017.

ano de 2009 (ano base do presente recorte), não configurando modificações nos comentários anteriormente apresentados.

Quadro 4.3 - Executiva nacional do PSOL 2011-2013

Nome	Cargo na EN	Tendência Interna	Cargo eletivo em 2011
Ivan Valente	Presidente	APS	Deputado Federal - SP
Camila Valadão	1º - Secretário - de formação política	Enlace	Sem cargo
Marinor Brito	1º - Secretário - de relações institucionais	APS	Senadora - PA
Fernando da Silva (Tostão)	2º - Secretário - de comunicação	CSOL	Sem cargo
Zilmar da Silva	2º - Secretário - de movimentos sociais	APS	Sem cargo
Jeferson Moura	1º - Secretário - de movimentos sociais	MTL	Sem cargo
Maia Fortes	2º - Secretário - de formação política	MÊS	Sem cargo
Mário Agra Junior	2º - Secretário Geral	MÊS	Sem cargo
Afrânio Boppré	2º - Secretário - de relações internacionais	APS	Sem cargo
Roberto Robaina	Presidente da Fundação Lauro Campos	MÊS	Sem cargo
Edilson Silva	1º - Secretário-geral	Independente ¹⁵⁷	Sem cargo
Clécio Luiz	2º - Secretário - de relações institucionais	APS	Vereador -Macapá
Leandro Costa (Recife)	2º - Tesoureiro	Trabalhadores na Luta Socialista (TLS)	Sem cargo
Nancy Galvão	1º - Secretário - de comunicação	CST	Sem cargo
Martiniano Cavalcante	2º - Secretário - de relações internacionais	MTL	Sem cargo
Francisvaldo Souza	1º - Tesoureiro	Enlace ¹⁵⁸	Sem cargo
Rodrigo Pereira	1º - Secretário - de organização	APS	Sem cargo
Janira Rocha	2º - Secretário - de organização	MTL ¹⁵⁹	Deputada Estadual - RJ

Fonte: TSE adaptada pelo autor

¹⁵⁷ Em 2011, há uma ruptura do grupo interno MES, por divergências políticas, na qual se inclui Edilson. No III Congresso, membro se aproxima do MTL. Posteriormente fundam uma nova tendência interna denominada Somos PSOL. Disponível em: <<https://groups.google.com/forum/#!topic/ludi-psol/06YXeBIWWOI>> Acesso em: 30 jan. 2017.

¹⁵⁸ Em 2011, surge a corrente fortalecer PSOL, e posteriormente Fracisvaldo se vincula a ela.

¹⁵⁹ Depois Coletivo PSOL do Povo.

A EN de 2011-2013 apresenta um membro a mais em relação à passada por considerar o presidente da Fundação Lauro Campos um de seus componentes. Sobre a taxa de renovação 44,4 % (composição com 18 membros) não faziam parte da composição anterior, inclusive o novo presidente do partido Ivan Valente. Dos novos integrantes, exibe-se alguns com destaque político ligado ao antigo vínculo com PT, são os casos de Marinor Brito, Clécio Luiz e o próprio Ivan Valente.¹⁶⁰

A composição da EN eleita no 3º Congresso Nacional do Partido¹⁶¹ também sofre alterações no decorrer de seu mandato vigente. Na Composição inicial, Silvia Santos (CST) seria a secretária de comunicação, mas antes de tomar posse é substituída por Nancy Galvão, da mesma tendência. Posteriormente Tadeu Guerzet (MTL) substitui Martiniano Cavalcante (MTL) na Secretaria das Relações Internacionais e José Fevereiro (independente) substitui Jefferson Moura (MTL) na Secretaria dos Movimentos Sociais.

Na divisão das tendências internas, percebe-se o início de predominância da APS no corpo dirigente do partido. Além de alcançar a presidência do partido por meio da eleição do Congresso (Afrânio Boppré já tinha sido presidente mediante renúncia de Heloisa Helena) com o Deputado Federal Ivan Valente, o Partido consegue mais cinco componentes na EN representando o domínio majoritário da Coalizão Dominante do Partido. O MTL e o MES, grupos com segundo maior número de membros da EN, aparecem com 3 integrantes cada um, metade dos 6 componentes da APS. No decorrer da análise das próximas composições da coalizão dominante será possível observar se tal processo continua mesmo posterior à ruptura interna da APS, entre 2012 e 2013.

É possível, a partir da análise temporal das EN, observar um aumento do número de componentes dirigentes da legenda com cargos públicos eletivos. Se na composição entre 2007-2009 não havia nenhum integrante com cargo público eletivo, na composição de 2009- 2011 eram dois os integrantes e na EN de 2011-2013, já são quatro. Mesmo que ainda se constituindo como minoria, observa-se que o número aumenta. Outro fator importante é a presença de políticos com cargos de maior expressividade. Anteriormente apenas dois vereadores possuíam cargos na EN. Já no mandato entre 2011-2013, encontra-se um deputado estadual, um federal, um senador, além de um vereador.

¹⁶⁰ Janira Rocha também compôs o PT antes de se filiar ao PSTU em 1995 e depois ao PSOL.

¹⁶¹ Ver composição Inicial da EN eleita. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/wp-content/uploads/2011/02/7.-Dire%C3%A7%C3%A3o-Eleita.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2017.

Quadro 5.3 - Executiva nacional do PSOL 2013-2015¹⁶²

Nome	Cargo na EN	Tendência Interna	Cargo eletivo em 2013
Luiz Araújo	Presidente	APS	Sem cargo
Camila Valadão	1º - Secretário - de movimentos sociais	Insurgência	Sem cargo
Marinor Brito	1º - Secretário - de formação política	APS	Vereadora- Belém
Fernando da Silva (Tostão)	1º Secretário Geral	Insurgência	Sem cargo
Edilson Silva	1º - Secretário - de organização	Somos PSOL	Sem cargo
Leandro Costa (Recife)	2º Secretário Geral	Luta Socialista (LS)	Sem cargo
Francisvaldo Souza	1º - Tesoureiro	Fortalecer PSOL	Sem cargo
Juliano Medeiros	1º - Secretário - de Comunicação	APS	Sem cargo
Rogério Silva	1º - Secretário - de movimentos sociais	APS	Sem cargo
Michel Lima	1º - Secretário - de Relações institucionais	CST	Sem cargo
Leandro Fontes	1º - Secretário - de Relações internacionais	MES	Sem cargo
Maria Maninha	2º - Secretário - de Comunicação	APS	Sem cargo
Luciete da Silva	2º - Tesoureiro	APS	Sem cargo
Celisa Melo	2º - Secretário - de formação política	APS	Sem cargo
Albanise Pires	2º - Secretário - de organização	Somos PSOL	Sem cargo
Brice Bragato	2º - Secretário - de Relações institucionais	APS	Sem cargo
Mariana Riscalí	2º - Secretário - de Relações internacionais	MES	Sem cargo
Luciana Genro	Presidente da Fundação Lauro Campos	MES	Sem cargo
Djalma do Espírito Santo	Membro Vogal	APS	Sem cargo

Fonte: TSE adaptada pelo autor

A primeira novidade da eleição da composição da EN do PSOL nos anos de 2013-2015¹⁶³ foi à presença de um membro a mais em relação à anterior. Esse membro foi destacado como membro Vogal, justamente pelo direito de voto interno na EN. Dessa forma, a composição da coalizão dominante de 2013-2015 conta com 19 integrantes. Em relação a taxa de renovação, a composição de 2013-2015 apresentou o maior índice de mudança, contabilizando 13 membros novos, 68,4% de renovação. Dos novos integrantes, alguns

¹⁶² Fim do mandato em Janeiro de 2016.

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2013/12/20/definida-nova-executiva-nacional-que-ficara-a-frente-do-psol-nos-proximos-dois-anos/>> Acesso em: 02 fev. 2017.

apresentam destaque político, ligado ao antigo vínculo com o PT, como Brice Bragato, Maninha e um dos “rebeldes expulsos”, Luciana Genro.

Sobre a divisão das tendências, novamente se observa uma predominância da APS que parece se estabelecer como corrente majoritária, pois após o movimento de origem do partido e a grande vinculação com a ex-Senadora Heloisa Helena, consegue eleger todos os presidentes subsequentes da legenda. Ademais a presidência, a tendência se mantém como prevaiente no número de integrantes da EN com 42,1% dos membros.

Diferentemente da aparente inclinação das duas últimas composições da EN em aumentar o número de membros dirigentes internos com cargos públicos eletivos, na EN de 2013-2015, apenas um membro possuía cargo público no determinado recorte (2013). Tal movimento parece refutar a expectativa da hipótese de crescimento da acumulação entre cargos na face dirigente interna e na face pública eletiva. Como houve um aumento de nenhum para dois, e depois para quatro, esperava-se que a movimentação continuasse na formação da composição da EN no 4º Congresso do Partido, algo que não ocorreu, mesmo o partido tendo aumentado progressivamente seu número de políticos eleitos a cargos públicos.

Resta saber como se manifesta essa acumulação na composição da Coalizão Dominante do 5º Congresso, a última representada no presente trabalho.

Quadro 6.3 – Executiva nacional do PSOL 2015-2017¹⁶⁴

Nome	Cargo na EN	Tendência Interna ¹⁶⁵	Cargo eletivo em 2015
Luiz Araújo	Presidente	APS	Sem cargo
Juliano Medeiros	Presidente da Fundação Lauro Campos	APS	Sem cargo
Fernando da Silva (Tostão)	1º Secretário Geral	Insurgência	Sem cargo
Albanise Pires	1º - Secretário - de Comunicação	Somos PSOL	Sem cargo
Zilmar da Silva	1º - Secretário - de Formação Política	APS-ne	Sem cargo
João Carlos Dantas	1º - Secretário - de movimentos sociais	Coletivo Rosa Zumbi	Sem cargo
Francisvaldo Souza	1º - Secretário - de Relações internacionais	Fortalecer PSOL	Sem cargo
Leandro Costa (Recife)	1º Secretário – de organização	Luta Socialista (LS)	Sem cargo
Mariana Riscali	1º - Secretário - de	MES	Sem cargo

¹⁶⁴ Início do mandato é em janeiro de 2016 e final em janeiro de 2018, mesmo assim foi considerado como ano base 2015 pela eleição do 5º Congresso ser em dezembro de 2015

¹⁶⁵ APS sendo representada pelo bloco majoritário (APS-cc) na tabela, o grupo minoritário recebe a especificação de APS-ne.

Relações institucionais			
Araceli Lemos	2º Secretario Geral	APS	Sem cargo
Brenna Paula Tavares	2º - Secretário - de Comunicação	APS	Sem cargo
Tárzia Medeiros	2º - Secretário - de Formação Política	Insurgência	Sem cargo
Luciete da Silva	2º - Secretário - de movimentos sociais	APS	Sem cargo
Terezinha Monteiro	2º - Secretario – de organização	APS	Sem cargo
Michel Lima	2º - Secretário - de Relações institucionais	CST	Sem cargo
Edilson Silva	2º - Secretário - de Relações institucionais	Somos PSOL	Deputado Estadual - PE
Israel Dutra	1º - Tesoureiro	MES	Sem cargo
Zeneide dos Santos	2º - Tesoureiro	MES	Sem cargo

Fonte: TSE Adaptada pelo autor

Voltando a formação com 18 membros na EN, a composição de 2015-2017 apresenta 8 membros novos em relação à executiva anterior. A taxa de renovação é de 44,4%, índice menor que a renovação anterior, mas próxima às taxas de renovação das EN mais antigas. Araceli Lemos aparece sendo a única nova componente com destaque político oriundo do PT, sendo ex-deputada pelo partido originário.

Na divisão das tendências, a APS permanece como grupo majoritário consolidado no partido, conseguindo a reeleição do presidente Luiz Araújo e mais 5 integrantes da EN, resultando em um terço dos membros (33,3%). Entre as divisões de blocos, como foi citado na eleição do 5º Congresso¹⁶⁶, a APS, o Fortalecer PSOL e o Somos PSOL compõem o grupo majoritário denominado Unidade Socialista, enquanto o MES, CST, Insurgência LS e APS-ne constituem o Bloco de Esquerda, grupo interno opositor. Além desses dois grupos, há um terceiro que é seguido pelo coletivo Rosa Zumbi, denominado PSOL Necessário.

Pela relação originária do PSOL a ex-parlamentares do PT (Rebeldes expulsos da legenda) e por esses integrarem a primeira coalizão dominante do novo partido – expressa na formação de sua primeira executiva nacional – supunha-se que a direção interna do PSOL fosse sua maioria ocupada por políticos com cargos parlamentares, fundindo a face dirigente com a face pública política do partido (KATZ; MAIR, 1995). O fato de outras lideranças políticas, com cargos parlamentares, integrarem o partido ainda durante seus anos iniciais (casos de Ivan Valente, Chico Alencar, João Alfredo, Randolfe Rodrigues, dentre outros),

¹⁶⁶ Ver em: Gráfico 3.2 Divisão da EN 5º Congresso (2015).

reforçavam a possibilidade de uma tendência a vinculação dessas lideranças políticas com cargos dirigentes internos na legenda.

Pela análise das composições da EN, a hipótese inicial específica é refutada. Mesmo com algumas composições possuindo dirigentes com cargos públicos eletivos, em nenhum momento há domínio da coalizão dominante do partido por políticos com cargos eletivos. É verdade que muitos dos componentes já haviam sido eleitos anteriormente (como próprio ex-deputado Babá, da composição de 2007-2009) ou ainda conseguem ser eleitos em eleições futuras (como Randolfe Rodrigues, da composição de 2009-2011 que depois se elege senador), mas há poucos casos em que há acumulação de cargo público eletivo com cargo dirigente interno, no ano base de análise (primeiro de cada composição da EN).

Briezen (1998) afirma que a acumulação de funções parlamentares com os cargos internos dirigentes ratificaria a tendência do predomínio do parlamento, nos partidos das novas democracias. A relação se mostra complexa e dinâmica ao longo do desenvolvimento interno da organização, porque envolve conflitos intrapartidários em diversas instâncias. Mas a formação da Executiva Nacional que se difere das lideranças partidárias indica certa autonomia do partido frente à face pública de governo, duas das três vertentes componentes dos partidos segundo Katz e Mair (1995). No PSOL, observa-se a centralidade do processo decisório na instância dirigente interna pelas resoluções do estatuto, que envolvem obrigações e possibilidades de punição aos parlamentares avaliados pela instância interna.

Segundo estudo de Ribeiro (2014) sobre a composição da EN dos sete maiores partidos¹⁶⁷ brasileiros entre 1980 e 2013 (PT, PDT, PSB, PSDB, PMDB, DEM e PP), os partidos mais a esquerda entre eles (PT, PDT, PSB) possuem menores índices de “parlamentarização” dos membros da EN (menos casos de acumulação da face pública com a face dirigente interna). Nesse sentido, a exposta análise sobre as EN do PSOL, revela tendência semelhante. Sabe-se que o número de políticos com cargos públicos do partido pode ser um fator de influência. O PSOL possui muito menos políticos com cargos públicos do que os sete partidos citados. Mesmo assim, poderia haver concentração dos poucos políticos com cargos nas instâncias dirigentes internas, o que não acontece.

Outras considerações podem ser feita em relação às composições históricas das EN do PSOL. A taxa de renovação média entre os mandatos foi de 48,5%, quase a metade de cada composição em sequência. Apresenta-se também alguns componentes que já fizeram

¹⁶⁷ Maiores em relação à ocupação de cargos políticos.

parte de alguma composição da EN e retornam para um mandato posterior, como o caso de Israel Dutra que compôs a Executiva entre 2007-2009 e 2009-2011, e retorna na composição vigente, 2015-2017¹⁶⁸.

Tabela 1.3 -Taxa de renovação da EN do PSOL

Ano de Composição da EM	Taxa de renovação (%)
2007-2009	44,4
2009-2011	41
2011-2013	44,4
2013-2015	68,4
2015-2017	44,4
Média	48,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Através da análise das formações da EN, fica clara a disputa de poder interno entre as tendências do PSOL. O dinamismo das tendências fica evidente ao se observar grupos que compunham a primeira EN se dissolvendo e não fazendo parte das últimas, como CSOL, Enlace e CLS. Mesmo assim, alguns grupos permanecem desde o período originário do partido, até a atualidade. Nesse sentido, observa-se nos últimos anos uma predominância da tendência APS, que integra o partido em 2005, e mesmo após sua divisão interna em meados de 2013, segue sendo o grupo majoritário interno, se constituindo como principal tendência do atual bloco predominante do partido, unidade socialista. Posteriormente, será observado que a tendência também apresenta destaque na conquista dos cargos públicos mais importantes do partido.

Sobre os poucos integrantes da direção que acumulam cargos públicos simultaneamente, destaca-se maior presença em estados cujo PSOL apresenta força eleitoral, como SP, RJ, PA e AP. A maior predominância de parlamentares que acumulam cargos de dirigente também é feita pela corrente APS no recorte observado. Tal correspondência eleitoral, tanto geográfica quanto nas correntes internas, poderá ser descrita mais detalhadamente na seção posterior.

A ocupação majoritária dos cargos dirigentes feita pela APS permite à tendência, e seu bloco como um todo, o controle da escala das dimensões do conflito interno do partido, como se refere Schattschneider (1960). Tal mecanismo permite ao grupo o gerenciamento da dimensão do conflito interno desse, com o objetivo de manter a unidade dominante da aliança majoritária. O argumento aparece como reflexo da própria divisão

¹⁶⁸ O número de “retornantes” não foi contabilizado na taxa de renovação da composição Executiva, apenas as renovações das composições em sequência.

interna da APS, que mesmo rachada, seu grupo predominante permanece como principal tendência do partido.

Posteriormente será analisada a divisão organizacional do partido pela distribuição geográfica. Dessa forma, será possível observar a distribuição dos diretórios nacionais e comissões provisórias ao longo do território brasileiro.

3.4 Conclusão

Retomando o objetivo específico desta seção, a organização partidária do PSOL foi destrinchada de modo a verificar sua estrutura sistemática interna, com base em seu estatuto. Na análise dos processos decisórios da instância organizativa do PSOL, foi definido o Diretório Nacional como grupo dirigente. Inserido no Diretório Nacional, foi verificada a Executiva Nacional como núcleo do grupo dirigente, portador de cargos específicos na direção do partido, definido como a *Coalizão Dominante* do partido.

A análise da *Coalizão Dominante* era necessária para comprovação da hipótese de que o controle dos principais cargos organizativos do partido era estabelecido por políticos com cargos eletivos públicos em vigência além da origem partidária no PT. Tal hipótese relacionava uma possível acumulação da face pública com a face dirigente do partido, segundo pressupostos de Katz e Mair (1995). A acumulação poderia inferir no equilíbrio de poder na medida em que haveria dominação do partido por parlamentares, como descreve Briezen (1998). A hipótese específica foi refutada, verificando que em quase todas as composições da EN do PSOL, o número de políticos com cargo público em vigência era mínimo. Embora tenha sido observada a continuidade participativa de figuras importantes anteriormente ligadas ao PT, os políticos com cargos vigentes não compuseram maioria na Coalizão dominante do PSOL em nenhuma de suas composições.

Em relação ao vínculo com o PT, observa-se a continuidade organizativa com o partido originário de modo em que todos os presidentes do PSOL tiveram ligação com a legenda genética. Os candidatos que acumularam cargos dirigentes com eleitorais, também possuíam a mesma ligação antecedente (com exceção de Elias Vaz, da EN de 2009-2011, vereador por Goiânia). Seria necessária uma pesquisa sobre o perfil social de cada um dos integrantes de todas as composições históricas da EN (não apenas os com cargos públicos eletivos) para saber se tiveram filiação com o PT (tirando os políticos que possuíram cargos eletivos enquanto integravam partido originário, algo que foi exposto no presente trabalho), tema sugestivo para um trabalho futuro.

Seguindo os preceitos da seção anterior, com a verificação das possíveis continuidades organizativas relacionadas ao partido originário, o PT, além dos múltiplos mecanismos partidários presentes na grande maioria dos partidos, foram destacados dois pressupostos como possíveis continuidades do PT: a presença dos núcleos de base, organizações militantes em nível local, e a divisão interna em tendências, previstos em estatuto. A divisão das tendências é um aspecto central na análise organizativa do partido, pois estabelece a divisão dos grupos presentes na direção do partido.

A coalizão dominante do PSOL não se estabelece pelo domínio de políticos com cargos vigentes, não caracterizando a organização partidária como simples reflexo da face pública política. Embora à medida que a experiência eleitoral foi aumentando, maior foi o número de quadros eletivos nas direções, como vimos.

Sobre a análise das disputas internas, foi verificada uma predominância do grupo denominado Unidade Socialista (US) após vitória na disputa interna do último Congresso Nacional. Em tal bloco, destaca-se a tendência interna APS-cc, que se estabelece como corrente majoritária da legenda, mesmo após sofrer um processo de ruptura interna, que resulta na dissidência e criação de outras duas correntes minoritárias (APS-ne e Coletivo Rosa Zumbi).

4. DESEMPENHO ELEITORAL E DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DO PSOL

4.1 Introdução

A presente seção será responsável pela análise do desempenho eleitoral do PSOL e explanação sobre a distribuição territorial de seus órgãos partidários. Acredita-se que a descrição de seu desempenho eleitoral forme importante argumento sobre a problematização acerca de sua organização interna, tendo em vista a importância das ações internas na política eleitoral (reflexos das ações internas na atuação externa do partido e vice-versa). A observação da sua distribuição territorial permitirá comparações sobre os resultados eleitorais e a quantidade de órgãos partidários em cada localidade, como destacam Braga e Pimentel Jr. (2013).

A análise eleitoral da primeira eleição do partido, de 2006, foi inserida na primeira seção por se tratar de um momento muito próximo da criação do partido, envolvendo aspectos de sua gênese. Com estabelecimento do recorte definido pelas eleições para executivo e legislativo, em nível estadual e federal (eleições gerais), as eleições observadas na presente seção serão as de 2010 e 2014.

Entretanto, é necessário apontamento dos antecedentes políticos internos do partido, anteriores aos pleitos observados para apontamento contextual de cada participação política do PSOL. Dessa forma, serão levantadas algumas observações sobre as eleições municipais anteriores, de forma a contextualizar a participação da legenda nos pleitos destacados. Posteriormente será descrita a distribuição territorial dos órgãos partidários do PSOL e comparada com as análises eleitorais.

Retifica-se que o foco da análise e comparação do desempenho eleitoral no presente recorte (2006, 2010 e 2014) terá três vertentes principais: Análise das candidaturas por cargo do PSOL; Análise do seu padrão de coligações e Análise da votação absoluta do partido (e candidatos eleitos). A exploração das três vertentes permitirá traçar perfil político eleitoral do partido em seus 10 anos de registro eleitoral, e sua divisão por estados permitirá relação com seu mapeamento organizativo.

Sobre a distribuição dos órgãos partidários, será privilegiada a comparação entre as organizações regionais do PSOL e seus resultados eleitorais. O Objetivo presente é verificar se há alinhamento entre os locais de maior votação do PSOL com as localidades de maior presença de diretórios e comissões provisórias. Integra-se a isso a análise da distribuição estadual de seus filiados na tentativa de relacionar a organização local do partido com seu desempenho eleitoral.

4.2 Antecedentes políticos e desempenho eleitoral do partido nas eleições de 2010

A presente subseção, tem como objetivo específico verificar o desempenho eleitoral do PSOL em 2010, comparando com seus resultados de 2006. Dessa forma, pretende-se analisar o número de candidatos eleitos do partido, bem como a quantidade absoluta de votos e suas votações mais expressivas. Também será observada seu padrão de coligações e de lançamento de candidaturas para comparações com a eleição anterior (2006) e posterior (2014) desenvolvida na próxima subseção. Antes de desenvolver tais objetivos, serão retomados pontos específicos da eleição municipal de 2008 como observação dos antecedentes políticos do partido em 2010.

Em 2008, o PSOL participa de sua primeira eleição em nível municipal (prefeitos e vereadores). A legenda mantém o aspecto da primeira eleição em relação à grande quantidade de candidaturas ao executivo das principais localidades do país, lançando prefeitos em 22 capitais nacionais¹⁶⁹. Nos dados gerais, o partido lança 295 candidatos para o executivo municipal e 2685 a vereador. Participando de sua primeira eleição para câmaras legislativas municipais, o partido consegue eleger 25 vereadores em 13 estados diferentes (22 municípios)¹⁷⁰, mas não elege prefeitos¹⁷¹.

Quadro 1.4 - Quantidade de candidatos e eleitos pelo PSOL na eleição Municipal de 2008

	Vereador	Prefeito (capitais)
Quantidade de candidatos	2685	295 (22)
Quantidade de Eleitos	25	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Percebe-se a continuação de um melhor resultado eleitoral da legenda (no qual consegue eleger candidatos), em relação à eleição de 2006, em alguns estados específicos como RJ, RS, SP nos quais o partido elege vereadores para as câmaras municipais (nos dois primeiros elege vereadores nas capitais).

¹⁶⁹ Das 26 capitais dos estados, o partido só não lança candidatos em Macapá –AP, Belo Horizonte – MG, Aracaju – SE e Palmas – TO.

¹⁷⁰ Os treze estados são AC, AL, AP, AM, CE, GO, MT, MG, PA, PR, RJ, RS e SP. Incluindo eleição de vereadores nas capitais: Rio Branco (AC), Maceió (AL), Macapá (AP), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (RS).

¹⁷¹ Mesmo não elegendo nenhum prefeito, o partido consegue algumas votações relevantes, como a de Luciana Genro em Porto Alegre (RS), que consegue 9,22% dos votos da capital gaúcha e Renato Roseno em Fortaleza (CE) com 5,6% dos votos válidos na capital cearense. No legislativo municipal, a votação, mais expressiva foi da candidata Heloisa Helena em Maceió (AL). A ex-Senadora se torna a vereadora mais votada na cidade com 7,4%, totalizando 29.516 votos.

Sobre o padrão de coligações de 2008, sabe-se que o cenário das alianças nas eleições municipais diverge do cenário nas eleições estaduais e federais pelas diferenças locais de cada pleito. O partido define, a partir de resolução do DN¹⁷², proibir aliança com os partidos cuja posição política não estava de acordo com os objetivos da legenda: PT, DEM, PSDB e PMDB. Coligações com PCB e PSTU foram automaticamente aprovadas pela resolução, e as alianças com os demais partidos teriam que ser aprovadas pela comissão de ética, agindo de acordo com as definições do estatuto e resoluções dos Congressos Nacionais.

Posteriormente as eleições, a EN lança nota informando que haveria análise dos casos em que houve descumprimento das regulamentações expostas na resolução¹⁷³, culminando na expulsão de 5 vereadores eleitos por coligações irregulares¹⁷⁴. Além das proibições expostas na resolução anterior, foram citadas coligações com partidos envolvidos no escândalo do Mensalão (PP, PTB e PR) para justificar os afastamentos.

Apesar de aparecer com boas perspectivas eleitorais segundo pesquisas prévias¹⁷⁵ ainda em 2008, a ex-senadora Heloisa Helena, que inclusive presidia o PSOL no período, desistiu da candidatura à presidência no pleito de 2010, declarando apoio à candidatura de sua amiga Marina Silva do PV¹⁷⁶, apoio posteriormente rechaçado pelo PSOL¹⁷⁷. Dessa forma, houve grande indefinição sobre a candidatura do PSOL ao pleito do executivo federal até meados de 2010, algo que só foi revertido com o lançamento da candidatura do ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio¹⁷⁸, militante histórico de partidos políticos da esquerda brasileira, em abril de 2010, recebendo apoio de intelectuais ligados ao partido¹⁷⁹.

¹⁷²

Disponível

em:

<http://www.liderancapsol.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=54:resolucao-do-diretorio-nacional-acerca-das-coligacoes-municipais-para-as-eleicoes-2008-30062008-&catid=10&Itemid=58> Acesso em: 02 fev. 2017.

¹⁷³ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2008/12/18/coligacoes-eleitorais-irregulares-serao-punidas/>> Acesso em: 02 fev. 2017.

¹⁷⁴ Vereadores expulsos são Laércio Alves Pereira e Cícero de Araújo Paulino de Mirassol D'Oeste (MT), Silvana Barbosa da Silva de Porto Esperidião (MT), Valdeci Ribeiro dos Santos de Pracíuba (AP) e Rafael da Cunha Guerreiro de Santa Cruz de Monte Castelo (PR).

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://colunas.gazetaweb.globo.com/platb/ceiogomes/2008/12/08/datafolha-reforca-candidatura-de-heloisa-para-presidente/>> Acesso em: 02 fev. 2017.

¹⁷⁶ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/heloisa-helena-anuncia-apoio-a-marina-silva-bzpejy3si8tynyh3ov994uvwb2>> Acesso em: 02 fev. 2017.

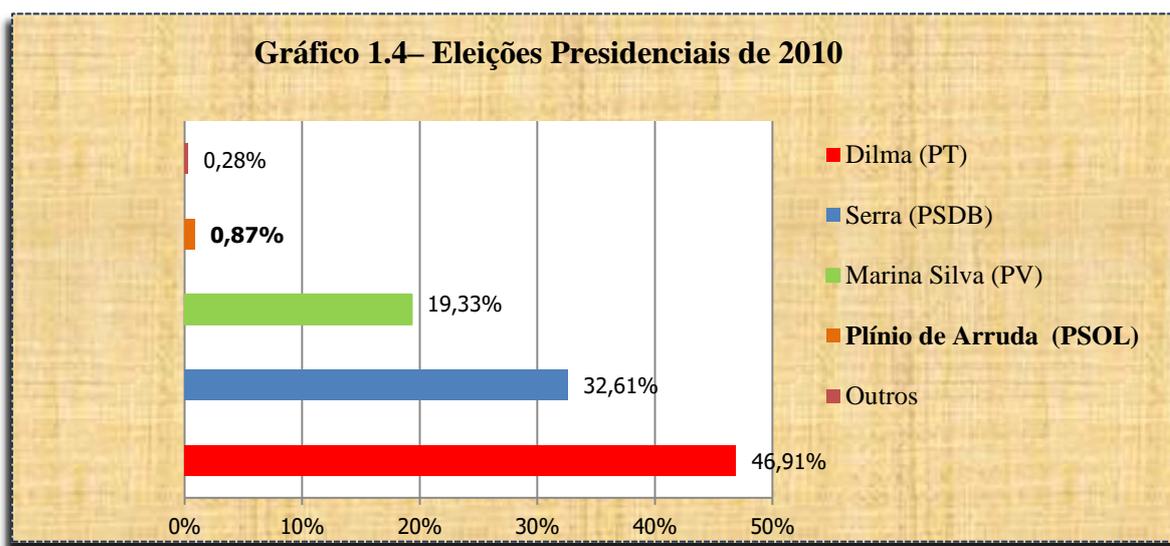
¹⁷⁷ Silva (2011) descreve que a possibilidade de apoio a candidatura do PV se manteve presente no partido, estando presente na pauta de debate do diretório, até o início de 2010, quando o PV confirma aliança estadual no RJ com partidos como DEM e PSDB, tal fato afastou totalmente a possibilidade de apoio do PSOL a legenda de Marina Silva.

¹⁷⁸ Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/blog/2010/04/10/psol-define-plnio-como-candidato-a-presidente-da-repblica/>> Acesso em: 02 fev. 2017.

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2009/10/02/ult5773u2649.jhtm>> Acesso em: 02 fev. 2017.

Evidencia-se que o processo para escolha da candidatura à presidência do PSOL em 2010 é conturbado, gerando divergências da presidente do partido com a candidatura lançada a presidência nacional. Heloisa Helena, inclusive, mantém seu apoio público a candidata do PV¹⁸⁰. Posteriormente, antes do final de seu mandato à presidência da legenda, Heloisa Helena abandona a direção do partido alegando incompatibilidade de dirigir a legenda sem apoio interno no DN¹⁸¹.

Sobre o desempenho do PSOL na eleição para o executivo federal de 2010, a legenda não consegue mesmo destaque eleitoral na eleição de 2006. A chapa formada por Plínio de Arruda Sampaio e pelo vice Hamilton Assis, ex-líder sindical, composta exclusivamente pelo PSOL, alcança o 4º lugar na disputa, com 886.816, totalizando 0,87% dos votos válidos¹⁸². Nos resultados eleitorais divididos pelos estados, em nenhum estado o candidato do PSOL apareceu na frente dos três primeiros candidatos (Dilma Rouseff – PT; José Serra- PSDB e Marina Silva- PV), permanecendo sempre em 4º lugar¹⁸³.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Outro ponto de destaque na eleição presidencial de 2010, é que o PSOL, o PSTU e o PCO, que compunham a Frente de Esquerda no pleito de 2006, lançaram

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/06/18/heloisa-helena-diz-que-foi-usada-pelo-psol-e-que-nao-fara-o-sacrificio-de-apoiar-plinio.jhtm>> Acesso em: 02 fev. 2017.

¹⁸¹ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/heloisa-helena-deixa-a-presidencia-do-psol>> Acesso em: 02 fev. 2017.

¹⁸² Diferente da eleição anterior, o partido não fica a frente de nenhum outro partido tradicional no aspecto eleitoral, superando apenas partidos pequenos como PCO, PSDC e PRTB.

¹⁸³ Os estados em que o candidato consegue superar o 1% de votos, tendo maior destaque, são SP com 239.173 votos (1,02 % dos votos válidos), RJ com 140.782 votos (1,65% dos votos válidos), DF com 24.017 votos (com 1,65% dos votos válidos), AP com 3.418 votos (1% dos votos válidos), RR com 2.383 votos (2,07% dos votos válidos) e SC com 44.610 (1,23% dos votos válidos).

candidaturas independentes, na qual nenhuma consegue o destaque semelhante ao pleito anterior¹⁸⁴. Entre outras razões, o PCB afirma, em nota, que a possibilidade do PSOL apoiar a candidatura de Marina Silva inviabilizou a repetição da coalizão de esquerda¹⁸⁵.

Ao todo, no pleito de 2010, o PSOL lança 774 candidatos próprios¹⁸⁶ (4,6% dos candidatos contabilizando todos partidos¹⁸⁷), sendo 23 para governos do executivo estadual, 28 senadores, 259 deputados federais e 462 deputados estaduais (sendo 21 deputados Distritais) mais o candidato à presidência da república. No comparativo com a eleição anterior, no qual lança 525, há um aumento de 28,6% de candidatos lançados.

Nos resultados eleitorais, o partido não consegue eleger nenhum candidato ao executivo, mas no legislativo, a legenda consegue eleger dois Senadores (AP e PA), três deputados federais (RJ e SP) e 4 deputados estaduais (RJ, SP e PA).

Tabela 1.4 - Quantidade de candidaturas e votação absoluta do PSOL na eleição de 2010.

	Governador	Senador	Dep. Federal	Dep. Estadual
Numero de Candidatos Lançados	23	28 ¹⁸⁸	259	462
Soma total de votos válidos	776.601	3.027.046	1.144.21	1.065.592
Média (%VV/UFs) ¹⁸⁹	1,46%	4,0%	0,7%	0,71%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Na eleição para os governos estaduais, o partido apenas não lança candidatos no AC, AP, SP¹⁹⁰ e TO, mantendo comportamento semelhante ao de 2006, quando não lança candidatos ao executivo estadual em apenas três estados. Porém, a legenda não consegue eleger nem ir para o segundo turno com nenhum candidato. O partido é a legenda que mais lança candidatos aos governos estaduais em 2010 (23 candidatos)¹⁹¹.

Por votação expressiva para os governos estaduais, destaca-se apenas o estado do DF, em que o partido fica em 3º lugar, com 14,25% dos votos válidos (ver em anexo I).

¹⁸⁴ Ivan Pinheiro do PCB consegue 0,04% (39.136 votos) enquanto José Maria conquista 0,08% (84.609 votos).

¹⁸⁵ Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/358>> Acesso em: 03 fev. 2017.

¹⁸⁶ Apenas 7 partidos (dos 27 aptos na eleição) lançam mais candidatos que o PSOL em 2010: PT, PMDB, PSDB, PDT, PSB, PV e PTB.

¹⁸⁷ A porcentagem soma-se às candidaturas a vice candidato a Governador, Presidente e Suplentes de Senador, totalizando 854candidatos ao todo.

¹⁸⁸ A candidata Maria Socorro Pereira do MA foi impugnada não contabilizando nenhum voto final na eleição

¹⁸⁹ Média Percentual de votos válidos por estado.

¹⁹⁰ Em SP, o Partido até lança o candidato Paulo Búfalo ao governo estadual, mas a candidatura é impugnada por problemas de seu vice candidato, Aldo Santos, com a justiça eleitoral, barrando a candidatura da chapa. Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/blog/2010/10/03/nota-do-psol-sp-sobre-o-registro-da-chapa-de-paulo-bufalo-e-contabilizacao-de-seus-votos/>> Acesso em: 03 fev. 2017.

¹⁹¹ 8 candidaturas a mais que a segunda legenda com maior quantidade de presenças na disputa, o PSTU com 16 candidatos.

Na quantidade absoluta de votos, a totalidade da votação na eleição para governador de 2010 é menor do que da eleição de 2006. Na primeira eleição o partido conquistou 1.298.590 votos nas eleições para o executivo estadual, enquanto em 2010 só alcança 776.601 votos, ou seja, 40,1 % de votos a menos (521.983 votos).

Sobre a eleição do Senado¹⁹², destaca-se o alto número de candidatos lançados, novamente pelo PSOL. O partido, igualmente a eleição aos governos estaduais, é o que mais lança candidatos próprios ao cargo de senador (28), em 2010, em 21 estados diferentes¹⁹³. Observa-se a tendência da grande quantidade do lançamento de candidatos tanto no Governo Estadual, quanto no Senado, retificando que na eleição de 2006 o partido foi o segundo a mais lançar candidatos aos dois cargos, e em 2010 assume a liderança no número de participações nos pleitos.

Por resultados mais expressivos destacam-se as eleições de Randolfe Rodrigues como senador do AP e Marinor Brito, que após impugnação da candidatura de Jader Barbalho (PMDB), foi eleita senadora pelo PA¹⁹⁴. Além dos dois candidatos eleitos, a outra candidatura de maior destaque eleitoral na disputa do Senado foi o da candidata Heloisa Helena, mas seu resultado foi visto com aspecto de decepção interna no partido, pois a ex-Senadora, especulada para concorrer inclusive ao cargo presidencial novamente, não consegue se eleger em seu estado natal.

Diferentemente da eleição para os governos estaduais, o número de votos para as candidaturas a senador pelo PSOL aumentaram de maneira expressiva. Se na eleição de 2006 o partido só conseguiu 351.527 votos totais, em 2010 o número chega a 3.027.046, contabilizando um aumento expressivo de 761,1% dos votos a eleição primaria. É sabido que o número de candidatos lançados pelo partido ao cargo aumenta (de 17 para 28), até por quê o número de vagas na eleição de 2010 é maior (duas ao senado ao invés de uma), mesmo assim, o aumento na quantidade de votos é expressivo, o que resultou também em dois candidatos eleitos.

Em relação ao número de candidatos lançados pelo PSOL pleiteantes a 54ª Legislatura do Congresso Nacional (2011-2014), há um aumento no número de candidaturas em relação a eleição de 2006. A legenda passa de 187 candidatos para 259 em 2010,

¹⁹² Na eleição de 2010, havia duas vagas ao cargo de senador em disputa em todas as UF.

¹⁹³ Apenas no AC, MS, PE, PI, RR e TO não há candidatos a senador da legenda. O numero de candidatos é maior do que o número de estados em que o partido disputa, pois em algumas localidades, o partido lança dois candidatos diferentes ao cargo de senador.

¹⁹⁴ Senadora perde o mandato no final de 2011, por decisão do STF, de reverter a impugnação de Jader barbalho. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,marinor-brito-perde-vaga-no-senado-para-jader-barbalho,810994>> Acesso em: 03 fev. 2017.

aumentando em 38,5% de candidaturas. O partido não aparece entre os cinco partidos que mais lançaram candidatos¹⁹⁵.

Nos resultados das eleições para a 54ª Legislatura do Congresso Nacional (2011-2015), o PSOL mantém seu quadro com 3 deputados federais. Chico de Alencar – RJ e Ivan Valente- SP conseguem se reeleger com 240.72 e 189.014 votos nominais, sucessivamente¹⁹⁶. A novidade do PSOL na bancada federal foi o Deputado Jean Wyllys – RJ, que mesmo com votação nominal não tão expressiva (13.018 votos nominais), consegue se eleger pelo coeficiente eleitoral¹⁹⁷, sendo o primeiro deputado federal eleito pelo partido que não possuía ligações originárias com o PT.

Nos números absolutos das votações para deputado federal, destacam-se as porcentagens dos estados do RJ, com 4% dos votos válidos (320.244 votos totais) e SP com 1,45% dos votos válidos (319.147 votos totais), nos quais o partido consegue eleger candidatos apresentando novamente maior destaque eleitoral do PSOL nos dois estados. Nos estados do RS (2,91% dos votos válidos) e CE (2,96% dos votos válidos), o partido também consegue altas porcentagens, principalmente pela votação nominal expressiva em candidatos específicos, que mesmo bem votados não conseguem se eleger (ver em anexo I).¹⁹⁸

Na votação total do PSOL para o cargo de deputado federal, há uma pequena diminuição de 0,46%, passando de 1.149.619 para 1.144.216 votos absolutos, fato que como já citado, não interfere no número de cadeiras do partido no parlamento federal.

Sobre as candidaturas para as assembleias legislativas (somado aos deputados distritais-DF), o partido, igualmente a eleição para a Câmara Federal, aumenta o número de postulantes em 58,1%, passando de 296 candidatos para 462 em 2010. O PSOL, igualmente a disputa pelas vagas ao Congresso Nacional, ainda não aparece entre os partidos com maior número de candidatos lançados¹⁹⁹.

¹⁹⁵ Já na comparação com outros partidos semelhantes no espectro ideológico, citado na primeira seção do trabalho (PCO 3, PCB 16 e PSTU 29) o PSOL é o partido que mais lança candidatos (259). No comparativo com tais partidos, o PSOL é o único que consegue eleger parlamentares para o cargo de deputado federal.

¹⁹⁶ A antiga deputada federal Luciana Genro - RS, não consegue se reeleger. Apesar da votação expressiva (129.501 votos nominais), a candidata não atinge o coeficiente eleitoral necessário para manter-se no Congresso Nacional.

¹⁹⁷ Nesse sentido, o candidato é beneficiado pela alta votação de Chico de Alencar, segundo deputado mais votado do RJ em 2010.

¹⁹⁸ No RS, consegue-se 179.578 votos totais, sendo 129.501 para a candidata Luciana Genro. No CE, dos 125.610 votos totais, 113.705 são nominais para Renato Roseno.

¹⁹⁹ Porém, no comparativo com os outros partidos citados com espectro eleitoral aproximado (PCO: 2 Deputados Estaduais e 0 Distritais; PCB: 37 Deputados Estaduais e 1 Distrital e PSTU: 39 Deputados Estaduais e 2 Distritais), o PSOL permanece com número de candidaturas muito maior do que os partidos citados. O PSOL permanece também sendo o único a eleger candidatos nas assembleias estaduais dentre os citados.

Nos resultados eleitorais o PSOL aumenta sua participação nas bancadas, ganhando mais um representante (de três para quatro). Carlos Gianazzi consegue se reeleger para a Câmara Estadual de SP com 100.808 votos nominais²⁰⁰. Outro parlamentar a conseguir reeleição é Marcelo Freixo, segundo deputado estadual mais votado do RJ em 2010, com 177.253 votos nominais. As novidades do partido nas Assembleias Legislativas são: a deputada estadual Janira Rocha – RJ, ex-integrante do PSTU²⁰¹, que apesar de votação nominal pouco expressiva, 6.442, é eleita através do coeficiente eleitoral, e Edmilson Rodrigues, ex-prefeito de Belém, deputado estadual mais votado do PA em 2010, com 85.412 votos nominais.

Em números absolutos das votações estaduais, além dos locais em que consegue eleger representantes nas Câmaras Legislativas estaduais, atingindo também boas porcentagens como RJ (3,01% dos votos válidos), PA (3,53% dos votos válidos) e SP (1,48% dos votos válidos), destacam-se outros estados em que o partido consegue maior expressão nas porcentagens de votos válidos, como AL (1,30%), CE (1,27%), DF (1,78%), GO (1,38%) e RS (1,30%).

Além do aumento do número de candidatos às assembleias legislativas de 2006 a 2010, também há crescente de 27,6% na soma total dos votos válidos passando de 834.660 em 2006, há 1.065.592 em 2010, aumentando o percentual médio de votos totais por estados.

O padrão de coligação do partido em 2010 se difere da coligação formada em 2006 em grande parte do território nacional, denominada “Frente de Esquerda”, com PSOL, PSTU e PCB. Assim, como na disputa presidencial de 2010, o PSOL não mantém coligações com nenhum partido na grande maioria das disputas. As únicas exceções são: a coligação do PSOL com o PSTU em GO, na disputa dos quatro cargos pleiteáveis, e no AC, na qual compõe coligação inédita com PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro)²⁰² nas disputas do legislativo federal e estadual. A especulação inicial do apoio do PSOL a candidatura de Marina Silva (PV), causa um conflito interno no Partido sobre a política de alianças. Tal conflito dificulta a aproximação do Partido às demais coligações, evidenciando um aspecto de isolamento.

²⁰⁰ Já seu ex-companheiro de assembleia legislativa de SP, Raul Marcelo, mesmo com votação expressiva (56.607 votos nominais) não consegue se reeleger.

²⁰¹ Anteriormente ao PSTU, era integrante do PT.

²⁰² Partido com ideologia conservadora em nível nacional, mas, segundo diretório estadual do PSOL no AC, apresentou alinhamento político com as propostas da legenda socialista. Ver declaração de apoio do Presidente estadual do PSOL-AC, Teles Milito, sobre a união com o PRTB. Disponível em: <<http://agazetadoacre.com/psol-declara-apoio-aos-majoritarios-da-frente-popular-2/>> Acesso em: 03 fev. 2017.

Nota-se a existência de um dilema interno no partido entre aumentar o leque de alianças seguindo diretriz de estratégia política mais pragmática (visando ganhos eleitorais), ou manter-se fiel à política de alianças específicas, correndo o risco de isolamento em algumas disputas eleitorais (visando supremacia das semelhanças ideológicas). Tal dilema é enfrentado no PT²⁰³, e os combatentes da flexibilidade das alianças políticas no PSOL utilizam o exemplo do partido originário para tentar evitar maior variedade de alianças²⁰⁴. Em 2010, nas eleições para senadores e governadores, o Partido não aumenta sua variedade de coligação. Porém, o fato de especular o apoio a Marina Silva desagradou os antigos partidos da base da Frente de Esquerda²⁰⁵, e o Partido lança candidaturas independentes em quase todos os estados, se isolando inclusive de antigos aliados²⁰⁶.

De forma analítica, sobre as três vertentes de análise descritas no início da seção (Número de candidatos, votação absoluta e padrão de coligações), no comparativo com 2006, o Partido apresenta aspectos de continuidade e diferenciação. O número de candidatos lançados pelo partido permanece alto. O aumento no número de candidaturas em todos os cargos, exceto governador, reitera a perspectiva descrita por Guarnieri (2011) de ser um partido que lança muitos candidatos²⁰⁷. Tal fato pode se relacionar a um aumento de visibilidade do partido após cinco anos da obtenção de seu registro eleitoral.

Na votação absoluta, há interessante variação dos resultados eleitorais do PSOL. Na eleição presidencial, o Partido não consegue manter o êxito de visibilidade das eleições de 2006, reduzindo drasticamente sua votação. As votações para deputado federal e governador diminuíram, sem muita expressão, enquanto para deputado estadual aumenta. Os números mais significativos são observados na votação para o Senado, em que há um aumento substancial nos votos do Partido. Tal cargo é o que apresenta maior variação em relação a 2006, resultando na eleição de 2 representantes. De modo geral, as votações expressivas do partido ainda parecem estar ligadas a votos em candidatos específicos, principalmente aqueles com bagagem política anterior no PT.

²⁰³ Como cita Singer (2010), explicado na primeira seção do presente trabalho, sobre as mudanças nas diretrizes políticas do PT, direcionando a um maior pragmatismo eleitoral, visando ganhos eleitorais.

²⁰⁴ Disponível em: <<http://psol50sp.org.br/blog/2009/11/27/carta-de-carlos-nelson-coutinho-sobre-2010/>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²⁰⁵ Tal desagradado pode ser visto em nota dos dois partidos divulgados em seus sites, PCB. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1421:o-papel-da-esquerda-nessa-eleicao-e-nao-cair-no-jogo-da-engenharia-politica&catid=70:eleicoes>; e PSTU: Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/declaracao-do-pstu-ainda-sobre-a-discussao-acerca-da-frente-de-esquerda-para-as-eleicoes/>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²⁰⁶ Outros motivos também atrapalharam as negociações de coligação, como exemplo o tempo no HGPE negociado entre PCB e PSOL. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/626>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²⁰⁷ Relação descrita na primeira seção do presente texto, que indica os pequenos partidos de esquerda no Brasil como partidos que lançam muitos candidatos.

Tabela 2.4 Variação de Eleitos e do Percentual de votação por cargo no PSOL entre as eleições de 2006 e 2010

	Governador	Senador	Dep. Federal	Dep. Estadual
Variação na quantidade de eleitos de 2006 a 2010.	+0	+2	+0	+1
Quantidade de Eleitos	0	2	3	4
Variação percentual na Votação de 2006 a 2010	-40,1%	+761,1%	-0,46%	+27,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

O padrão de coligações também é alterado em relação a 2006. A heterogeneidade de posicionamentos do partido dificulta um consenso geral sobre algumas candidaturas centrais (presidência e vice-presidência), o que atrapalha todo processo de alianças do Partido. Assim, para não flexibilizar o perfil de alianças, anteriormente marcado pelo fator ideológico, o partido opta por chapas isoladas na grande maioria das candidaturas. O isolamento é maléfico para composição do coeficiente eleitoral, mas o partido não perde em número de cargos legislativos em relação à eleição passada.

Sobre as correntes do PSOL integradas pelos parlamentares eleitos em 2010, destaca-se a predominância da APS. Os dois senadores eleitos pelo partido faziam parte da APS. No Congresso Nacional, Ivan Valente - SP também integra a tendência APS, enquanto os outros dois mantêm posições independentes. Nas Assembleias estaduais, há maior diversificação de tendências²⁰⁸. Verifica-se a predominância da APS na arena parlamentar do partido em 2010, e será observada se a tendência permanece em 2014, mesmo após a divisão interna da corrente.

4.3 Antecedentes políticos e desempenho eleitoral do partido nas eleições de 2014

Retomando a argumentação apresentada anteriormente, a presente subseção tem como objetivo específico analisar o desempenho eleitoral do PSOL em 2014 no comparativo com as eleições anteriores. Pretende-se analisar a quantidade de candidaturas, a votação absoluta do partido e seu padrão de coligações para finalmente estabelecer linhas do perfil político do partido no comparativo das três eleições gerais com participação do PSOL no presente recorte. A eleição de 2014 servirá como referência para o comparativo com seu mapeamento organizacional permitindo a relação entre o desempenho eleitoral e a estrutura organizativa do partido.

²⁰⁸ Janira Rocha - RJ militava pelo MTL e depois passa integrar o Coletivo “PSOL do Povo”, alinhado ao bloco majoritário dirigente do partido (Unidade Socialista). Raul Marcelo – SP é ligado ao coletivo 1º de Maio, enquanto Carlos Gianazzi – SP e Marcelo Freixo – RJ não possuem vinculação a tendências internas.

Anteriormente à análise das candidaturas e resultados eleitorais do PSOL nas eleições de 2014, retomaram aos principais destaques do partido nas eleições municipais de 2012 e os antecedentes políticos ao pleito de 2014. A eleição de 2012 foi a segunda eleição municipal com participação do PSOL e a primeira na qual o partido consegue conquistar cargos no Executivo. O partido consegue eleger dois prefeitos (Itaocara – RJ e Macapá – AP)²⁰⁹. Além dos prefeitos, o PSOL disputa o segundo turno das eleições de 2012 em Belém, - PA²¹⁰.

Nota-se que nos três dos estados em que o partido consegue maior destaque nessas eleições municipais específicas, são estados nos quais o partido já possui histórico eleitoral, elegendo anteriormente senadores em PA e AP e deputados federais no RJ em 2010, mantendo forte base regional nos locais.

Em relação ao número geral de candidaturas, o PSOL aumenta a quantidade de candidaturas a prefeito, 341 candidatos, e a vereadores, 3923 candidatos. O partido mantém o padrão de grande quantidade de lançamento de candidatos nas principais cidades do país, sendo a legenda com maior quantidade de candidaturas em prefeituras de capitais, 23²¹¹.

Quadro 2.4 - Quantidade de candidatos e eleitos pelo PSOL na eleição Municipal de 2012

Cargo	Vereador	Prefeito (capitais)
Quantidade de candidatos	3923	341 (23)
Quantidade de eleitos	49	2 (1)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

No legislativo, o partido também cresce no número de candidatos eleitos. Ao todo, o PSOL elege 49 vereadores (quase o dobro em relação aos 25 eleitos em 2008) em todas as regiões do país²¹². Como destaque regional, cita-se os estados de RJ e SP cada um com 8 vereadores eleitos, incluindo vereadores nas capitais.

²⁰⁹ O primeiro prefeito da legenda é eleito na cidade do noroeste fluminense, Itaocara-RJ, Gelsimar Gonzaga, sindicalista e ex-integrante do PT com 6.796 votos (44,26% dos votos válidos). O segundo prefeito eleito pelo partido (disputa foi para o segundo turno) foi Clécio Luiz, eleito para cargo do executivo municipal de Macapá-AP com 101.261 votos (50,59% dos votos válidos) no segundo turno, se estabelecendo também como o primeiro prefeito da legenda a dirigir uma capital estadual.

²¹⁰ Com o candidato Edmilson Rodrigues, que obtém 336.059 votos (43,39% dos votos válidos).

²¹¹ Não lança candidatos em capitais apenas em Manaus – AM, Recife –PE e Aracaju – SE.

²¹² Os estados no qual o partido elege vereadores são AL (2), AP (4), BA (3), CE (2), GO (1), MA (2), MG (7), PA (6), RJ (8),RN (2), RS (3),SC (1), SP (8) incluindo as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Fortaleza, Natal, Maceió, Goiânia, Belém e Macapá.

Há aumento significativo no número de candidaturas (46% de vereadores e 15,5% de prefeitos) e eleitos (96% de vereadores e prefeitos de zero eleitos passa para dois) do partido nos dois cargos disputados em 2012. O resultado eleitoral do PSOL em 2012 é visto internamente de forma positiva²¹³, evidenciando crescimento da legenda²¹⁴ em relação ao último pleito municipal.

Após perspectivas internamente positivas em relação a eleição municipal e a série de mobilizações ocorridas no Brasil entre Junho/Julho de 2013²¹⁵, o PSOL em seu IV Congresso Nacional, realizado em dezembro de 2013, lança como pré-candidato à presidência da república o senador Randolfe Rodrigues (AP), defendendo a bandeira de apoio às manifestações populares e necessidade de uma reforma no modelo político vigente²¹⁶. Porém, tempos depois, o candidato desiste de concorrer às eleições a menos de quatro meses dessas, afirmando em nota²¹⁷ não ter conseguido a unificação do partido sobre sua candidatura²¹⁸.

Em Convenção Nacional realizada no final de Junho de 2014, em Brasília, a candidatura de Luciana Genro, uma das “rebeldes” expulsas do PT, é confirmada, tendo como vice, Jorge Paz, membro do diretório estadual da legenda em SP. Pelo segundo pleito consecutivo à presidência da república, o partido apresenta desistências e mudanças de seu candidato à presidência meses antes do pleito eleitoral.

Na eleição presidencial de 2014, em chapa novamente composta apenas pelo PSOL – que apresenta Luciana Genro como candidata a presidente e Jorge Paz como vice-presidente – a legenda melhora o número absoluto de seus votos em relação à eleição de 2010 encabeçada pelo candidato Plínio de Arruda, mas ainda sem o destaque eleitoral da candidatura de Heloisa Helena em 2006. Luciana Genro conquista 1.612.186 dos votos

²¹³ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2012/10/10/uma-eleicao-de-vitorias-para-o-psol/>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²¹⁴ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2012/10/10/psol-cresce-nas-eleicoes-2012/>> Acesso em: 04 fev. 2017.

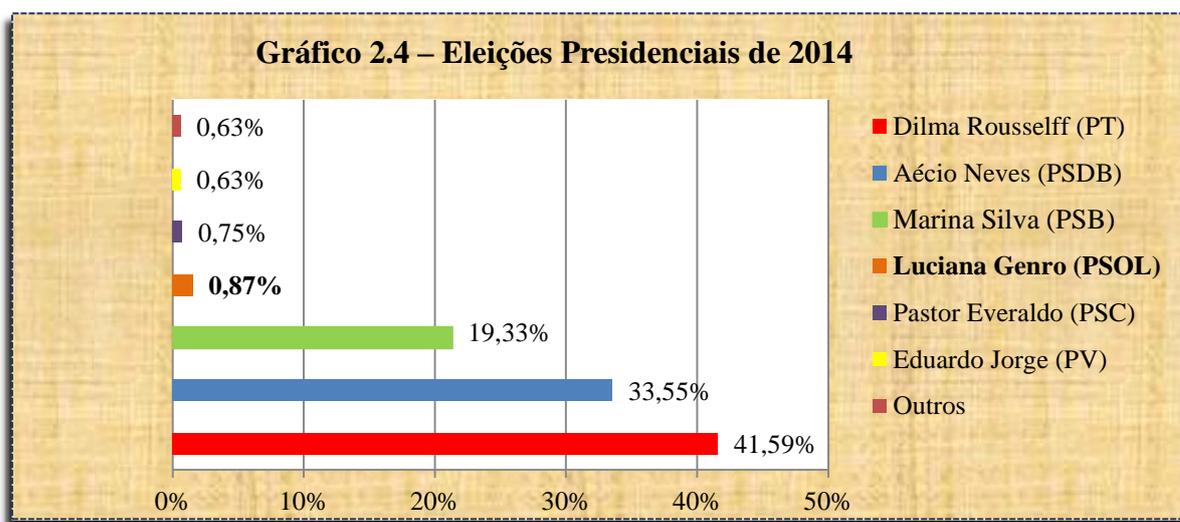
²¹⁵ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/459544-RETROSPECTIVA-2013-AS-MOBILIZACOES-QUE-GANHARAM-AS-RUAS-PEDINDO-MUDANCAS.html>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²¹⁶ Disponível em: <<http://psolsaopaulo.org/2013/12/4o-congresso-nacional-do-psol-escolhe-randolfe-como-candidato-a-presidencia-da-republica/>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²¹⁷ Ver nota de Randolfe Rodrigues. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/noticia/2014/06/randolfe-rodrigues-desiste-da-candidatura-presidente-pelo-psol.html>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²¹⁸ Em sua nota de desistência, Randolfe Rodrigues até sugere a candidatura de Marcelo Freixo pela possibilidade de unificar a militância ideológica de esquerda sobre o candidato, candidatura que não se concretiza.

(1,55% dos votos válidos)²¹⁹, ficando em quarto lugar entre os candidatos no primeiro turno²²⁰.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Mesmo após iniciarem as negociações, não houve, novamente, consenso entre PSOL, PSTU e PCB para consolidação da Frente de Esquerda, reeditando a coligação de 2006. As divergências barraram nas negociações para coligações em estados específicos, indicação de vice candidato e estratégias de candidatura própria, não sendo efetivada a aliança²²¹, resultando em candidaturas próprias dos três partidos.

No geral, no pleito eleitoral de 2014 o PSOL lança 1056 candidatos próprios²²² (5,09% dos candidatos contabilizando todos os concorrentes de todos os partidos²²³) aos cargos de deputado federal (373) e estadual (638 somados aos 21 Distritais), senador (19), governador (26) e presidente (1), contabilizando 282 candidatos a mais do que na eleição de 2010.

Nos resultados eleitorais, aumenta sua bancada no Congresso Nacional, passando de 3 para 5 deputados federais (3 RJ , 1 SP e 1 PA), e aumenta também sua

²¹⁹ Na distribuição geográfica dos votos, a candidatura do PSOL a presidência em 2010 não supera nenhum dos três partidos principais do pleito em nenhum estado. Os estados de maior porcentagem eleitoral de Luciana Genro na eleição presidencial são SP, RJ e DF com 2,41%, 2,72% e 1,99% dos votos válidos. Sendo os dois primeiros, estados historicamente de maior força eleitoral do PSOL

²²⁰ O PSOL fica a frente de candidatos de partidos como PV, PRTB, PSTU, PCB entre outros, mas não supera os três principais partidos do pleito, PT, PSDB e PSB.

²²¹ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2014/04/24/psol-trabalha-pela-frente-de-esquerda/>> Acesso em: 04 fev. 2017.

²²² Apenas 2 partidos lançam mais candidatos que o PSOL em 2014, são eles PT e PSB.

²²³ A porcentagem soma-se as candidaturas a vice candidato a Governador, Presidente e Suplentes de Senador, totalizando 1118 candidatos ao todo.

representação nas Assembleias estaduais, passando de 5 para 12 deputados eleitos (5 RJ, 2 SP, 2 AP, 1 PE, 1 CE, 1 RS), mas não elege candidatos ao executivo estadual.

Na eleição para os governos estaduais, o partido lança candidato em todos os estados, com exceção no AP, mas não consegue eleger e nem ir para o segundo turno em nenhum deles. O partido permanece sendo a legenda com mais candidaturas ao cargo de governador (26)²²⁴.

Tabela 3.4 Votação comparativa para governador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 e 2010 e 2014

Ano	2006	2010	2014
Numero de candidatos lançados	24	23	26
Soma total de votos válidos	1.298.590	776.601	1.764.632
Média (%VV/UFs)	1,4%	1,46%	1,92%

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Na quantidade absoluta de votos, a totalidade da votação na eleição para governador de 2014 (1.764.632 votos totais) supera os resultados de 2006 (1.298.590 votos) e de 2010 (776.601 votos)²²⁵, aumentando em 127% de votos a mais em relação a eleição passada. Tal configuração pode ser um indicativo de um possível ganho eleitoral do partido em eleições para o executivo. Considera-se que a legenda conquista suas duas primeiras prefeituras na eleição de 2012, e aumenta sua votação para os governos estaduais em 2014, resta saber se futuramente esse aumento na votação será confirmado e se resulta em cargos para o executivo.

Por votação expressiva para os governos estaduais destacam-se os estados do RJ, em que o partido consegue 8,9% dos votos válidos e RN, cujo conquista 8,7% dos votos válidos.

Na eleição para o Senado Federal, o PSOL se destaca novamente pela quantidade de candidaturas lançadas para o cargo. A legenda é a segunda que mais lançou candidatos próprios ao cargo²²⁶, 19 ao todo. Retifica-se a tendência da alta quantidade de candidaturas do PSOL também ao cargo Senador, igualmente as candidaturas para Governador no recorte observado das três eleições gerais com participação do PSOL até o presente momento (2006, 2010 e 2014).

²²⁴ Seis a mais que a segunda legenda que mais lança candidatos aos executivos estaduais, o PMDB (18).

²²⁵ Supera também os resultados de 2006, cujo partido conquista 1.298.590 votos totais no executivo estadual

²²⁶ Apenas AP, CE, MG, PI, RJ, RR, SE, SP o partido não lança candidatos próprios, sendo superado em quantidade apenas pelo PSTU com 20 candidaturas próprias.

Porém, diferentemente do pleito anterior, em 2014 o PSOL não consegue eleger nenhum candidato ao Senado da República. Por votações expressivas do partido (com mais de 5% dos votos) destacam-se Heloisa Helena, no AL, ex-presidente do PSOL, que mesmo com 31,86% dos votos válidos (394.309 votos), não consegue se eleger, ficando em segundo lugar em seu estado, e Aluizio Vidal no RO, que alcança 10,46% dos votos válidos (77.865 votos), mas fica em 4º na disputa em seu estado (Ver em anexo I).

Tabela 4.4 Votação para Senador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 , 2010 e 2014.

Ano	2006	2010	2014
Numero de candidatos lançados	17	28 ²²⁷	19
Soma total de votos válidos	351.527	3.027.046	1.045.275
Média (% VV/UFs)	1,18%	4,0%	3,23%

Fonte: TSE adaptada pelo autor

A quantidade de votos absolutos para o cargo de Senador de 2010 (3.027.046 votos totais) para 2014 (1.045.275 votos totais) sofre queda considerável de 65,4%. Como anteriormente destacado, o número de vagas na eleição de 2010 para o Senado era maior, assim como o número de candidatos do partido. Tal quantidade interfere na relação de votos. De qualquer forma, a queda na votação reflete no número de candidatos eleitos, no qual o partido não consegue o êxito da eleição anterior. Tal resultado não reforça a expectativa de maior força eleitoral do partido na eleição ao Senado, indicando que os resultados de 2010 estavam mais relacionados a especificidades dos candidatos e quantidade de candidaturas, do que a uma maior força eleitoral.

Sobre a disputa para o cargo de Deputado Federal, em 2014, o PSOL aparece com o partido com maior numero de candidatos lançados²²⁸, 386. Observa-se aumento progressivo no número de candidaturas do partido ao cargo. O aumento pode ser considerado ainda mais significativo, pois o partido se estabelece como a legenda que mais lança candidatos a disputa do Congresso Nacional, demonstrando seu interesse político ao cargo. Tal interesse no grande número de candidaturas pode estar vinculado a vários fatores, como o aumento do coeficiente eleitoral ou a própria visibilidade que o cargo oferece na política nacional. O fato é que o cargo de Deputado Federal aparece com o maior destaque atual na

²²⁷ A candidata Maria Socorro Pereira do MA foi impugnada não contabilizando nenhum voto final na eleição

²²⁸ O segundo partido que mais lança candidatos é o PSB com 14 candidatos lançados a menos que o PSOL (372). PCB e PSTU, que no passado compuseram a denominada “Frente de Esquerda”, lançam quantidade muito menor com 52 e 88 candidaturas respectivamente PCO, cujo foi feita comparação nas eleições passadas sobre o numero de candidatos, lança apenas 9 pleiteantes ao cargo. Dos quatro partidos, o PSOL é o único que elege Deputados Federais.

política do PSOL. Cargo no qual o partido possui algumas de suas principais lideranças com mandatos vigentes.

Na votação absoluta comparativa da eleição de 2010 (1.144.216 votos totais) para a disputa de 2014 (1.745.470 votos totais) ao Congresso Nacional, o PSOL aumenta sua quantidade de votos totais, em 52,5%, maior votação do partido ao cargo, refletindo no número de cadeiras (que passa de 3 para 5).

Tabela 5.4 Votação para Deputado Federal dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006, 2010 e 2014.

Ano	2006	2010	2014
Numero de candidatos lançados	187	259	386
Soma total de votos válidos	1.149.619	1.144.216	1.745.470
Média (%VV/UFs)	0,97%	0,7%	1,44%

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Sobre os candidatos eleitos pelo partido, Chico de Alencar – RJ, Jean Wyllys – RJ e Ivan Valente - SP conseguem se reeleger (195.964, 144.770 e 168.928 votos nominais respectivamente). O ex-Deputado Estadual Edmilson Rodrigues-PA se elege Deputado Federal (170.604 votos nominais), e o partido consegue eleger um quinto Deputado Federal, terceiro no RJ, Cabo Daciolo (498.31 votos nominais), segundo deputado federal eleito pelo PSOL que não possui nenhum histórico político ligado ao PT. Destaca-se a continuidade de votações expressivas do partido nos estados de SP, RJ e PA, nos quais consegue eleger candidatos (Ver em anexo I)²²⁹.

Porém, após as eleições, já no primeiro ano da 55ª Legislatura, a bancada do PSOL no Congresso Nacional sofre alterações. Depois de divergências internas dos dirigentes do PSOL com outros parlamentares, envolvendo defesa de argumentos que se diferem da posição do programa do PSOL, Cabo Daciolo é expulso do partido e a legenda opta por não reivindicar o mandato do Deputado ao TSE²³⁰.

²²⁹ Outro estado que chama atenção nos votos absolutos da eleição específica para Deputado Federal é o MT. Mesmo com poucos candidatos (6) o partido obtém 88.500 votos (6,08%) no estado. O grande responsável pela votação expressiva é candidato Procurador Mauro, que obtém 84.208 votos totais (nominais somados a legenda), sendo o 7º candidato de seu estado mais votado, mas que não consegue se eleger devido ao baixo Coeficiente Eleitoral.

²³⁰ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/apos-polemicas-psol-expulsa-deputado-cabo-daciolo-do-partido-5792.html>> Acesso em: 05 fev. 2017.

Ainda em 2015, o Deputado Federal Glauber Braga – RJ, ex-integrante do PSB, filia-se ao PSOL²³¹, se tornando o terceiro Deputado Federal da legenda que não possui origens ligadas ao PT. Já no início de 2016, é vez da Deputada Federal Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo pelo PT, se filiar ao PSOL²³², aumentando a bancada do partido no Congresso Nacional (6 Integrantes).

Sobre a eleição para as Assembleias Legislativas estaduais em 2014 (soma-se aos deputados distritais – DF), o PSOL apresenta 654 candidatos, aumentando expressivamente seu número de lançamentos em relação aos dois pleitos anteriores²³³.

Tabela 6.4 - Votação para Deputado Estadual dos candidatos do PSOL nas eleições de 2006 e 2010.

Ano	2006	2010	2014
Numero de candidatos lançados	296	462	654
Soma total de votos válidos	834.660	1.065.592	1.786.081
Média (VT/UFs)	0,658%	0,71%	1,30%

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Na votação absoluta, há um aumento de 67,6% dos votos em 2010 (1.065.592 votos válidos) para 2014 (1.786.081 votos válidos). Na votação para deputado estadual, observa-se um aumento crescente desde 2006 até 2014, refletindo na conquista de cargos na Assembleia Legislativa.

Nos resultados eleitorais, o PSOL aumenta consideravelmente sua participação nas bancadas estaduais, passando de 4 (em 2010) para 12 deputados eleitos em 2014. Carlos Gianazzi – SP (164.929 votos nominais) e Marcelo Freixo – RJ (350.408 votos nominais) conseguem se reeleger. Raul Marcelo – SP retorna a Assembleia Legislativa paulista (47.923 votos nominais)²³⁴. As novidades do partido nas Assembleias Legislativas são: Paulo Ramos – RJ (18.732 votos nominais), Flavio Serafini – RJ (16.117 votos nominais), Eliomar Coelho

²³¹Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2015/09/23/deputado-glauber-braga-filia-se-ao-psol/>> Acesso em: 05 fev. 2017.

²³² Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2016/03/13/luiza-erundina-bem-vinda-ao-psol/>> Acesso em: 05 fev. 2017.

²³³ O partido não aparece entre as legendas com maiores número de candidatos lançados. Porém, ao comparar novamente com os antigos partidos formadores da Frente de esquerda (além do PCO pela proximidade da posição em relação ao espectro ideológico discutido na primeira seção), PSOL permanece com números bem superiores de candidaturas lançadas: PSTU 125, PCB 34, PCO 9. O partido também é o único entre esses a eleger candidatos nas Assembleias estaduais em 2014.

²³⁴ Votação não tão expressiva mas se elege devido ao Coeficiente Eleitoral, principalmente devido à votação expressiva de Carlos Gianazzi.

– RJ (14.144 votos nominais), Dr Julianelli – RJ (11.805 votos nominais)²³⁵, Prof. Paulo Lemos – AP (4.105 votos nominais), Fabricio Furlan – AP (4.294 votos nominais), Renato Roseno – CE (59.887 votos nominais), Edilson Silva – PE (30.435 votos nominais) e Pedro Ruas – RS (36.230 votos nominais). Estados como PA e SC o partido consegue votações expressivas, mas não elege candidatos.²³⁶

Observa-se a força eleitoral do PSOL no estado do RJ, no qual consegue eleger cinco representantes para a Assembleia Legislativa. Retifica-se o RJ e SP (na qual o partido elege dois representantes na Assembleia Legislativa) como as regiões de maior força eleitoral, o PSOL no histórico de sua participação em três eleições gerais.²³⁷

Igualmente à eleição para o Congresso Nacional, o PSOL sofre algumas alterações em seus políticos integrantes na Assembleia Legislativa logo após eleição de 2014. O Deputado Fabricio Furlan – AP é expulso do partido após votação contrária à orientação partidária de seu estado²³⁸. Dr Julianelli – RJ troca a sigla por um novo partido, REDE, ainda no ano 2015. O candidato Paulo Ramos- RJ chega a se filiar à REDE, mas volta atrás se reintegrando ao PSOL²³⁹. Já o Deputado Estadual Wanderson Nogueira- RJ, ex-integrante do PSB, se filia ao PSOL em 2016, após filiação de seu aliado político Deputado Federal Glauber Braga – RJ.

O partido Rede Sustentabilidade (REDE)²⁴⁰ é um partido criado em 2013 (com registro eleitoral obtido em 2015), articulado pela ex-Senadora Marina Silva – AC. O partido se insere na história do PSOL, pois diversos políticos deixam a legenda para integrar ao novo partido, a partir da concessão de seu registro eleitoral. Entre eles, os mais importantes são a ex-Senadora Heloisa Helena, uma das fundadoras do partido, que teve divergências internas na legenda desde que deixou a presidência do PSOL, e possuía proximidade com Marina

²³⁵ Os quatro candidatos eleitos do RJ, além de Marcelo Freixo, não tem votações nominais muito expressivas mas se beneficiam da alta votação de Freixo, se elegendo pelo Coeficiente Eleitoral.

²³⁶ PA e SC com 81.815 e 72.158 votos totais respectivamente. No PA, chama atenção à votação na candidata Marinor Brito, que obtém números expressivos (34.185 votos), mas não se elege pelo baixo coeficiente eleitoral. Em SC, não há candidatos com maior destaque individual, sendo a votação distribuída com maior variedade entre os candidatos.

²³⁷ Outros estados também podem ser citados no destaque eleitoral do PSOL, como AP, PA e RS. Mas o maior número de eleitos concentra-se em SP e RJ.

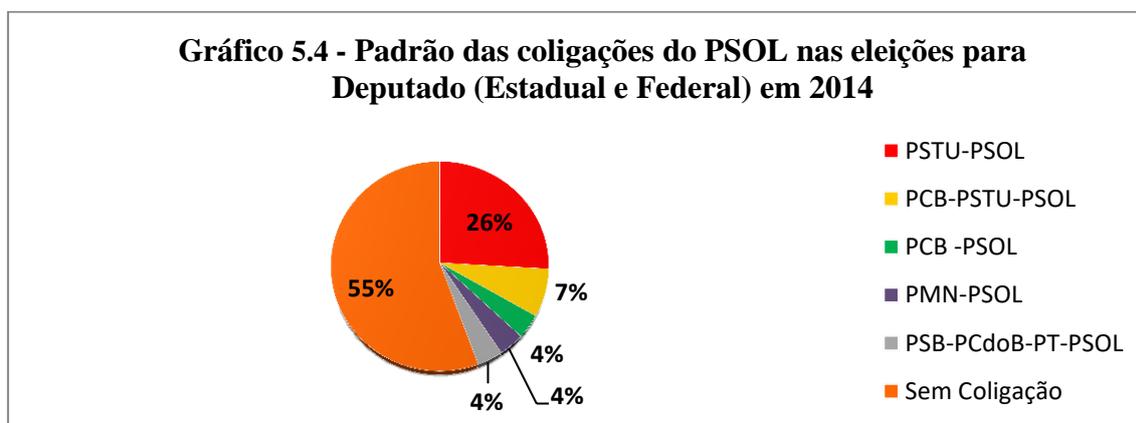
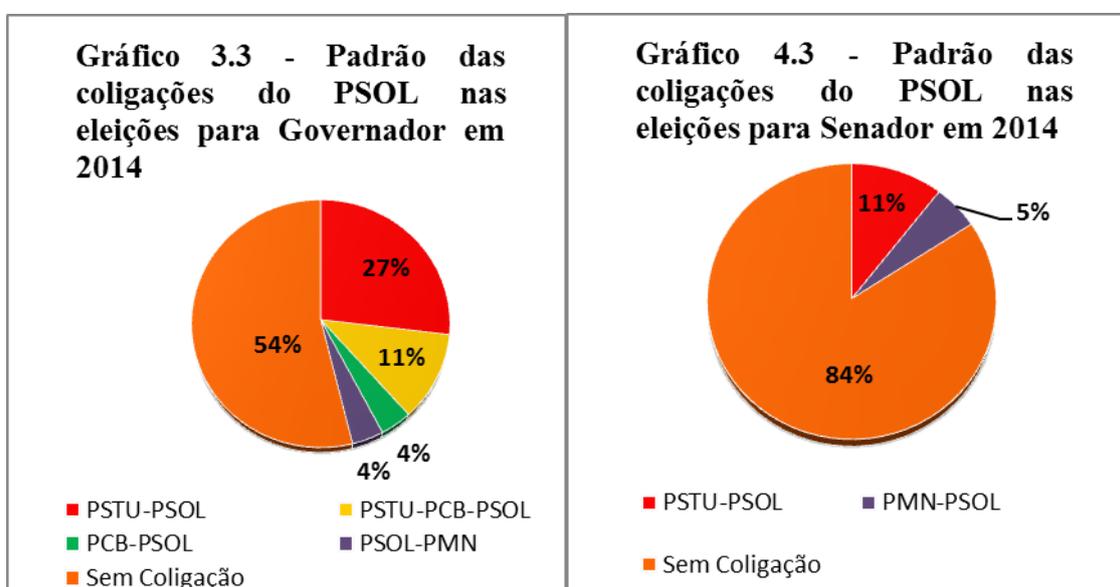
²³⁸ Disponível em: <<http://selesnafes.com/2015/08/infidelidade-psol-pode-expulsar-deputado-que-votou-com-governo/>> Acesso em: 05 fev. 2017.

²³⁹ Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/10/06/deputado-paulo-ramos-rj-se-filia-a-rede-desiste-e-retorna-ao-psol/>> Acesso em: 05 fev. 2017.

²⁴⁰ Disponível em: <<https://conheca.redesustentabilidade.org.br/>> Acesso em: 05 fev. 2017.

Silva, o Senador Randolfe Rodrigues - AP²⁴¹, que havia sido pré-candidato à presidência da república pelo PSOL, e o prefeito de Macapá – AP, Clécio Luiz²⁴².

Ressalta-se que entre deputados estaduais eleitos pelo PSOL em 2014, alguns não apresentavam origem ligada ao PT. Como é o caso de Flávio Serafini-RJ e Paulo Lemos-AP que iniciaram suas carreiras políticas já no PSOL. Pedro Ruas – RS e Paulo Ramos -RJ, históricos ex-militantes do PDT. Wanderson Nogueira – RJ, que compõe o partido posteriormente a eleição, vem do PSB, não possuindo carreira política antes da eleição de 2014. Pela primeira vez o partido elege deputados nas Assembleias estaduais que não possuíam ligação com o Partido dos Trabalhadores.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

²⁴¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1687191-randolfe-e-heloisa-helena-deixam-psol-ex-senadora-adere-a-rede.shtml>> Acesso em: 06 fev. 2017.

²⁴² Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/09/prefeito-de-macapá-deixa-o-psol-e-diz-buscar-relacoes-mais-amplas.html>> Acesso em: 06 fev. 2017.

O Padrão de coligações do PSOL nas eleições de 2014 se difere do observado em 2010. O partido volta a fazer coligações em parte tanto nas disputas para o Executivo quanto nas disputas para o Legislativo. Nos governos estaduais há coligação nas candidaturas de 12 estados²⁴³ (46% das candidaturas com coligações). Já no Senado, o número de alianças diminui, sendo consolidada em apenas 3 estados²⁴⁴ (16% das candidaturas). Nas disputas para os cargos de Deputado (estadual e federal), há coligações em 12 estados diferentes (45% das candidaturas com coligações), mantendo chapas independentes em 15 unidades federativas²⁴⁵.

Sintetizando as três vertentes de análise da presente subseção (número de candidatos, votação absoluta e padrão de coligações) relacionando ao comparativo a cerca das três eleições gerais com participação do PSOL, apresenta-se aspectos tendenciais do partido construindo um perfil político eleitoral da legenda.

Sobre as candidaturas, o partido mantém, desde sua origem, característica de lançar candidatos próprios a grande parte das eleições ao Executivo estadual das unidades federativas. Mesmo ainda não conquistando nenhum cargo de governador, a estratégia pode ser relacionada à visibilidade do cargo e construção do partido nas esferas regionais. Na disputa para o Senado, o partido apresenta característica semelhante também lançando grande número de candidatos. Nos cargos de Deputado (tanto estadual quanto federal) verifica-se aumento progressivo no número de candidaturas, principalmente entre a eleição de 2010 e 2014. O aumento coincide com o número de eleitos dos partidos aos cargos, que cresce durante o período. O partido torna-se umas das legendas que mais lança candidatos a esses cargos, confirmando a perspectiva de Guarnieri (2011).

A candidatura própria para o Governo Federal, que acontece nos três pleitos gerais em que o PSOL participa, apresenta problemas internos para decidir seu representante

²⁴³ Ao todo, o partido lança candidaturas independentes em 14 estados (AC, AM, BA, ES, GO, MA, MS, MT, PB, PR, RJ, RN, SC e TO) e com coligações em outros 12 estados (AL, CE, DF, MG, PA, PE, PI, RO, RR, RS, SC e SP). A maioria das coligações é feita apenas com o PSTU somando 7 estados (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP), em outros três estados, o partido compõe a antiga “Frente de Esquerda” se coligando com PSTU e PCB (CE, SE e DF). No PI o PSOL coliga-se apenas com o PCB e no PE faz aliança inédita com o Partido da Mobilização Nacional (PMN).

²⁴⁴ O partido só faz alianças em três estados, AL e RO com o PSTU e PE com o PMN.

²⁴⁵ Chapas independentes em AC, AM, BA, DF, ES, GO, MA, MS, MT, PB, PR, RJ, RN, SC e TO. A grande maioria das alianças na disputa legislativa é feita com o PSTU, em sete estados (AL, MG, PA, RO, RR, RS e SP). Em outros dois estados (CE e SE), o partido reestabelece a “Frente de esquerda”, coligação precedente de 2006, se unindo ao PSTU e PCB. Há também uma aliança isolada com o PCB (PI). As duas coligações que mais se diferem do perfil de alianças do partido são: PE, na qual o partido se alia ao PMN (seguindo a aliança para o Executivo Estadual e Senado Federal) e no AP, na qual o partido se coliga com PSB, PC do B e PT, compondo aliança inédita (nos cargos de nível estadual e federal) com seu partido originário, PT.

em 2010 e 2014, algo que apresenta reflexos eleitorais nas quais o partido não consegue votações expressivas como em 2006.

Na quantidade de votos absolutos por cargo do partido, percebe-se uma tendência crescente com algumas ressalvas específicas. A variação é positiva nas eleições de 2014 nos cargos de Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, e negativa no cargo de Senador²⁴⁶. Tal crescente apresenta reflexos nos políticos eleitos, aumentando a bancada do partido tanto no Congresso Nacional, quanto nas Assembleias Legislativas.

Tabela 7.4 - Variação de Eleitos e do Percentual de votação por cargo no PSOL entre as eleições de 2010 e 2014

	Governador	Senador	Dep. Federal	Dep. Estadual
Varição na quantidade de eleitos de 2010 a 2014	+0	-2*	+2	+8
Quantidade de Eleitos	0	0	5	12
Varição percentual na Votação de 2010 a 2014	+127%	-65,4%	+52,5%	+67,6%

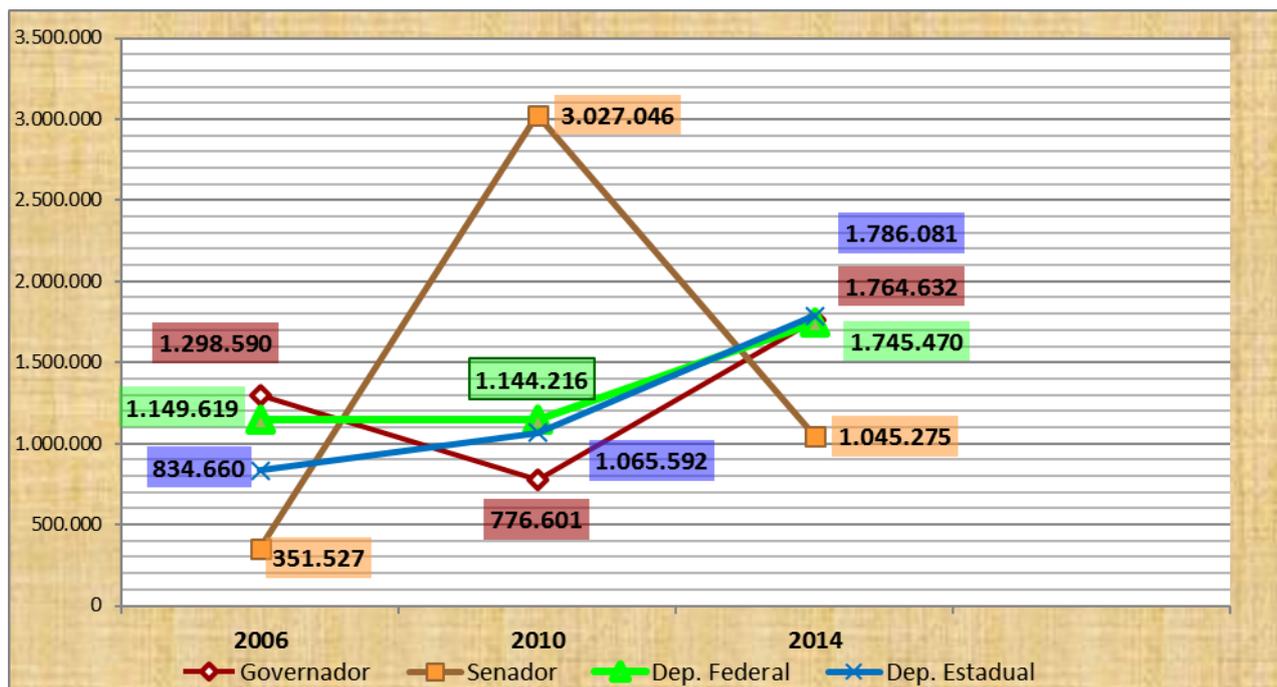
*Não elege nenhum senador em 2014, mas os mandatos dos eleitos em 2010 permanecem vigentes

Fonte: TSE adaptada pelo autor

De modo geral, tendo em vista a primeira eleição do partido, considera-se que a legenda teve interessante crescimento nos votos, excluindo a disputa presidencial (e a queda de votação para o Senado entre 2010 e 2014), na qual a primeira eleição aparece como a mais expressiva do partido.

²⁴⁶ Lembra-se que em 2010 o PSOL obteve uma votação expressiva para senador, porem havia um numero de candidatos bem maior do que as outras eleições, considerando que 2 senadores eram eleitos por estado no referente pleito.

Gráfico 6.4 - Variação da votação do PSOL por cargo (2006, 2010 e 2014)



Fonte: TSE adaptada pelo autor

O padrão de coligações do PSOL parece sofrer alterações ao longo do recorte estabelecido. Pela aliança na maioria dos estados, e o discurso inicial de aglutinação dos partidos de esquerda compondo a Frente de Esquerda, em 2006, poderia se imaginar que tal coligação se repetisse ao longo do tempo, algo que não ocorre como previsto. O PSOL mantém-se isolado na grande maioria das disputas na eleição de 2010. Em 2014, há uma retomada na política de alianças, mas ainda assim a maioria das candidaturas se constitui de forma independente no partido. As dificuldades na definição dos candidatos ao Governo federal parece atrapalhar na formação de alianças, não difundindo uma coligação sólida nos estados.

Nota-se também certa abertura à política de alianças do partido em 2014. As alianças, anteriormente feitas apenas com PCB e PSTU, ganham variedade na integração dos partidos quando estabelecidas em nível local. Há até uma coligação com o próprio PT nas eleições estaduais de 2014 (AP). A política de alianças é algo que diverge o partido internamente, podendo resultar novas rupturas entre a ala mais pragmática e os defensores de uma política ideológica mais minuciosa.

É possível também, a partir dos resultados eleitorais destacados, observar um mapa de maior destaque político do PSOL. Chama atenção os estados do RJ e SP, estados nos quais o partido elege candidatos a deputado estadual e federal em todas as eleições que

participa. Nota-se a presença e importância de algumas lideranças locais do partido nos estados citados, como principais conquistadores de votos da legenda, entre eles Ivan Valente – SP e Chico Alencar – RJ. Há outros estados em que o partido aparece com destaque e consegue interessantes resultados eleitorais, como RS, PA e AP²⁴⁷. Posteriormente será observado a relação da votação com seu mapa estrutural.

A respeito da divisão interna de correntes, dos deputados federais eleitos pelo PSOL em 2014, Ivan Valente – SP e Edmilson Rodrigues – PA compõem a ala majoritária da APS (cc), enquanto os outros deputados são independentes²⁴⁸. Nas Assembleias Legislativas, Flavio Serrafini – RJ e Renato Roseno – CE compõem o grupo Insurgência, Raul Marcelo – SP o Coletivo 1º de Maio, Edilson Silva – PE o coletivo Somos PSOL, Pedro Ruas - RS o MES e Paulo Lemos – RJ, a APS (cc), enquanto os outros deputados são independentes. Há o grupo majoritário da APS (cc), que mesmo após sua divisão interna continua sendo a corrente interna predominante entre os políticos com cargo no partido, sendo hegemônica na organização interna e na arena parlamentar.

4.4 Mapeamento da estrutura organizativa: diretórios, comissões provisórias e eleitores filiados do PSOL

Esta subseção tem como objetivo investigar a distribuição geográfica da estrutura organizacional do PSOL. Assim, será feita averiguação sobre a presença de diretórios e comissões provisórias da legenda no território brasileiro, visando verificar os locais com estrutura organizativa mais desenvolvida do partido (em relação ao número de órgãos). Posteriormente, será feita a verificação da correspondência desses locais com o número de filiados para, finalmente, relacionar a distribuição organizacional do partido com seus resultados eleitorais.

A estrutura organizativa dos partidos brasileiros está ordenada de acordo com o formato da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096, 1995), que obriga os partidos a manter competências de norma regulatória em instâncias Federais, Estaduais e Municipais²⁴⁹.

²⁴⁷ Há outros estados em que o partido consegue bons resultados eleitorais, mas feitos de forma esporádica como CE e PE. Há ainda o caso de DF, no qual a legenda, historicamente, consegue boas votações a presidência da república e na disputa do executivo local, mas ainda não conseguiu eleger nenhum candidato, nem no legislativo.

²⁴⁸ Destaca-se que tanto Glauber Braga – RJ quanto Luiza Erundina – SP são novos no partido, não integrando tendências inicialmente.

²⁴⁹ Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre: IV - modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros (BRASIL, Lei n. 9096, Lei Orgânica dos Partidos, 1995).

Para a instauração das Convenções dos diversos níveis, e a consequente participação eleitoral do partido na instância determinada, é necessário a presença de um órgão partidário. Esse órgão é definido como um diretório que possui funções administrativas da organização partidária, sendo ele municipal, estadual ou federal. Nas localidades em que o partido não estabelece um diretório, mas possui expectativas eleitorais, é possível criar uma Comissão Provisória que mantenha as premissas organizativas semelhantes aos diretórios, contudo, possuem validade pré-determinada²⁵⁰ e estrutura com menor independência (São instituídos pelo órgão estadual). Dessa forma, os diretórios embora tenham funções correspondentes às das comissões, são mais estáveis e duradouros como órgãos partidários:

Conforme a legislação partidária, os diretórios partidários são unidades organizativas mais complexas que as comissões provisórias, pois são conformados por número mais elevado de membros (variando de acordo com o desenvolvimento da estrutura organizacional de cada partido) e exigem a realização de uma convenção municipal para sua homologação. Já as comissões provisórias são instituídas pela direção estadual do partido e possuem curta duração. (BRAGA; PIMENTEL JR, 2013, p. 20)

Segundo Braga (2008), as comissões provisórias são órgãos mais frágeis, pois necessitam de controle direto de diretórios superiores:

Na estrutura partidária, os órgãos mais frágeis são as comissões provisórias porque são totalmente dependentes dos diretórios. Normalmente, a maior incidência de comissões provisórias ocorre no início da formação e expansão da estruturação do partido. Depois disso, a frequência de comissões provisórias geralmente resulta do controle da direção partidária sobre o processo de seleção não só de candidatos, mas também de membros do diretório local e de delegados que participarão de outros eventos deliberativos. (BRAGA, 2008, p. 460)

Os diretórios e comissões provisórias se estabelecem assim como estruturas organizativas dos partidos, e sua distribuição incide sobre a participação política da legenda em determinada localidade. Dessa forma, é necessário identificar a distribuição territorial dos órgãos do partido para analisar sua estrutura organizativa.

A dimensão temporal a ser analisada será o ano de 2016, possibilitando observar sua distribuição espacial e quantitativa²⁵¹ dos órgãos. O recorte espacial terá como base os diretórios e comissões provisórias estaduais e municipais. O primeiro apontamento a

²⁵⁰ Segundo a resolução 23.471, da legislação vigente o prazo consiste em 120 dias para os órgãos provisórios. Disponível em: <<http://chimera.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2016/RES234712016.html>> Acesso em: 06 fev. 2017.

²⁵¹ Retifica-se que só serão considerados os diretórios e comissões provisórias vigentes, não apreciados os órgãos não vigentes segundo cadastro no TSE.

ser feito será de que o PSOL mantém diretórios municipais ativos nos 26 estados da federação²⁵², demonstrando distribuição de órgãos em todo o território nacional.

Braga e Pimentel Jr (2013) analisando as estruturas organizativas de diversos partidos no ano de 2011 contabilizam o PSOL como possuidor de 491 órgãos totais, sendo 109 diretórios e 382 comissões provisórias. Tal número servirá como base de comparação para observar se a legenda aumenta a quantidade de diretórios e comissões provisórias ao redor do país nos dois anos subsequentes.

Quadro 3.4 - Estrutura organizacional do PSOL por UF (2016)²⁵³

Estado	Diretório	Comissão Provisória
AC	5	3
AL	4	9
AM	3	24
AP	11	0
BA	23	118
CE	0	32
ES	7	3
GO	4	16
MA	11	41
MG	8	61
MS	6	5
MT	1	4
PA	46	15
PB	6	14
PE	0	40
PI	2	21
PR	18	7
RJ	50	3
RN	12	22
RO	0	4
RR	1	2
RS	24	6
SC	0	17
SE	10	0
SP	57	105
TO	4	8
Total	313	580

Fonte: TSE adaptada pelo autor

A observação dos diretórios e comissões provisórias municipais do PSOL no ano de 2016 revela o número total de 893 estruturas organizativas do partido espalhadas pelo país. Na relação entre a quantidade de órgãos e o número total de municípios do país, a

²⁵² Distrito federal possui legislação diferente e se constitui na localidade um diretório zonal.

²⁵³ Além dos 26 estados da federação, o PSOL apresenta 2 estruturas organizacionais no Distrito Federal, por divisão Zonal. Nos órgãos da referida localidade, não há divisão do TSE por Comissão Provisória ou Diretório.

legenda aparece presente em 16% dos 5570 municípios brasileiros. Segundo os dados de Braga e Pimentel Jr (2013), em 2011, o partido estava presente em 8,8% dos municípios brasileiros, praticamente dobrando seu número de representação organizacional²⁵⁴. O número absoluto de diretórios e comissões provisórias também aumenta consideravelmente entre o período destacado (204 diretórios e 198 comissões provisórias a mais de 2011 em comparação com 2016).

Na porcentagem de diretórios em relação à estrutura organizacional geral (diretórios somados a comissões), também se observa aumento considerável. De 22,2 % o número passa para 35% de diretórios. Braga e Pimentel Jr destacam que “Os pequenos partidos de esquerda (PC do B, PSOL, PCO e PSTU) apresentam menor cobertura territorial, mas diferente dos demais partidos pequenos, buscam fortalecer sua presença no poder local por meio da criação de diretórios.” (2013, p. 20)²⁵⁵. Expectativa corroborada pelo número considerável de diretórios frente a estrutura geral.

No comparativo quantitativo específico das estruturas organizacionais em municípios do PSOL, espalhados pelos estados brasileiros, destacam-se os estados da BA, RJ, SP, RS e PA²⁵⁶, estados nos quais o PSOL possui mais de 20 diretórios. Os estados do RJ (94,3%), RS (80%) e PA (75,4%), além do alto número quantitativo de órgãos, apresentam alta porcentagem de diretórios em relação à estrutura organizacional total. SP (34,9%) mantém a média do partido em relação ao comparativo de diretórios com a totalidade de órgãos, e a BA (16,3%) apresenta índice menor. Ressalta-se que nesses estados, com exceção da BA que possui estrutura com menor índice de diretórios, o PSOL possui representação na Assembleia Legislativa estadual ou federal na atualidade.

Outros estados chamam atenção pelo comparativo de diretórios com a totalidade de órgãos, são eles SE e AP, nos quais 100% dos órgãos são diretórios (10 e 11 respectivamente). A distribuição de diretórios chama ainda mais atenção no AP pelo número de cidades do estado. O Estado possui 16 cidades, 11 delas com diretórios do PSOL (68,7% dos municípios do AP com órgão do PSOL). O Estado também possui representação da legenda na Assembleia Legislativa estadual²⁵⁷.

²⁵⁴ Há de se considerar que 2016 representa um ano eleitoral, em que há maior tendência para consolidação de estruturas organizativas do partido. Mesmo assim, representa aumento considerável em relação ao comparativo anterior.

²⁵⁵ Braga e Pimentel Jr (2013) consideram um número elevado de diretórios em relação a estrutura organizacional como um todo, os partidos que ultrapassam 20% de diretórios.

²⁵⁷ Outros dois Estados em que o Partido possui representação na assembleia Legislativa são CE e PE, estados nos quais o partido até apresenta número relevante de comissões provisórias (32 e 40 respectivamente), mas não possui nenhum diretório local.

No comparativo entre diretórios e comissões provisórias pelas regiões do país, o PSOL se destaca em percentual de diretórios, órgãos mais estáveis, nas regiões Sul (58,3%) e Norte (55,5%). Na região Sul, destaca-se o alto número de diretórios em comparação a comissões provisórias, principalmente no estado do RS (24/6). Já na região Norte, chama atenção à comparação entre as duas estruturas nos estados do PA (46/15) e AP (11/0).

Tabela 8.4 Porcentagem de diretórios em relação a comissões provisórias do PSOL por região em 2016

Norte	Sul	Nordeste	Sudeste	Centro-oeste ²⁵⁸
55,5	58,3	18,6	41,3	30,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Sobre a perspectiva comparativa de diretórios e comissões provisórias, Braga e Pimentel Jr (2013) destacam que em 2011 a região na qual o PSOL possuía maior porcentagem de diretórios em relação a comissões era o Centro-Oeste, com 75%, as outras apresentavam índices menores que 30%²⁵⁹. A correspondência não apresenta relações com os resultados eleitorais, tendo em vista que os resultados mais expressivos do partido, atualmente, correspondem a região sudeste (maior número de deputados federais e estaduais).

Em relação à distribuição dos órgãos do PSOL nas capitais estaduais, todas possuem algum tipo de estrutura organizativa. Em tais cidades contabilizam-se 18 diretórios e 8 comissões provisórias, relação que resulta em 69,2% de diretórios no comparativo dos órgãos como um todo. O número chama atenção exatamente pela estabilidade maior dos diretórios, como anteriormente citado.

Quadro 4.4 - Órgãos do PSOL nas capitais estaduais em 2016

Capital (UF)	Órgão do PSOL
Rio Branco (AC)	Diretório
Maceió (AL)	Comissão Provisória
Manaus (AM)	Diretório
Macapá (AP)	Diretório
Salvador (BA)	Diretório
Fortaleza (CE)	Comissão Provisória
Vitória (ES)	Comissão Provisória
Goiânia (GO)	Diretório
São Luiz (MA)	Diretório
Belo Horizonte (MG)	Comissão Provisória

²⁵⁸ Foram excluídos os órgãos do DF por não haver distinção do TSE sobre a condição de diretório e comissão provisória.

²⁵⁹ 28% -Norte; 16%-Nordeste; 15%-Sudeste; 20% Sul. Ver em: “Tabela 4. % de diretórios dos partidos por região do Brasil” (BRAGA E PIMENTEL JR, 2013, p. 25) .

Campo Grande (MS)	Diretório
Cuiabá (MT)	Diretório
Belém (PA)	Diretório
João Pessoa (PB)	Diretório
Recife (PE)	Comissão Provisória
Teresina (PI)	Diretório
Curitiba (PR)	Diretório
Rio de Janeiro (RJ)	Diretório
Natal (RN)	Diretório
Porto Velho (RO)	Comissão Provisória
Boa Vista (RR)	Diretório
Porto Alegre (RS)	Diretório
Florianópolis (SC)	Comissão Provisória
Arácaju (SE)	Diretório
São Paulo (SP)	Diretório
Palmas (TO)	Comissão Provisória

Fonte: TSE adaptada pelo autor

O grande número de candidaturas a cargos do executivo lançados pelo PSOL, incluindo prefeito de capitais, pode estar relacionado à existência de estruturas organizacionais em tais cidades. Seria necessária maior atenção às eleições municipais para comprovação da relação. De qualquer forma, foi demonstrada a alta quantidade de candidaturas a cargos executivos estadual, exibindo igualmente, a presença de estruturas organizacionais na capital de cada estado.

Quadro 5.4 - Órgãos do PSOL em cidades com mais de 500 mil habitantes em 2016

Cidade (UF)	Órgão do PSOL
Guarulhos (SP)	Diretório
Campinas (SP)	Diretório
São Gonçalo (RJ)	Diretório
Duque de Caxias (RJ)	Diretório
São Bernardo do Campo (SP)	Diretório
Nova Iguaçu (RJ)	Diretório
Santo André (SP)	Diretório
Osasco (SP)	Diretório
São José dos Campos (SP)	Diretório
Jaboatão dos Guararapes (PE)	Comissão Provisória
Ribeirão Preto (SP)	Comissão Provisória
Uberlândia (MG)	Diretório
Contagem (MG)	Diretório
Sorocaba (SP)	Diretório
Feira de Santana (BA)	Diretório
Joinville (SC)	Comissão Provisória
Juiz de Fora (MG)	Diretório
Londrina (PR)	Diretório
Aparecida de Goiânia (GO)	Sem Estrutura Organizacional
Ananindeua (PA)	Diretório

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE/IBGE.

Em correspondência ao grande número de órgãos partidários do PSOL nas capitais brasileiras, também há forte presença dessas estruturas nas demais cidades do país, com mais de 500 habitantes. Das 20 cidades com mais de 500 milhões habitantes no País (segundo estimativa de 2016 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²⁶⁰), que não são capitais dos respectivos estados, o PSOL possui estrutura organizacional em 19 delas. A relação entre diretórios e comissões provisórias é bem favorável para os diretórios, órgãos mais estáveis, contabilizando 16 das 19 cidades citadas, resultando em 84,2% de diretórios. Evidencia-se a alta quantidade de estruturas organizativas do partido nas grandes cidades, tanto capitais estaduais, quanto as que superam 500 mil habitantes, em todas as regiões do país.

Observa-se que de 2011, segundo os dados de Braga e Pimentel Jr (2013), a 2016, o PSOL aumentou seu número de órgãos e também sua distribuição espacial no território nacional. Há também maior desenvolvimento do partido em relação aos diretórios, aumentando a porcentagem desse tipo de estrutura organizativa. O partido também apresenta presença considerável nas cidades grandes, possuindo órgãos em todas as capitais dos estados e na grande maioria das cidades com mais de 500 mil.

Sobre o número de filiados do PSOL, em julho de 2016, observa-se alinhamento com o número de órgãos partidários distribuídos regionalmente:

Tabela 9.4 - Número de filiados do PSOL por estado em Julho de 2016

UF	Numero de Eleitores Filiados	% de Filiados por estado
AC	1.110	0,906
AL	1.233	1,006
AM	1.661	1,356
AP	6.882	5,616
BA	11.064	9,029
CE	2.339	1,909
DF	2.915	2,379
ES	1.255	1,024
GO	2.810	2,293
MA	2.477	2,021
MG	5.198	4,242
MS	1.588	1,296
MT	1.107	0,903
PA	12.858	10,493
PB	1.250	1,02
PE	6.561	5,354
PI	1.113	0,908

²⁶⁰ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_dou.shtm> Acesso em: 06 fev. 2017.

PR	2.027	1,654
RJ	17.042	13,908
RN	3.148	2,569
RO	730	0,596
RR	394	0,322
RS	8.862	7,232
SC	1.352	1,103
SE	696	0,568
SP	24.240	19,782
TO	625	0,51
TOTAL	122.537	

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Na análise do número de filiados em comparação aos estados brasileiros, destacam-se novamente os estados da BA, RJ, SP, e PA como os estados com maior percentual entre de filiados.

Tabela 10.4 - Número de filiados do PSOL por ano (em Dezembro)

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
5.571	28.455	29.969	36.660	41.225	63.188	67.064	89.222	91.252	113.766	122.505

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

Destaca-se, igualmente, que o número de filiados do PSOL vem crescendo expansivamente nos últimos anos²⁶¹. Observa-se um salto no número de filiados de 2006-2007, relacionados à primeira experiência eleitoral do partido, e depois ao progressivo crescimento a partir de 2011, no qual o partido praticamente dobra seu número de filiados com o resultante de 2016.

Sobre a relação entre os estados em que o PSOL apresentou maior número de filiados – mais expressivos percentuais de votação para os cargos de Deputado Federal e Deputado estadual (2014); e maior quantidade de estruturas organizacionais – aparecem com destaque os estados do RJ, SP e PA.

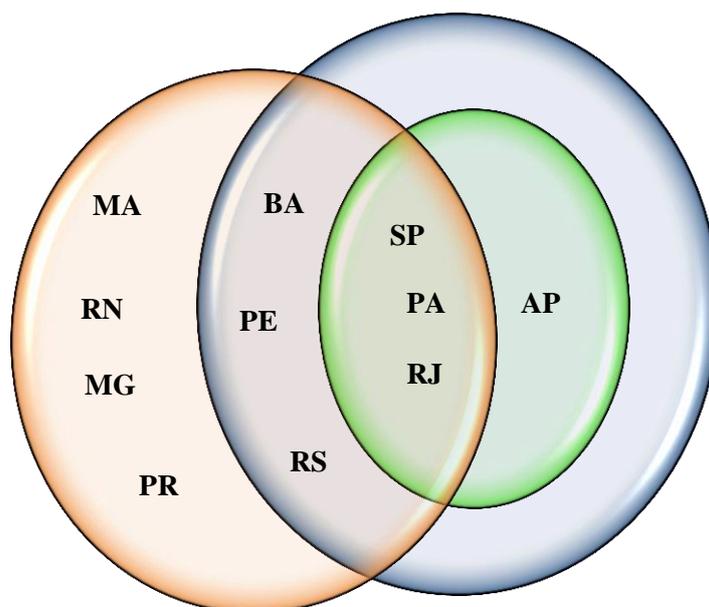
Para tal relação, foram estabelecidos três conjuntos de estados com exigências relacionadas a cada uma das variáveis correspondentes ao PSOL. O conjunto 1 (azul), foi definido como o grupo de estados cujo PSOL possuía mais 5% de filiados do partido em 2016 (aproximadamente 6 mil filiados). O conjunto 2 (verde) foi composto pelos estados cujo

²⁶¹ Dados do TSE de 2015 mostram que a legenda foi a terceira a mais crescer em número de filiados de outubro de 2014 a maio de 2015. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2015/05/21/dados-do-tse-apontam-psol-como-o-terceiro-partido-que-mais-cresceu-depois-das-eleicoes/>> Acesso em: 06 fev. 2017.

PSOL alcança porcentagem de votação para deputados federal e estadual de 2014²⁶², superior a 1,5%. Já no conjunto 3 (vermelho), fazem parte os estados no qual o PSOL possui mais de 12 diretórios ou 36 comissões provisórias (2016). Os conjuntos foram colocados em um mesmo plano de fundo, possibilitando visualização de seus pontos de intercessão.

Os únicos estados presentes nos três conjuntos, representados pelo ponto de intercessão triplo, e assim pertencendo às regiões cujo partido possui as exigências de desempenhos das três dimensões descritas (maior número de filiados, percentual expressivo de votos legislativos e maior quantidade de órgãos partidários) são os três estados citados.

Gráfico 7.4 Conjuntos de estados na relação Filiados x Votação x Órgãos partidários do PSOL



Azul: Conjunto de estados com mais de 5% (aproximadamente 6 mil) dos filiados do PSOL em 2016

Verde: Conjunto de estados com votação do PSOL acima de 1,5% para Dep.Estadual e Dep.Federal em 2014

Vermelho: Conjunto de estado com mais de 12 Diretórios ou 36 Comissões Provisórias do PSOL em 2016

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE

²⁶² Para observar % de votação em cada estado para os cargos de Dep. Estadual e Dep. Federal, ver em Anexos.

Outros estados aparecem com destaques em duas dimensões, como AP (filiados e percentual de votos), BA, PE e RS (filiados e órgãos partidários). Os estados não presentes em nenhum dos conjuntos não cumpriram as exigências de cada grupo.

Apresenta-se, assim, alinhamento entre as regiões com votações mais expressivas do PSOL e os estados no qual o partido possui estrutura organizacional com maior consolidação (incluindo número de filiados).

4.5 Conclusão

Sobre os principais elementos da arena eleitoral do PSOL em 2006, 2010 e 2014 e a distribuição espacial dos seus órgãos partidários, destacam-se alguns resultantes de seu perfil eleitoral. Inicialmente foi verificada uma estratégia do partido em lançar uma quantidade expressiva de candidaturas na maior parte dos cargos. No executivo, o partido concorre em grande parte dos pleitos estaduais e no legislativo, em sua última disputa (2014), se estabelece entre os partidos que mais lançam candidatos aos cargos de deputado.

Nos resultados eleitorais, o partido tem mantido crescimento nas votações para a maioria dos cargos, estabelecendo grande parte de suas votações mais expressivas em 2014. Esse crescimento não é excepcional, mas resulta em um maior número de eleitos (deputados estaduais e federais).

A grande maioria dos parlamentares eleitos pelos PSOL, ainda se vinculam a um passado político ligado ao partido originário, o PT, ainda assim, esse perfil começa a apresentar diferenças na eleição de 2014, na qual o partido elege alguns candidatos sem esse perfil político histórico.

Será interessante observar os resultados do PSOL nas próximas eleições a partir do surgimento da REDE de sustentabilidade. Nota-se que políticos da legenda socialista que possuíam destaque eleitoral em regiões específicas, como é o caso de Randolfe Rodrigues, Senador no AP e a própria ex-presidente do PSOL, Heloisa Helena, abandonaram o partido para integrar a nova legenda. Sua autodefinição de “Movimento Suprapartidário”²⁶³ pode atrair outros políticos que almejam mais ganhos eleitorais, podendo haver migração de outros políticos e de votos do PSOL para nova legenda.

O padrão de coligações do PSOL também sofre modificações a partir da primeira eleição. Em 2006, o partido seguiu padrão de coligações a partir de afinidades ideológicas, e assim estabeleceu padrão de coligação em quase todo país, com PCB e PSTU.

²⁶³ Disponível em: <<https://redesustentabilidade.org.br/a-rede/>> Acesso em: 08 fev. 2017.

Em 2010, principalmente pelos desentendimentos políticos internos, o partido mantém candidatura independente em grande parte do país. Em 2014, o número de coligações volta a aumentar, mas há maior flexibilidade do partido em alianças, configurando uniões inéditas em lugares específicos (como foi à aliança com o PT no AP ou PMN em PE). Os padrões de coligações puramente ideológicas ou aceitando maior flexibilidade não são consensuais no PSOL, e a ausência de resoluções específicas sobre o tema pode causar futuras rupturas posteriores.

Nas correntes intrapartidárias, o domínio da APS (cc) parece também se consolidar na arena eleitoral. Além do domínio do grupo dirigente do partido, responsável pela ordem organizativa, há mais parlamentares (estaduais e federais) dos partidos ligados à APS (cc) do que qualquer outra tendência, mesmo após sua divisão interna.

Na distribuição espacial da estrutura organizativa do PSOL, nota-se um crescimento do número de órgãos do partido, de 2011 a 2016, através dos dados de Braga e Pimentel Jr (2013), comparados com os dados recentes. Há também maior desenvolvimento das estruturas organizativas aumentando o percentual de Diretórios, frente ao de comissões provisórias, chegando a 35% de toda estrutura organizativa. Tal aumento incide em maior estabilidade organizativa, sendo os diretórios, estruturas com mais complexidade.

Sobre a correspondência regional entre a arena eleitoral, o número de filiados e distribuição de órgãos partidários, alguns estados podem ser destacados. Inicialmente, sobre o desempenho eleitoral foram destacados os estados do RJ e SP, sendo os únicos estados no qual o partido conquista cadeiras parlamentares em todos os pleitos que disputou. Esses mesmos estados aparecem entre os que possuem maior número de órgãos partidários e de filiados, apresentando alinhamento entre a estrutura partidária e as votações nessas regiões específicas. O Estado do PA também apresentou destaque na distribuição de órgãos partidários e votação significativa (deputados), mas só elege parlamentar para Congresso Nacional em 2014.

A próxima seção terá por objetivo a análise da arena parlamentar do partido, correspondendo à característica ideológica dos projetos de lei apresentados pelos parlamentares do PSOL.

5. ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO PSOL: ANÁLISE IDEOLÓGICA DOS PROJETOS DE LEI DE SEUS DEPUTADOS FEDERAIS

5.1 Introdução

Para fundamentação da análise de atuação parlamentar do PSOL, foi definida exploração dos conteúdos de Projetos de Lei (PL) propostos por políticos da legenda. A análise da arena parlamentar far-se-á necessária pela integração entre as três faces do estudo partidário desenvolvido por Panebianco (2005), complementando a Eleitoral e a organizativa. Sua verificação também se faz necessária pela identificação dos valores ideológicos originários presentes também na atuação parlamentar. O partido nasce com posições ideológicas bem definidas, simbolizadas nas resoluções de seu estatuto e programa, se caracterizando pela ideologia de esquerda.

Assim, o exame dos conteúdos das PLs propostos por parlamentares do partido permitirão verificação do posicionamento ideológico na arena parlamentar, relacionando aspectos ideológicos da origem do partido, contidos em seu programa, com sua atuação no Congresso Nacional.

De modo geral, o posicionamento ideológico do partido, discorrido em seus documentos organizativos, se alinha à atuação parlamentar do partido? Deseja-se responder tal questionamento com análise dos conteúdos das PLs.

A escolha do recorte de análise pelo conteúdo dos Projetos de Lei²⁶⁴ foi atribuída pela característica de tal mecanismo poder ser feito de forma individual ou coletiva, por qualquer instância do Congresso Nacional ou Senado Federal – seguindo processo legislativo – independentemente do tamanho da bancada de parlamentares dos partidos políticos²⁶⁵. A apreciação de seu conteúdo é importante por definir a instância, justificativa e o procedimento do dispositivo legal. Tal análise permitirá verificação de aproximações com posicionamentos ideológicos seguindo o objetivo de relacionar atuação parlamentar do PSOL aos documentos internos.

Apesar da relevância do estudo comparativo entre legislaturas completas, este trabalho considerará apenas as PLs propostas pelo PSOL nos biênios iniciais da 53ª legislatura (2007-2008) e da 55ª Legislatura (2015-2016). Isto porque a análise exclusiva de uma

²⁶⁴ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/participe/fale-conosco/perguntas-frequentes/processo-legislativo###4>> Acesso em: 07 fev. 2017.

²⁶⁵ Ver em: BRASIL, Constituição (1988) Art. 61.

legislatura não permitiria o recorte comparativo a partir de alterações na bancada parlamentar do partido²⁶⁶.

Igualmente, seriam interessantes comparações derivadas das categorias dimensionais contrapondo categorias ideológicas às PLs propostas por diferentes legendas. Porém, como a avaliação dos mecanismos legislativos dependem de uma adaptação de análise do modelo MRG, as ementas têm que ser conferidas de forma unitária, impedindo demandas maiores. Sugerem-se tais perspectivas de análise para trabalhos futuros.

Acredita-se que o presente recorte forneça informações valiosas para verificação do presente objetivo que relaciona origem e atuação parlamentar, tendo em vista que o recorte concentra-se no período inicial da legenda, 2007-2008, marcado pela estreia dos parlamentares eleitos pelo partido em 2015-2016, contabilizando 10 anos de seu registro eleitoral.

5.2 Definições metodológicas

O enfoque teórico para a definição dos partidos de esquerda segue a premissa de Copedegge (1997), que conceitua os partidos de esquerda na América Latina definindo esses a partir de ideologias derivadas do Marxismo, ou por retóricas que priorizem ações visando equidade social. Os comparativos com os conteúdos dos projetos de PL serão feitos a partir das definições do *Manifesto Research Group* (MRG), que estabelecem variáveis de análise sobre estatutos e documentos formais dos partidos políticos²⁶⁷.

O MRG desenvolve quatro índices para análises específicas no agrupamento de 56 categorias²⁶⁸. No presente trabalho será utilizado o índice “Rile”²⁶⁹, por meio do qual mensura-se a variável do posicionamento ideológico. O índice resulta do agrupamento de 26 categorias definidas por dois conjuntos, de esquerda e direita. Assim, os documentos são analisados e forma-se uma proporção final resultando da soma entre as categorias encontradas.

²⁶⁶ Já o estudo comparativo entre duas legislaturas completas, demandaria estudo partidário exclusivo da arena parlamentar, não sendo objetivo do presente trabalho.

²⁶⁷ Como cita Tarouco e Madeira (2013): O Manifesto Research Group (MRG), vinculado ao European Consortium for Political Research (ECPR), foi lançado em 1979 com o propósito de estudar manifestos dos partidos europeus e resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo Comparative Manifesto Project (CMP), no Wissenschaftszentrum, em Berlim. O CMP reúne dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas e conta com uma rede de pesquisadores associados em diversos países. (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 153)

²⁶⁸ Uma para medir a intervenção do Estado na economia, outra que se refere à liberalização econômica e uma terceira relacionada a menções positivas ao Estado de Bem-Estar Social.

²⁶⁹ “The Rith-Left”.

Mesmo não tratando especificamente de propostas legislativas, tal metodologia foi escolhida por se estabelecer como uma escala reconhecida internacionalmente, permitindo análises comparativas acerca de posicionamentos ideológicos do partido. Sua composição objetiva permite mensuração dos conteúdos dos documentos analisados estabelecendo um padrão de verificação para definição ideológica na divisão esquerda e direita.

Dessa forma, será necessária uma adaptação para identificação dos pressupostos que possam se relacionar aos conteúdos das PL, adaptação essa que partirá da análise minuciosa da ementa de cada projeto. Igualmente ao modelo original, o MRG é definido pela utilização da unidade de análise *Quasi-sentence*²⁷⁰, na qual a verificação do conteúdo não se estabelece pelo exame isolado das palavras no corpo da ementa sobre as categorias, mas sim a observação da totalidade do conteúdo como medida para aproximação das dimensões descritas na escala “Rile”.

Destaca-se que o exame dos conteúdos para aproximação com as categorias da escala “Rile” parte de classificação valorativa, na qual não seria possível identificar de forma sobreposta as dimensões categóricas no corpo do documento analisado. O resultante da ideia geral do corpo do texto é examinado conforme aproximação de seu conceito com os significados das categorias, criando relação entre os conteúdos e as dimensões.

Entende-se que a divisão ideológica entre direita-esquerda não se manifesta sobre conceitos estáticos nem consensuais. Nesse sentido, torna-se importante a contextualização das variáveis sobre o âmbito da política nacional,

Este significado de esquerda e direita, entretanto, não está isento de controvérsias. Contribuem para a polêmica a distinção entre liberalismo econômico e liberalismo político, a frequente confusão com a dimensão progressista-conservador, os partidos religiosos na Europa, as peculiaridades do sistema partidário norte-americano, o fundamentalismo, o fascismo, o esmorecimento das fronteiras entre as bases sociais de classe dos partidos, e mais recentemente, o neoconservadorismo e a dificuldade de enquadrar as chamadas questões pós-materialistas, tais como a questão ambiental e as questões étnicas e de nacionalidades, por exemplo. (TAROUCO; MADEIRA, 2009, p. 4)

Para adaptação das categorias indicativas ideológicas ao cenário político-nacional, utiliza-se como referência o trabalho de Tarouco e Madeira (2013), que debatem de forma detalhada a aplicabilidade da escala de mensuração ideológica do MRG no sistema político brasileiro, criando dimensões mais adaptáveis ao cenário nacional:

²⁷⁰ Disponível em: <<https://manifestoproject.wzb.eu/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

A escala do MRG, inclui algumas categorias que não se aplicam ao sentido da distinção esquerda e direita no Brasil. Por conta da experiência histórica da ditadura militar e da transição, a esquerda brasileira incorpora reivindicações que o MRG identifica como de direita: liberdade, direitos humanos e constitucionalismo, por exemplo. Da mesma forma, as defesas da paz como meta geral e do internacionalismo, que nunca chegaram a constituir uma bandeira das esquerdas brasileiras, constam, naquela escala, entre as categorias indicativas de posicionamento à esquerda (Id., p. 158).

Segundo Tarouco e Madeira (2013), fatores históricos – que incluem a recente manutenção do sistema democrático – criam peculiaridades políticas nas quais grupos reconhecidamente de esquerda ou direita agem de acordo com pressupostos históricos da ideologia oposta: “No Brasil foram exatamente os governos da ditadura militar, invariavelmente classificado como de direita, que adotaram barreiras comerciais à importação com o objetivo de alavancar o desenvolvimento da indústria nacional.” (Idem, p. 159).

Elementos categóricos do índice MRG ao serem aplicados na realidade nacional podem se relacionar a outros eixos ideológicos, como a distinção Liberal-conservador, por isso torna-se necessária a criação de categorias mais aplicáveis à distinção nacional de direita-esquerda.

Dessa forma, Tarouco e Madeira (2013) definem um novo conjunto de dimensões ideológicas (12 ao todo), relacionadas a aplicabilidade do contexto nacional: “Direita, Forças armadas: positivo; Livre Iniciativa; Incentivos; Ortodoxia Econômica; Limitação do Welfare State; Classe média e Grupos profissionais. Esquerda, Regulamentação do Mercado; Planejamento Econômico; Economia controlada; Análise marxista; Expansão do Welfare State; Classe trabalhadora positiva.”

Como complementação às categorias definidas pelos autores, outras duas categorias (uma nas dimensões de direita e outra na esquerda) foram adicionadas a escala ideológica no presente trabalho. A primeira, inserida as dimensões de direita, é denominada *Anticomunismo*²⁷¹, caracterizando menções contrárias a elementos ou ideologias derivadas do marxismo. Tal inclusão se faz necessária, pois não havia nenhum contraponto à dimensão *Análise marxista* na escala. A segunda, inserida na dimensão de esquerda, já estava presente entre as dimensões originais da escala “Rile”, denominada *Expansão da Educação*. Para aplicabilidade ao cenário nacional, tal dimensão será ajustada para *Expansão da educação pública*, bandeira histórica da esquerda brasileira que se relaciona a menções favoráveis a

²⁷¹ “Se se quisesse oferecer uma definição vocabular, o Anticomunismo deveria ser obviamente entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 35).

ampliação da Educação gratuita e universal no território nacional²⁷². Acredita-se que o acréscimo das duas dimensões auxilie como suplementação às dimensões do modelo pré-existente, complementando a análise dos conteúdos das PLs²⁷³.

Quadro 1.5 - Categorias do índice MRG adaptadas para o cenário político brasileiro.

Direita	Esquerda
Forças armadas: positivo	Regulamentação do Mercado
Livre Iniciativa	Planejamento Econômico
Incentivos	Economia controlada
Ortodoxia Econômica	Análise marxista
Limitação do Welfare State	Expansão do Welfare State
Classe média e Grupos profissionais	Classe trabalhadora positiva
Anticomunismo	Expansão da Educação pública

Fonte: Tarouco e Madeira (2013) Adaptada pelo autor.

A análise dos conteúdos dos PLs será realizada a partir da relação com as categorias do MRG, segundo avaliação das dimensões de esquerda e direita. Os argumentos de cada ementa serão observados e será estabelecida pontuação (1) sobre a análise da sentença de ementa que se aproxime a cada categoria. Cada proposta pode conter mais de uma categoria dentro do argumento da ementa, possibilitando resultante de mais de uma categoria por PL.

As PLs que se basearem em homenagens, complementações legislativas, e outros conteúdos externos às composições das categorias expostas em nossa escala, não receberão classificações. Espera-se que muitas das PLs não possam se enquadrar nas categorias definidas por se tratarem de temas múltiplos, não necessariamente com viés ideológico. Assim, tais PLs não entrarão na avaliação de categorias²⁷⁴. Ao término da verificação dos conteúdos das PLs, será feita soma da pontuação e percentual das categorias ideológicas seguindo o modelo descrito.

Para cada dimensão categórica explanada na escala ideológica, apresenta-se uma definição do significado conceitual retirado de Tarouco e Madeira (2013), conforme modelo adaptado ao cenário nacional.

²⁷² Posterior a análise das categorias relacionadas às PLs, será possível identificar quais dimensões aparecem com maior frequência nesse dispositivo legislativo do partido, criando um pequeno esboço de quais categorias se relacionam ao bloco político de esquerda que o PSOL se insere.

²⁷³ Tais dimensões também se relacionam a bandeiras históricas da esquerda e direita no país, não dificultando sua aplicabilidade.

²⁷⁴ A explanação das ementas de cada PL e identificação das categorias analisada encontram-se no Anexo do trabalho.

Quadro 2.5 - Dimensões de análise da escala Ideológica

<p>Forças Armadas: positivo. Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e autodefesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares.</p>
<p>Livre Iniciativa: Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa-investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis ao direito de propriedade privada, iniciativa-investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos-investimentos individuais desimpedidos.</p>
<p>Incentivos: Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa</p>
<p>Ortodoxia econômica: Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, ex. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: (i) políticas de ajuste fiscal, (ii) endividamento do estado, (iii) austeridade, (iv) equilíbrio fiscal, (v) falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma e (vi) privatizações.</p>
<p>Limitação do Welfare State: Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.</p>
<p>Classe média e grupos profissionais: Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do servidor público.</p>
<p>Anticomunismo: Referência negativa ao uso específico de terminologias derivadas do marxismo. Crítica a referências Socialistas e comunistas. Crítica a menções favoráveis ao anticapitalismo</p>
<p>Regulação do Mercado: Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado.</p>
<p>Planejamento Econômico: Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.</p>
<p>Economia controlada: Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis etc.; intervenção estatal no sistema econômico.</p>
<p>Análise marxista: Referências positivas (tipicamente, mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas; uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anticapitalismo.</p>
<p>Expansão do Welfare State: Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Essa categoria exclui educação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais e políticas sociais.</p>
<p>Classes trabalhadoras: positivo. Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical e salários.</p>
<p>Expansão da Educação Pública: Necessidade de expandir e / ou melhorar a oferta educativa pública.</p>

Fonte: Tarouco e Madeira (2014) Adaptada pelo Autor.

Como crítica a aplicabilidade do modelo MRG, pode-se considerar que a ação política (propostas das PLs), como variável de análise, pode estar mais condicionada ao contexto político do que a ideologia partidária. Dessa forma, destaca-se a análise do recorte de

observação com distanciamento temporal, não privilegiando apenas uma formação parlamentar do partido (uma legislatura).

Retifica-se que o objetivo não é definir a ideologia partidária através da variável parlamentar, mas sim investigar se os aspectos originários e ideológicos da legenda se manifestam na atuação da arena parlamentar. Dessa forma, será possível identificar elementos do programa partidário, discutidos anteriormente, que se refletem na identificação das categorias relacionadas às PLs.

5.3 Projetos de Lei do PSOL nos biênios 2007-2008 e 2015-2016

Durante os dois primeiros anos da 53ª Legislatura do Congresso Nacional, composto pelo biênio 2007-2008, os parlamentares da bancada do PSOL, Luciana Genro – RS, Ivan Valente – SP e Chico Alencar, e do Senado Federal, Heloisa Helena - AL²⁷⁵ participaram como autores ou coautores de 37 PLs ao todo²⁷⁶. O partido não figura entre as legendas que mais participaram de propostas de PLs em nenhum dos dois anos observados, fato justificável pelo tamanho das bancadas partidárias nas Câmaras legislativas (Senado e Congresso Nacional), na qual o PSOL, numericamente, não aparece entre as principais.

Tabela 1.5 - Número de PLs por partido no Congresso no primeiro biênio da 53ª legislatura*

Partido	PMDB	PT	PSDB	PFL ²⁷⁷	PP	PSB	PC do B	PSOL
Bancada de Dep.Federais Eleitos (2006)	90	83	64	62	41	28	13	3
Numero de Senadores Eleitos (2006) ²⁷⁸	18	10	13	18	1	3	2	1
Numero de PLs em 2007	377	359	307	118	195	194	84	19
Numero de PLs em 2008	352	188	185	152	170	105	40	18

*Foram escolhidos os cinco partidos com maiores representações no Congresso durante o período acrescidos o PSB e PCdoB pelas origens derivadas de movimentos ideológicos de esquerda

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Portal do Senado. Adaptado pelo autor

No cenário político nacional, destaca-se a no primeiro biênio da 53ª Legislatura (2007 e 2008) a continuidade de governo do presidente Lula (PT) que mesmo após o escândalo do Mensalão, descrito na primeira seção do presente trabalho, se reelege em 2006.

²⁷⁵ A senadora tem o fim de seu mandato em fevereiro de 2007, mas tem o Projeto de Lei 524/2007, anexado a um projeto elaborado ainda em 2006, aparecendo como PL do ano seguinte. O PSOL mantém sua representação no Senado com a posse de José Nery (PA) como suplente de Ana Carepa do PT.

²⁷⁶ 19 em 2007 e 18 em 2008. Ao todo, Heloisa Helena participa da proposta de 1 PL, o Senador Jose Nery de 1, Chico de Alencar, de 21, Luciana Genro de 13 e Ivan Valente de 10 PLs.

²⁷⁷ Muda o nome em 2008 para Democratas (DEM).

²⁷⁸ Soma-se com o numero de senadores que ainda possuíam mandatos vigentes.

Em termos das eleições municipais de 2008, os partidos com melhores resultados são PT e PMDB aumentando o número de prefeituras conquistadas²⁷⁹.

No cenário econômico, o Brasil atravessou um período de crescimento durante o ano de 2007. Deu-se início ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), executado pelo governo federal e o ano terminou com resultados econômicos positivos com recordes na bolsa de valores e um maior crescimento do PIB nacional da década²⁸⁰. Já o ano de 2008 foi marcado por uma grande recessão econômica mundial. Ainda sim, o Brasil termina o ano com crescimento no PIB²⁸¹.

Nesse contexto, os primeiros parlamentares eleitos efetivamente pelo PSOL, após aquisição de seu registro eleitoral e participação do primeiro pleito, assumem seus cargos em 2007. O partido mantém na 53ª legislatura seu posicionamento de oposição ao governo federal petista após decisão interna dos congressos partidários²⁸².

Sobre a avaliação ideológica das PLs propostas pelo PSOL no biênio 2007-2008, observa-se o maior número de categorias ligadas a dimensão ideológica de esquerda²⁸³. Como foi antecipado, era de se esperar que muitas PLs (23 no total) não se vinculassem às categorias dimensionais ideológicas, por se tratarem de leis sobre temáticas diversas. Mesmo assim, foram identificadas 15 categorias inseridas na ementa das PLs propostas pelo PSOL em 2007-2008, majoritariamente ligadas a dimensão de esquerda.

Quadro 3.5 - Categorias da escala ideológica identificadas nos PL no biênio 2007-2008*

Projeto de Lei	Categoria identificada na escala ideológica
PL 396/2007	Planejamento Econômico
PL 511/2007	Expansão do Welfare State Classe trabalhadora: Positivo
PL 524/2007	Expansão do Welfare State
PL 979/2007	Regulamentação de Mercado
PL 1201/2007	Classe trabalhadora: Positivo
PL 2032/2007	Forças Armadas positivo
PL 2498/2007	Regulamentação de mercado
PL 2705/2007	Regulamentação do Mercado
PL 3024/2008	Classe trabalhadora: Positivo

²⁷⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/Eleicoes2008/0,,MUL837881-15693,00-PT+E+PMDB+AMPLIAM+NUMERO+DE+PREFEITURAS+E+DEM+E+PSDB+PERDEM.html>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁸⁰ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pib-brasileiro-cresceu-61-em-2007-mostra-ibge-3166801>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁸¹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/11/ibge-revisa-pib-de-2008-para-r-3-trilhoes>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁸² Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Opinio/Congressos-do-PSOL-definem-oposicao-a-Lula/22762>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁸³ Vide Justificativa em Anexo.

PL 3089/2008	Economia controlada
PL 3090/2008	Economia controlada
PL 4531/2008	Expansão do Welfare State
PL 4546/2008	Classe trabalhadora: Positivo
PL 4551/2008	Classe trabalhadora: Positivo ²⁸⁴

*Justificativas e conteúdo das ementas ver em Anexo II

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Adaptado pelo autor

Entre as categorias da escala ideológica identificadas nas PLs, há maior presença da dimensão “Classe trabalhadora”, seguido por “Regulamentação de Mercado”, “Expansão do Welfare State” e “Economia controlada”. Tais propostas de lei voltadas a menções positivas à “Classe Trabalhadora” se relacionam ao incentivo de organizações laborais e manutenção de direitos trabalhistas. As relacionadas a “Regulamentação de mercado” incidem sobre intervenção estatal na economia criando mecanismos reguladores a empresas privadas ou ações voltadas a defesa do consumidor e de pequenos negócios, enquanto “Expansão do Welfare State” se relaciona a políticas sociais ou ações voltadas ao fortalecimento da seguridade social.

A categoria relacionada a menções favoráveis a “Classe trabalhadora” aparece constantemente no programa do partido, como uma das postulações das bases de seu programa estratégico:

Nossa base programática não pode deixar de se pautar num princípio: o resgate da independência política dos trabalhadores e excluídos [...]. Nossas alianças para construir um projeto alternativo têm que ser as que busquem soldar a unidade entre todos os setores do povo trabalhador – todos os trabalhadores, os que estão desempregados, com os movimentos populares, com os trabalhadores do campo, sem-terra, pequenos agricultores, com as classes médias urbanas, nas profissões liberais, na academia, nos setores formadores de opinião, cada vez mais dilapidadas pelo capital financeiro, como vimos recentemente no caso argentino. (PROGRAMA DO PSOL, 2004)²⁸⁵

As dimensões “Regulamentação de mercado” e “Econômica controlada” não aparecem de forma direta, mas é possível identificar bandeiras semelhantes com a oposição às reformas neoliberais ou novas modalidades na cobrança tributária :

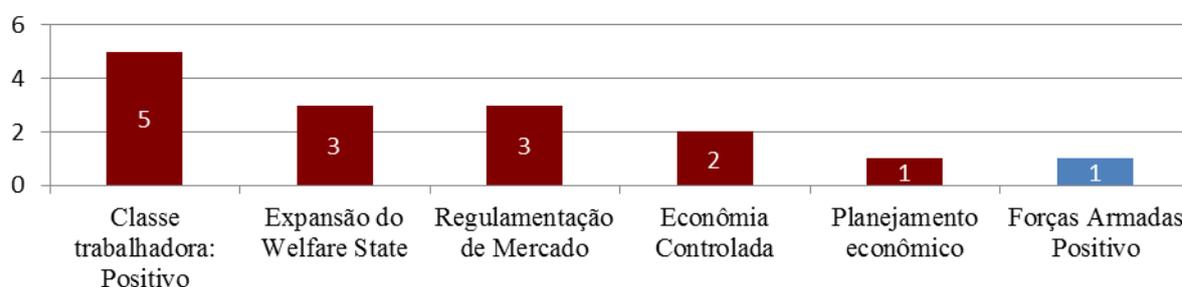
Somos contras as reformas neoliberais [...] Temos a necessidade também de uma profunda reforma tributária, que inverta a atual lógica que faz os impostos pesarem fundamentalmente sobre o trabalho e o consumo, e não sobre a riqueza e a propriedade, fazendo com que quem ganha menos pague proporcionalmente muito mais imposto do que quem ganha mais. (PROGRAMA DO PSOL, 2004)

²⁸⁴ A PL 4551/2008 contém o mesmo corpo de lei da PL 4546/2008, ambas propostas por Luciana Genro. A autora retira a proposta de PL e lança novamente como outro dispositivo legal. Ver em Anexo.

²⁸⁵ Ver em: Programa do PSOL Parte I – Bases do programa estratégico Artigo 3.

A dimensão “Expansão do Welfare State” também pode ser identificada de forma diluída no programa do partido através dos argumentos que defendem reforma urbana, aumento dos gastos em saúde e defesa dos aposentados: “Corrigir as injustiças e lutar para que sejam revistos e anulados os ataques aos aposentados executados nas reformas previdenciárias [...] Rejeitamos também a desvinculação do reajuste do salário mínimo do reajuste das aposentadorias. Por uma aposentadoria digna para todos.” (PROGRAMA DO PSOL, 2004).

Gráfico 1.4 Categorias da escala ideológica presentes nas PLs propostas pelo PSOL em 2007-2008



*Vermelho: categorias da escala de esquerda/ Azul: categorias da escala de direita

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Adaptado pelo autor

Há também o aparecimento de uma dimensão relacionada a escala ideológica de direita, que trata de menções positivas às forças armadas. Tal referência se associa a PL que propõe modernização de um recurso trabalhista a classe militar. O programa do PSOL não faz menções positivas às forças armadas, não associando a posicionamentos descritos em seus documentos oficiais a ação parlamentar nessa dimensão²⁸⁶.

No resultante de aproximação entre as categorias ideológicas e os conteúdos das PLs propostas em 2007-2008, foi possível identificar, conforme a expectativa, maior aparecimento de dimensões vinculadas as categorias de esquerda. Tais dimensões apresentam alinhamento com alguns pontos destacados pelo programa do partido, visto em seções anteriores. Mesmo assim, ainda predominam PLs sem associação as categorias estabelecidas sem aproximação ideológica.

Durante o biênio inicial da 55ª legislatura da Câmara dos Deputados, os parlamentares da bancada do PSOL Edmilson Rodrigues – PA, Chico Alencar – RJ, Jean Willys – RJ, Cabo Daciolo – RJ (que é expulso do partido ainda em 2015), Glauber Braga –

²⁸⁶ A PL trata da modernização de um recurso a classe trabalhadora. Foi incluída na dimensão forças armadas positivo por se tratar exclusivamente de uma melhoria a grupos militares. Sobre a melhoria trabalhista de modo geral, o programa do PSOL faz muitas referências positivas.

RJ, Ivan Valente – SP, Luiza Erundina-SP e o Senador Randolfe Rodrigues (que sai do partido em 2015), participam como autores ou coautores de 45 PLs²⁸⁷. Novamente o partido não figura entre os partidos que mais participam de propostas de PLs.

Tabela 2.5 - Número de PLs por partidos no Congresso no primeiro biênio da 55ª

Partido	legislatura**							
	PMDB	PT	PSDB	PP	PSD	PSB	PC do B	PSOL
Bancada de Dep.Federais (2016)	80	68	59	53	42	39	14	6
Numero de Senadores (2016)	21	10	12	7	5	7	1	0*
Numero de PLs em 2015	645	275	331	383	429	218	134	27
Numero de PLs em 2016	390	160	249	173	237	153	47	18

*Senador Randolfe Rodrigues sai do PSOL ainda em 2015

** Foram escolhidos os cinco partidos com maiores representações no Congresso nacional durante o período acrescidos o PSB e PCdoB pelas origens derivadas de movimentos ideológicos de esquerda

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Portal do Senado. Adaptado pelo autor

Sobre o cenário político nacional durante o biênio 2015-2016, destaca-se o processo de impeachment sofrido pela presidente, reeleita em 2014, Dilma Rousseff - PT, que é afastada definitivamente do cargo em agosto de 2016, sendo substituída pelo vice-presidente Michel Temer – PMDB²⁸⁸. Há deflagração de uma operação investigativa da Polícia Federal e Ministério Público denominada “Lava-Jato”²⁸⁹. A operação atinge diretamente grande número de parlamentares e políticos brasileiros com cargos públicos diversos, envolvidos nas investigações sobre corrupção. Há também um contexto de efervescência política nas ruas, desencadeando em uma série de manifestações populares nas ruas no decorrer de 2015 e 2016. Entre as principais bandeiras estão as manifestações contra corrupção²⁹⁰ e contra o governo federal²⁹¹.

No cenário econômico, o Brasil atravessa durante os anos de 2015-2016 período de grande recessão econômica. Tal recessão é marcada pela queda no PIB, aumento da inflação e do desemprego no país, de forma geral, em relação aos anos anteriores²⁹². O

²⁸⁷ 27 apresentadas em 2015 e 18 em 2018. Jean Wyllys participa de 17 PLs, Chico Alencar de 13, Edmilson Rodrigues de 10, Ivan Valente de 8, Cabo Daciolo de 7, Luiza Erundina de 1 e o Senador Randolfe Rodrigues de 1.

²⁸⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁸⁹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁹⁰ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/protestos-contra-governo-e-corrupcao-reunem-mais-de-2-milhoes-pelo-brasil-dizem-pms.htm>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁹¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

²⁹² Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/veja-os-numeros-da-economia-brasileira-que-temer-ira-enfrentar.html>> Acesso em: 09 fev. 2017.

desempenho econômico relaciona-se ao clima de efervescência política atravessado pelo país durante o período.

Nessa conjuntura, a bancada parlamentar do PSOL, mesmo mantendo seu posicionamento de oposição ao governo federal Petista (Dilma Rousseff), se declara contrário ao processo de impeachment²⁹³, com alegações de inconsistência jurídica, ausência de crime e condução individualista do Presidente da Câmara dos Deputados, fazendo também oposição ao novo governo do PMDB.

Sobre a análise das categorias ideológica nos conteúdos das PLs propostas pelo PSOL, no biênio 2015 e 2016, observa-se identificação exclusiva de categorias ligadas a dimensão ideológica de esquerda. Porém, no recorte específico, pode ser observado um número majoritário de conteúdos de PLs (31) que não se vinculam a nenhuma das categorias se relacionando a temáticas diversas exteriores às dimensões ideológicas apresentadas na escala. Ao todo, 14 dimensões da escala foram identificadas no conteúdo das ementas das PLs.

Quadro 4.5 - Categorias da escala ideológica identificadas nos PL do biênio 2015-2016

Projeto de Lei	Categoria identificada na escala ideológica
PL 177/2015	Classe Trabalhadora: positivo
PL 617/2015	Classe Trabalhadora: positivo
PL 662/2015	Regulamentação de mercado
PL 725/2015	Economia Controlada
PL 1501/2015	Expansão do Welfare State
PL 2350/2015	Expansão da educação pública
PL 2725/2015	Expansão da educação pública
PL 3135/2015	Expansão do Welfare State
PL 3798/2015	Economia Controlada
PL 3799/2015	Economia Controlada
PL 3800/2015	Expansão do Welfare State
PL 5094/2016	Regulamentação de Mercado
PL 6768/2016	Expansão do Welfare State
PL 6759/2016	Regulamentação de Mercado

*Justificativas e conteúdo das ementas ver em Anexo II

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Adaptado pelo autor

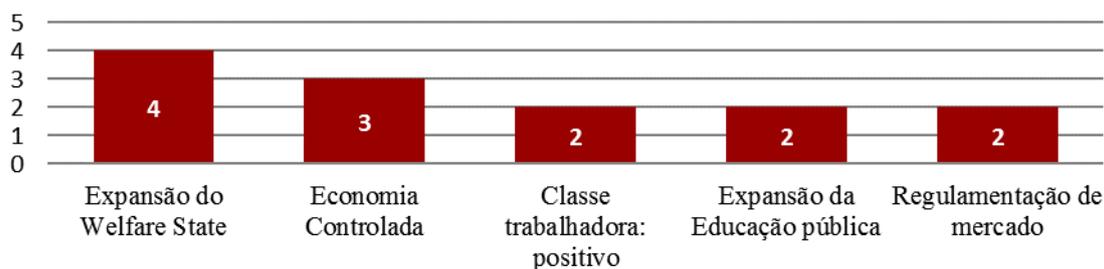
Entre as categorias da escala ideológica identificadas nos conteúdos das ementas das PLs em 2015-2016, igualmente a análise do biênio de 2007-2008, há presença

²⁹³ Ver posicionamento do PSOL. Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2016/04/14/por-que-o-psol-vota-contra-o-impeachment/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

das dimensões “Expansão do Welfare State”, “Classe trabalhadora: positivo” e “Regulamentação de mercado”. A categoria “Economia Controlada”, que se relaciona a leis que envolvem maior intervenção estatal no sistema econômico, aparece com mais frequência, embora não apareça de forma direta como bandeira do partido em seu programa.

Há também, dois conteúdos de PL que se relacionam a dimensão “Expansão da educação pública”. Tal posição também é defendida no programa do PSOL, que entre uma de suas bandeiras do programa de ação defende mais gastos públicos na Educação: “Inverter radicalmente os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura. Os investimentos públicos devem ser pesados na educação em todos os níveis, garantindo a alfabetização de toda a população e acesso às universidades.” (PROGRAMA DO PSOL, 2004)²⁹⁴.

Gráfico 2.4 Categorias da escala ideológica presentes nas PLs propostas pelo PSOL em 2015-2016



Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. (Adaptado pelo autor)

A relação das categorias presentes na escala dimensional da ideologia de esquerda se apresenta com alinhamento ideológico da atuação parlamentar do partido no biênio 2015-2016, com posicionamentos de seu programa ideológico. Mesmo com alto número de PLs que não se relacionaram a nenhuma categoria, foi possível identificar elementos defendidos nos documentos originários do partido em sua atuação parlamentar. No presente recorte, nenhuma das categorias se relaciona à escala ideológica da direita, diferentemente do biênio anterior, no qual havia menções positivas às forças armadas, nenhuma dimensão da escala ideológica de direita se relaciona as PLs de 2015-2016, aumentando ainda mais o predomínio das dimensões de esquerda.

5.4 Conclusão

Sobre a atuação do PSOL na arena parlamentar, identificada pela análise das propostas de lei nos dois primeiros biênios da 53^a (2007-2008) e 55^a (2015-2016) legislaturas,

²⁹⁴Ver em Programa do PSOL. Parte III, Artigo 5.

foi possível identificar algumas relações com seus posicionamentos descritos nos documentos originários. Através da análise dos conteúdos das ementas das PLs verificou-se a existência de elementos como “Expansão da Educação pública” e menções de defesa a “Classe trabalhadora”.

As categorias se referem ao índice MRG sobre a escala “Rile” de comparação ideológica, que através da adaptação à análise dos conteúdos das PLs, aproxima às dimensões ligadas a ideologia partidária de esquerda e direita às ementas legislativas. No recorte examinado, priorizando também a adaptação das dimensões ao cenário nacional, pode ser observado predomínio do aparecimento das categorias ideológicas de esquerda nas PLs propostas por parlamentares do PSOL.

O alinhamento dessas categorias também pode ser observado na relação de suas definições com as bandeiras defendidas pelo PSOL em seu programa de governo. Dessa forma, conclui-se que através da análise de atuação parlamentar, definida pela metodologia aplicada, há correlação de categorias da escala “Rile” com as bandeiras partidárias do programa do PSOL.

Importante enfatizar que o objetivo desta seção se vinculava a estabelecer relação entre a origem da legenda e sua atuação na arena parlamentar, através da aproximação de possíveis elementos ideológicos encontrados nos conteúdos dos mecanismos legislativos, com orientações presentes em seus documentos oficiais. Alinhamento descrito na identificação das categorias aos conteúdos das PLs.

Tais categorias se alinham a definição teórica de Coppedge (1997) sobre os partidos latino americanos de esquerda, que mantém retórica que privilegia um estado atuante que se utiliza de regulamentações econômicas no combate de supostas injustiças sociais. Segundo análise aplicada, o PSOL também apresenta características partidárias da ideologia de esquerda em sua atuação parlamentar, relacionando sua origem com os elementos ideológicos previstos em seu programa, com ação legislativa de seus políticos.

Sugere-se para futuros estudos novas comparações ideológicas de atuação na arena parlamentar, utilizando, de forma adaptável, as categorias da escala “Rile”. Tal mecanismo com maior contextualização ao cenário nacional pode oferecer uma interessante alternativa de mensuração da variável ideológica, permitindo análises comparativas mais profundas. Estudos futuros podem inclusive verificar de forma comparativa a presença das categorias em cada partido, criando um novo mecanismo avaliativo da escala ideológica através da ação parlamentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realização deste estudo exploratório dos componentes organizativos que formam o Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) partiu-se da premissa teórica, formulada por autores renomados da ciência política (DUVERGER 1970; PANEBIANCO, 2005) de que a origem do partido incide diretamente sobre o formato organizativo que esse assumirá. Igualmente, considerou-se a origem como um ponto inicial da construção de campo de decisões estratégicas dos partidos (EPSTEIN, 1982). Dessa forma, partiu-se do estudo da origem do PSOL como variável influenciadora da composição organizativa da legenda.

Contudo, a análise organizativa em suas características originárias parece envolver outras esferas de atuação do partido que não poderiam ser completamente ignoradas para composição do PSOL como organização. Nesse sentido, viu-se como necessário explanar sobre outros dois componentes de atuação partidária como complementos da ação interna da legenda. Buscou-se comparativos influenciadores da origem tanto na arena eleitoral, estabelecendo comparação entre ponto de partida da primeira eleição do partido (em 2006) com seu desempenho nos dois pleitos futuros, e da atuação parlamentar, no qual buscou-se alinhamento entre características ideológicas pautadas no programa do partido com mecanismos legislativos propostos por parlamentares do mesmo. Seguiu-se também a premissa de que os movimentos externos do partido também são uma função de sua dinâmica interna (SARTORI, 1982).

Como ponto originário do PSOL, não há como desvincular sua história da ruptura interna do PT: o partido nasce sobre um aspecto de divergência interna na legenda originária, mas se posiciona como oposição à política exercida pelo PT durante a permanência desse no governo federal. Em um sentido geral da composição dos partidos de esquerda brasileira, concorda-se com a conclusão de Moura (2011) que partindo do princípio em que o PT assume protagonismo no campo da esquerda partidária brasileira, pós-redemocratização, os demais partidos de semelhante campo ideológico tendem a buscar diferenciação da política Petista. Tal premissa parece se estabelecer como consenso no partido. No livro em comemoração aos dez anos do registro eleitoral do PSOL, tal argumento aparece diluído diversas vezes ao longo dos artigo com frases como: “Não seríamos um novo PT” (SILVA; PIRES, 2016, p. 107).

Mas então quais seriam os objetivos do PSOL? Quais suas estratégias para se diferenciar do PT? E qual seria seu papel na composição do campo da esquerda partidária brasileira? Efetivamente são questionamentos difíceis de serem respondidos com clareza em

um partido com pouco mais de dez anos de existência, mesmo assim, alguns apontamentos podem ser feitos, principalmente após análise relacional de sua origem com seu desenvolvimento organizativo.

Primeiramente, ainda nota-se grande continuidade com o partido originário, principalmente frente a face pública do partido. Assim, observa-se que as principais figuras parlamentares do partido possuem vinculações políticas anteriores históricas ao PT. Dentre essas figuras destacam-se políticos como os Deputados Federais Ivan Valente – SP e Chico Alencar – RJ, e a ex-candidata à presidência da república pelo PSOL, Luciana Genro – RS. Há ainda casos como o do Deputado Estadual Marcelo Freixo – RJ, que não chega a possuir cargos públicos eletivos enquanto compõe o PT, mas começa a se destacar eleitoralmente no PSOL.

De forma lenta, essa lógica parece começar a se modificar. Surgem no partido algumas figuras públicas de destaque sem origem política ligada ao PT, como é o caso de Jean Wyllys – RJ e Glauber Braga – RJ. Resta saber se futuramente isso será composto como uma tendência do partido, ou se o PSOL se manterá associado exclusivamente a figuras políticas com passado Petista. O aspecto de continuidade em relação aos políticos eleitos pode se relacionar a um elemento de criação de identidade com o próprio PSOL, tendo em vista que, gerações mais novas, não relacionam a imagem dos parlamentares com seu histórico ligado ao PT. O posterior desenvolvimento do partido pode trazer maiores definições a cerca dessa identidade.

O próprio processo de continuidade se estabelece como um marco da hipótese central do trabalho, que relaciona reflexos do desenvolvimento do PSOL de acordo com seu marco originário. Nesse sentido, observa-se que a hipótese específica do presente trabalho é refutada. Acreditava-se que poderia haver uma concentração de duas faces descritas por Katz e Mair (1995) do partido, a face pública com a face dirigente do partido. A concentração poderia interferir no equilíbrio de forças do partido tendendo para um predomínio das figuras parlamentares como descreve Briezen (1998). Por possuir origem ligada a parlamentares que compunham o PT, o controle de cargos dirigentes acumulados a cargos eletivos poderia ser dominado por essas figuras públicas. Algo que efetivamente não ocorre em simultâneo.

Em segundo lugar, uma peculiaridade da origem do PSOL é seu nascimento ligado a lógica do conflito. O partido surge de uma ruptura interna petista, e abriga políticos e militantes descontentes com a atuação política da legenda original. Tal ruptura é decorrente de dois aspectos centrais: divergências ideológicas e disputa de poder. Isso parece levar a duas consequências distintas na formação da nova legenda.

Primeiro, o partido nasce com posicionamentos políticos ideológicos bem definidos com a divulgação de um Programa do partido. Estatutariamente, por definir que suas bandeiras não poderiam ser ignoradas pelos participantes do partido, o programa político pareceu ganhar função de “guia” orientador. Claro que seus escritos representam uma definição simplesmente teórica, não sendo necessariamente aplicável na prática, mas parece uma tentativa do partido em fazer com que seus políticos não ajam contrariamente às suas posições políticas de origem, acusação feita ao PT.

Segundo, a lógica da disputa pelo poder que faz com que tendências internas Petistas se desvinculem do partido e componham a nova legenda, o que leva o PSOL a manter uma política de permissão a composição de grupos intrapartidários, as denominadas “tendências”. Como foi citado, esse foi um dos motivos de distanciamento inicial com o PSTU, que defende a unidade partidária sem composições de tendências. Tal característica se apresenta como uma herança do PT, já que no partido original também há divisão de tendências internas, sendo inclusive três delas dissidentes do PT (MES, CST e APS), muito importantes no momento inicial de formação do novo partido.

A lógica das correntes internas do PSOL traz uma dinâmica organizativa efervescente ao partido, mas que, de certa forma, pode atrapalhar sua ordenação unitária. Foi descrito, como exemplo, na escolha das candidaturas à presidência pelo partido em 2010 e 2014, indefinições causadas pela falta de unidade partidária, conflitos que podem ter prejudicado o desempenho eleitoral da legenda. Talvez o mecanismo de unidade ou de busca de uma liderança política aglutinadora dos diversos grupos do partido, seja um dos principais desafios do partido para pleitear ganhos políticos maiores. No PT, atualmente, essa figura unitária parece estar simbolizada pela figura do ex-presidente Lula, mas no PSOL nenhuma liderança política parece manifestar tal consenso interno.

Sobre o desempenho eleitoral, ainda que de maneira discreta, o partido parece apresentar crescimento em relação aos primeiros resultados. Hoje, o partido possui o maior número de deputados federais (5) e estaduais (9) de sua história, ainda sim as bancadas não são numericamente destacáveis em comparação aos grandes partidos da política brasileira. Alguns resultados políticos aparecem com destaque, como a atual votação de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016. O deputado estadual consegue 18,2% dos votos válidos para a prefeitura carioca (553.424 votos), conseguindo ir para o segundo turno da eleição municipal da segunda maior cidade do país. Porém, o candidato perde no segundo turno para Marcelo Crivella do PRB. A expressão de alguns votos específicos do partido

parecem ainda não se consolidar no ganho de cargos efetivos, principalmente em disputas para o executivo.

Destaca-se também, que embora o partido se encontre distribuído em todo o território nacional, aumentando inclusive seu número de órgãos partidários de 2011 até 2016 (presente em 16% dos municípios brasileiros), seu melhor desempenho eleitoral se concentrou em algumas regiões específicas. Entre elas o próprio RJ e estados como SP e PA. Algumas hipóteses poderiam ser feitas sobre cada recorte, como por exemplo o fraco desempenho atual do PT e de outras legendas de esquerda (PDT, PC do B e PSB) no RJ, se isso de alguma forma auxiliaria o desempenho eleitoral do PSOL, mas tais questionamentos demandariam estudos eleitorais específicos em cada localidade.

Em comum, nas regiões de maior sucesso, encontram-se figuras políticas com histórico eleitoral muitas vezes anterior à formação do PSOL, o que parece relacionar tais ganhos eleitorais a imagem das determinadas lideranças. A presença dessas lideranças se sustenta como uma resposta mais geral acerca do desempenho do partido, sem considerar os fatos específicos de cada localidade.

Contudo, se o partido ainda não consegue, efetivamente, eleger cargos executivos de maior relevância e ao mesmo tempo não pretende cometer os “erros” do PT, quais serão suas estratégias políticas? Talvez esse se configure como um dos maiores dilemas do PSOL passados dez anos de sua primeira participação eleitoral. Está claro que o partido não pretende seguir a trajetória política do PT, mas também convive com reais pretensões eleitorais. Como descrevem Edilson Silva e Albanise Pires, duas figuras conhecidas na política do PSOL no estado de PE:

O PSOL nasceu, portanto, com três importantes consensos: não repetir os erros do PT; não se transformar em mais um PSTU; e garantir internamente o exercício da diversidade da cultura política da esquerda que se abrigou no seu interior, para que o fator tempo fosse forjando os ajustes mais finos e estratégicos do perfil partidário. (Silva e Pires, 2016, p 107).

A negação do PT se relaciona a atuação política que privilegia o pragmatismo, a negação do PSTU se relaciona a um partido com aspirações puramente de divulgação ideológica. Ademais, a rejeição desses dois perfis ainda se reforça à necessidade do partido abrigar uma pluralidade de posicionamentos políticos internos, que não resultem em ruptura. Aspirações ambiciosas que visam bom desempenho eleitoral, conservação de seus valores ideológicos e agregação de sua diversidade interna.

De certa forma o PSOL, em sua origem, adota forte perfil ideológico à esquerda do espectro político brasileiro. Tal manifestação também se relaciona a uma possível tentativa de diferenciação da política do PT no governo federal, tida cada vez mais direcionada para a centro-esquerda, adotando medidas pragmáticas. A composição de alianças inicial do PSOL demonstra seu perfil ideológico original, coligações apenas com partidos de ideologia semelhante. O perfil apresenta posterior flexibilidade na qual o PSOL passa a compor alianças em diferentes regiões com partidos que não pertencem a denominada Frente de esquerda (PSTU – PCB – PSOL). Singer (2010) descreve que uma das mudanças do PT para uma política mais pragmática é a flexibilidade das alianças visando mais ganhos eleitorais.

A política de alianças do PSOL ainda não aparece como sendo resultado de uma estratégia simplesmente pragmática para estabelecer majoritariamente ganhos eleitorais. Nesse sentido, discorda-se de Moura (2011) que afirma que “o PSOL privilegiou uma estratégia eleitoreira buscando resultados estritamente pragmáticos, como maximizar a ocupação de espaços públicos pelos membros do partido” (p. 119). Como argumento, destaca-se que nos dois últimos pleitos houve uma maior quantidade de candidaturas por chapas independentes do que com alianças partidárias. Talvez em uma tentativa de não flexibilizar exageradamente seu perfil de coligações. Expectativas puramente eleitoreiras levariam o partido a alianças majoritárias com legendas de maior destaque político, algo que ainda não acontece com frequência. Mas ainda o seu curto tempo político (13 anos de existência) não é suficiente para uma avaliação mais segura acerca de seus reais objetivos estratégicos a longo prazo. Porém, principalmente nos últimos pleitos, a política do PSOL de coligações parece imprecisa, enquanto o partido mantém discurso de que não se alia a partidos de direita²⁹⁵, em cenário local parece não seguir sua fala à risca.

Um dos dilemas internos do PSOL se estabelece pela tentativa de se afastar dos dois polos extremos: o primeiro em não se tornar um pequeno partido “sectário” que privilegie apenas posicionamentos ideológicos de seu programa sem perspectivas eleitorais; o segundo em não se tornar um partido puramente “pragmático”, tornando-se uma legenda de fraco apelo ideológico que privilegie apenas o desempenho eleitoral. Talvez, assim como a resolução das definições teóricas de Panebianco (2005) acerca dos dilemas organizativos, a solução a ser visada pelo partido seja o equilíbrio, algo que dificilmente encontrará consenso devido a pluralidade de seus atores internos.

²⁹⁵ Disponível em: <<http://www.psol50.org.br/blog/2016/09/26/nota-do-psol-sobre-coligacoes-nao-autorizadas/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

Ademais, resta saber qual será o comportamento do PSOL ao ocupar maiores cargos públicos do Executivo. O partido ainda não conseguiu eleger nenhum governador nem prefeito nas grandes capitais. O fato de assumir o poder em tais cargos trará novas conjunturas, criando novos dilemas políticos internos ao partido. Nesse caso, lembra-se do argumento de Samuels (2004) sobre um maior pragmatismo Petista a partir do momento que esse assume a prefeitura de importantes cidades.

É possível que, baseado nessa ausência de cargos executivos de maior relevância, o PSOL ainda não tenha constituído um projeto político robusto para o país, baseado em uma alternativa que contrapõe as experiências do PT. A falta de uma figura aglutinadora na legenda pode atrapalhar na composição desse projeto político a nível nacional. Talvez esse projeto ainda seja construído a nível local, com programas de governo estaduais e municipais, para depois se constituir nacionalmente. Nesse sentido, mais experiências em governos locais torna-se importante não só pela conquista do cargo em si, mas pelo desenvolvimento do projeto político.

O perfil político que vencerá a disputa entre o caráter ideológico e o pragmático no PSOL, bem como posteriores conquistas de novos cargos eletivos e a composição de futuras estratégias políticas do partido, poderá ser vistas no desenvolvimento do partido, mas suas análises dependerão de novos estudos, novos dados e novas conclusões.

REFERÊNCIAS

AMARAL, O. E. O que sabemos sobre a Organização dos partidos políticos: Uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.7, n. 2, p. 11-3, 2013.

ARAÚJO, L. Um partido para um novo ciclo da esquerda no Brasil. In MEDEIROS, J; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos. 2016.

BABÁ. A decadência do PT e o surgimento do PSOL. In MEDEIROS, J; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos. 2016.

BIEZEN, Van I. Sobre o equilíbrio interno do poder: as organizações partidárias nas novas democracias. **Análise Social**, v. 33 (148), 1998.

BOPPRÉ. A. A alegria do amanhã. In MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos. 2016.

BRAGA, M.S.S. Agenda sobre o estudo de partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR** v. 1, 2013.

_____. Organização partidária e seleção dos candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, novembro, p. 454-485, 2008.

_____. PIMENTEL JR, J. Os Partidos Políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.

_____. Estrutura e organização partidária municipal nas eleições de 2012. **Cadernos Adenauer XVI**. n. 2, 2013. Disponível em:

<<http://www.kas.de/brasilien/pt/publications/35085/>> Acesso em 15 abr. 2016

_____. AMARAL, O. Implicações do processo de seleção de candidatos na competição partidária: o caso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 21, n. 46, p. 33-43, 2013.

COPPEDGE, M. A Classification of Latin American Political Parties. Working Paper, n. 244, Nov. **Notre Dame**: The Helen Kellogg Institute for International Studies. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf>.1997.> Acesso em: 17 abr. 2016.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1970.

ELDERSVELD, S. **Political parties in American Society**. New York: Basic Books, 1982.

EPSTEIN, Leon. **Political Parties in Western Democracies**. New Brunswick/London: Transaction Books, 2nd, 1982.

ELIEL, L. Cartografia da Esquerda no Brasil. **Revista Esquerda Petista**, n. 1, março de 2014.

GUARNIERI, F. A Força dos Partidos “Fracos”. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011, p. 235-258, 2011.

KATZ, R.; MAIR, P. **How Parties Organize-Change and Adaptation in Party Organization in Western Democracies**. London, Sage:1994.

_____. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, 1(1), p. 5-2, 1995.

_____. The Cartel Party Thesis: A Restatement. **Perspectives on Politics**, 7(4), pp. 753-766. Key, V.O. 1962. Política, Partidos y Grupos de Presión. Madrid: Instituto de Estudios Políticos. 2009.

KERBAUY, M.T.M. Legislativo municipal, organização partidária e coligações partidárias. **Cadernos gestão pública e cidadania**, v. 13, n. 53 – jul./dezembro, 2008. Disponível em: <www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/44177/43062> Acesso em: 01 jan. 2017.

KINZO, M. D.G. **Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985**. RBCS v. 19 n. 54.2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092004000100002&script=sciabstract&tlng=pt.> Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092005000100005&script=sci_abstract&tlng=> Acesso em: 03 abr. 2016.

_____. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. Editora Perspectiva., São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, Dec./2001 Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 14 maio 2016.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7. Brasília, p. 349-385, 2012.

LIPSET, S. M. e ROKKAN, S. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction In: **Lipset and Rokkan, Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives** (New York, NY: Free Press), 1967.

_____. “Reflections on capitalism, socialism & democracy”. **Journal of Democracy**. v. 4, n. 2, apr. 1993.

LUCAS, K. e SAMUELS, D. A ‘Coerência’ Ideológica do Sistema Partidário Brasileiro In: T. Power e C. Zucco Jr. (orgs.). Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo. n. 10 (29): 5-34, 1995.

MAINWARING, S & TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 249-286, 2005.

MARINGONI, G. Dez Anos adiante. In: MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos. 2016.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília, UNB, 1982.

TEMER, M. Parece que foi Ontem. In: MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos, 2016.

MEDEIROS, J. Por uma história do PSOL. In: MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos, 2016.

MOURA, P, T, C. **As Razões da Esquerda Radical – PCB, PSTU, e PSOL: Estrutura Organizativa e Objetivos Políticos**. Dissertação de Mestrado. UFRN. Natal, 2011.

NICOLAU, J. Partidos e Sistemas Partidários: 1985-2009. In: LESSA, Renato (org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política**. São Paulo: Barcarolla, p. 217-240, 2010.

_____. Schmitt. R.A. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário. São Paulo Lua Nova, **Revista de Cultura e Política**, n. 36, p. 129-147, 1995. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451995000200008&script=sci_abstract&tlng=
> Acesso em: 02 maio 2016.

PAIVA, D.; BRAGA, M.S.S; PIMENTEL Jr. J. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, v. 13, n. 2, p. 388-408, 2007.

_____. TAROUCO, G. Voto e Identificação partidária: Os Partidos Brasileiros e as Preferências dos Eleitores. In: **Revista Opinião Pública**, 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762011000200006>. Acesso em: 06 jun. 2016.

PANEBIANCO, Â. **Modelos de Partido, Organização e poder nos partidos Políticos**, 1 ed., São Paulo, Editora Martins Fontes, 2005.

PERES, P. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. n. 68, 2. sem., p. 17-58, 2009.

POMPÊO, F. As origens do PSOL. **Revista Urutágua**. Maringá, n. 12, abr.- jul. de 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/012/12pompeo.htm#_ftn6> Acesso em: 17 ago. 2016.

PRZEWORSKI, A, **Capitalismo e Social Democracia**. Companhia das Letras. São Paulo. 1989.

RIBEIRO, P. F. **Um partido em mutação: A transformação do PT e seus reflexos sobre as campanhas presidenciais (1989 e 2002)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Carlos. UFSCar. 2004.

_____. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. São Carlos/São Paulo: EdUFSCar/Fapesp.2010.

_____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10. Brasília, p. 225-265, 2013.

_____. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2014, v. 22, n. 52 p. 121-158, 2014.

ROBAINA, R. Breve balanço dos anos de legalização do PSOL. In: MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos, 2016.

RODRIGUES-S. R.; BORGES, T. Organización, território y sistema partidário: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidário em Brasil. **América Latina Hoy**, 62, 2012, p. 15-45.

SAMUELS, D. "From Socialism to Social Democracy? Party Organization and the Transformation of the Workers' Party In Brazil." **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 9, p. 999-1024, 2004.

_____. SHUGART, M. **Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior**. Cambridge: CUP, 2010.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas partidários**. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1982.

SCHATTSCHNEIDER, E, E. **The Semisovereign People: A Realist's View of Democracy in America**. 1960

SILVA, J,C,G. **Partido, política e organização: O PSOL e os dilemas estratégicos da nova esquerda radical do Brasil (2004-2010)**. Dissertação de Mestrado. UFPR. Curitiba, 2011.

_____. Partido dos professores: Elite Partidária e Evolução Política do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). **Paraná Eleitoral**, v. 2 p. 63-98, 2013.

SILVA, E ; PIRES, A. Socialismo com Liberdade: eis o convite desafiador do PSOL. In: MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos, 2016.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **A segunda alma do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo, Novos Estudos CEBRAP. n. 88, p. 88-111, 2010.

VALENTE, I. A disputa do espaço à esquerda. . In: MEDEIROS, J ; DUTRA, I. **Um Partido Necessário 10 anos do PSOL**. Rio de Janeiro. Fundação Lauro Campos. 2016

WOLINETZ, S. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, Jose; LINZ, Juan. **Political Parties: Old Concepts, New Challenges**. Oxford: OUP, 2002.

ZUCCO. C. Jr. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. **Seminário Legislator Views of Brazilian Governance**. Oxford, 2009.

ANEXOS

Anexo 1: Tabelas Eleitorais e de órgãos partidários

Tabela 1.1 - Votação para governador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2010

Nome do Candidato	Estado	Votos Nominais	Proporção (V/VT)
Mario Angra	AL	18.520	1,37
Luiz Carlos Sena	AM	2.723	0,18
Marcos Mendes	BA	31.705	0,49
Soraya Tupinambá	CE	38.599	0,97
Toninho do PSOL	DF	199.095	14,25
Brice Bragato	ES	38.177	2,09
Washington Fraga	GO	5.398	0,18
Saulo Arcangeli	MA	8.898	0,31
Prof. Luiz Carlos	MG	32.734	0,33
Nei Braga	MS	18.943	1,51
Marcos Magno	MT	5.771	0,39
Fernando Carneiro	PA	107.102	3,04
Nelson Junior	PB	12.471	0,66
Edilson da Silva	PE	37.257	0,89
José Romualdo de Souza	PI	1.445	0,09
Luiz Bergmann	PR	18.826	0,32
Jeferson Moura	RJ	131.980	1,67
Sandro Pimentel	RN	10.520	0,68
Prof. Marcos Sussuarana	RO	4.641	0,7
Robert Dragon	RR	2.116	0,96
Pedro Ruas	RS	37.934	0,6
Prof. Valmir Martins	SC	7.416	0,22
Prof. Avilete Cruz	SE	4.330	0,42
Soma total de votos válidos		776.601	Média 1,4

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 2.1 - Votação para senador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2010

Nome do Candidato	UF	Votos Nominais	Proporção (V/VT)
Heloisa Helena	AL	417.636	16,6
Prof. Marcos Queiroz	AM	4.649	0,16

Randolfe Rodrigues*	AP	203.259	38,94
Luis França	BA	18.185	0,16
Zilmar Averita da Silva	BA	15.385	0,13
Marilene Vasconcelos	CE	58.732	0,79
Francisco Claudio Sant'anna	DF	16.486	0,74
Jorge Antunes	DF	21.287	0,95
Professor Renato de Andrade	ES	277.973	7,95
Elias Vaz	GO	45.198	0,92
Maria Socorro Pereira**	MA	0	0
Paulo Roberto Rios	MA	19.495	0,37
Marilda Fonseca	MG	53.663	0,28
Waldeir da Silva (Mineirinho)	MG	16.958	0,09
Procurador Mauro de Barros	MT	97.803	3,38
João Augusto	PA	79.621	2,97
Marinor Brito*	PA	727.583	27,11
Marcos Dias	PB	16.967	0,69
Prof. Luiz Piva	PR	34.179	0,32
Valmor Venturini	PR	10.967	0,1
Jorge Temer	RJ	536.147	3,75
Ronaldo Garcia	RN	6.639	0,22
Pastor Aluizio Flor	RO	43.852	3,12
Nascimento da Silva (Pimenta de RO)	RO	11.806	0,84
Bernadete de Menezes	RS	22.728	0,2
Paulo Afonso Piovezan	SC	7.416	0,35
Altamario Cordeiro	SE	12.832	0,69
Marcelo Henrique	SP	249.600	0,68
Soma total de votos válidos		3.027.046	Média 4,0

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 3.1 - Votação para Deputado Federal do PSOL nas eleições de 2010 por estado

UF	Número de candidatos	Número de Eleitos	Votação de legenda	Votos nominais	Votos Totais (VT)	% Válidos
AL	11	0	6.821	7.995	14.816	1,05
AM	2	0	788	1.598	2386	0,16
AP	1	0	2.210	1.531	3.741	1,09
BA	12	0	6.476	11.146	17.622	0,26
CE	6	0	4.468	121.142	125.610	2,96
DF	10	0	5.321	6.970	12.291	0,87
ES	3	0	3.630	6.350	9.980	0,53
GO	2	0	4.714	1.495	6.209	0,21
MA	4	0	1.485	3.975	5.460	0,18
MG	15	0	11.691	24.597	36.288	0,35
MS	3	0	1.672	3.872	5.544	0,43
MT	1	0	1.346	1.198	2.544	0,17
PA	15	0	10.547	24.491	35.038	1,02
PB	6	0	1.690	3.865	5.555	0,28
PE	8	0	3.267	4.864	8.131	0,18
PI	5	0	659	1.900	2.559	0,15
PR	10	0	6.886	6.347	13.233	0,23

RJ	36	2	26.024	294.220	320.244	4,00
RN	4	0	1.243	5.342	6.585	0,40
RO	4	0	701	1.850	2.551	0,33
RR	1	0	70	579	649	0,29
RS	30	0	7.491	172.087	179.578	2,91
SC	3	0	3.560	3.190	6.750	0,19
SE	1	0	858	847	1.705	0,17
SP	66	1	60.644	258.503	319.147	1,45
Total	259	3	174.262	969.954	1.144.216	Média 0,7

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 4.1 - Votação para deputado estadual do PSOL nas eleições de 2010 por estado

UF	Número de candidatos	Número de Eleitos	Votação de legenda	Votos nominais	Votos Totais (VT)	% Válidos
AC	2	0	70	370	440	0,13
AL	33	0	2.902	16.041	18.943	1,30
AM	2	0	736	264	1000	0,07
AP	5	0	280	220	500	0,14
BA	20	0	5.622	39.869	45.491	0,67
CE	27	0	6.227	48.014	54.241	1,27
DF**	21	0	5.973	19.466	25.439	1,78
ES	7	0	2.258	4.502	6.760	0,35
GO	56	0	2.895	39.183	42.078	1,38
MA	9	0	1.680	4.316	5.996	0,19
MG	35	0	12.816	25.628	38.444	0,37
MS	5	0	1.471	1.011	2.482	0,19
MT	1	0	1.146	1.177	2.323	0,15
PA	12	1	6.946	114.537	121.483	3,53
PB	11	0	1.449	3.357	4.806	0,24
PE	10	0	3.341	5.981	9.322	0,21
PI	4	0	537	1.237	1.774	0,10
PR	16	0	6.905	9.348	16.253	0,28
RJ	54	2	31.962	217.976	249.938	3,01
RN	5	0	1.092	4.478	5.570	0,32
RO	6	0	478	1.691	2.169	0,28
RR	2	0	56	206	262	0,12
RS	36	0	13.915	67.002	80.917	1,30
SC	9	0	3.221	3.480	6.701	0,19
SE	4	0	652	1.871	2.523	0,24
SP	70	1	95.005	224.732	319.737	1,48
Total	462	4	209.635	855.957	1.065.592	Média 0,71

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 5.1 - Votação para governador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2014

Estado	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Válidos
--------	-------------------	----------------	-----------

AC	Antonio Rocha Alves	2.171	0,56
AL	Mário Agra Júnior	60.816	4,73
AM	Abel Rodrigues Alves	8.448	0,51
BA	Marcos Antônio Mendes	50.891	0,78
CE	Ailton Lopes Dantas	102.394	2,40
DF	Antônio De Andrade (Toninho Do PSOL)	34.689	2,26
ES	Camila Costa Valadão	21.044	1,10
GO	Weslei Garcia De Paulo	10.522	0,33
MA	Luís Antonio Câmara Pedrosa	33.749	1,14
MG	Fidélis Oliveira Alcantara	67.785	0,67
MS	Sidelvar Aparecido De Melo	7.823	0,59
MT	José Roberto Cavalcante	5.570	0,38
PA	Marco Antônio Carrera Ferreira	63.078	1,72
PB	Tarcio Holanda Teixeira	8.849	0,43
PE	Jose Gomes De Sa Neto	27.895	0,63
PI	Maklandel Aquino Matos	22.480	1,35
PR	Bernardo Seixas Pilotto	35.327	0,60
RJ	Tarcisio Motta De Carvalho	712.734	8,92
RN	Robério Paulino Rodrigues	129.616	8,74
RO	Nascimento Antonio Da Silva	7.757	0,97
RR	Hamilton Castro Cavalcante	6.975	2,87
RS	Carlos Roberto Robaina	47.138	0,77
SC	Afrânio Boppré	61.814	1,80
SP	Gilberto Maringoni	187.487	0,88
SE	Prof. Sônia Meire	46.346	4,71
TO	Eula Angelim	1.234	0,18
Soma total de votos válidos		1.764.632	Média 1,92

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 6.1 - Votação para Senador dos candidatos do PSOL nas eleições de 2014

Estado	Nome do Candidato	Votos Nominais	% Válidos
AC	Prof. Fortunato Martins	2.232	0,60
AL	Heloísa Helena	394.309	31,86
AM	Prof. Marcos Queiroz	11.234	0,70
BA	Hamilton Assis	54.105	0,90
DF	Aldemario Castro	20.697	1,44
ES	Andre Moreira	32.006	1,90
GO	Elber Sampaio	9.503	0,35
MA	Haroldo Saboia	51.539	1,79
MS	Lucien Rezende	3.056	0,25
MT	Gilberto Lopes Filho	16.229	1,21
PA	Pedrinho Maia	28.547	0,84
PB	Nelson Júnior	11.502	0,66
PE	Albanise Pires	27.319	0,66
PR	Prof. Luiz Romeiro Piva	50.905	0,96
RJ	Pedro Rosa	137.652	1,86
RN	Prof. Lailson de Almeida	15.164	1,03
RO	Aluizio Vidal	77.865	10,46

SC	Sarg. Amauri Soares	94.846	3,10
TO	Elvio Quirino	6.565	0,97
Soma total de votos válidos		1.045.275	Média 3,23

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 7.1 - Votação para Deputado Federal do PSOL nas eleições de 2014 por estado

UF	Numero de Candidatos	Numero de Eleitos	Votos Legenda	Votos Nominais	Votos Válidos (VT)	% Válidos
AC	3	0	202	435	637	0,16
AL	5	0	6.102	5.579	11.681	0,84
AM	8	0	934	4.626	5.560	0,34
AP	9	0	258	7.651	7.909	2,05
BA	32	0	11.321	41.904	53.225	0,8
CE	14	0	10.514	26.233	36.747	0,84
DF	13	0	4.848	15.005	19.853	1,37
ES	5	0	2.651	8.238	10.889	0,61
GO	5	0	2.332	3.515	5.847	0,19
MA	5	0	1.820	5.681	7.501	0,24
MG	15	0	15.789	40.491	56.280	0,56
MS	4	0	1.391	4.453	5.844	0,46
MT	6	0	1.588	86.912	88.500	6,08
PA	20	1	3.986	218.914	222.900	5,93
PB	8	0	1.678	59.232	60.910	3,14
PE	8	0	6.221	11.766	17.987	0,4
PI	4	0	1.388	3.043	4.431	0,26
PR	15	0	13.264	14.056	27.320	0,48
RJ	46	3	48.258	483.157	531.415	6,93
RN	8	0	4.442	7.879	12.321	0,78
RO	4	0	1.685	5.145	6.830	0,86
RR	1	0	121	377	498	0,21
RS	33	0	23.508	48.875	72.383	1,22
SC	8	0	9.306	28.965	38.271	1,13
SE	8	0	839	7.306	8.145	0,77
SP	94	1	84.261	345.555	429.816	2,02
TO	5	0	370	1.400	1.770	0,24
Total	386	5	259.077	1.486.393	1.745.470	Média 1,44

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 8.1 - Votação para Deputado Estadual do PSOL nas eleições de 2014 por

estado

UF	Número de Candidatos	Numero de Eleitos	Votos Legenda	Votos Nominais	Votos Válidos (VT)	% Válidos
AC	10	0	177	959	1.136	0,28
AL	10	0	2.674	3.943	6.617	0,46
AM	24	0	931	9.417	10.348	0,62
AP	23	2	467	18.426	18.893	4,81
BA	33	0	10.735	71.525	82.260	1,2
CE	34	1	6.249	87.798	94.047	2,1
ES	10	0	2.121	6.585	8.706	0,46
DF*	37	0	4.016	21.820	25.836	1,69
GO	18	0	2.412	13.242	15.654	0,5
MA	14	0	1.301	9.701	11.002	0,34
MG	19	0	17.026	27.473	44.499	0,43
MS	16	0	1.261	3.451	4.712	0,36
MT	12	0	2.937	2.606	5.543	0,37
PA	29	0	9.365	72.450	81.815	2,18
PB	16	0	3.267	13.815	17.082	0,85
PE	40	1	3.938	55.478	59.416	1,29
PI	4	0	917	1.553	2.470	0,14
PR	21	0	14.390	17.781	32.171	0,56
RJ	68	5	49.975	503.490	553.465	6,97
RN	22	0	3.261	20.724	23.985	1,45
RO	7	0	704	1.017	1.721	0,21
RR	8	0	85	1.716	1.801	0,71
RS	28	1	16.648	99.021	115.669	1,89
SC	22	0	6.636	65.522	72.158	2,04
SE	9	0	1.062	5.481	6.543	0,62
SP	104	2	120.100	365.047	485.147	2,32
TO	16	0	401	2.984	3.385	0,45
Total	654	12	283.056	1.503.025	1.786.081	Média 1,30

Fonte: TSE adaptada pelo autor

Tabela 9.1 - Distribuição de Órgãos partidários do PSOL por regiões do Brasil

Região	Número de municípios	Número de órgãos partidários	% de municípios com órgãos partidários da região
Norte	450	126	28%
Nordeste	1794	365	20,3%
Centro Oeste ²⁹⁶	466	38	8,1%
Sudeste	1668	295	17,6%
Sul	1191	72	6%

Fonte: TSE adaptada pelo autor

²⁹⁶ Contabilizam-se também os dois órgãos presentes na distribuição zonal do DF.

Anexo II

Quadros de justificativa sobre os Projetos de Lei (PL)

Ementas dos PLs apresentados por parlamentares do PSOL em 2007-2008 e sua dimensão ideológica		
PL 396/2007 13/03/2007 Chico Alencar -RJ	Ementa: <i>Dispõe sobre a responsabilidade na transição administrativa, após a proclamação dos resultados eleitorais, e dá outras providências.</i>	Justificativa: Incide sobre a responsabilidade do planejamento administrativo (e econômico) no período transitório posterior aos resultados eleitorais. Tal perspectiva se alinha a dimensão “Planejamento Econômico” da escala ideológica.
PL 511/2007 21/03/2007 Chico Alencar - RJ	Ementa: <i>Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra.</i> Explicação da Ementa: <i>Inclui os agricultores familiares vitimados pelas enchentes no Benefício Garantia-Safra.</i>	Justificativa: Inclui famílias em situação de risco ao benefício de garantia financeira específica por tempo determinado. Tal proposta se alinha a “Expansão do Welfare State” por garantir serviços públicos e proteção econômica à população necessitada e também a “Classe trabalhadora” pelo bom tratamento a trabalhadores manuais, conforme descrito na definição conceitual.
PL 524/2007 21/03/2007 Heloisa Helena - AL	Ementa: <i>Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.</i> Explicação da Ementa: <i>Garante às pessoas portadoras de deficiência o Acesso à cultura; estabelece a oferta, gratuita ou a preço de custo, de livros didáticos, obras literárias, técnicas ou acadêmicas, beneficiando inclusive o portador de deficiência visual, com textos impressos em Braille.</i>	Justificativa: Estabelecem garantias de Acesso à cultura a população portadora de deficiência específica. Alinha-se a “Expansão do Welfare State” por garantir legalmente a utilização de serviços à população específica necessitada.
PL 979/2007 08/05/2007 Chico Alencar - RJ	Ementa: <i>Acréscenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar os fornecedores que ofertam ou comercializam produtos ou serviços pela rede mundial de computadores a informarem seu endereço para fins de citação, bem como o número de telefone e endereço eletrônicos utilizáveis ara atendimento de reclamações de consumidores.</i>	Justificativa: Estabelece regulamentações estatais a empresas privadas visando estabelecer padrões e melhorar o serviço. Configura-se na dimensão “Regulamentação de Mercado”.

<p>PL 980/2007 08/05/2007 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre os comprovantes de pagamentos emitidos por terminais eletrônicos.</i></p>	<p>Justificativa: incide sobre um serviço específico. Não há dimensão ideológica que se enquadre a PL.</p>
<p>PL 1147/2007 23/05/2007 Chico Alencar – RJ Luciana Genro – RS Outros Parlamentares (outros partidos)</p>	<p>Ementa: <i>Determina a obrigatoriedade, para o licenciamento de obra ou atividade utilizadora de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidoras e empreendimentos capazes de causar degradação ambiental, da realização do balanço de emissões (assimilação e liberação) de gases do efeito-estufa.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre a política de preservação do Meio ambiente. Não há dimensão ideológica que se enquadre a PL.</p>
<p>PL 1157/2007 24/05/2007 Luciana Genro – RS</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.394, de 1996, de modo a tornar obrigatória a oferta de vagas no ensino médio.</i></p>	<p>Justificativa: Tornar obrigatória a oferta de vagas do ensino médio relaciona-se a uma política de expansão da educação, mas sem alinhamento a nenhuma das categorias da escala ideológica.</p>
<p>PL 1201/2007 30/05/2007 Chico Alencar</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a profissão de Pesquisador de Mercado, Opinião e Mídia, regula seu exercício, cria e organiza os Conselhos Federal e Regionais, e dá outras providências.</i></p>	<p>Justificativa: Cria dispositivo regulamentário sobre criação de uma profissão, garantindo direitos trabalhistas para categoria específica. Incide sobre benefícios a “Classe Trabalhadora”.</p>
<p>PL 1557/2007 10/07/2007 Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre a aplicação de lei contra criminalidade. R Não há dimensão ideológica que se enquadre a PL.</p>

<p>PL 1558/2007 10/07/2007 Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: Acrescenta inciso no art. 30 e, um § no art. 32, com incisos I, II III e IV, na Lei nº 9.394 - LDB, de 20 de dezembro de 1996, garantindo autonomia aos sistemas de ensino, em organizar o atendimento dos alunos em sua rede, de acordo com as peculiaridades locais. Explicação da Ementa: Faculta às instituições educacionais de educação infantil e/ou pré-escola o atendimento às crianças de 6 (seis) anos de idade, do primeiro ano do ensino fundamental.</p>	<p>Justificativa: Trata sobre uma regulamentação de instituições educativas, Não há dimensão ideológica que se enquadre a PL.</p>
<p>PL 1741/2007 09/08/2007 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas jurídicas reguladas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, relativamente a operações realizadas por pessoas politicamente expostas. Explicação da Ementa: Amplia a lista de autoridade considerada pessoa politicamente exposta, para incluir Vice Governador, Deputado Estadual, Desembargador, Conselheiro de Tribunal e Conselho de Contas, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. Aplica a Lei nº 9.613, de 1998.</p>	<p>Justificativa: Relaciona-se a dispositivos regulamentários de inclusão de cargos específicos a um procedimento do COAF sem aproximação as dimensões da escala ideológica.</p>
<p>PL 1924/2007 30/08/2007 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: Dispõe sobre o Acesso a documentos sigilosos, cria a Comissão de Sistematização e Análise de Informações Sigilosas, altera dispositivos das Leis nº 8.159, de 1991 e 11.111, de 2005, e dá outras providências.</p>	<p>Justificativa: Cria dispositivo para Acesso a documentos sigilosos, porem, não se relaciona a nenhuma dimensão ideológica da escala presente.</p>
<p>PL 2032/2007 13/09/2007 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: Altera os Arts. 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001, para dispor sobre o Auxílio Transporte pago aos militares e aos servidores do Poder Executivo Federal. Explicação da Ementa: Estabelece o pagamento de auxílio-transporte para deslocamento efetuado com transporte seletivo ou especial, limitado ao custo do transporte regular, incluindo o de fretamento.</p>	<p>Justificativa: Modernização do pagamento do auxílio transporte aos militares e a servidores do poder executivo, refere-se a “forças armadas: positivo”</p>

<p>PL 2279/2007 24/10/2007 Luciana Genro – RS Chico Alencar – RJ Ivan Valente – SP Outros Parlamentares (outros partidos)</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a não aplicação de leis estrangeiras de caráter discriminatório e que possuam efeitos extraterritoriais a todos os jurisdicionados brasileiros e dá outras providências.</i></p>	<p>Justificativa: regulamenta aplicações do meio jurídico, não incidindo em dimensões da escala ideológica.</p>
<p>PL 2396/2007 08/11/2007 Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre o Acesso às informações de pesquisas custeadas pela administração pública direta ou indireta.</i></p>	<p>Justificativa: Regulamenta Acesso a informação determinada, sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 2479/2007 27/11/2007 Ivan Valente</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a divulgação obrigatória, pela União, do montante de tributos que deixou de ser recolhido aos cofres públicos a título de benefícios fiscais concedidos às instituições privadas, prestadoras de serviços educacionais, na realização de atividades de ensino.</i></p>	<p>Justificativa: Dispões sobre a transparência de informações da União, sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 2491/2007 28/11/2007 Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações aos estudantes pelas Instituições de Educação Superior, a cada início de período letivo.</i></p>	<p>Justificativa: Dispões sobre a transparência de informações de instituições educacionais, sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 2498/2007 28/11/2007 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a proibição da fidelização de clientes através do estabelecimento de multas contratuais por cancelamento antecipado de contratos de prestação de serviços</i></p>	<p>Justificativa: Estabelece proibição legal a pratica econômica específica realizada por estabelecimentos comerciais, incidindo sobre controle governamental a praticas de mercado. Relaciona-se a “Regulamentação de mercado”</p>
<p>PL 2705/2007 19/12/2007 Chico Alencar -RJ</p>	<p>Ementa: <i>Inclui art. 129-A a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para regulamentar a cobrança de chamadas recebidas ou originadas fora de Área de Registro no Serviço Móvel Pessoal (SMP).</i></p>	<p>Justificativa: Regulamenta um serviço de comunicação, incidindo seu processo de cobrança, de modo a estabelecer padrões mais claros ao consumidor sobre as cobranças e estimular a competição interna da operadoras. Se relacionando a “Regulação do Mercado”</p>
<p>PL 2958/2008</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os Arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da</i></p>	<p>Justificativa: regulamenta aplicação e transparência das informações relativas ao Fundo Partidário sem relacionar-se</p>

<p>05/03/2008 <u>Chico Alencar -RJ</u> <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p><i>Constituição Federal, para alterar o caput do art. 44 e acrescentar os §§ 4º, 5º e 6º, a fim de conferir mais transparência e publicidade aos gastos do Fundo Partidário.</i> Explicação da Ementa: <i>Exige que os recursos oriundos do Fundo Partidário sejam aplicados, observando os princípios da moralidade, eficiência e publicidade; proibindo o pagamento de bebidas alcoólicas e a aquisição de bens ou serviços de luxo ou voluptuários com recursos do Fundo.</i></p>	<p>a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 3007/2008 13/03/2008 <u>Chico Alencar - RJ</u></p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte incidente sobre lucros e dividendos pagos ou creditados por pessoa jurídica.</i> Explicação da Ementa: <i>Fixa alíquota de 15% (quinze por cento) sobre o imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos na distribuição de lucros e dividendos, creditado a beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no exterior. Altera a Lei nº 9.249, de 1995.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre o fim de uma isenção tributária de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no exterior. Tal dispositivo legal se relaciona ao fim de um mecanismo de isenção (categoria da escala), porém sua oposição não se relaciona diretamente a nenhuma das categorias.</p>
<p>PL 3024/2008 18/03/2008 <u>Ivan Valente - SP</u></p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre o direito de empregados que gozam de alguma forma de estabilidade definida em lei.</i> Explicação da Ementa: <i>Proíbe a dispensa, afastamento ou suspensão de trabalhadores sindicalizados ou não, que gozam de estabilidade definida em lei.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre a defesa de trabalhadores contra dispensas arbitrárias. Relaciona-se a categoria “Classe trabalhadora positivo”</p>
<p>PL 3089/2008 26/03/2008 <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p>Ementa: <i>Altera os Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, modificando a tabela do imposto de renda da pessoa física.</i> Explicação da Ementa: <i>Fixa os valores da Tabela Progressiva Mensal, reajustada pelo IPCA, para o ano-calendário de 2009, com alíquotas que variam de cinco a cinquenta por cento.</i></p>	<p>Justificativa: incide sobre alterações na cobrança do imposto de renda. Tal dispositivo propõe reajustes na alíquota e faixas de cobrança do imposto, se relacionando a categoria “Economia controlada”</p>
<p>PL 3090/2008 26/03/2008 <u>Luciana Genro - RS</u> <u>Chico Alencar - RJ</u> <u>Ivan Valente - SP</u></p>	<p>Ementa: <i>Acrescente-se o § 1º ao art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, alterando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).</i> Explicação da Ementa: <i>Aumenta para 30% (trinta por cento) a alíquota da CSLL para as instituições financeiras, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008.</i></p>	<p>Justificativa: incide sobre o aumento para 30% da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Instituições Financeiras, definindo regulamentação tributária a tais instituições se relacionando a categoria “Economia controlada”</p>

<p>PL 3091/2008 26/03/2008 <u>Luciana Genro - RS</u> <u>Chico Alencar - RJ</u> <u>Ivan Valente - SP</u></p>	<p>Ementa: <i>Revoga-se os Arts. 9º e 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.</i> Explicação da Ementa: <i>Revoga dispositivos que permitem a Dedução de Juros sobre Capital Próprio e a isenção de lucros ou dividendos distribuídos aos sócios.</i></p>	<p>Justificativa: Revoga isenção fiscal de artigo legal específico. Tal dispositivo legal se relaciona ao fim de um mecanismo de isenção (categoria da escala), porem sua oposição não se relaciona diretamente a nenhuma das categorias. Semelhante a PL 3007/2008</p>
<p>PL 3092/2008 26/03/2008 <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p>Ementa: <i>Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescentando dispositivos relativos à celebração de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento congêneres com pessoas jurídicas de direito privado.</i></p>	<p>Justificativa: Modifica mecanismos de convenio no repasse de atribuições ao setor privado sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 3107/2008 26/03/2008 <u>Luciana Genro - RS</u> <u>Chico Alencar - RJ</u> <u>Ivan Valente - SP</u></p>	<p>Ementa: <i>Revoga a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006.</i> Explicação da Ementa: <i>Lei que isenta do imposto de renda os rendimentos produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior.</i></p>	<p>Justificativa: Revoga lei que isenta os ganhos dos estrangeiros com a dívida interna ao Imposto de Renda. Tal dispositivo legal se relaciona ao fim de um mecanismo de isenção (categoria da escala), porem sua oposição não se relaciona diretamente a nenhuma das categorias. Semelhante a PL 3007/2008.</p>
<p>PL 3322/2008 24/04/2008 <u>Chico Alencar - RJ</u></p>	<p>Ementa: <i>Altera a redação do § 1º do art. 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a formação de condutores.</i> Explicação da Ementa: <i>Para incluir os módulos: acidentes de trânsito e suas repercussões sociais e econômicas e manutenção e segurança veicular</i></p>	<p>Justificativa: Altera lei do Código de trânsito brasileiro sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 3436/2008 20/05/2008 <u>Ivan Valente - SP</u></p>	<p>Ementa: <i>Declara como Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Brasil o rio Ribeira de Iguape e dá outras providências.</i></p>	<p>Justificativa: Definição de patrimônio histórico, sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 3536/2008 10/06/2008 Senado Federal - José Nery - PA</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a criação do "Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo", bem como da "Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo".</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre a criação de um dia para o combate ao trabalho escravo. Relaciona-se um dispositivo de conscientização sem alinhamento as dimensões ideológicas da escala.</p>

<p>PL 3548/2008 11/06/2008 <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p>Ementa: <i>Dá nova redação ao inciso VI, do art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que "Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências."</i> Explicação da Ementa: <i>Estabelece que não há ofensa aos direitos autorais a representação teatral e a execução musical nos estabelecimentos destinados à prática desportiva.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre alteração da lei de direitos autorais sem alinhamento as dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 3760/2008 16/07/2008 <u>Chico Alencar - RJ</u></p>	<p>Ementa: <i>Institui o Dia Nacional do Sociólogo.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre uma homenagem a profissão sem alinhamento as dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 4124/2008 14/10/2008 <u>Chico Alencar - RJ</u></p>	<p>Ementa: <i>Define o funk como forma de manifestação cultural e dá outras providências</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre a inclusão de um gênero musical a uma forma de manifestação cultural sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 4454/2008 04/12/2008 <u>Chico Alencar - RJ</u></p>	<p>Ementa: <i>Altera os arts. 11 e 16 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para exigir informações quanto ao passivo processual do candidato no registro da candidatura, e dá outras providências.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre maior transparência na informação de candidatos a cargos públicos eletivos sem relacionar-se a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 4531/2008 17/12/2008 <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p>Ementa: <i>Duplica o período máximo de concessão do Seguro Desemprego.</i> Explicação da Ementa: <i>Altera as Leis nº 8.900, de 1994 e 7.689, de 1988.</i></p>	<p>Justificativa: Aumenta período de concessão de programa de seguridade social. Relaciona-se a categoria “Expansão do Welfare State”</p>
<p>PL 4546/2008 17/12/2008 <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p>Ementa: <i>Proíbe as demissões sem justa causa de empregados, pelo prazo de 6 meses.</i></p>	<p>Justificativa: Cria dispositivo de defesa a classe trabalhadora contra demissões sem justa causa por determinado período de tempo. Relaciona-se a categoria “Classe trabalhadora :positivo”</p>
<p>PL 4551/2008 17/12/2008 <u>Luciana Genro - RS</u></p>	<p>Ementa: <i>Proíbe as demissões sem justa causa de empregados, pelo prazo de 6 meses.</i></p>	<p>Cria dispositivo de defesa a classe trabalhadora contra demissões sem justa causa por determinado período de tempo. Relaciona-se a categoria “Classe trabalhadora: positivo”</p>

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Adaptado pelo autor

Ementas dos PLs apresentados por parlamentares do PSOL em 2015-2016 e sua dimensão ideológica

<p>PL 177/2015</p> <p>04/02/2015 Edmilson Rodrigues - PA Cabo Daciolo - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre o aumento dos estados envolvidos da concessão de anistia aos bombeiros envolvidos em reivindicações grevistas relacionando a defesa do direito de participação a movimentos reivindicatórios. Relaciona-se a “Classe Trabalhadora (positivo)”</p>
<p>PL 315/2015</p> <p>10/02/2015 Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Cabo Daciolo - RJ Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: <i>Insera no Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - o crime de enriquecimento ilícito.</i></p>	<p>Justificativa: Se relaciona a uma medida da agenda anti-corrupção (pauta não relacionada a dimensões). Sem identificação de categoria</p>
<p>PL 316/2015</p> <p>10/02/2015 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997 para tipificar como crime o não registro de doações para fins eleitorais.</i></p>	<p>Justificativa: Se relaciona a uma medida da agenda anti-corrupção (pauta não relacionada a dimensões) Sem identificação de categoria</p>
<p>PL 416/2015</p> <p>24/02/2015 Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Cabo Daciolo - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Obriga a vinculação automática de contratos de câmbio de importação a Declarações de Importação (DI), no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen) e Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).</i></p>	<p>Justificativa: Se relaciona a medida específica de alteração sobre a informação de dados de sistema comercial. Sem aproximação ideológica as dimensões da escala.</p>

Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente – SP		
PL 529/2015 03/03/2015 Cabo Daciolo - RJ	Ementa: <i>Acresce inciso ao artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para qualificar o crime de homicídio cometido contra bombeiro militar, policial militar, policial civil, delegado de polícia civil, policial federal, delegado de polícia federal, agente da guarda municipal, agente socioeducativo, agente penitenciário, militares das Forças Armadas, magistrados e membros do Ministério Público e altera o art. 1º, inc. I, da Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.</i>	Justificativa: Incidem sobre o acréscimo de homicídios a policiais, bombeiros, delegados, magistrados e membros do Ministério público como crimes hediondos, Sem aproximação ideológica as dimensões da escala.
PL 592/2015 05/03/2015 Jean Willys – RJ Outros Parlamentares (outros partidos)	Ementa: <i>Dispõe sobre a realização anual de atividades direcionadas ao enfrentamento do HIV/AIDS durante o mês de dezembro.</i>	Justificativa: Dispõe sobre medida preventiva da área de saúde. Sem aproximação ideológica com nenhuma das dimensões.
PL 602/2015 05/03/2015 Jean Willys – RJ	Ementa: <i>Altera dispositivo do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e acrescenta dispositivos à Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, e dá outras providências.</i> Explicação da Ementa: <i>Estabelece o abuso de autoridade como um ato de improbidade administrativa e extingue o crime de desacato.</i>	Justificativa: Dispõe sobre a punição ao abuso de autoridade, não se relaciona a nenhuma dimensão oposta na escala ideológica.

<p>PL 617/2015 06/03/2015 Cabo Daciolo – RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina e do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios" e dá outras providências.</i></p> <p>Explicação da Ementa: <i>Inclui na anistia os crimes contra a segurança nacional e contra a ordem política e social.</i></p>	<p>Justificativa: Retifica a concessão da anistia (aumentando sua abrangência) aos policiais e bombeiros envolvidos em movimentos reivindicatórios. Relaciona-se a “Classe Trabalhadora (positivo)”.</p>
<p>PL 662/2015 10/03/2015 Cabo Daciolo - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera o Artigo 1º, da Lei nº 9.780, de 23 de novembro de 1999, que "Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências", para acrescentar os parágrafos 8º e 9º, obrigando as Instituições de Ensino que aderirem ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, a aceitarem os limites impostos pelo operador do fundo.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre a regulamentação de um serviço voltado para educação coibindo praticas das instituições de ensino privadas em promover reajustes de mensalidade superiores aos paramentos vigentes. Relaciona-se a Dimensão “Regulamentação de mercado”.</p>
<p>PL 725/2015 12/03/2015 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre os registros financeiros das pessoas jurídicas de direito privado.</i></p> <p>Explicação da Ementa: <i>Altera a Lei nº 10.406, de 2002.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre o exercício do estado em fiscalizar registros financeiros de pessoas jurídicas de direito privado. Relaciona-se com a Dimensão “Economia Controlada”.</p>
<p>PL 844/2015 19/03/2015 Chico Alencar - RJ Outros Parlamentares (outros partidos)</p>	<p>Ementa: <i>Estabelece limites para o reajuste do subsídio recebido pelos membros do Congresso Nacional.</i></p>	<p>Justificativa: Limita subsídio recebido pelos membros do Congresso Nacional, sem aproximação com nenhuma dimensão.</p>
<p>PL 882/2015 24/03/2015 Jean Willys - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências.</i> Explicação da Ementa: <i>Revoga artigos 124, 126 e 128 do Decreto-lei 2848, de 1940. Altera artigo 127 do Decreto-lei 2848, de 1940</i></p>	<p>Justificativa: Menções favoráveis aos direitos individuais à reprodução sem coerção estatal, mas não se relaciona a nenhuma dimensão.</p>

<p>PL 1501/2015 13/05/2015 Cabo Daciolo - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera o Artigo 1º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar com os seguintes parágrafos §1º e §2º, para ser considerado serviço público todo vínculo efetivo com União, Estados ou Distrito Federal, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, das Forças Armadas e Forças Auxiliares.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre modificações da previdência a integrante das forças armadas e forças auxiliares, compondo expansão da contabilidade sobre o cálculo de seguridade social. Relaciona-se a “Expansão do Welfare State” pela composição da assistência componente da seguridade social</p>
<p>PL 1979/2015 17/06/2015 Edimilson Rodrigues- PA</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).</i></p>	<p>Justificativa: Dispões sobre modificações burocráticas sobre composição do Código Brasileiro de Trânsito, sem aproximação com nenhuma dimensão.</p>
<p>PL 2021/2015 18/06/2015 Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: <i>Condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial.</i></p>	<p>Justificativa: Relaciona-se a necessidade de apreciação judicial para exposição de imagens ou entrevistas de presos. Não se relaciona a dimensões ideológicas da escala.</p>
<p>PL 2350/2015 14/07/2015 Jean Wyllys - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Dá nova redação à Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que "Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências" e à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", para assegurar os direitos educacionais às gestantes.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre o direito ao estudo a mulheres em condição de gestação, garantido pelo estado. Relaciona-se a dimensão “Expansão da educação pública”</p>
<p>PL 2725/2015 20/08/2015 Edmilson Rodrigues - PA</p>	<p>Ementa: <i>Dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta para a implementação do Custo Aluno Qualidade Inicial previsto na Lei nº 13005 de 2014.</i></p>	<p>Justificativa: incide sobre a realocação de recurso da união para investimento em educação. Relaciona-se a dimensão “Expansão da educação pública”</p>
<p>PL 2764/2015 25/08/2015 Randolfe Rodrigues - AP</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para fortalecer a institucionalização do transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.</i></p>	<p>Justificativa: Relaciona-se ao incentivo do transporte cicloviário como meio de mobilidade urbana. Não sem aproxima a nenhuma dimensão.</p>

<p>PL 3135/2015 29/09/2015 Glauber Braga - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera os arts. 18 e 124 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, para garantir a opção entre aposentadoria e auxílio-doença.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre a alternativa de escolha entre benefícios da seguridade social, tendo em vista que aposentados que se mantem no mercado de trabalho não são resguardados pela possibilidade de receber auxílio doença. Relaciona-se a “Expansão do Welfare State”.</p>
<p>PL 3391/2015 22/10/2015 Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente – SP Glauber Braga – RJ Outros Parlamentares (outros partidos)</p>	<p>Ementa: <i>Concede anistia ao Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz que coordenou a Operação Policial Satiagraha.</i></p>	<p>Justificativa: Relaciona-se a anistia a delegado específico, não se aproximando a nenhuma dimensão da escala.</p>
<p>PL 3499/2015 03/11/2015 Glauber Braga – RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para retirar a quitação de débitos relativos a tributos da relação de exigências para o licenciamento anual de veículo automotor.</i></p>	<p>Justificativa: incide sobre a diminuição da burocracia para realização do licenciamento de veículo, não se relaciona a nenhuma dimensão da escala.</p>
<p>PL 3798/2015 01/12/2015 Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente – SP Glauber Braga – RJ Outros Parlamentares (outros partidos)</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os rendimentos dos acionistas, cotistas e sócios de empresas e bancos oriundos da distribuição de lucros e dividendos, sob a forma de juros sobre o capital próprio - JCP, pelo Imposto de Renda e extinção da permissão legal das empresas e dos bancos abaterem do imposto de renda os pagamentos que efetuaram com JCP.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre o recolhimento de tributos para rendimentos oriundos da distribuição de lucros, afastando a política anterior de isenção. Tal ação incide na dimensão “Economia Controlada”.</p>
<p>PL 3799/2015 01/12/2015</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para extinguir o benefício fiscal que reduz a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos adquiridos quando resgatados ou</i></p>	<p>Justificativa: Determina o fim do incentivo fiscal derivado de rendimentos produzidos por títulos públicos quando resgatados no exterior. Tal</p>

Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente – SP Glauber Braga – RJ Outros Parlamentares (outros partidos)	<i>remetidos ao exterior.</i>	medida incide sobre o recolhimento de impostos incluídos em tal ação se relacionando a dimensão “Economia Controlada”.
PL 3800/2015 01/12/2015 Chico Alencar - RJ Jean Wyllys - RJ Edmilson Rodrigues - PA Ivan Valente – SP Glauber Braga – RJ Outros Parlamentares (outros partidos)	Ementa: <i>Regulamenta o art. 239, §4º da Constituição Federal de 1988, para criar a contribuição adicional destinada ao fundo de amparo ao trabalhador - FAT, para fins de proteção ao emprego e seguro-desemprego.</i>	Justificativa: Dispõe sobre a criação de um fundo voltado para seguridade social. Relaciona-se a “Expansão do Welfare State”.
PL 3803/2015 01/12/2015 Chico Alencar - RJ	Ementa: <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de painéis solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica em prédios públicos federais</i>	Justificativa: Incide sobre a política de preservação do Meio ambiente. Não há dimensão ideológica que se enquadre a PL
PL 3876/2015 09/12/2015 Edmilson Rodrigues - PA	Ementa: <i>Estabelece normas para elaboração do cadastro territorial dos municípios e dá outras providências.</i>	Justificativa: Incide sobre regulamentação padrão para cadastro territorial dos municípios nacionais
PL 3877/2015 09/12/2015 Edmilson Rodrigues - PA	Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para unificar as competências de fiscalização das infrações de trânsito tornando-as comuns aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.</i>	Justificativa: Dispões sobre modificações burocráticas sobre a fiscalização das infrações de trânsito. Não há dimensão ideológica que se enquadre a PL

<p>PL 4373/2016 16/02/2016 Chico Alencar - RJ Outros Parlamentares (Outros partidos)</p>	<p>Ementa: <i>Cria a Lei de Responsabilidade Político-Criminal.</i> Explicação da Ementa: <i>Estabelece a necessidade de análise prévia do impacto social e orçamentário das propostas legislativas que tratam de criação de novos tipos penais, aumento de pena ou que tornem mais rigorosa a execução da pena.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre novas regulamentações prévias sobre a criação de mecanismos penais. Não se relaciona a nenhuma das categorias da escala.</p>
<p>PL 4883/2016 31/03/2016 Jean Wyllys - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Estabelece a obrigatoriedade de oferecimento de opção de exibição de filme nacional em caso de oferta do serviço, para empresas de transporte coletivo público ou privado rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário.</i></p>	<p>Justificativa: incide sobre obrigatoriedade específica de serviço de transporte coletivo. Não se relaciona a nenhuma categoria da escala</p>
<p>PL 5094/2016 27/04/2016 Jean Wyllys - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Proíbe a redução de velocidade, a suspensão do serviço ou qualquer forma de limitação, total ou parcial, de tráfego de dados de internet fixa, residencial ou empresarial, salvo na hipótese do art. 7º, IV, da Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, e dá outras providências.</i></p>	<p>Justificativa: Incide sobre a regulamentação estatal a serviços de internet. Tal atribuição se relaciona a “Regulamentação de Mercado”</p>
<p>PL 5293/2016 17/05/2016 Jean Wyllys - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências".</i> Explicação da Ementa: <i>Disciplina a expulsão de estrangeiro.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre criação de um conselho específico para tratar de assuntos relacionados a expulsão de estrangeiros. Não se relaciona a nenhuma dimensão</p>
<p>PL 5337/2016 18/05/2016 Chico Alencar - RJ</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para tornar obrigatória a publicação da justificação de desfiliação partidária de detentores de mandato eletivo pelos respectivos órgãos de imprensa oficial.</i></p>	<p>Justificativa: Dispõe sobre uma regulamentação ao vínculo entre políticos com mandato eletivo e partidos. Não se relaciona a nenhuma das dimensões.</p>
<p>PL 5783/2016 11/07/2016 Ivan Valente - SP</p>	<p>Ementa: <i>Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para isentar da cobrança de tarifa e outros preços públicos os casos em que não houver tratamento adequado de</i></p>	<p>Justificativa: Atualiza o mecanismo de cobrança de impostos para serviços públicos efetivos. Não se relaciona a nenhuma das categorias</p>

	<i>esgoto.</i>	
PL 5919/2016 03/08/2016 Ivan Valente - SP	Ementa: <i>Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para assegurar o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão nos locais onde são realizados os eventos desportivos de que trata esta.</i>	Justificativa: Dispões sobre regulamentação específica de defesa ao público de eventos esportivos. Não se relaciona a nenhuma das categorias
PL 5988/2016 10/08/2016 Glauber Braga - RJ Outros Parlamentares (Outros partidos)	Ementa: <i>Institui o Dia Nacional do Ciclista.</i>	Justificativa: homenagem aos ciclistas. Não se relaciona a nenhuma das categorias
PL 6005/2016 16/08/2016 Jean Wyllys - RJ	Ementa: <i>Institui o programa "Escola livre" em todo o território nacional.</i>	Justificativa: dispõe sobre a liberdade de expressão e pensamento no âmbito da educação. Não se relaciona a nenhuma das categorias
PL 6113/2016 13/09/2016 Chico Alencar - RJ Ivan Valente- SP Outros Parlamentares (Outros partidos)	Ementa: <i>Institui o "Dia Nacional de Acesso à Justiça", a ser comemorado no dia 12 de junho, com o objetivo de exigir o acesso igualitário à Justiça.</i>	Justificativa: Dispõe sobre a criação de um dia específico para homenagem e reflexão a cerca do acesso a justiça. Não se relaciona a nenhuma das categorias.
PL 6297/2016 11/10/2016 Jean Wyllys - RJ	Ementa: <i>Altera a Lei 10.205, de 21 de março de 2001, que "regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências".</i>	Justificativa: Regulamenta critérios para doação de sangue. Não se relaciona a nenhuma das categorias

	Explicação da Ementa: <i>Trata de critério para triagem clínica de doador de sangue.</i>	
PL 6363/2016 20/10/2016 Glauber Braga - RJ	Ementa: <i>Altera o art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, para instituir regras especiais aplicáveis aos ex-ocupantes de cargos de direção e de funções comissionadas gerenciais no Banco Central do Brasil.</i>	Justificativa: Incide sobre a criação de regras a ex-ocupantes de cargos importantes do banco central do Brasil. Não se relaciona a nenhuma das categorias.
PL 6582/2016 29/11/2016 Glauber Braga - RJ	Ementa: <i>Acrescenta o §6º ao art. 7º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para determinar que as propagandas de medicamentos sejam elaboradas com a divisão proporcional do tempo entre os relatos dos seus aspectos positivos e aspectos negativos.</i>	Justificativa: Incide sobre a regulamentação da propaganda de medicamentos. Não se relaciona a nenhuma das categorias.
PL 6648/2016 07/12/2016 Luiza Erundina - SP	Ementa: <i>Altera o art. 12 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar, nas denominações de candidatos, a utilização de expressões que designem hierarquia, cargos ou funções militares, religiosas, acadêmicas ou profissionais</i>	Justificativa: Proíbe a utilização de cargos ou funções como nomenclatura política de políticos. Não se relaciona a nenhuma das categorias.
PL 6758/2016 19/12/2016 Glauber Braga - RJ	Ementa: Dispõe sobre a composição do conselho deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 5.537, de 1968.	Justificativa: Regulamenta composição de conselho do FNDE. Não se relaciona a nenhuma das categorias.

Fonte: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Adaptado pelo autor